

ROSANE MARÇAL DA SILVA

TRABALHADORES E CONFECÇÕES EM  
SANTA HELENA, PR

---

Décadas de 1980–2000

Uberlândia, MG  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ROSANE MARÇAL DA SILVA

TRABALHADORES E CONFECÇÕES EM SANTA HELENA, PR  
(DÉCADAS DE 1980–2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de doutora em História.

Área de Concentração: História social

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

Uberlândia, MG  
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586t Silva, Rosane Marçal da, 1984-  
2016 Trabalhadores e confecções em Santa Helena-PR (décadas de 1980-  
2000) / Rosane Marçal da Silva. - 2016.  
201 f.

Orientador: Rinaldo José Varussa.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Trabalhadores - Teses. 3. Vestuário - História -  
Teses. 4. Vestuário - Brasil - Indústria - Teses. I. Varussa, Rinaldo José.  
II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

CDU: 930

---

ROSANE MARÇAL DA SILVA

TRABALHADORES E CONFECÇÕES EM SANTA HELENA, PR  
(DÉCADAS DE 1980–2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
História da Universidade Federal de Uberlândia como  
exigência parcial para obtenção do título de doutor em  
História.

Uberlândia, 26 fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rinaldo José Varussa  
(Orientador, Unioeste–UFU)

---

Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi  
(Unioeste–UFU)

---

Prof. Dr. Paulo César Inácio  
(UFG, *campus* Catalão, GO)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida  
(UFU, MG)

---

Prof. Dr. Renan Araujo  
(UNESPAR, *campus* Paranavaí)

## Agradecimentos

**A**o Rinaldo José Varussa, que orientou este trabalho e me apoiou. Agradeço o incentivo e a confiança.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de pesquisa concedida durante um ano e seis meses, a qual me forneceu condições para me dedicar exclusivamente às atividades de pesquisa e escrita desta tese.

Em especial, aos trabalhadores e empresários, pelas entrevistas concedidas, pela dedicação e pela atenção; sem eles este trabalho não existiria.

Aos funcionários da prefeitura, sobretudo aqueles do departamento de tributação, da secretaria de Planejamento, da secretaria de Indústria e Comércio e da Câmara dos Vereadores; assim como aos jornais *Costa Oeste* e *Correio do Lago*.

Aos professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Aos professores Paulo Roberto de Almeida e Paulo César Inácio, pelas questões e sugestões apresentadas na banca de qualificação, pois me ajudaram a repensar e formular a versão final da tese. Também os agradeço por participar da banca de defesa, bem como aos professores Antonio de Pádua Bosi e Renan Araujo.

Aos secretários do programa de pós-graduação em História: Josiane Braga Soares e Stênio Alves.

Aos colegas pós-graduandos da turma 2012. Agradeço, em especial, a Janaína Ferreira Silva, Cíntia Fiorotti Lima e Valéria de Jesus, pela amizade, pelas conversas e pelos desabafos nos momentos de dificuldades.

À memória de minha tia Maria Pinheiro, com quem sempre aprendi.

À minha mãe, Maria da Penha da Silva, e minha tia, Antônia Marçal dos Santos, inspiração de força, coragem e superação. Ambas me ensinaram a arte de ouvir. Também agradeço ao Dileto, pela presença em nosso meio, e aos meus tios João Pinheiro e Moacir.

Aos meus irmãos: Rogério, Roseméri, Rosângela, Paulo Cesar e Maira Beatriz. Também agradeço as minhas cunhadas, Thaira e Luana, ao meu sobrinho, Thailor, aos meus cunhados, Dilceu, Marciano e Tiago. A todos vocês, meus agradecimentos por fazer parte de minha vida. Agradeço o apoio, a compreensão, a ajuda com a pesquisa, o carinho e a preocupação.

Aos meus primos e às minhas primas: Cleusinei e Airton, Lucimar e Genilson, Claudiomar e Andréia, Claudair, Marizete, Claudecir, Valdiva, Bruna — à memória de Claudenir. Agradeço a importância que tiveram em minha caminhada até aqui, em especial Cleusinei e Lucimar, que muito me ajudaram com a pesquisa.

A Michele Juliana Christ, pelo apoio e pelas entrevistas cedidas, bem como a Lucinéia Fagnani, pela atenção, solidariedade e ajuda para estabelecer contato com alguns trabalhadores.

Ao meu amigo Bruno, pelo companheirismo, pela amizade e pela aprendizagem que me proporcionastes.

A todas às amigas e companheiras de pensionato, das quais: Neigmar, Amanda, Luiza, Karina, Barbara, Letícia, Ellen, Rafaela, Barbara Damasceno, Katiuscia, Maria Vitória, bem como a dona Orlândina e dona Rosa.

Aos amigos que conheci em Uberlândia e que foram base de minha sustentação, equilíbrio e sabedoria, pelos quais carrego apreço, gratidão e amor fraternal: Helena, Carlos, Adriane e Ubiratan.

## Resumo

SILVA, Rosane Marçal. *Trabalhadores e confecções em Santa Helena, PR (décadas de 1980–2010)*. 2015. 201 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

**A**s questões desenvolvidas nesta tese centraram-se na discussão e problematização de elementos e dimensões do processo de intensificação da produção industrial na região oeste do Paraná, sobretudo em Santa Helena, durante os anos 1980–2000. Este trabalho constitui-se a partir da investigação e análise das trajetórias dos trabalhadores das indústrias de confecções do vestuário, colocando em destaque as mudanças que o trabalho industrial ocasionou na vida desses sujeitos. A discussão buscou compreender e analisar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e como se constitui e se articula a luta de classes vivida por eles. Para realizar este estudo, recorri a narrativas produzidas com os trabalhadores e os empresários, bem como a materiais do governo municipal e textos da imprensa local, em especial o jornal *Costa Oeste*.

**PALAVRAS-CHAVE** Trabalho, trabalhadores, indústrias do vestuário.

## Abstract

SILVA, Rosane Marçal. *Workers and clothing industry in Santa Helena, PR (decades of 1980 to 2010)*. 2015. 201 pp. Thesis (Doctorate in History) — History Institute, Federal University of Uberlândia.

**T**he topics developed in this thesis focuses on discussing and problematizing elements related to the growth process of the industrial production in the west of Paraná state, mainly Santa Helena in the period 1980–2000. This work provides an analytical inquiry of clothing industry workers' background, so that to outline changes in their lives caused by this kind of industrial work. It tried to understand workers' life and labor conditions and how class struggle they experience is built and articulated. As historical sources, this study relied on oral accounts from workers and industry owners, documents from local government and on press articles, above all those ones published by *Costa Oeste* newspaper.

**KEYWORDS** Job, workers, clothing industries.



# Sumário

	<i>Introdução</i>	9
1	Produção industrial e mudanças na vida dos trabalhadores em Santa Helena, PR	25
2	Dinâmicas de trabalho no setor de confecção do vestuário em Santa Helena, PR	64
3	Concepções e práticas dos trabalhadores sobre o trabalho e suas transformações	101
4	As condições de trabalho e a resistências dos trabalhadores da indústria do vestuário em Santa Helena, PR	139
	<i>Considerações finais</i>	179
	<i>Referências</i>	183

## Apresentação

Neste estudo, busco entender o que o trabalho industrial significou na constituição social dos trabalhadores da região oeste do Paraná, sobretudo daqueles ligados às indústrias de confecções do vestuário no município de Santa Helena<sup>1</sup> nos período 1980–2000. Esse recorte temporal parte dos anos 1980 porque ficou evidente que, nesse período, os grupos dominantes incorporaram, aos debates políticos, projetos que visavam promover a “industrialização” do município. Dito isso, duas indagações se impõem aqui: como esse projeto foi articulado e o que levou o poder público a vê-lo como possibilidade e vender a denominada industrialização como projeto? Que mudanças esse projeto ocasionou na cidade e na vida dos trabalhadores? São questões que procuro desenvolver no decorrer desta tese.

O interesse em realizar a pesquisa aqui apresentada veio de questionamentos que surgiram na fase final da minha pesquisa de mestrado,<sup>2</sup> em que problematizei elementos e

---

<sup>1</sup> Localizada na microrregião do extremo oeste do Paraná, às margens do lago de Itaipu, Santa Helena dista 619 quilômetros da capital Curitiba. Com população estimada em 24.895 habitantes (conforme Censo demográfico de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE), o município se limita com Entre Rios do Oeste, ao norte, com Missal e Itaipulândia, ao sul, com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste ao leste, e com a república do Paraguai (lago de Itaipu) a oeste. Ver mapa das mesorregiões geográficas do Paraná no Anexo 1 e o mapa de Santa Helena no Anexo 2. Conforme informações extraídas do *website* da Itaipu, Santa Helena foi o município que teve a maior área alagada pela formação do lago, num total de 263,76 quilômetros quadrados, por isso recebe uma quantidade maior de *royalties* da Itaipu Binacional, cuja distribuição é proporcional à área alagada dos municípios e cujos percentuais são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Cf.: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA/ANEEL. Royalties de municípios alagados pela formação do lago de Itaipu. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em 1º fev. 2013.

<sup>2</sup> SILVA, Rosane Marçal da. *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena – PR (décadas de 1990 e 2000)*. 2011. Dissertação (mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

dimensões da pobreza e da moradia urbana, em especial as relações em torno da formação do conjunto habitacional Santa Rita de Cássia e do bairro Curva do Obregon. As políticas habitacionais eram um tema que vinha sendo articulado ao discurso dos representantes da administração pública de formas diversas e se voltavam a suprir demandas da população “carente”. Na dissertação, a intenção foi compreender a forma como os trabalhadores se viam e como se sentiam vivendo nesses bairros: quais conflitos e disputas permeavam suas relações sociais, sobretudo quanto à convivência com outros segmentos sociais. As entrevistas apontaram que sobreviviam do serviço de diaristas rurais sem carteira assinada e que se submetiam a relações laborais precárias, como por exemplo, nas indústrias de confecções do vestuário. Um número significativo deles provinha do meio rural, enquanto alguns trabalhavam em outros municípios, como nos frigoríficos de Marechal Cândido Rondon, a quase 60 quilômetros de Santa Helena.

Diante das problemáticas levantadas e apontadas na dissertação de mestrado, dúvidas e incômodos se impuseram. Por exemplo, no processo de formação dos bairros Santa Rita de Cássia e Curva do Obregon, foi se construindo uma visão negativa desses locais e de seus residentes. Os trabalhadores conviviam com o estigma residencial, que por vezes ocasionava dificuldades de interação social e de sobrevivência. A construção desse conjunto de relações preconceituosas parecia se articular numa concepção da condição de pobreza vivida por eles. No entanto, eu me perguntava: quais eram as possibilidades de superar a condição de pobreza vivida pelos trabalhadores? Por vezes, poderia dizer que o caminho seria terem acesso ao trabalho. Mas a que tipo?

Os trabalhadores apontaram uma diversidade de argumentos que demonstravam existir não uma pobreza, mas um conjunto de elementos que colocam as pessoas em situações diferenciadas de pobreza. Esses sujeitos falavam da necessidade de gerar mais empregos, de as classes dominantes e os dirigentes municipais criarem condições para instalar mais indústrias na cidade; o que me inquietava: se a instalação de indústrias resolveria tal problema, caso isso acontecesse, que tipo de indústrias garantiria condições laborais e de sobrevivência adequadas a eles?

Partindo dessas inquietações, na pesquisa de doutorado aqui apresentada me propus a investigar a trajetória dos trabalhadores no interior do tempo que vivenciaram a realidade de se empregarem nas indústrias do vestuário, pois aliadas a essas problemáticas advindas das pesquisas anteriores havia aquelas provenientes de minha própria experiência de ter atuado durante seis meses numa indústria de confecção do vestuário e ter familiares e conhecidos que trabalhavam nesse setor.

No decorrer da pesquisa, em particular após ter feito o levantamento das empresas de confecções do vestuário e a análise de seu processo de formação, optei por adotar o princípio utilizado por Angela Maria de S. Lima, que classificou as confecções em facções domiciliares e industriais, compreendendo que as “industriais” são empresas de pequeno ou médio porte que prestam serviços:

[...] a outras empresas ou a outras facções maiores, separadamente ou concomitantemente, que possui geralmente mais de dez funcionários, nem sempre registrados e que funciona em estabelecimentos alugados, geralmente fora das dependências domésticas de sua proprietária.<sup>3</sup>

Facções domiciliares caracterizavam-se como pequenas e não tinham marca própria nem estilista nem desenhista. Produziam roupas “integralmente ou peças específicas parceladamente e que, às vezes, insere nela a marca do produto da empresa ou das empresas contratantes”.<sup>4</sup> Em Santa Helena, assim como em Cianorte,<sup>5</sup> facções domiciliares eram ocupadas, em geral, por cerca de cinco trabalhadoras, às vezes com membros da família, tais como filhos, mais vizinhas ou pessoas próximas que executavam as operações. Fora da estrutura das fábricas, em Santa Helena se encontravam as costureiras domiciliares e as faccionistas.<sup>6</sup> Nessa estruturação também encontrei um grupo de costureiras autônomas que exerciam suas profissões em suas casas ou em puxados construídos no fundo de seus quintais.

Com o desenvolvimento da pesquisa, passei a ver questões antes não percebidas as quais me levaram a compreender como o projeto de industrialização foi pensado pelas classes dominantes de Santa Helena e como esse processo foi construído no decorrer dos anos, no que

---

<sup>3</sup> LIMA, Angela Maria de Sousa. *As faces da subcontratação do trabalho*: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e Região. 2009. Tese (doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 91. Ela estudou o processo de reestruturação produtiva no setor de confecção de roupas do município de Cianorte, PR, buscando compreender as consequências da reestruturação produtiva no que se refere à divisão sexual de trabalho, com isso pretendia diagnosticar as questões de gênero na análise das condições e das relações de trabalho no setor de confecções, envolvendo três elos do processo — empresa, facção e casa — e destacando as implicações da terceirização e informalidade.

<sup>4</sup> LIMA, 2009, p. 91.

<sup>5</sup> Município de Cianorte se localiza no noroeste do PR. Dista 730 quilômetros da cidade de São Paulo e a 510 quilômetros de Curitiba. Limita-se com o município de São Tomé ao norte, com os municípios de Tuneiras do Oeste e Araruna ao sul; com os de Jussara e Araruna a leste e com os municípios de Indianópolis, Tapejara e Tuneiras do Oeste a oeste. A cidade foi fundada a 26 de julho de 1953 e emancipou-se em 13 de julho de 1955 (LIMA, 2009, p. 73).

<sup>6</sup> Segundo Alice Rangel de Paiva Abreu, “O termo faccionista no setor de confecções é geralmente utilizado para se referir a proprietários de oficinas especializadas em apenas algumas fases da produção, empregando para isso trabalho assalariado, mas que na maior parte das vezes está envolvido pessoalmente no processo produtivo”. ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O avesso da moda*. Trabalho a domicilio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 154.

se refere a perceber se os significados e os sentidos atribuídos a esse projeto tiveram alterações da década de 1980 para os anos 2000 e se existiam outros projetos em disputa.

Tais questões deixaram evidente a necessidade de perceber o movimento histórico nesse contexto e as especificidades do oeste paranaense. Esse caminho me levou a problematizar as noções de “desenvolvimento” e “industrialização”, em especial os sentidos que adquiriam nos horizontes políticos, sociais e culturais das conjunturas em que foram construídas. Ficou visível que, na concepção dominante, a noção de desenvolvimento ficava restrita a uma ideia de crescimento econômico que seria alcançado com incentivos à intensificação industrial e, com ele, o aumento do número de empregos e a construção do balneário municipal.

Na década de 1990, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu<sup>7</sup> (iniciada nos anos 1970) deixava de ser o símbolo dos acontecimentos negativos para ser elemento fundamental de promoção do desenvolvimento da cidade, pois líderes do governo municipal passaram a projetar o município de Santa Helena como “local de progresso” em virtude dos recursos recebidos como *royalties*<sup>8</sup> pagos pela Itaipu Binacional.<sup>9</sup> Projetos de turismo<sup>10</sup> e a

---

<sup>7</sup> A Usina Hidrelétrica de Itaipu se localiza no rio Paraná, a 14 quilômetros da Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad Del Leste, no Paraguai. Segundo Edson Belo C. de Souza, a hidrelétrica constituiu uma medida ligada à crise energética mundial agravada pelo choque do petróleo, em outubro de 1973. Na avaliação desse autor, tal empreendimento levou a região ao aprofundamento da inserção no desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro e esteve diretamente associado ao *projeto nacional de desenvolvimento* que tinha como fator de sustentação a produção energética almejando o desenvolvimento econômico. SOUZA, Edson Belo C. de. *A (re)produção da região do lago de Itaipu*. Cascavel: ed. Unioeste/Coluna do Saber, 2009. Vale ressaltar que a constituição do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, de acordo com Vânia Maria Losada, vinha se desenvolvendo desde os anos 1930 e tinha por objetivo o “[...] desenvolvimento de uma indústria nacional, cujo florescimento deveria ancorar-se no mercado interno”. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). *O Brasil republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 167–8. Segundo Paul Singer, para cumprir essa prioridade, o governo brasileiro adotou “[...] uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial”. SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira et al. (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano — economia e cultura (1930–1964)*, t. 3, v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 218. Ver também: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Para uma análise crítica da teoria de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/CEPAL, ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>8</sup> *Royalties* neste estudo têm o sentido de compensações financeiras pagas pela Itaipu aos governos brasileiro e paraguaio em virtude do uso do potencial hidráulico do rio Paraná para produzir energia elétrica na Itaipu Binacional.

<sup>9</sup> LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná*. 2005. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, p. 66; ver também SILVA, 2011.

<sup>10</sup> A partir de 1985, quando a usina de Itaipu iniciou sua produção de energia, e, sobretudo, nos anos 1990, quando foram pagas as primeiras prestações dos *royalties*, as classes dominantes e dirigentes de Santa Helena investiram na formação e ampliação do Parque de Lazer e Turismo/Praia Artificial, visando promover o turismo. Na concepção de Souza, a inundação criava e definia uma identidade regional ao recriar as condições de existência; a “nova” região, de acordo com ele, “Passa a ter na paisagem visual, em torno do lago, o elemento básico, segundo os governos, para ser explorada como atrativo turístico. A paisagem mercadoria, pelos seus ‘atrativos paisagísticos’, passa a ser o motor da regionalização e de atividades que, para serem viáveis

intensificação da industrialização passaram a compor a pauta administrativa como propostas de crescimento econômico e social que situariam o município numa etapa que prometia benefícios à cidade e aos santa-helenenses. Ao caracterizarem aquele decênio como o início de outra fase da história de Santa Helena, os grupos dirigentes denominavam os últimos anos da década de 1980 como época de crise. Isso pode ser uma maneira de legitimar as ações e o discurso de progresso, enquanto ajudava a abafar problemas que a construção do lago de Itaipu ocasionou ao município e aos trabalhadores. Assim, ver a industrialização, pura e simplesmente, como propulsora de crescimento seria situá-los como personagens subordinadas à perspectiva do governo numa visão restrita em que o lugar dos sujeitos fica limitado à posição de receptores da ação de quem detinha o poder de decisão.

A temática da industrialização no oeste do PR tem sido estudada com base numa reflexão sobre o processo de expansão de agroindústrias. Por exemplo, os estudos na área da geografia buscaram explicações para esse processo nos fatores territoriais no argumento de que a localização das indústrias é importante para analisar a perspectiva de desenvolvimento regional. Com efeito, de acordo com Daiane Daniela Gemelli, o capital busca constantemente territórios mais vantajosos para seu processo acumulativo, ou seja, lugares que impliquem menos custos produtivos. Desse ponto de vista, ela apontou que a territorialização do capital, relacionada com o abate de frangos, ocorria associadamente à remuneração precária da força de trabalho.<sup>11</sup>

Esses estudos apontam também que as políticas de incentivos à industrialização têm constituído uma das estratégias do capitalismo contemporâneo, que busca regiões pouco industrializadas e que ofereçam condições favoráveis política e economicamente. Indústrias de produtos alimentícios e do vestuário têm se deslocado para a região oeste do PR, aproveitando-se do que os governos estaduais e municipais oferecem como atrativos.<sup>12</sup> Os grupos dominantes sustentam argumentos de que essa região se caracteriza pela ausência de tradição industrial. A julgar pelo trabalho de Alberto Donda Júnior, — dadas as características

---

economicamente, deviam contar com implementação de infraestrutura como forma de subsidiar o turismo” — cf. SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado: produção da região do lago de Itaipu — turismo e crise energética*. 2002. Tese (doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p. 129.

<sup>11</sup> Gemelli analisou a expansão agroindustrial em Marechal Cândido Rondon focando na territorialização do frigorífico de aves da Copagril, empresa fundada na década de 1970. GEMELLI, Diane Daniela. *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: Frigorífico de Aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. 2011. Dissertação (mestrado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

<sup>12</sup> Em Santa Helena, embora esse processo tenha iniciado no decênio de 1980, foi a partir dos anos 1990 que se verificou um aumento significativo das indústrias de confecções do vestuário, viabilizadas em boa medida com apoio do governo municipal (vide Quadro 1, p. 39).

mais rurais — os governos municipais investiam na industrialização como tentativa de “respeitar as vocações de cada região” — daí os investimentos na agroindústria como forma de “[...] melhorar a qualidade de vida da população e ajudar no desenvolvimento industrial”<sup>13</sup> —, então o processo de urbanização concomitante e articulado com a industrialização era visto como expressão de desenvolvimento.

No âmbito das ciências sociais, os estudiosos têm se dedicado ao contexto das décadas de 1980–2000, com ênfase nas mudanças no mundo do trabalho e dos trabalhadores. Em parte, têm recorrido ao termo “reestruturação produtiva” algumas vezes como explicação para tais mudanças. Com efeito, Ricardo Antunes frisou que, nos países de capitalismo avançado, os anos 1980 foram de transformações do trabalho: em suas formas de inserção na estrutura produtiva e de representação sindical e política. Teria havido um “[...] salto tecnológico, [em que] a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital”.<sup>14</sup> Essa abordagem põe em discussão as prerrogativas do mercado e a necessidade de incorporar o uso de tecnologia na produção, destacando argumentos que defendam um modelo produtivo e de estruturação das relações sociais e laborais, enfatizando a suposta necessidade de flexibilizar a produção e os trabalhadores. Nesse tipo de abordagem, a forma como o termo “reestruturação produtiva” é empregado, por vezes, produz generalizações das relações entre capital e trabalho. Essa concepção sugere o estabelecimento de uma positividade do processo que, em geral, conforma-se à perspectiva dos grupos dominantes ligados ao governo e ao empresariado. Nesses estudos, as interrogações acerca da reestruturação costumam aparecer para mostrar as mudanças em relação ao processo produtivo e à postura do trabalhador dentro do trabalho. Por vezes, parecem não apreender a articulação entre tal postura no trabalho e fora dele nem como os valores e as experiências extralaborais interferem na conduta dos trabalhadores e em suas formas de resistência.

Diferentes disso são os estudos que partem de uma preocupação com os significados dessas transformações para os trabalhadores e suas condições laborais. Tais estudos identificam aspectos da formação da classe operária e dos desafios da luta de classes nesse contexto de mudanças, em que se destacam as formas de resistência constituídas pelos trabalhadores, os efeitos do emprego industrial em suas vidas e os problemas de saúde

<sup>13</sup> DONDA JÚNIOR, Alberto. *Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves*. 2002. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 57. Ele analisou as teorias sobre a localização industrial concentrando sua pesquisa numa discussão sobre as agroindústrias, em especial a unidade da empresa Sadia S. A. de Francisco Beltrão, sudoeste do PR, inaugurada em 1991. Donda Júnior buscou compreender os fatores que influenciaram a escolha dessa localização para abrir a agroindústria de aves.

<sup>14</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 23.

derivados do trabalho na fábrica. Edmundo Fernandes Dias (1998) questionou abordagens que caracterizaram a “reestruturação produtiva” como algo “novo”, pois esta se constituiria como parte da história do capitalismo. Esse sistema de produção: “[...] teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe”.<sup>15</sup>

Analisar esse processo requer vê-lo pelo prisma do trabalho. Conforme Dias, a história do capitalismo subordinou o trabalho e os trabalhadores ao capital, de tal modo que estes aparecem “[...] como a história natural do capital, das técnicas, da produção, nunca do trabalho. As forças produtivas do trabalho aparecem como forças produtivas do capital”.<sup>16</sup>

O diálogo com essa historiografia se estabeleceu em busca do lugar onde os trabalhadores estavam situados e da imagem construída desses sujeitos, pois a pesquisa subjacente a este estudo se insere numa perspectiva historiográfica que compreende a classe trabalhadora como formação histórica. No Brasil, essa historiografia tem se desenvolvido, sobretudo a partir da década de 1980, sob influência teórica de autores como Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams. As abordagens que assumiram o compromisso de pensar neles como sujeitos buscam o seu fazer-se nas várias dimensões, e não apenas do operariado organizado através de sindicatos. Partem da concepção de que as experiências de tais sujeitos se expressam em dimensões múltiplas, com formas de vida própria, definindo-se a cada momento no conjunto de suas relações, seja no emprego, no bairro, nas suas formas de lazer ou na religiosidade.<sup>17</sup> Essa historiografia apresenta uma interpretação diferente da produção que se limitou a constituir uma memória legitimadora de um progresso e desenvolvimento, dando ênfase às memórias dos “pioneiros” e das personagens que ocupavam cargo de destaque na sociedade.<sup>18</sup> Diferente é o que vem sendo proposto nos últimos anos, em especial porque os estudos têm buscado reflexões sobre as outras memórias presentes na constituição dos municípios.<sup>19</sup> Portanto, este trabalho pretende

<sup>15</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Outubro*, São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 1, 1998, p. 46.

<sup>16</sup> DIAS, 1998, p. 46.

<sup>17</sup> PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, n. 6, p. 129-149, 1986.

<sup>18</sup> Sobre Santa Helena, das abordagens nesse sentido destacam-se: COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena: prefeitura municipal, 1988; COLODEL, José Augusto. *Pelas ruas e praças de Santa Helena. Costa Oeste*, Santa Helena, maio de 1999.

<sup>19</sup> DARC, Aparecida. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970–2008)*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem*. Memórias e



contribuir para o debate sobre o processo de industrialização no Brasil apontando uma análise pela lógica do processo vivido na região oeste do PR, dando ênfase às experiências e as lutas dos trabalhadores.

Ao desenvolver a noção de experiência, Thompson enfatizou a necessidade do diálogo entre as categorias de análise e a confrontação empírica, ou seja, a relação entre teoria e evidência, baseando-se em uma concepção de história que privilegia os sujeitos sociais e seus modos de vida. Para ele, “[...] toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”.<sup>20</sup> Essa assertiva converge para o que diz Williams: “[...] a coisa mais importante que um trabalhador produz é sempre ele mesmo, tanto na condição específica de seu trabalho quanto na ênfase histórica mais ampla dos homens produzindo-se a si mesmos e a sua história”.<sup>21</sup> Essa formulação da noção de sujeito se constitui como prática com um sentido político que cria a sociedade e a economia, ampliando o raio de constituição da noção de político. Os sujeitos são ativos e, histórica e culturalmente, contextualizados. Portanto, compreender a vivência dos trabalhadores requer analisar como avaliam suas vidas dentro e fora do trabalho, antes e depois se empregarem nas indústrias de confecções.

Em diálogo com o pensamento de Thompson, Vinicius Donizete Rezende<sup>22</sup> problematizou as produções sobre a industrialização de Franca, que, em sua avaliação, produziu generalizações sem levar em conta a conjuntura e as especificidades das experiências vividas pelos operários. De acordo com ele, desde meados dos anos 1990, os pesquisadores vinham questionando aquelas produções generalizantes; e sua pesquisa teve a pretensão de se acrescentar a esse debate, ajudando a superar o reducionismo característico das análises anteriores e a valorizar os aspectos múltiplos da vivência operária dentro e fora dos locais de trabalho, rompendo com a história dos trabalhadores centrada na análise do sindicato dos sapateiros.<sup>23</sup> Assim, visou contribuir para uma discussão sobre as mudanças e os desafios recentes da luta de classes. Ao analisar o processo de divisão do trabalho, Rezende

---

relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu — 1975 a 1991. 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon; SCHMITT, Judite V. *Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. 2008. 132p. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

<sup>20</sup> THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. In: \_\_\_\_\_. *Miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 190.

<sup>21</sup> WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: ed. UNESP, 2011, p. 48–9.

<sup>22</sup> Vinicius Donizete Rezende analisou o processo de mudanças nas relações laborais e seus impactos sobre os trabalhadores do complexo coureiro-calçadista de Franca, São Paulo (1950–80).

<sup>23</sup> REZENDE, Vinicius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950–1980)*. 2012. Tese (doutorado em História Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 6

estabeleceu distinções que pareceram pôr, de um lado, os trabalhadores ligados à gerência Industrial e, de outro, os trabalhadores da linha de produção. Esse autor adotou a categoria “gestor” para se referir aos trabalhadores da gerência industrial; em sua avaliação, esse grupo se constituía:

[...] como uma classe *capitalista* porque controla o *tempo* de trabalho alheio e seus membros se apropriam de parte da mais-valia gerada pela classe trabalhadora. Não obstante, como os gestores não detêm a posse privada de unidades particulares de produção, eles se distinguem da burguesia.<sup>24</sup>

Para sustentar esse posicionamento, Rezende buscou argumentos no fato de que,

[...] apesar dos chefes e gerentes serem funcionários das empresas, considero equivocado concluir que estavam na mesma condição dos trabalhadores. Afirmar que eram explorados assim como os trabalhadores resulta de uma concepção político-ideológica que centra seus ataques políticos quase exclusivamente à forma de propriedade dos meios de produção (propriedade privada), que define o capital como posse e considera a existência de apenas duas classes sociais: a trabalhadora e a burguesa. Ser assalariado não implica necessariamente ser explorado, pois no caso da gerência industrial, os salários representavam a forma jurídica de participarem coletivamente da divisão da mais-valia extraída da classe trabalhadora. Chefes e gerentes diferenciaram-se tanto dos trabalhadores quanto dos burgueses, uma vez que controlavam os processos de trabalho sem deterem a posse privada dos meios de produção. Por isso, é mais profícuo considerá-los como membros de uma terceira classe social em processo de formação e crivada por ambiguidades.<sup>25</sup>

Ao tratar dos gestores como classe social distinta dos trabalhadores da linha de produção, Rezende estabeleceu uma divisão que cai, exatamente, no que era alvo das críticas de Thompson, para quem a análise de “classe” social deveria ser relacionada com pessoas reais, considerando que a classe é uma formação social e cultural que pode ser definida não de forma abstrata ou isolada, mas sim em relação a outras classes.<sup>26</sup> Conforme Rezende, em geral os gestores eram trabalhadores da linha de produção promovidos a cargos de chefia ou que alcançaram a posição de gerente. Sua identidade seria “[...] construída em torno do controle exercido sobre os processos de trabalho”.<sup>27</sup> Parece que os trabalhadores deixam de reconhecer

<sup>24</sup> REZENDE, 2012, p. 117–8.

<sup>25</sup> REZENDE, 2012, p. 149.

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: ed. Unicamp, 2001.

<sup>27</sup> REZENDE, 2012, p. 122.

seu lugar social de sujeitos que vendem sua força de trabalho para construir sua identidade segundo a perspectiva dominante, anulando as experiências anteriores.

Parto do pressuposto de que não cabe dimensionar o quanto cada trabalhador é explorado, mas sim reconhecê-los dentro da diversidade; ou seja, reconhecer o que os identifica: a condição de quem vende sua força de trabalho. As formulações de Rezende simplificam o processo e as especificidades da luta de classes, afinal — diria Thompson — uma classe está em processo de formação constante e é marcada por “[...] ação e reação, mudança e conflito”.<sup>28</sup> Embora Rezende apontasse aspectos importantes do processo vivido pelos trabalhadores, ao construir os argumentos apontados acima pareceu não alinhar a trajetória dos trabalhadores com o contexto de mudanças e sua interferência na constituição dos sujeitos da classe trabalhadora. Dessa maneira, ele os colocou como seres fragmentados, e não como sujeitos que agem segundo o conjunto de suas experiências e valores.

A prática de “promover” trabalhadores da linha de produção ao cargo de chefes de setor pode ser interpretada como um mecanismo para distanciá-los dos demais e gerar um ambiente de competição. Conforme Isabella Jinkings e Eliane Regina Aguiar Amorim (2006), nessa lógica de produção cada um se encarrega de cobrar o trabalho do outro, “[...] buscando uma maior qualidade, rapidez e produtividade”.<sup>29</sup> Estudos como os dessas autoras têm discutido que essas dinâmicas nas relações laborais dificultam a organização e o reconhecimento da classe dos trabalhadores porque perdem o foco do direcionamento de suas lutas, tendo dificuldades para definir contra quem e contra o que lutar.<sup>30</sup>

Empenhada em contribuir com os debates acerca dessas transformações, Terezinha Brumatti Carvalhal (2009) percebeu que, ao se identificarem como autônomas as costureiras domiciliares de Terra Roxa,<sup>31</sup> criava-se uma distinção entre elas e os trabalhadores ligados diretamente às indústrias. Isso parecia preocupar a autora porque elas ficavam numa situação indefinida entre ser trabalhadora e ser patroa. Carvalhal partiu da perspectiva de que o serviço

<sup>28</sup> THOMPSON, 2001, p. 169.

<sup>29</sup> JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 347. Elas analisaram a situação da indústria têxtil e de confecção, bem como os impactos desse processo sobre a força de trabalho, tratando mais especificamente de três cidades de Santa Catarina: Jaraguá do Sul, Blumenau e Brusque.

<sup>30</sup> PEREIRA, Rosângela Maria. *De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção? A complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção*. 2011. Tese (doutorado em sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 137.

<sup>31</sup> Dialogando com o processo de mudanças nas relações produtivas, Carvalhal analisou aspectos das dinâmicas do processo de industrialização segundo a interpretação dos trabalhadores domiciliares ligados à indústria do vestuário de Terra Roxa, oeste do PR. CARVALHAL, Terezinha Brumatti. *Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR*. 2009. Tese (doutorado em Geografia) — Faculdade Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

domiciliar intensificava a precarização do trabalho. Entendendo por precarização as condições laborais das costureiras domiciliares, a autora apontou elementos de uma suposta autonomia, mas reconhece que, na prática, apenas executavam funções e prestavam serviços para as indústrias, daí que não tinham poder de determinar a quantidade da produção nem o preço, além de se verem obrigadas a se equiparem com maquinário para continuar a prestar serviço.<sup>32</sup>

Antes dessas autoras, Alice Rangel de Paiva Abreu e Bila Sorj (1993) já haviam estudado questões relacionadas com a atividade laboral domiciliar. Elas conseguiram articular elementos da mudança no trabalho tendo por base os significados do trabalho industrial domiciliar na vida cotidiana e familiar das mulheres. Para estas, o espaço laboral seria o espaço familiar; e isso, na perspectiva dessas autoras, diz que não se pode “[...] refletir sobre o trabalho a domicílio sem levar em conta a família e as relações sociais que a compõem”.<sup>33</sup>

Vejo as questões destacadas por essa historiografia como elementos que dizem do processo de formação de sujeitos pertencentes a um lugar social num momento de mudanças em suas formas de viver e trabalhar. Acredito que o serviço domiciliar apresenta peculiaridades nas relações entre labor (espaço e tempo) e família; porém, essa interseção do trabalho com a família não fica restrita a quem atua profissionalmente em seu domicílio. Daí que refletir sobre o trabalho pela lógica de quem o executa é pensar em seus valores sociais e culturais. O diálogo com as relações familiares e sociais desses sujeitos são elementos que compõem as relações de vida e as relações laborais dos trabalhadores e são importantes para entendermos os significados do trabalho para eles e por que começam a trabalhar em confecções do vestuário.

Neste estudo, parti do pressuposto de, que para os trabalhadores, o trabalho não significa, pura e simplesmente, uma forma de ganhar dinheiro. Antes, envolve relações que demarcam um universo de valores e noções sobre a vida na cidade e sobre o trabalho, o que constitui um processo constante de formação e interação com grupos sociais distintos. Esse conjunto de relações interfere na articulação da luta de classes. Mais que isso, como fonte para lastrear a escrita dessa tese recorri não só aos relatos orais de trabalhadores (e de

---

<sup>32</sup> CARVALHAL, 2009, p. 21.

<sup>33</sup> Alice Rangel de Paiva Abreu e Bila Sorj constataram que o trabalho domiciliar da indústria de confecção do Rio de Janeiro, em particular da zona norte, Baixada Fluminense e Niterói era marcado pelo isolamento das trabalhadoras, que eram ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos assalariados. Cf. ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas — uma revisão da literatura recente. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (Org.) *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993, p. 50.

empresários),<sup>34</sup> mas também a leis, atas, revistas (publicadas pela prefeitura de Santa Helena em 1988, 1996 e 2008) e jornais — sobretudo o *Costa Oeste*.

Durante a pesquisa de mestrado, fiz levantamento no Costa Oeste; naquela ocasião, copiei notícias sobre a implantação de indústrias de confecção no município. Ao iniciar a pesquisa subjacente a esta tese, retornei ao jornal e conclui o levantamento nos arquivos. Também entrevistei trabalhadores. Em seguida, busquei as atas arquivadas na Câmara dos Vereadores de Santa Helena. Com base nos elementos apontados por essas fontes e nas discussões com o orientador, decidi entrevistar trabalhadores domiciliares, pois era necessário mostrar o conjunto das relações laborais vividas por eles. Entrevistei ainda sete empresárias do ramo de confecções e três empresários de outros setores — estes últimos haviam participado dos debates sobre a instalação de parques industriais no município, por isso contribuíram para a compreensão de como o projeto de industrialização foi guiado pelos setores dos grupos dominantes e dos possíveis conflitos nesse processo.

As entrevistas ocorreram entre 2011 e 2015 e foram construídas com base em um roteiro que preparei a fim de conduzir o diálogo com os entrevistados, mas sempre adequando-o para explorar as experiências de vida e de trabalho. De início, entrevistei trabalhadores que conheci em 2003, quando trabalhei numa facção de roupas, sobretudo de calças jeans. A amizade e meus familiares que trabalhavam nesse setor facilitaram o contato. Ao conversar com eles — pessoas com quem compartilhei a experiência de trabalhar na indústria de confecção —, quando os questionava sobre o funcionamento e a organização do trabalho, algumas vezes davam respostas curtas ou expressavam um olhar de interrogação, como se não fizesse sentido responder a questões que eles supunham que eu conhecia. Alguns manifestavam desconfiança, a ponto de pedir para não ser identificados pelo nome. Outros, após marcarmos o dia e o horário para conversar, desistiram de conceder a entrevista. Por outro lado, a aproximação que eu tinha com eles facilitava o diálogo, pois existia uma relação de igualdade pela convivência que tivemos e pela aproximação com meus familiares que ainda trabalhavam nas indústrias. Nas primeiras entrevistas, gravadas em 2011, eu estava elaborando o projeto para participar do processo de seleção do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia; e, como estava desempregada, alguns que me conheciam pensaram que eu almejava a uma vaga de emprego. Isso se manifestava, em especial, quando os questionava sobre os requisitos para a seleção e se era difícil ser contratado.

---

<sup>34</sup> Os entrevistados foram identificados com pseudônimos.

Gravei entrevista com 36 trabalhadores e, para produzir esses diálogos, primeiramente eu estabelecia contato com eles, explicava meus objetivos e tentava agendar data e horário adequado à disponibilidade de tempo deles. Esse cuidado tinha o propósito de facilitar o andamento e aproveitamento do diálogo, de modo que as questões levantadas pela problemática pudessem fluir. Entrevistei trabalhadores que estavam vinculados à indústria do vestuário e alguns que não atuavam mais nesse setor. A opção em entrevistar estes últimos teve a intenção de mostrar as relações de trabalho estabelecidas por eles e como o setor de confecções do vestuário se constituía no município de Santa Helena.

As entrevistas foram gravadas e duraram de 25 minutos a 1 hora e 50 minutos. Foram realizadas, a maioria, na residência dos entrevistados. Alguns diálogos aconteceram com até três trabalhadores ao mesmo tempo, pois optaram por se reunir em uma casa e desenvolver uma conversa coletiva. Com exceção de quatro entrevistadas que moravam na Linha São Miguel e uma trabalhadora e seu esposo que moravam no distrito de São Roque e trabalhavam na sede municipal,<sup>35</sup> os demais moravam nos locais onde ficavam as confecções, dos quais se destacava o distrito de São Roque, Linha Gaúcha e os bairros da sede municipal – Loteamento Aliança, Conjunto Habitacional Cristo Rei, Centro, Baixada Amarela, Vila Rica, bairro Industrial e São Luiz. Uma trabalhadora na ocasião da entrevista morava no município de Medianeira, ficando a uma distância de aproximadamente 64 quilômetros de Santa Helena.

Para entrevistar os empresários do município, fui às empresas; mas, dada a resistência a conceder entrevista gravada, organizei um questionário com questões destinadas a situar biograficamente os proprietários (nome, idade, escolaridade e naturalidade) e questões para obter informações sobre as empresas:

- nome da empresa e especialidade;
- se o proprietário pagava aluguel;
- tempo de instalação no município;
- número de empregados, se todos tinham registro em carteira de trabalho e por quê, se havia domiciliares ou terceirizados e quantos;
- se a empresa já tinha utilizado trabalho domiciliar, se tinha facção industrial, se prestava serviço para alguma outra indústria da cidade;
- a média de produção diária, quantas máquinas tinham;
- com quais marcas a empresa trabalhava;

---

<sup>35</sup> Assim como a trabalhadora e seu esposo que se deslocavam todos os dias para a sede municipal, sete trabalhadores residentes na Linha São Miguel e que trabalhavam no distrito de São Roque levavam marmitas para as indústrias e ali almoçavam.

- quais as razões que levaram a empresa a se instalar no município de Santa Helena;
- se a empresa conseguiu atingir os objetivos do projeto de implantação.

Para analisar as experiências e trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores, dialoguei com as reflexões de Alessandro Portelli<sup>36</sup> e Yara Aun Khoury,<sup>37</sup> pois ambos compreendem que, ao falarem, as pessoas se posicionam como sujeitos dos processos que vivem em sociedade e estabelecem relações sociais, interpretam e expressam seus valores culturais. As experiências são constituídas de uma realidade social, ou seja, são de origem social. De acordo com Khoury, as pessoas são um amálgama de muitas experiências que se constituem e se transformam na vida diária,<sup>38</sup> expressam sua visão social de mundo, seus valores, seus posicionamentos e suas preocupações, expressam as questões do tempo em que vivem, de sua classe social e de sua profissão. Todos esses fatores moldam a concepção de mundo dos sujeitos. Com efeito, foi possível constatar que a interpretação dos entrevistados acerca do trabalho se constituiu de suas relações sociais, experiências e trajetórias. Ao falarem, forneceram elementos que diziam muito sobre eles e as relações estabelecidas no cotidiano, pois o lugar de onde se fala molda o olhar sobre os processos sociais; e, conforme as circunstâncias, emergem certas lembranças que são interpretadas segundo questões do presente.

Atas, leis, revistas e jornais permitiram identificar conceitos utilizados pelos grupos dirigentes. Esses documentos deixaram evidências de que tais grupos atribuíam aos trabalhadores o papel de receptores do desenvolvimento fornecido por eles. Isso fica mais claro nos jornais quando destacam que os trabalhadores precisavam se adaptarem e se prepararem para as mudanças no mundo do trabalho, pois o mercado exigia cada vez mais pessoas com qualificação profissional. Textos publicados pelo *Costa Oeste* dialogavam com os projetos implantados pelos representantes e dirigentes políticos de Santa Helena, algumas vezes partindo do discurso de que a administração municipal e o empresariado proporcionavam o “progresso” à população mediante um modelo de desenvolvimento que buscava promover o avanço social e econômico. Outras vezes questionavam e criticavam grupos dirigentes e seus projetos políticos. Isso se manifestava por meio de textos que expunham entrevistas com empresários e a sociedade civil e, como tal, constituem um veículo importante para perceber os conflitos entre os grupos sociais envolvidos nesse processo.

---

<sup>36</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Niterói: ed. UFF, n. 2, 1996.

<sup>37</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>38</sup> KHOURY, 2004, p. 127.

O *Costa Oeste* foi criado na década de 1990, por empresários que, segundo Jiani Fernando Langaro,<sup>39</sup> fixaram-se no município e mantinham uma postura situacionista perante a administração de Silom Schmidt.<sup>40</sup> As relações desse jornal com líderes políticos municipais ficaram explícita na trajetória do impresso e de seus dirigentes. Isso fica patente quando se considera que, nos meses de maio, época de comemoração do aniversário de emancipação do município, o jornal costumava dedicar uma edição especial que, em geral, tratava da história que as classes dominantes queriam.<sup>41</sup> Em 1999, ocorreu a primeira mudança em sua direção — assumida pela empresária Lídia Maria Liskoski; também nesse ano “[...] em novembro, a Família Prata — Maria Lurdes, Armando Prata e Armandinho Prata — passou a fazer parte da sociedade. O JCO [jornal *Costa Oeste*] passou a ser, então, semanário, com 32 páginas e mais editorias coloridas”. Em 2002, a família Prata teria assumido, sozinha, a direção do semanário, enquanto Armando Eduardo Prata dirigia a produção de um caderno especial em comemoração ao 35º aniversário do município e, em 2004, ele foi eleito vereador do município.<sup>42</sup>

Para desnaturalizar noções cristalizadas por esses documentos e fazer uma aproximação dos conflitos e da complexidade dos processos históricos, estabeleci um diálogo com relatos de entrevistados (empresários e trabalhadores) de modo a analisar tais documentos e construir o movimento de constituição dos processos históricos. Tal procedimento se desdobra nos quatros capítulos desta tese.

No primeiro capítulo — “Produção industrial e mudanças na vida dos trabalhadores em Santa Helena, PR” —, busquei analisar dimensões do processo conceituado como

<sup>39</sup> LANGARO, 2005, p. 53.

<sup>40</sup> Schmidt (1950–2013) esteve à frente da prefeitura entre 1997 e 2004.

<sup>41</sup> Em maio de 2007, em caderno especial sobre os 40 anos de emancipação do município, o jornal *Costa Oeste* também comemorava seus 11 anos de fundação e, com a história de Santa Helena, dedicou uma reportagem ao jornal, que teria nascido “[...] de um sonho do empresário Moacir José Hanzen”. Em 2012, esse empresário foi candidato a prefeito — não eleito — do município de Medianeira, oeste do PR. Na ocasião de formação do jornal, Hanzen já trabalhava havia alguns anos com promoção de eventos e publicidade, mas “[...] seu desejo era atuar no ramo jornalístico e, assim foi. E em 1996, quando Santa Helena comemorava 25 anos de emancipação, circulou a primeira edição do Jornal *Costa Oeste*. O tablóide tinha 20 páginas e apenas a capa e a contracapa colorida [...]”. Em 1996, sua circulação deixou de ser mensal para ser quinzenal; em 1997, aumentou o número de páginas coloridas — mais duas na coluna social. Cf. TAMBÉM é mês de aniversário do JCO. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, maio de 2007, ano 11, p. 19, “Santa Helena 40 anos” (caderno especial).

<sup>42</sup> Em 2012, o jornal *Costa Oeste* tinha sua sede na avenida Brasil, Centro de Santa Helena, junto ao *shopping center*. As edições eram publicadas às sextas-feiras, sob a direção de Airtton Lindner e Onei Moura; a redação era de responsabilidade de Francis Ricardo Schley (jornalista responsável do DRT/PR N° 7053) e Zeloni Grapiglia. Este, com Sidnei Lós, cuidava da editoração gráfica e Iandra de Couto, do setor financeiro. Cada exemplar custava R\$ 2. Segundo informações inseridas no jornal, as edições circulavam em Foz do Iguaçu, Santa Teresinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido do Rondon, Mercedes, Terra Roxa, Guairá, Cascavel e Santa Helena. Em 2012, o diretor Onei Moura foi assassinado, depois o jornal não publicou novas edições.



industrialização e desenvolvimento, destacando as mudanças que ocasionaram na vida dos trabalhadores, em especial aquelas relativas ao processo de sair de relações laborais no meio rural e se iniciarem no trabalho industrial. Para tanto, utilizei a documentação obtida na Câmara dos Vereadores, na imprensa local — sobretudo do jornal *Costa Oeste* — e entrevistas com empresários e trabalhadores do setor de confecções do vestuário.

No segundo capítulo — “Dinâmicas de trabalho no setor de confecção do vestuário em Santa Helena, PR” —, analisei as relações trabalhistas que se articulavam no processo de produção com ênfase nos mecanismos usados pelas empresas e nas experiências laborais vividas pelos trabalhadores. Nessa análise, desenvolvi uma reflexão que buscou articular o serviço de facção domiciliar e nas facções industriais à luz da trajetória dos trabalhadores ligados às costuras industriais e aqueles que trabalhavam por conta própria.

No terceiro capítulo — “Concepções e práticas dos trabalhadores sobre o trabalho e suas transformações” —, analisei as trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores das indústrias de confecções do vestuário, buscando elementos e dimensões da forma como avaliavam suas relações laborais, o que os levou a se empregarem nas facções fabris e como estabeleciam suas relações com a cidade. Desenvolvi o argumento de que se vinculavam ao emprego na indústria de confecções do vestuário por falta de opções. A discussão foi desenvolvida com base em diálogo com os relatos de trabalhadores e empresários entrevistados. Isso permitiu construir a forma como se articulavam as relações entre os setores das classes dominantes e os trabalhadores residentes na cidade, com ênfase na escolaridade, nas razões para trabalhar nas facções e em suas expectativas antes de se iniciarem no emprego fabril.

No quarto capítulo — “As condições de trabalho e a resistência dos trabalhadores da indústria do vestuário em Santa Helena, PR” —, analisei as formas de organização trabalhista das empresas de confecção do vestuário, as condições laborais que constituem o dia a dia dos funcionários de confecções de Santa Helena, as disputas em torno da produtividade e as formas de resistência adotadas por eles.

# I

## Produção industrial e mudanças na vida dos trabalhadores em Santa Helena, PR

O objetivo neste capítulo é discutir como os grupos dominantes de Santa Helena, na relação com trabalhadores, orientaram os projetos de instalação da atividade industrial nesse município e, a partir disso, entender quais mudanças estiveram presentes na vida deles. Com base em registros escritos como atas da Câmara Municipal, revistas e jornais, bem como nas entrevistas orais com trabalhadores das indústrias de confecções do vestuário, constatei que os anos 1980 constituíam o ponto de partida para compreender as discussões sobre o processo de intensificação da produção industrial na região oeste do Paraná; ou seja, para entender um campo complexo de conflitos entre grupos sociais diferentes, tais como líderes políticos, o setor empresarial e os trabalhadores rurais e urbanos. Na perspectiva das classes dominantes desse município, aqueles anos marcaram um período de crise econômica e política, assim como foram o início de uma fase de “progresso” e “desenvolvimento”. Caracterizada como início de uma “nova” fase para o município, essa visão positiva constituiu-se após a formação do lago de Itaipu, isto é, em finais dos anos 1980, início da década 1990; e é um elemento importante para entender como os líderes do governo municipal guiados por seus interesses, buscaram se adequar às relações colocadas naquela ocasião. Ao destacarem noções de crise e desenvolvimento para se referirem e expressar as relações colocadas num mesmo período histórico, as classes dominantes fornecem elementos de um processo conflituoso

entre sujeitos que orientam suas relações políticas e sociais tendo em vista lugares e interesses específicos.

Dito isso, o foco dessa análise é contribuir para os estudos sobre os modos de viver e trabalhar dos trabalhadores da indústria do vestuário, enfatizando a necessidade de interpretar aspectos silenciados pela produção dominante. É pertinente ressaltar que as atas relatadas e arquivadas durante as sessões da Câmara dos Vereadores e os textos do jornal *Costa Oeste* enfatizaram a ideia de desenvolvimento. Ao destacar os projetos defendidos para essa finalidade, percebi que os sujeitos ligados ao Poder Legislativo pretendiam definir concepções e registrar o papel dos grupos ligados ao governo municipal para constituir uma história harmoniosa e progressiva, conforme mostram as páginas a seguir. Para desvendar e identificar o teor das relações conflituosas que permearam as dimensões sociais daqueles anos e o processo que levou aos debates acerca da produção industrial, considero importante refletir sobre as formulações dos setores das classes dominante, em especial quanto às definições de crise e progresso alusivas ao mesmo período.

Ao destacarem os pontos turísticos<sup>43</sup> e os nomes de estabelecimentos comerciais, as classes dominantes apresentavam elementos referentes a uma história harmoniosa que pretendia mostrar o “progresso” e a “qualidade de vida” numa versão da história que visava constituir a formação do lago de Itaipu como marco das transformações. Com efeito, na concepção de Edson Belo Clemente de Souza, a inundação das terras criava e definia uma identidade regional; e recriava as condições de existência, de modo que, na perspectiva dos governantes municipais, a “nova” região contaria com uma paisagem visual que tinha aquele lago como elemento básico a ser explorado como atrativo turístico. Para Souza, essa paisagem vendida como mercadoria “pelos seus “atrativos paisagísticos” passa a ser o motor da regionalização e de atividades que, para ser viáveis economicamente, “[...] devem [deviam] contar com implementação de infraestrutura como forma de subsidiar o turismo”.<sup>44</sup> Um exemplo de que a localização da região era utilizada pelos empresários para comercializá-la pode ser observado na denominação de seus empreendimentos; em Santa Helena, eles tendiam a designar seus empreendimentos com nomes alusivos ao lago, como os jornais *Costa Oeste* e *Correio do Lago* e a rádio Grande

---

<sup>43</sup> A partir de 1985, quando a usina de Itaipu iniciou sua produção de energia, e, sobretudo, nos anos 1990, quando foram pagas as primeiras prestações dos *royalties*, as classes dominantes e dirigentes de Santa Helena investiram na formação e ampliação do parque de lazer e turismo/praias artificiais, visando promover esse ramo de atividade na cidade.

<sup>44</sup> SOUZA, 2002, p. 129.

Lago,<sup>45</sup> dentre outros. Na perspectiva dominante, a formação do lago desembocou num movimento de industrialização e constituição urbana das cidades do oeste do Paraná; isso porque, com o alagamento das terras, alguns daqueles sujeitos que sobreviviam do trabalho agrícola perderam suas formas de sobrevivência e precisaram se deslocar para as cidades.

Desse processo, os setores ligados ao poder político e empresarial costumavam frisar aquilo que enxergavam como positivo; a saber: que a formação do lago propiciou a constituição de uma cidade turística e a intensificação da atividade industrial, na qual me concentro ao analisar a constituição do setor de confecções do vestuário. Os projetos de turismo e industrialização são vistos pelos setores dominantes como símbolo de “desenvolvimento” proporcionado pelo lago. Essa formulação se configurou a partir de 1990, quando o município se projetava como “local de progresso”, que viria dos *royalties* pagos pela Itaipu Binacional.<sup>46</sup> Tais projetos passaram a compor a pauta da administração como propostas de crescimento econômico e social que colocariam o município numa nova etapa, supostamente benéfica à cidade e aos santa-helenenses.

Caracterizando-se os anos do decênio de 1980 e o início do de 1990 como períodos de crise decorrente da formação do lago e das consequências do período de ditadura (1964–85), os setores ligados ao governo municipal deixavam transparecer que aquele foi um momento de preocupação e incertezas quanto aos rumos que seguiriam. A preocupação com as consequências da formação da Usina Hidrelétrica de Itaipu para a região e os rumos administrativos que assumiriam a partir de então era compartilhada pelo conjunto dos municípios, em especial aqueles localizados às margens do lago, como Santa Helena — um dos municípios que — cabe reiterar — mais recebem *royalties*. Os projetos de líderes políticos durante aquela década me pareceram destinados a criar uma estrutura

---

<sup>45</sup> Edoni Prestes Pedroso foi idealizador e sócio da primeira rádio do município Santa Helena. Localizada em área central do perímetro urbano, em 2015 a rádio Grande Lago tinha como diretor o advogado Naudé Pedro Prates, que entre 1979 e 1985 foi nomeado prefeito desse município. Fundada em 1982 — a inauguração foi em 26 de maio, quando se comemora o aniversário do município —, a rádio teve seu nome atribuído por Edoni. Homenageado pela emissora em comemoração de seus 31 anos — completados em 2013 —, durante a entrevista Edoni destacou que a origem do nome “[...] teve a ver com o lago que na época ainda seria formado, considerando a implantação da Hidrelétrica de Itaipu. Com a opção por ‘Rádio Grande Lago’ ao invés de outra sugestão debatida na ocasião, que era ‘Rádio Santa Helena’, a ideia era fazer com que essa escolha se constituísse num nome de abrangência regional, como de fato veio acontecer”. Cabe destacar que, em 1981, Edoni assumiu a Câmara de Vereadores e, em 1984/85, a chefia de Gabinete do Executivo municipal. Após esse período, não teve mais participação direta na política; em 1986, foi contratado para desempenhar a função de técnico agroflorestal pela Itaipu Binacional, onde permaneceu até se aposentar. RÁDIO GRANDE LAGO. Idealizador do nome “Rádio Grande Lago” é homenageado nos 31 anos da emissora, 26/5/2013. Disponível em: <<http://www.rgl.com.br/noticia/santa-helena/idealizador-do-nome-radio-grande-lago-e-homenageado-nos-31-anos-da-emissora>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

<sup>46</sup> LANGARO, 2005, p. 66. Ver também: SILVA, 2011.

para a industrialização. Exemplo disso está nos incentivos destinados à instalação do balneário, do porto e da agência do Banco do Brasil, à mecanização agrícola e ao comércio.<sup>47</sup>

Os debates dos líderes do governo estavam focados, sobretudo, nos agricultores rurais que tinham perdido suas terras e na possibilidade de desenvolvimento do turismo. Apostar num projeto tal era uma perspectiva dominante retratada no título da publicação municipal *Santa Helena, ano 21: uma cidade turística*.<sup>48</sup> Através dessa publicação, a administração municipal (1986–8), com base em projetos analisados e votados pelo conjunto dos nove vereadores<sup>49</sup> e demais representantes do governo, frisava que o município descobria e “explorava” suas “vocações e potencialidades”, em especial aquelas voltadas ao turismo. Daí que a instalação do porto era vista como ponto de articulação com os demais projetos e interesses em relação ao comércio e à industrialização.

De acordo com o secretário de Indústria Comércio e Turismo daqueles anos, Odilon Backer Bueno,<sup>50</sup> “[...] o transporte fluvial da produção de grãos para os centros consumidores e de exportação via Porto de Paranaguá, além da facilidade na travessia para o Paraguai, representaria um importante retorno financeiro para a comunidade santahelenense”.<sup>51</sup> A travessia para o Paraguai através do porto era vista como meio de deslanchar o desenvolvimento e a industrialização, assim como movimentar o comércio local, elevando o número de vendas.<sup>52</sup> Somados ao projeto de turismo e aos incentivos direcionados para o processo de industrialização, esses projetos constituíam parte do discurso dos setores dominantes e dirigentes, que os utilizavam como argumentos para legitimar e vender a imagem de uma cidade que caminhava rumo ao progresso. Conforme destacou o vereador

<sup>47</sup> GIOVANELLA, Marcos T.; COPINI, Moacir. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística. *Nova Fase*, Cascavel, Educativa, 1988, p. 1–23.

<sup>48</sup> GIOVANELLA; COPINI, 1988.

<sup>49</sup> Enio Bomm, presidente da Câmara dos Vereadores, Valdir José Copetti, Juelci Ferrari, Nelson Ferreira D’Angelo, Milton Schulz, Idmar Dallanora, Harry Ripp, Antônio Aparecido de Oliveira e Otavio Gutkoski.

<sup>50</sup> Ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 2008, Odilon B. Bueno estava aposentado e concorreu ao cargo de vereador municipal, pela coligação Paz Mudança e Crescimento, composta pelo Partido da República (PR), PMDB e Partido Social Liberal (PSL). Nesse processo eleitoral, ele ficou eleito como vereador suplente. Em 2009, fez parte do conselho de ética e disciplina partidária do PMDB.

<sup>51</sup> GIOVANELLA; COPINI, 1988, p. 11.

<sup>52</sup> GIOVANELLA; COPINI, 1988, p. 5. Segundo informação do jornal *Correio do Lago*, no porto de Santa Helena, funcionava a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Classificação de Sementes do Paraná (CLASPAR). No mesmo local, também funcionava a Aduana e o ministério da agricultura paraguaios, a Direção Nacional de Tráfego — que regula os transportes terrestres —, Administração Nacional de Navegação e Portos (ANNP) e o despachante aduaneiro dos dois países. Cf. SANTA HELENA, exemplo de integração, porto surpreende. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, março de 2005, ano 1, edição mensal, p. 3.

Nelson Ferreira D'Angelo,<sup>53</sup> com a instalação do porto, a população encontraria “[...] em Santa Helena seu ponto de suprimento e com isso a nossa cidade [alcançará] o tão almejado progresso”.<sup>54</sup>

Dialogando com essas questões, os empresários que entrevistei ressaltaram argumentos que procuraram situar a região oeste do Paraná dentro das questões nacionais. Por exemplo, Zaqueu destacou que, por volta de 1986, iniciou-se como empresário de uma loja de roupas, mas que, em finais dessa década, faliu, pois não tinha recursos nem conseguia pagar o financiamento.

[...] a gente não tinha recurso próprio. E, daí, teve uma época que não conseguia mais fazer vendas pra pagar o financiamento. Nós si obrigamo a fechá, né? Não tinha como... [...]. Vendia e não recebia, e a situação tava se agravando a cada dia. Naquela época, o plano Cruzado, que passou cruzado pra URV [unidade real de valor] [...]. Aquela mudança de moeda, aquilo foi... não só eu, quantas pessoas que tinha ramo [negócios] aí faliram tudo, agricultor e coisa.<sup>55</sup>

De acordo com o entrevistado, os problemas econômicos vividos nos anos 1980 se agravaram em meados da década de 1990, sobretudo com a mudança da moeda cruzado pelo plano Real.<sup>56</sup> Essa conjuntura piorava a crise financeira dos pequenos empresários e agricultores, pois vinha acompanhada dos problemas da formação do lago de Itaipu. Os argumentos e a preocupação com a falta de consumo que afetava o comércio apareceram, ainda, nos discursos de vereadores que enfatizavam a preocupação com o esvaziamento da cidade, das vilas e do meio rural. De acordo com o vereador José A. Cabral, a evasão populacional afetava os comerciantes de tal modo, que também estes começaram a “abandonar suas atividades”. Daí ser necessária a ação da administração pública para “segurar essa gente”.<sup>57</sup>

<sup>53</sup> Ligado ao PMDB, Nelson Ferreira D'Angelo se formou em Direito e, em 2014, exercia a profissão de advogado.

<sup>54</sup> SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 666*, de 1º de agosto de 1983. Manuscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 11.

<sup>55</sup> Zaqueu. Santa Helena, PR, 5 de março de 2013. Arquivo de mp3 (29 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva no escritório da empresa do entrevistado, que tinha 49 anos de idade à época da entrevista.

<sup>56</sup> O Plano Real foi aprovado em 1994, no governo de Itamar Franco, cujo ministro da Fazenda — Fernando Henrique Cardoso — o sucedeu na presidência da República naquele mesmo ano.

<sup>57</sup> SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 676*, de 17 de outubro de 1983. Manuscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 11.

Na avaliação do ex-prefeito Júlio Morandi,<sup>58</sup> o alagamento pelo reservatório de Itaipu “[...] teve, *inicialmente*, impacto negativo para os moradores da região [...]” (grifo meu).<sup>59</sup> De acordo com ele, o reservatório ocupou 33% da área agricultável<sup>60</sup> e fez o município “parar” por falta de perspectivas; daí a “[...] migração em massa; e os que ficaram não tinham certeza de futuro por falta de informação. Falava-se, na época, que o lago acarretaria terremotos e outras catástrofes, tudo isso contribuindo para o esvaziamento de atividades produtivas continuadas”.<sup>61</sup> A fala do ex-prefeito e do vereador José A. Cabral, citado acima, parecem corroborar o argumento de que, ante as relações e transformações que marcaram os anos 1980 e o início da década 1990, as lideranças do governo de Santa Helena e da região oeste do Paraná buscavam se adequar àquelas relações criando mecanismos que preparassem para a futura industrialização.

Conforme destacou o empresário Zaqueu, após a formação do lago e com as indenizações pagas pela Itaipu, o número de empresas no município cresceu:

Naquela época, não tinha muita empresa, eram poucas, era só as mais... que hoje tão na cidade, mais antiga. Depois que veio a indenização, daí começô a vim mais empresa. Mais antes não tinha. Era agricultura só. Aonde é o alagamento era lavora. Então, não tinha mais. Isso aí faz o quê? Trinta e cinco anos atrás, trinta [...] na época aqui era tudo, não tinha nem asfalto. Algum comércio na avenida [Brasil] tinha, né? Mais que isso, não!<sup>62</sup>

<sup>58</sup> Natural do município de Aratiba, Rio Grande do Sul, Julio Morandi se mudou para Santa Helena em 1972, em busca de oportunidades e melhores condições de vida. De acordo com ele, naquela época “[...] o Paraná, vislumbrado como um estado é que se desenvolvia muito, tinha muitas opções, muitas oportunidades, principalmente para os jovens. E, [...] lá na nossa região [Aratiba, RS], era [...] bastante acidentada topograficamente, geograficamente ela é de bastantes serras, morros. Enfim, não se tinha uma oportunidade pro jovem”. Em Santa Helena, Morandi trabalhou como funcionário do comércio. Em 1985, filiado ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), ele se elegeu prefeito do município, inaugurando a sua “[...] primeira experiência [...] como homem público [...]: eu não tinha noção, não fui vereador”. Foi prefeito municipal em dois mandatos: 1986–8; 1993–6. Além da vida política, atuava como comerciante ligado à loja Center Esportes, no Centro de Santa Helena e registrada em 1997. MORANDI, Julio. Santa Helena, PR, 25 de junho de 2009. Fita cassete. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência do entrevistado, que então tinha 60 anos de idade. Nos processos eleitorais dos anos de 1996, 2000, 2004 e 2008, ele disputou o cargo de prefeito duas vezes com Silom Schmidt, depois com Giovani Maffini, por último com Rita Maria Schmidt. Mas não foi reeleito.

<sup>59</sup> CIDADE supera conflitos para crescer. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1996, ano 1, edição mensal, p. 8. Ao contrário do que houve na década de 1980 — quando os dirigentes municipais apontavam um momento de crise econômica tida, em boa medida, como consequência da construção da usina de Itaipu —, a partir de 1990 a administração municipal construiu e projetou o município como “local de progresso” em virtude da riqueza proporcionada pelos *royalties* pagos pela Itaipu. Ver: SILVA, 2011; LANGARO, 2005.

<sup>60</sup> Segundo Souza, o município de Santa Helena “[...] reduziu sua população no período entre 1980 e 1991 em 46%, de 34.952 habitantes para 18.86”. A causa teria sido o desmembramento de São José das Palmeiras (1985), “[...] que possuía, em 1991, 5.598 habitantes, mas também pela desapropriação de propriedades rurais e urbanas e, consequentemente, pelo deslocamento dos antigos moradores”. Cf. SOUZA, 2009, p. 123.

<sup>61</sup> CIDADE supera..., 1996, p. 8.

<sup>62</sup> Zaqueu, 2013, entrevista.

As palavras desse empresário permitem perceber que na década de 1980 não fazia sentido falar em industrialização, pois Santa Helena tinha poucas empresas; o município não tinha estrutura para tal. Não tinha “nem asfalto”! Na avaliação do empresário Mateus, ante o quadro de crise financeira, coube à classe empresarial se adaptar: “Aí todas as empresas tiveram que se adaptá a essa realidade de menor consumo [...]”.<sup>63</sup> Para os agricultores, esse período ficou registrado pela perda de terras, num processo que alterou seus modos de vida e trabalho. Levi, por exemplo, viveu e acompanhou o dilema dos agricultores: com “[...] o meu finado pai aconteceu isso: nós tinha duas colônia aqui, o pai vendeu uma, ficô uma aqui, onde é a LAR [Cooperativa Agroindustrial hoje, e ficô mais uma colônia lá em cima. Daí, ele vendeu”.<sup>64</sup> Após vender a terra, o pai desse trabalhador comprou um terreno na cidade:

[...] e veio pra cidade, e o resto do dinheiro colocô a juro e falô: “Eu nunca mais preciso de trabalhar, eu não gasto dinheiro a juro. Mais daí começô a inflação subí, e começô subí, subí e trocaram a moeda, houve um desfalque, a queda maior que deu, que pegou de surpresa tudo, foi aquele plano Collor, que confiscou tudo as [poupanças]..., né? Que deu e daí muita gente perdeu dinheiro, que nem o finado pai. Faleceu vai fazê 16 ano, nunca mais recebeu aquele retorno, aquele dinheiro que ele tinha no banco [...]”.<sup>65</sup>

Com efeito, o esposo da trabalhadora Jezabel, também, destacou que, “Na época, o juro tava alto e muita gente optou por colocá o dinheiro, aplicá o dinheiro, né? Tava bom o juro, né? E hoje não tem mais nada, a infração comeu”.<sup>66</sup> A reação do pai de Levi pode apresentar as expectativas de parte dos proprietários rurais daquele período. Dadas as constantes mudanças na economia, os planos de viver de juros sem trabalhar se perderam num processo que modificou a vida de sua família. Conforme Levi, nesse período as terras “adquiriram valor”: quem tinha “[...] quatro alqueire, pra ir comprá quatro, só se ia em Mato Grosso, porque aqui não tinha condições”. Se, por um lado, esse processo de crise atingiu negativamente os pequenos proprietários, por outro houve quem se beneficiasse, uma vez que, de acordo com esse trabalhador, os empresários de mais destaque nos anos 2000 se constituíram naquele período. Vinham de outras regiões e estados, fixavam-se e compravam as terras dos colonos através do Banco do Brasil.

<sup>63</sup> MATEUS. Santa Helena, PR, 12 de março de 2013. Arquivo de mp3 (27 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva no escritório do entrevistado, que tinha 55 anos de idade quando concedeu a entrevista.

<sup>64</sup> LEVI. Santa Helena, PR, 13 de março de 2013. Arquivo de mp3 (108 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência do entrevistado, que estava com 63 anos de idade à época.

<sup>65</sup> LEVI, 2013, entrevista.

<sup>66</sup> JEZABEL. Santa Helena, PR, 12 de março de 2015. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 57 anos à época.



[...] pra ficá com a terra, começô a vim a turma do Rio Grande [do Sul], Santa Catarina, pra comprá terra e ir no... lá no banco [...]. O Banco do Brasil mandava negociar com quem tava devendo lá. Eles iam pagar pro banco. Se sobrava alguma migalha pro colono, tudo bem. Às vezes, faltava. Daí, o banco tomava essa terra e vendia pra outros. Que nem muitos, que nem os [... citou nome] quanta terra tem [...]. Quanta gente que tem muita terra. Porque, mesmo no comércio, vendia fiado pro ano, ia pro segundo [ano], ia pro terceiro [ano]: “Ah, eu te compro a terra, eu te dou tanto, senão você vai me paga a dívida”. Mas, não tinha. Impressionado [pressionado], eles tinha que entregá. Às vezes, vendia a metade da terra. Outra hora conseguia dá a volta de novo. Iam e tomava o resto e ficava trabalhando de empregado, né? [...].<sup>67</sup>

Levi ressalta que esse processo deixou muitos colonos do oeste paranaense na condição de empregados que tiveram de vender sua força de trabalho para quem comprou suas propriedades. Para ele esses acontecimentos se deram numa relação que caracterizou de “exploração”: “[...] foi a maioria exploração, exploração que fez pelo povo não ter experiência. Depois vinha os esperto, e aconteceu isso ali”.

Ainda na concepção de Levi, o período foi positivo para os grandes proprietários, pois conseguiram aumentar mais suas propriedades:

[...] uns saiu bem. Quem tinha bastante terra saiu bem, que a terra no Mato Grosso, no caso, era mais barato. Conseguiram. E quem tinha pouco ficaram com medo de ir para aqueles lado. Então, por bem, acharam de ir pra cidade e tal. Uns se deram bem, uns se deram mal; e na época a população era mais que hoje, no caso. Deu dez ano de muita crise, até 90, 91, deu que fracassou, que parou tudo, parou o comércio. Aquelas poucas indústrias que tinham pararam, venderam. Uns comprou, faliram, né? Porque ficou pouca gente. A maior parte de dentro do município foi debaixo d’água, né? Daí reduziu os impostos, tudo deu menos no município [...]. Daí, depois de 10 ano, daí veio esses *royalties* da Itaipu, começo. Foi miorando, foi miorando e tal, e deu. Hoje tá mais ou menos.<sup>68</sup>

De modo geral, a noção de desenvolvimento das classes dominantes parece se diferir da dos trabalhadores. Levi enfatiza que tais segmentos ligados ao governo municipal e alguns empresários até podiam falar de desenvolvimento, pois os anos 1980 e 1990, para aqueles sujeitos, foram benéficos financeiramente. Mas, para quem trabalhava no campo e os pequenos proprietários, o período foi de prejuízos e os colocou em outros caminhos não necessariamente almejados por eles. A condição dos pequenos proprietários era de rebaixamento, pois muitos “faliram”:

---

<sup>67</sup> LEVI, 2013, entrevista.

<sup>68</sup> LEVI, 2013, entrevista.

[...] que muitos faliram, particular, assim. Muita gente foi. Que nem eu mesmo: tinha terra, não tenho mais. Na época que entrô a Itaipu, eu tinha terra e não tinha documento na mão, não tinha pra fazê uma escritura e eu fiquei com medo. Falava “Olha, vai desapropriá!”. Não sabia bem o quê que era, achava que era um tipo uma revolta, ninguém dava instrução pra gente, acabei botando fora [...]. Muita gente, igual eu, aconteceu isso, né? Porque ficava com medo, chegava, “ah, vai desapropriá”. Nós não sabia se ia recebê ou não. Depois sim. Depois, quando começaram vê que a turma fizeram protesto<sup>69</sup> e tal, se reuniram, foram pra Foz do Iguaçu, ficaram acampado. Daí sim, daí o povo foi entendê que eles pagava até bem, só que daí começô [aqueles] que tinha muito, que gerava dinheiro [...], veio aqueles que explorava os colono, né? E levava pra outros lugar. Os colono, com medo que ia ficá sem, que ia perdê o valor, acabava entrando, os coletor, né? E, daí muita gente se deu bem, e muita gente se deu mal.<sup>70</sup>

Esses trechos permitem perceber que a instabilidade financeira atingia os grupos sociais e ocasionava mudanças em seu poder aquisitivo e em suas condições de sobrevivência. Grupos que antes tinham suas propriedades e contratavam gente para trabalhar se viam sem recursos financeiros para isso. A trajetória de Levi dá o indicativo de que os anos 1980 e 1990 não são lembrados por todos como período de crise que se reverteu em avanços. Esse intervalo de tempo marcou o início de mudanças difíceis que os colocaram em relações de trabalho e formas de vida alheias ao que estavam acostumados; por exemplo, foi preciso ir para a cidade. O impacto e as mudanças na vida desses sujeitos foram descritos por Levi nestes termos:

Quando eu fui, não conseguia emprego. Construímo uma casinha lá, num banhado, e eu fui trabalhá, não achava emprego, eu fui trabalhá de posseiro, furá poço. Poço de 28 metros de fundura [...] Depois, eu fui trabalhá num hotel. Daí, lá, eu tava registrado; mais daí não tinha mais condição, época ruim de turismo e coisa. Daí eu resolvi voltá pra minha terra, vim trabalhá, cuidá chiqueirão. Depois voltei trabalhá um pouco na terra. O cara [seu patrão e proprietário das terras onde trabalhava] vendeu a terra. Experimentei um pouco o Paraguai. Não deu lá. Deu crise. Tava uma época ruim. Voltei pra cá [para Santa Helena] peguei terra arrendada, num dava, era muita renda, não dava. Voltei trabalhá de motorista. Daí, um tempo trabalhava registrado, outro tempo trabalhava de favor, achei que era melhor ganhar um pouco mais, porque o registro era muito caro pra firma, pra estudá a família. Agora, eu tô vendo que eu fiz tudo errado, eu não tinha ninguém pra me orientar: “Não, você tá no caminho errado! Faz assim, assim, pra mais tarde”... Eu achava que tava fazendo certo.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> Segundo o jornal *Costa Oeste*, o protesto a que Levi se refere foi denominado “Movimento justiça e terra”. Santa Helena foi escolhida para tal manifestação porque, na perspectiva da imprensa, era um local “[...] estratégico bem no centro da área a ser expropriada. Tendo feito várias reuniões preliminares nas comunidades, o “Movimento Justiça e Terra”, como ficou batizado, resolveu manter os colonos em assembléia permanente. E ela rebentou no dia 14 de julho, em Santa Helena. Durante 16 dias, até o dia 29 o pessoal ficou acampado defronte ao escritório da Itaipu [...]. O auge da manifestação foi dia 25, Dia do Agricultor, quando a assembléia reuniu cerca de 8 mil pessoas no campo do União. Na oportunidade as reivindicações foram encaminhadas aos órgãos competentes da binacional”. JUSTIÇA e terra! 8 mil colonos em Santa Helena. *Costa Oeste*. No início terra de índios e obrages. Santa Helena, PR, maio de 2007, ano 11, caderno especial [“Santa Helena 40 anos”], p. 9. Sobre o “Movimento justiça e terra”, ver: SCHMITT, 2008.

<sup>70</sup> LEVI, 2013, entrevista.

<sup>71</sup> LEVI, 2013, entrevista.

Levi se mudou para Foz do Iguaçu. Uma vez na cidade, percebia a si mesmo por meio dos trabalhos que precisou desenvolver, nas dificuldades e nos embates culturais em que a vida urbana o situava. As circunstâncias daquele momento foram lembradas como experiência desesperadora:

[...] desespero porque, lá, pra, pra ir no banheiro, tinha que pagá, pagava água pra puxá a descarga. Aqui [em Santa Helena] não existia. Aquele tempo não era assim aqui. Pra nós, foi novidade quando veio falá banheiro pra nós, banheiro dentro de casa. Era uma patente lá, quando não era no mato, porque não tinha aquele poder de coisa, quem tinha poder sim [...]. Pra mim, eu ficava totalmente perdido, eu saía de dentro de casa, não sabia pra que lado que ia pendê. Daí, não podia fazê fogo na cidade, não deixava porque daí não tinha lenha, porque fazia fumaça pro vizinho. Daí se tinha energia elétrica, tinha que pagá, eu não tinha de onde tirá, tinha que ter, né? Ia fazer o quê? Achava tudo esquisito e [ficava] envergonhado porque os outros tinha alguma coisa, e eu não tinha nada. Eu queria fazê, mais não conseguia.<sup>72</sup>

O desespero manifestava seu estranhamento de não se reconhecer naquele espaço, pois a vida urbana o colocava em relações, costumes e valores que não pertencia ao seu horizonte cultural e social. Ao falar do banheiro e da energia elétrica, o entrevistado parece aludir a elementos da cidade, até então um lugar que lhe era desconhecido, um lugar onde ele não podia fazer o que costumava fazer no meio rural, por exemplo, recorrer ao fogo a lenha para cuidar de afazeres domésticos. O viver na cidade explicitava o rebaixamento de suas condições de vida, fazia-o se sentir humilhado ante seus valores de homem trabalhador que garantia o sustento de sua família:

Eu cheguei a vendê garrafa [para] comprá leite pras crianças... Na roça, quando eu sai da roça, nós tinha só um filho, daí fomo, daí tinha mais 3, foi..., meu Deus do céu. Cansei de ir com garrafa pra vendê no comércio assim; e a comerciante fica com dó de mim e pegá e me dá uma cesta, falar: “Pega, leva, não custa nada, você é trabalhador, você tá todo dia procurando emprego aqui e tem gente que fica o dia inteiro sentado dentro da bodega [bar], não faz nada e vem pedir fiado. Você não veio aqui pedir fiado, você veio aqui trocá [...] eu vou te dá mercadoria”. Então, tinha gente boa, na época, que eu encontrei que me dava, me ajudava também [...]. Meu sapato ficava largo embaixo, que abria assim de tanto eu procurá emprego. Eu falava: “Me dá só comida, por enquanto eu quero só dá comida pros meus filho, eu quero só isso, não precisa mais nada”. Eu, voltar na roça? Onde que eu vou? Eu pensava assim: “Eu tinha a minha própria terra, tinha vaca, eu tinha a minha trilhadeira, eu tinha carroça, eu tinha porco, bastante galinha no terreiro [...]”. Eu, voltar na roça? Eu falei: “Vou dá a renda pra quem?”. Me sinto envergonhado agora ir lá, quem me conhece... [Sou um] estranho. Ninguém vai me dá, e onde me conhece, vai dizer: “Você tinha terra, agora tu quer o quê?”. Não procurei.<sup>73</sup>

<sup>72</sup> LEVI, 2013, entrevista.

<sup>73</sup> LEVI, 2013, entrevista.

Aos 64 anos, Levi rememorou esse processo pelo viés de suas marcas e consequências em seu presente, sobretudo porque ficou doente e não havia conseguido se aposentar: “Acabou assim: que você fica doente. Fui operado, operação forte, né? Perdi as força pra trabalhá, quando comecei criar coragem, foi operado de novo. Então foi sofrido, foi! Meu Deus do céu! E, não só eu, tem muita gente que tá nessa situação”. De acordo com Levi, o médico lhe disse que não poderia mais trabalhar; ao tentar se aposentar, não conseguiu: alegaram que não tinha o tempo necessário de serviço. Daí o tom de desabafo: “Tem que tá quebrado, então. Fica naquela: a gente não sabe o que fazer”. Com a cirurgia mais recente — de 2013 —, ficou encostado durante um mês e 18 dias. Na ocasião da entrevista, morava na sede do município de Santa Helena, numa casa que pertencia a sua falecida mãe; para sobreviver, alugou duas quitinetes que construiu no fundo da casa.

Trabalhadores como Levi, que viveram e sofreram com a perda de sua propriedade agrícola quando da formação do lago de Itaipu, ao relatar sua trajetória de vida e trabalho na cidade revelam dimensões de uma cidade que em muito se diferenciava do estereótipo de cidade turística e industrial. O relato de Levi se abre à construção de outros sentidos para a formação do lago, os quais põem em xeque o fator desenvolvimento urbano e industrial associado com a construção da usina de Itaipu. Diferentemente, as experiências relatadas deixam entrever os sentidos da perda severa nas condições materiais de sobrevivência. Percebo que esse processo, algumas vezes, produzia o sentimento de fracasso porque as pessoas não conseguiam manter um padrão de vida: viviam em um contexto de mudanças constantes nas quais se viam em relações de competição e poder: “poder de coisa”.<sup>74</sup>

Como resposta a esse contexto dos anos 1980, o governo municipal lançava suas expectativas no futuro, ou seja, acreditava na industrialização. O projeto direcionado especificamente para viabilizar tal proposta foi a implantação de um parque industrial.<sup>75</sup> Líderes do governo acreditavam que a industrialização era uma forma de “adaptar” a economia municipal “[...] às necessidades e imposições de um novo tempo”.<sup>76</sup> Para tanto, em 1987 os representantes municipais aprovaram a lei 428, que definia os incentivos e benefícios

<sup>74</sup> LEVI, 2013, entrevista.

<sup>75</sup> O parque industrial 1 foi criado via lei 415, de janeiro de 1987, para uma área de 64.149,53 metros quadrados no prolongamento da rua Argentina, que leva ao porto comercial. Foram instaladas as empresas Lar Transportes, Despachos Aduaneiros Ltda., em 2003; Aguasolo (conservas), em 1994; e Trilage (pré-moldados), em 2001. O mapa do parque industrial está disponível no Anexo 3.

<sup>76</sup> GIOVANELLA; COPINI, 1988, p. 12.

oferecidos aos empresários que instalassem unidades fabris na área do parque; incluíam levantamento topográfico e geotécnico, loteamento, planejamento, terraplanagem, remoção de terra para construção de prédios comerciais e indústrias, arruamento, redes de água e luz, doação do terreno e de pedra brita.

Nesse intento de industrializar o município, o decênio de 1990 apareceu como a segunda fase: a de concretização do que foi preparado na década anterior. Representaria a superação das dificuldades enfrentadas antes. Essa possibilidade se mostra nos títulos das publicações do governo municipal — *Santa Helena, pronta para o terceiro milênio*<sup>77</sup> — e da imprensa local — “Cidade supera conflitos para crescer”.<sup>78</sup> Ambas de 1996, essas publicações sugerem uma noção de história fundada na ideia de evolução, avanço e homogeneidade, que anuncia o conjunto de projetos que permeariam esse processo, a saber: incentivo à instalação de indústrias, o turismo ou os programas de assistência social. Nessa perspectiva, a partir de 1992, quando o candidato a prefeito Julio Morandi e seu vice — o advogado Silom Schmidt<sup>79</sup> — foram eleitos, pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), para o mandato 1993–6,<sup>80</sup> houve aumento na área destinada à instalação de indústrias e no número de empresas instaladas. A administração municipal adquiriu 72,6 mil metros quadrados para constituir um segundo parque industrial<sup>81</sup> e 37 mil para a terceira etapa.<sup>82</sup> Em quatro anos, a área destinada à indústria aumentou em 174%.<sup>83</sup>

<sup>77</sup> SANTA HELENA. Prefeitura. *Santa Helena, pronta para o terceiro milênio* [revista impressa], 1996, p. 1–38.

<sup>78</sup> CIDADE supera..., 1996, p. 8.

<sup>79</sup> Silom Schmidt nasceu em 3/7/1950 e faleceu em 4/6/2013. De 1993 a 1996 ele foi vice-prefeito de Santa Helena; de 1997 a 2004, foi prefeito. De 2009 a 2012, sua esposa, Rita Maria Schmidt, foi prefeita, pelo Partido Progressista (PP). Rita e Silom Schmidt, entre 2011 e 2012, desligaram-se do PP e se filiaram ao Partido Social Democrata (PSD), então capitaneado pelo vereador e ex-secretário de Educação e Cultura Aldemir Guerino. Schmidt também exerceu a função de secretário de Indústria, Comércio e Turismo durante a gestão de sua esposa, bem como foi presidente da associação comercial do município no período 1981–3.

<sup>80</sup> O Poder Legislativo de Santa Helena incluía nove vereadores: José Alberto Koserski, Irineu Francisco da Rosa, Celso José Junges, Valdir Osório, Dário Paulo Dresch, Delci Andrade Bresolin, Pedrolino Martins de Oliveira, Romeu Ademar Bruxel e Romeu Reolon.

<sup>81</sup> O parque industrial 2 ficou localizado no prolongamento da rua Argentina, junto ao parque 1. Em sua extensão, instalaram-se a Kozerski Indústria de Móveis, em 1994 — embora operasse no município desde a década de 1960 —, e a Cerâmica Imperial, instalada em 1994. Ver mapa no Anexo 4.

<sup>82</sup> Através da lei 1.409, de 20 de agosto de 2002, o parque industrial 3 passou a ser denominado Parque Industrial Cirillo Caumo. Localizado na PR-448, no km 67, Linha Buricá, abriga as empresas Santa Gemma Indústria de Alimentos Ltda., instalada ali desde 2008; Metaza Aquecedores, inaugurada em 2009, porém instalada no município desde 1973; e Nativa (fábrica de refrigerantes), instalada em 2004. Vide mapa no Anexo 5. Cf. Lei 1.409, de 20 de agosto de 2002. Disponível em:

<<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.409-2002.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

<sup>83</sup> SANTA HELENA, 1996, p. 6.

Essa intensificação da atividade fabril era enfatizada como mérito dos administradores. Segundo revista publicada pela administração municipal, muitas pessoas “[...] que haviam deixado o município, durante mais de uma década de estagnação e esvaziamento após a formação do Lago de Itaipu”<sup>84</sup> haviam retornado. Esse fenômeno era visto como resultado dos programas municipais de fomento, em especial o sistema de concessão de uso com recursos provenientes de doações orçamentárias e *royalties* de Itaipu.<sup>85</sup>

Na perspectiva dos representantes do governo municipal, a construção de parques industriais tinha o objetivo de retirar, da área central, barracões de indústrias, sobretudo metalúrgicas e marcenarias, que produziam mais poluição sonora.<sup>86</sup> Tal justificativa era reforçada com o argumento de que algumas empresas estavam “[...] aumentando os seus negócios, invadindo a rua, colocando lá os seus produtos. Além dos transtornos que criam [criavam] para a população e seus vizinhos, onde vários fazem [faziam] queixas”.<sup>87</sup> Pode-se concluir que os líderes do governo municipal que se referiam aos incômodos que, supostamente, as indústrias causavam à população buscavam sustentar um projeto que visava organizar os espaços urbanos, disciplinar seus usos, promover e assegurar a aparência de uma cidade bonita e harmoniosa dentro dos parâmetros dos grupos governamentais. Os argumentos que permitem chegar a essa constatação ficam mais claros em trechos extraídos de publicações da imprensa analisados adiante.

Nessa incorporação da ação governamental, incentivar a população a construir no município era condição necessária para o desenvolvimento; mas era preciso seguir normas que definiam os lugares adequados para instalar indústrias. De acordo com Elder Boff,<sup>88</sup> “[...] não se pode conviver com empresas, com tratores e caminhões na beira da rua impedindo o trânsito e ocasionando algum tipo de acidente”. Deixar as empresas no bairro Centro era prejudicial para a imagem da cidade que pretendiam “[...] espalhar para a região, Brasil e às vezes até para o mundo, que é de qualidade de vida, quando o cidadão que mora ao lado de uma oficina não consegue descansar ou respirar direito porque o ar

---

<sup>84</sup> SANTA HELENA, 1996, p. 5.

<sup>85</sup> SANTA HELENA, 1996, p. 5

<sup>86</sup> SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 1.790*, de 16 de fevereiro de 2004. Datiloscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 29.

<sup>87</sup> SANTA HELENA, 2004.

<sup>88</sup> Locutor da rádio Grande Lago AM/580, Elder Boff foi vereador do município de Santa Helena de 2000 a 2008.

está sendo poluído”.<sup>89</sup> Essa discussão deixava transparecer os problemas que a produção industrial poderia ocasionar do ponto de vista ambiental e social; e tais possíveis problemas foram vistos e considerados pelos grupos de poder — político e econômico — segundo seus interesses. Enfatizavam que as pessoas precisavam se adequar às transformações, buscar o desenvolvimento tecnológico e industrial; não era mais possível permanecer somente com as atividades agrícolas: esse modelo de desenvolvimento serviu para os anos anteriores; da década de 1990 em diante, os interesses apontavam outras relações de produção e desenvolvimento.

Às empresas de confecções do vestuário, os incentivos se diferenciavam relativamente ao debate acerca da construção dos parques industriais. Como não havia uma discussão sobre o barulho e a poluição, fugiam aos propósitos de criar um parque industrial destinado a esse segmento. Os anos 1990 marcaram o início do processo de expansão do número dessas empresas no município. Em 1980, havia sido registrada uma empresa; em 1990, foram registradas quatro firmas, como se lê no quadro a seguir. Percebi que, no processo de inserção delas, iniciaram-se como pequenas e médias facções empresariais que, em 2013, não mantinham mais que a média de 30 funcionários. Os dados indicados no quadro apontam uma porcentagem maior de facções industriais:<sup>90</sup> 12, ante 1 facção domiciliar. Tais dados referem-se aos estabelecimentos de confecções do vestuário instalados e registrados no município entre 1989 e 2013. Vale frisar que as datas em que as empresas foram registradas nem sempre coincidem com o período de funcionamento. Essa discrepância é considerada no capítulo 2.

---

<sup>89</sup> SANTA HELENA, 2004. Jerusa, que teve sua empresa transferida para o parque industrial 3, destacou que os proprietários solicitavam a transferência e apresentavam o projeto para construção de barracão. De acordo com ela, somente *uma* empresa seria transferida para o parque, porque não tinha espaço físico que comportasse mais empresas. Uma vez instalada, compartilhava o espaço com duas indústrias de alimentos, uma fábrica de refrigerantes e uma de biscoitos. Os empresários que tivessem a solicitação aprovada deviam entrar com “trinta por cento” do valor total da obra. Jerusa frisou que a obra de sua empresa custou quase R\$ 1,8 milhão. Desse valor, pagou R\$ 550 mil. Segundo ela, desde o início da licitação para instalar sua empresa, contando a aprovação, execução e instalação, passaram-se quatro anos. A retirada da sede municipal ocorreu em março de 2012. JERUSA. Santa Helena, PR, 12 de março de 2013. Arquivo de mp3 (48 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva no escritório de sua empresa. A entrevistada estava com 47 anos de idade então.

<sup>90</sup> Não foram contabilizadas empresas que confeccionavam cortinas, enxovais, lingerie, uniformes escolares e empresariais, pois, sua dinâmica de organização difere das facções industriais e domiciliares ligadas à produção de roupas. Essa questão reaparece com mais propriedade no capítulo 2.

QUADRO 1. Empresas de confecções têxteis e do vestuário de Santa Helena, PR (1989–2013)

ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	PESSOAL OCUPADO	TIPO DE PRODUÇÃO
A	Sede	1994	15	Loja e confecção de uniformes escolares e empresariais
B (marca própria)	Sede	1996	4	Loja e confecção de lingerie, camisolas e pijamas
C	Sede	2005	15	Confecção de jeans
D (marca própria)	Sede	2011	33	Confecção de jeans
E	Sede	2005	8	Loja e confecção de cortinas, estofados, colchas, fronhas, almofadas.
F (marca própria)	Sede	2000	4	Loja e confecção de cortinas
G	Distrito de São Roque	2003	35	Confecção de jeans
H (marca própria)	Sede	2009	8	Uniformes escolares e empresariais
I	Sede	1999	21	Confecção de jeans
J	Distrito de São Clemente	2009	51	Confecção de jeans
K (marca própria)	Sede	2003	120	Confecção de roupa social masculina
L	Distrito de subsede	2002	42	Confecção de jeans
M	Sede	2009	10	Confecção de artigos do vestuário (malhas)
N	Sede	1989	4	Loja e confecção de cortinas, enxoval e decoração
O	Distrito de São Clemente	2003	12	Confecção de jeans
P	Distrito de subsede	2008	60	Confecção de jeans
Q	Sede	2010	92	Confecção de jeans
R	Sede	1995	38	Confecção de jeans
S	Sede	2002	60	Confecção de jeans
<b>Total: 19</b>	—	—	632	—

Fonte: dados da pesquisa<sup>91</sup>

Seguindo a linha de raciocínio de outros municípios — por exemplo, Terra Roxa<sup>92</sup> —, os representantes do governo municipal partiram do princípio de que as indústrias de roupas

<sup>91</sup> A lista de empresas foi obtida no departamento de tributação da prefeitura de Santa Helena em 2011 e 2013. Pelas entrevistas com trabalhadores e sócios de empresas, assim como pelos questionários que levei para preencherem, foi possível delinear informações sobre pessoal ocupado e o tipo de produção de cada firma.

<sup>92</sup> Conforme análise de CARVALHAL, 2009.



representavam menos custos, pois encontravam mão de obra disponível — a demanda de costureiras no município —, ao passo que apostavam nesse setor como meio de dizer que estavam contribuindo para o avanço social através da criação de empregos. Encontrei esse tipo de argumento numa mensagem que justificava o projeto de lei 021, de 1995, sobre a concessão de incentivos para instalar uma indústria de confecções de agasalhos desportivos. Nesse documento, o então prefeito Julio Morandi afirmava, ante os vereadores e o presidente da Câmara Municipal, que:

[...] o desemprego em nosso município é bastante grande. Há evidente necessidade de se alterar essa situação, e uma vez que esta gera empregos, propícia a diversidade das atividades econômicas, aumenta a arrecadação tributária, e com isso, fortalece o comércio, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade de vida. A indústria de confecção, como é sabido é uma das que mais rapidamente pode instalar-se, e, também os investimentos de parceria por parte do Município são menores. Ademais, essa atividade, em razão da implantação pela Municipalidade da Escola de Formação de Costura Industrial, está qualificando a mão-de-obra para esse ramo de atividade, e assim, vem despertando interesse de empresários do setor em se instalar no município.<sup>93</sup>

Na perspectiva de Morandi, cabia aos trabalhadores se inserirem no trabalho industrial e no comércio. Ele entendia que, quando as pessoas têm emprego, podem gerar renda e investimentos, o que fortalece a economia com “arrecadação tributária”, por exemplo, e “fortalece o comércio”. Com essa ideologia, as classes dominantes partiam do pressuposto de que sair de casa para trabalhar nas indústrias era sinal de avanço na vida dos trabalhadores; entendiam que se empregar nas empresas significava “melhoria da qualidade de vida”.

O artigo 27 da lei 1.330, de 2001, alterou e acrescentou aspectos do artigo 3º da lei 1.008<sup>94</sup> e do projeto de lei 021, de 1995, o qual estabeleceu que, para receberem auxílio do governo, os empresários deveriam formalizar a solicitação dos incentivos municipais contando uma descrição do ramo de atividade industrial a ser desenvolvida, a matéria-prima a ser utilizada, a capacidade produtiva da unidade a ser instalada ou ampliada; o mercado consumidor potencial; a perspectiva de faturamento, custos, despesas e do retorno dos investimentos; a relação de infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhado de orçamento discriminado; previsão de

<sup>93</sup> MORANDI, Júlio. *Mensagem do prefeito Júlio Morandi sobre o projeto de lei 021/95*, dirigida à Câmara Municipal em 24 de abril de 1995.

<sup>94</sup> SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Lei 1.008*, de 6 de junho de 1995. Dispõe sobre a concessão de incentivos para instalar indústrias de confecção. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.008-1995.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

investimentos próprios; previsão de geração de empregos diretos e indiretos; especificação dos benefícios/incentivos pleiteados; apresentação de projeto de viabilidade econômica para empreendimento cuja previsão de investimentos globais fosse superior a R\$ 100 mil.<sup>95</sup> A lei 1.330,<sup>96</sup> também, prevê, no artigo 3º, que, tendo solicitado os incentivos municipais, as empresas passavam pela avaliação de uma comissão de análise composta pelo secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo; secretário Municipal de Finanças; secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; por representante da Câmara de Vereadores e pelo presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Santa Helena (ACISA).<sup>97</sup>

Conforme dados do Quadro 1, as primeiras confecções registradas (N, em 1989; A, 1994; R, 1995; B, 1996; e I, em 1999) trabalhavam com malhas envolvendo a produção de cortinas, lingerie e uniformes escolares e empresariais. A maior expansão aconteceu nos anos 2000, quando havia 14 empresas registradas — nove especializadas na produção de jeans. Acredito que esse aumento nos anos 1990 e 2000 resulte da propagação dos incentivos fornecidos pela prefeitura mediante o programa de concessão de uso. Isso pode ser depreendido no processo de formação dessas empresas. O quadro a seguir resume dados do Quadro 1 para indicar o número de estabelecimentos por ramo de confecção; é possível perceber que os especializados na produção de jeans — incluindo shorts, saias, jaquetas e, sobretudo, calças — eram maiores se comparados com as confecções especializadas em uniformes escolares e empresariais, lingerie, cortinas e roupa social masculina.

<sup>95</sup> No capítulo 2, analiso como os empresários lidavam com esses regulamentos e como isso acontecia na prática.

<sup>96</sup> No artigo quarto da lei 1.330 foram instituídos a isenção de tributos municipais pelo período de até 10 (dez) anos; a construção de barracões industriais, rede de telefone, transformadores, padrões; instalações internas de energia elétrica, máquinas e equipamentos; arruamentos, ensaiamentos, meio-fio, calçamento com pedras irregulares, pavimentações asfálticas, rede de água, rede de esgoto sanitário e galerias de águas pluviais. Também estabeleceu incentivos referentes a projetos técnicos e de engenharia, bem como projetos de viabilidade econômica — este último desde que fosse elaborado pela equipe da secretaria de Indústria, Comércio e Turismo ou por entidade conveniada com o município; previa incentivos de aperfeiçoamento profissional através de cursos de capacitação nas áreas de atuação das empresas e a criação e manutenção de escolas profissionalizantes. Conforme o segundo artigo dessa lei, os incentivos oferecidos para cada empresa eram até o limite de R\$ 300 mil, sendo vedada a concessão de outro benefício. Cf. SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Lei 1.330*, de 7 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.330-2001.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

<sup>97</sup> Fundada em 1978, a ACISA é uma entidade de classe empresarial que, segundo o jornal *Costa Oeste*, congrega pessoas jurídicas e físicas de setores da atividade econômica (comércio, indústria, prestação de serviços, agronegócio e profissionais liberais). Seu surgimento decorreu da motivação dos empresários “[...] pelo desejo de crescimento e fortalecimento comercial e industrial do município” ACISA: a entidade já nasceu forte. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 2002, ano 6, edição especial [35 anos de Santa Helena], p. 8.

QUADRO 2. Número de estabelecimentos por ramo de confecção em Santa Helena, PR (2011–3)

TIPO DE CONFECÇÃO	QUANTIDADE	FUNCIONÁRIOS
Jeans	11	459
Roupa social masculina	1	120
Artigos do vestuário (malhas)	1	10
Uniformes escolares e empresariais	2	23
Lingerie, camisolas e pijamas	1	4
Cortinas, almofadas e enxovais	3	16
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>632</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Como se trata de peça básica da indumentária de classes sociais distintas,<sup>98</sup> talvez o jeans prevalecesse como prioridade das empresas porque vendia mais. A empresária Judite disse ter parado de produzir com tecidos de tadel para se dedicar ao jeans, pois a demanda era maior.

O grupo empresarial das indústrias de confecções do vestuário estava composto por pessoas que viviam em Santa Helena desde o período da formação do lago de Itaipu (sobretudo donos de confecções de malhas) e empresários que se mudaram à época da instalação de suas fábricas. Em geral, estes últimos estavam ligados à produção de roupas do vestuário — uma empresária confeccionava cortinas, estofados, colchas, fronhas e almofadas; mas não obteve, da prefeitura, os benefícios do programa de concessão de uso. Os que contaram com tais benefícios quando eram de outros municípios ou Estados tinham informação sobre o programa de concessão de uso. Proprietária da empresa S, Judite<sup>99</sup> disse ser natural de Santa Helena, mas que, após se casar, foi morar em Cuiabá, MT, onde abriu uma fábrica de roupas íntimas. Sua irmã, então empresária do ramo de confecções do

<sup>98</sup> Em seu estudo, Abreu observou que nos anos 1970 houve crescimento das indústrias de jeans no Brasil. Várias grandes produtoras entraram no mercado lançando, por exemplo, marcas como US TOP ou CUKIER, as quais acompanhavam a tendência das “[...] pequenas e médias empresas, que se desenvolviam naquelas áreas onde os produtos se modificam mais substancialmente com as mudanças da moda e estações do ano, como nos ramos de roupa feminina e de crianças. Cf.: ABREU, 1986, p. 122. Num artigo sobre a primeira Feira Internacional do Jeans, que aconteceu em Goiânia, de 13 a 17 de agosto de 2012, Diene Batista destacou que o jeans constitui um uniforme universal, pois era “[...] adotado por pessoas de todas as idades, nacionalidades e classes sociais. Em mais de um século e meio, o jeans se tornou ícone de moda, ganhou novas texturas, lavagens, adornos e conquistou os mais diversos públicos”. Conforme a docente de Design de Moda na Universidade Federal de Goiás, Mirian Costa Manso, de início o jeans foi adotado por causa da resistência do tecido; além disso, Batista destaca que o “[...] jeans brasileiro é conhecido internacionalmente pela cintura baixa e pelo uso do tadel, fibra que deixa a calça 30% mais leve. O país é o maior produtor desse tipo de tecido: em média 25 milhões de metros são confeccionados por mês”. Ver: BATISTA, Diene. O uniforme universal. *Tribuna do Planalto*, 17 de junho de 2012. Disponível em:

<[http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14626%3Ao-uniforme-universal&Itemid=121&showall=1](http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14626%3Ao-uniforme-universal&Itemid=121&showall=1)>. Acesso em: 29 abr. 2014.

<sup>99</sup> JUDITE. Santa Helena, PR, 9 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (19 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada.

vestuário e residente em Cascavel, PR, fez-lhe a proposta de abrir uma empresa nessa cidade ou em Santa Helena. Judite optou por Santa Helena, porque “[...] tinha ajuda do Prefeito, né? Com o barracão e com as máquinas, né?”.<sup>100</sup> Em 2013, ela produzia para as marcas, Ravati, Camboê, Boyboy e AB4: todas registradas pela sua irmã e seu cunhado, empresários de Cascavel.

Dos empresários que preencheram o questionário que montei para a pesquisa, quatro destacaram que instalaram a empresa de confecção por causa dos subsídios da prefeitura; um disse ser pela perspectiva de “desenvolvimento” do município e outro, por “gostar da cidade”; um disse que era por conta de “laços de família”, enquanto dois disseram que era por causa da “ausência de confecções” e da necessidade dos clientes e da própria proprietária; enfim, três afirmaram que tinham experiência no ramo de costura e resolveram abrir a própria confecção. Os números indicam o interesse dos empresários em se beneficiar dos auxílios da administração municipal para se promoverem economicamente. Isso fica claro nas entrevistas: quem não conseguiu o incentivo, em algum momento, entrou com o pedido de incentivo do programa de concessão de uso.

Dos empresários radicados no município quando da instalação de suas empresas, cito os proprietários da empresa K, que saíram de Francisco Beltrão, PR, e iniciaram suas atividades em 2006. De acordo com a proprietária Tamar, de 51 anos de idade e natural de Viadutos, RS, a instalação da empresa foi realizada desde o início com o auxílio da prefeitura,<sup>101</sup> que, baseada nas necessidades apresentadas no projeto pelos empresários, construiu o barracão e cedeu máquinas de costura. Ao ser questionada por que escolheu Santa Helena para sediar sua empresa, Tamar destacou que,

[...] como eu não conseguia fazer lá [em Francisco Beltrão], aqui foi pelo incentivo da prefeitura que a gente veio, porque as máquinas que fazem terno, elas são a maioria muito caras. A maioria Das máquinas vem da Alemanha, elas são, a maioria, muito caras. Então, através da prefeitura a gente conseguiu comprar um maquinário bom, pra ter uma roupa de qualidade, porque hoje em dia a confecção é assim: ou você tem um bom produto, ou você não vende. Você concorrer com aquele que tá embaixo não é legal; tem que concorrer com quem tem um bom produto. Então, em função disso que a gente tá em Santa Helena [...] por causa do maquinário de ponta e pra ter um produto também de boa qualidade.<sup>102</sup>

<sup>100</sup> JUDITE, 2013, entrevista.

<sup>101</sup> Liderada pelo prefeito Giovani Maffini e seu vice, José Altair Schimmelfennig (2005–8).

<sup>102</sup> TAMAR. Santa Helena, PR, 16 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (17 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada, que tinha então 51 anos.

Essa empresária disse ter se iniciado no ramo de confecções em finais da década de 1980, em Francisco Beltrão. Lá, produzia produtos de cama, mesa, banho e artigos gauchescos como vestidos de prenda. Como a produção desses ficava limitada a um público do Rio Grande do Sul; também porque essa produção ficava restrita ao período de “temporada”, especificamente entre abril e novembro, ela inseriu a produção de roupa social masculina, mas suas máquinas eram simples e não comportava essa produção. De acordo com ela, esse tipo de roupa costuma ser mercadoria solicitada pelos compradores no ano todo; mas, como não recebeu incentivos do governo em Francisco Beltrão e tendo o conhecimento de que, em Santa Helena, “teria esse incentivo, a gente veio pra cá pra fazer uma indústria de trajes masculinos”.<sup>103</sup>

A empresa por trás da indústria estava composta de dois sócios: um amigo advogado e um cunhado da entrevistada. Tamar e o esposo trabalhavam constante e diretamente na empresa e “[...] quando tem... a gente faz partilha de lucros, eles pegam a parte deles [...]”.<sup>104</sup> Conforme publicação da prefeitura, com base no programa de incentivos — vide lei 1.416 de 2002<sup>105</sup> —, a administração municipal concedeu o terreno, o barracão e 65 máquinas de costura industrial.<sup>106</sup> Segundo Tamar, uma das condições estabelecidas pela prefeitura para instalar a empresa era que ela tinha de “morar no município”. De tal modo, ela disse ter vendido a empresa de Francisco Beltrão para se dedicar a indústria instalada em Santa Helena.

O aumento na quantidade de empresas instaladas apontava os pequenos estabelecimentos onde a organização da produção e das relações de trabalho estava marcada

<sup>103</sup> Tamar não explicou como soube do programa de concessão de uso do governo municipal. Cabe destacar que, durante as entrevistas, alguns empresários ficavam muito desconfiados e se mostravam mais dispostos a falar sobre a produção e as supostas dificuldades que enfrentavam na contratação de funcionários. Tamar, por exemplo, após uma interrupção na gravação para conversar com um funcionário, disse que era melhor parar com a gravação porque a cada instante haveria interrupção.

<sup>104</sup> TAMAR, 2012, entrevista.

<sup>105</sup> Esta lei estabeleceu como incentivos para as indústrias de confecções do vestuário os seguintes benefícios: a) imóvel com área de até 4,5 mil metros quadrados próxima do perímetro urbano de Santa Helena; barracão industrial de até 101 mil metros quadrados, fechado em alvenaria, com piso em cimento alisado, forro com laje, coberto com telhas de fibrocimento de seis milímetros, com divisórias internas, escritório, banheiros, exaustores laterais, na cobertura e nas aberturas metálicas; rede elétrica trifásica, com transformador de até 112,5 KVA, padrão de luz, iluminação interna e sistema de eletrocaldas; até 65 máquinas de costura industrial de tipos e/ou modelos variados; rede de água com reservatório de até dois mil litros; cerca do tipo paliteiro ou construída em alvenaria no entorno da área toda; enfim, serviços de terraplanagem e/ou aterramento, ajardinamento e plantio de grama. Cf. SANTA HELENA. Prefeitura. *Lei 1.416*, de 1º de outubro de 2002. Dispõe sobre a concessão de incentivos para implantação de indústrias de confecções. Disponível em:

<<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.416-2002.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

<sup>106</sup> SANTA HELENA. Nova indústria será inaugurada. *Informativo Municipal*, Santa Helena: prefeitura, edição mensal, junho de 2005, p. 8.

pela fragmentação da produção: eram fábricas “enxutas”. Do mesmo empresário,<sup>107</sup> as empresas C e D tinham entre 15 e 33 funcionários; o trabalho era dividido para facções de confecção diferentes; ou seja, distribuído no município (a empresa I, que, quando necessário, prestava serviços à D) e em outros municípios do oeste do PR. Organizar e operar a produção, normalmente, cabia aos donos, seus familiares e encarregados. As facções P e Q, por exemplo, também pertenciam aos mesmos proprietários e se vinculavam a uma empresa sediada em Toledo, PR..<sup>108</sup> Os proprietários tinham cerca de cinco empresas distribuídas na região oeste, como se deduz do relato de Isabel, trabalhadora da empresa Q entrevistada para este estudo. Disse ela: “Ó, *nossa* facção é filial da de Toledo, que distribui serviço em toda a redondeza que tem. Não sei quantas filial eles têm, mais que eu sei — que eu tenho certeza, cinco filial eles têm! Fora a matriz, né?”.<sup>109</sup> Além das duas facções localizadas em Santa Helena, as outras estavam em Céu Azul e Entre Rios do Oeste.<sup>110</sup> Também havia uma confecção e uma lavanderia de jeans em Toledo. Essas facções costuravam para a marca própria da empresa-sede.

Na perspectiva dominante, a propagação dessas indústrias era símbolo do desenvolvimento e da geração de empregos. Mas a construção dessa proposta precisava que as classes sociais distintas aceitassem e apoiassem tal plataforma social e política; afinal, até os representantes do governo percebiam que Santa Helena não tinha “vocação industrial” — na expressão do vereador Nelson Ferreira D’Angelo.<sup>111</sup> Isso significava que a popula o, os empresários e os comerciantes do município eram de origem agrícola; que lhes faltava o tino para a indústria; que tinham resistência a novidades e avanços tecnológicos. Com base nessa concep o, o jornal *Costa Oeste* indagou ao secretário da Secretaria de Indústria Comércio e Turismo em 1997, Rudi Braun,<sup>112</sup> como ele via essa questão. Disse Braun: “Eu vejo com

<sup>107</sup> Na lista das empresas registradas obtida no departamento de tributa o da prefeitura de Santa Helena, consta somente a empresa C. Segundo informa es disponíveis em *website*, o grupo empresarial vinculado a essa empresa possuía duas lojas de varejo em Curitiba, capital do PR, uma loja de atacado em Maringá, PR, e uma fábrica em Santa Helena. A referida marca teria surgido em 2007, na perspectiva vislumbrada por uma pessoa com experiência de 18 anos no mercado de confec es. O endereço eletr nico e nome do *website* ficam em anonimato por uma questão de coerência com a dimensão  tica da pesquisa aqui descrita: manter an nimos entrevistados e empresas. O proprietário da empresa com sede em Santa Helena se recusou a preencher o questionário apontado na apresenta o deste estudo.

<sup>108</sup> Informa es obtidas através de questionário aplicada na empresa Q, no dia 2/10/2013. A gerente era de Toledo e foi morar em Santa Helena para trabalhar na facão. Não aceitou gravar entrevista nem deixou tirar fotos do interior da empresa.

<sup>109</sup> ISABEL. Santa Helena, PR, 10 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 44 anos   época. Esta entrevista teve a participa o da trabalhadora Ada.

<sup>110</sup> Santa Helena dista 76 quilômetros de Céu Azul e 24 quilômetros de Entre Rios do Oeste.

<sup>111</sup> SANTA HELENA, 1983.

<sup>112</sup> Com liga o ao Partido da Frente Liberal (PFL), Rudi Braun tem forma o acadêmica em contabilidade, era comerciante, proprietário de uma bicicletaria em Santa Helena. Em 2015, não residia mais nesse município.

naturalidade por ter conhecimento que o comerciante de Santa Helena nato não tem uma vocação própria para a atividade pelo fato de a maioria ter sido oriunda da agricultura”.<sup>113</sup>

Com efeito, via-se a origem rural dos empresários — a condição de agricultores — como empecilho à realização desse projeto. Em alguma medida, isso refletia divergências e fragilidades entre o grupo dirigente municipal e os projetos por eles elaborados. A fala de Braun permite concluir que o projeto de industrialização vislumbrado pelos representantes do governo não era concretizável por ser incoerente com a realidade municipal e a trajetória social da população, incluindo os empresários. A origem e ligação dos comerciantes com as atividades agrícolas foram os argumentos utilizados para enfatizar a suposta resistência dos comerciantes a se “atualizarem” para as “dinâmicas do mercado”. Mercado que, da perspectiva dominante, passava a exigir mudanças nas concepções e na organização do trabalho e dos negócios comerciais. Mudanças que afetavam o comportamento das pessoas.

Com base nesses argumentos, é possível constatar uma concepção de desenvolvimento que contrapunha o atrasado ao moderno. Aqueles que não acatassem as mudanças eram identificados como símbolo de ameaça à consecução desse projeto político e social, pois o objetivo dos representantes do governo era instalar indústrias para gerar emprego e renda; ou seja, para “[...] transformar o município de essencialmente agrícola em cidade industrial, comercial e turística também”.<sup>114</sup> Como destacou Souza, tornou-se “hegemônica em nossa sociedade” essa concepção de desenvolvimento que tende a associar “[...] as idéias de progresso, de bem-estar, de melhoria, a um sentido evolutivo unilinear, onde os povos puderam ser classificados numa escala que vai do atraso ao progresso, do tradicional ao moderno, ou ainda do subdesenvolvido ao desenvolvido”.<sup>115</sup> Se assim o for — se a industrialização puder ser utilizada como marco para caracterizar um processo de (sub)desenvolvimento econômico de um país, Estado ou município —, então cabe perguntar: quais mudanças tal processo ocasionaria na vida das pessoas?

No caso de Santa Helena, percebo que, ao pretender tornar sua economia de base agrícola em uma economia fundada na indústria, no turismo e no comércio, as lideranças do governo municipal construía a ideia de que a indústria e o turismo representavam o que seria o desenvolvido e o moderno. O Quadro 1 indica os dados de que se valeram para dizer que, a partir dos anos 1990 e 2000, houve expansão no número de empresas. As informações

---

<sup>113</sup> SECRETARIA da Indústria e Comércio incentivar a economia. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1997, ano 2, edição mensal, p. 3.

<sup>114</sup> GLOBO mostrou Prodem de Santa Helena domingo. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, abril de 1997, ano 1, edição mensal, p. 8.

<sup>115</sup> SOUZA, 2002, p. 27.

mostram que a década passada foi de crescimento para a indústria do vestuário, com aumento de sua participação no número de estabelecimentos e empregos formais gerados. Em meados da década de 1990 e nos anos 2000, a política de incentivo às empresas mediante o programa de concessão de uso foi incorporada aos projetos do governo municipal como propiciador da expansão dos estabelecimentos industriais. Conforme notícia de jornal, a indústria de confecção construída no distrito de São Clemente possuía 643,20 metros quadrados e fazia “[...] parte do Programa da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo que prevê [previa] a geração de empregos e o aumento de renda no município”.<sup>116</sup> Esta e outras indústrias desse setor, na avaliação do secretário de Indústria e Comércio José Altair Schimmelfenning<sup>117</sup> se constituíam como “[...] uma forma de aumentar a quantidade de emprego a todos os distritos e em consequência, a toda a população do interior do município”.<sup>118</sup>

Tal convencimento se articulava à difusão da ideia de que trabalho existia; logo, bastava ter disposição para trabalhar. Essa perspectiva reforçava o caráter de responsabilidade individual dos setores populares com relação às suas condições de vida e justificava as desigualdades sociais. Apoiar significava aceitar o ritmo e a lógica do labor industrial. No entanto, para aqueles que viveram esse processo, entrar numa indústria de confecção, por exemplo, era uma questão de sobrevivência.<sup>119</sup> Compartilho da percepção de Langaro de que as camadas dominantes buscam incorporar em “[...] seus projetos os trabalhadores e suas possíveis expectativas, com o objetivo de angariar apoio popular e de tutelar a ação política desses sujeitos”.<sup>120</sup> Também acredito que, vivendo e fazendo parte desse processo, elaboram suas formas de resistência e interpretação que escapam à perspectiva política articulada pelas classes dominantes.

---

<sup>116</sup> De acordo com o secretário Municipal de Indústria e Comércio, José Altair Schimmelfenning, a obra da indústria de confecção no distrito de São Clemente foi “[...] edificada com materiais de primeira qualidade pela construtora Incoprem, possui em sua estrutura interna além da área industrial, sanitários, escritórios depósitos e copa. O acabamento externo feito em tijolo aparente segue o alto padrão industrial do município. Na obra foram instalados ainda forro em PVC e exaustores aélicos que diminuem o calor interno, proporcionando maior rendimento e melhores condições de trabalho aos funcionários. O sistema de iluminação em eletrocálias bem como a iluminação individual instalada em cada máquina segue o padrão do PROCEL – Programa de Combate ao Desperdício de Energia, que além de proporcionar maior qualidade, diminui os custos”. INDÚSTRIA é inaugurada em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 16–22 de novembro de 2001, ano 5, edição semanal, p. 23.

<sup>117</sup> Com formação acadêmica em Ciências Contábeis, José Altair Schimmelfennign foi vice-prefeito de Santa Helena em duas gestões administrativas (2001–8). Entre 2013 e 2015, atuava como professor da Faculdade Luterana Rui Barbosa (FALURB), em Marechal Cândido Rondon, Paraná.

<sup>118</sup> INDÚSTRIA é..., 2001, p. 23.

<sup>119</sup> Nos capítulos 3 e 4, aprofundo esta análise dialogando com as narrativas e trajetórias dos trabalhadores.

<sup>120</sup> LANGARO, 2005, p. 102.



Relatos dos trabalhadores entrevistados para a pesquisa aqui descrita e textos da imprensa escrita indicavam que os benefícios da suposta industrialização não haviam chegado até eles. A reflexão de Zilá, abaixo, apresenta indícios de que a visão que os grupos dominantes procuravam construir sobre uma cidade “desenvolvida” era entendida de maneira tensa pelos trabalhadores. De acordo com Zilá, era difícil conseguir emprego porque a administração municipal não se envolvia com essa questão; preocupava-se:

[...] com a estrutura da cidade, deixar ela bonitinha e pronto. Eles ganharam eleição, né? Esse é o lema deles: construir alguma coisa pra dizer que construiu. Agora, se importar muito com o funcionário, isso aí eu acho que eles não se envolve muito.<sup>121</sup>

Esta trabalhadora estava questionando a forma como as questões políticas eram definidas e desenvolvidas pelos líderes do governo municipal; na concepção dela, os representantes políticos se preocupavam com o reconhecimento social para conquistar votos nas eleições. Nesses termos, Zilá questionou a ausência de empregos para suprir as necessidades da população residente na cidade e a falta de condições dignas de vida e trabalho; e atribui tal situação à falta de atenção dos grupos dirigentes municipais.

Pensando em como os trabalhadores viveram as transformações desse contexto, a seguir analiso suas narrativas, identificando os pontos de mudança e conflito que permeiam suas relações sociais. Numa articulação-síntese do que foi acima exposto sobre o quadro de relações que marcaram os anos 1980 e posteriores, é possível perceber que as alterações econômicas e sociais ocasionaram mudanças tanto para aqueles que permaneceram no meio rural quanto para os que se deslocaram para o urbano, pois as distinções entre campo e cidade também modificaram.

Com a perspectiva de promover um processo de “descentralização da industrialização no município”, líderes do governo de Santa Helena aprovaram a instalação de indústrias em localidades afastadas da sede municipal. Conforme disse o vereador Airton Luis Oberger,<sup>122</sup> o “desenvolvimento” alcançava “todo o município”, levava “[...] progresso no interior do município”.<sup>123</sup> Na concepção do vereador, isso era positivo porque promovendo o

<sup>121</sup> ZILÁ. Santa Helena, PR, 19 de março de 2015. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que à época tinha 25 anos de idade.

<sup>122</sup> Ligado ao Partido Progressista (PP), Airton Luis Oberger foi eleito vereador suplente para a gestão 2001–4. Como o vereador Ademir Guerino assumiu a secretaria de Educação, Oberger ocupou seu cargo na Câmara durante o mandato. Formado em Administração de Empresas, foi secretário de Educação e Cultura de Santa Helena (2005–8) e, em 2009, secretário de Finanças. Quando eleito vereador, já era funcionário público concursado. Em 2015, atuava no setor de compras como pregoeiro dos leilões do município.

<sup>123</sup> SANTA HELENA, 2004.

desenvolvimento do interior, permitia que os filhos dos agricultores permanecessem no município e atraía pessoas de outras cidades para morar ali.<sup>124</sup> Ele destacou a existência de novas construções, propriedades pequenas, chácaras e sítios que estavam sendo valorizadas com os novos investimentos da administração e dos proprietários. Frisou que muitos destes estavam construindo e investindo em chiqueiros e aviários, além de melhorar suas casas. A prefeitura, por sua vez, investiu em empresas alimentícias como a fábrica de biscoitos Santa Gemma, inaugurada em 2008 e instalada no parque industrial 3, além da implantação da unidade produtora de pintainhos da Cooperativa Lar, inaugurada em 2011, com sede em Vila Celeste.

O parecer desse vereador alude ao processo de mudanças que atingia o modo de vida das pessoas, seja do meio urbano ou do campo. Nesse sentido, cito a fala de Simeão, trabalhador que, embora não tivesse ligação com a indústria, ajuda a compreender esse processo de mudanças na vida dos trabalhadores. Estabelecendo a conexão entre a vida no meio rural e a vida urbana, ele falou sobre a necessidade de os filhos dos agricultores estudarem e salientou sua frustração quanto a isso; de acordo com ele, poucos filhos permaneciam no meio rural. “[...] 99,9% estuda, se forma e vêm pra cidade”.<sup>125</sup> Em sua concepção, este era um problema político, uma vez que, se os representantes do governo “soubessem trabalhar”, os filhos dos agricultores poderiam estudar e permanecer no campo. Mas, do jeito que estava, ele projetava uma visão pessimista: “[...] a lavora vai acabar porque o grande, ele tem poder, e o colono pequeno, ele não tem poder, ele tem que depender daquele dinheiro, os empréstimo do governo [...] e os fio si forma e num querem ficá trabalhando”.<sup>126</sup>

Seguindo a linha de raciocínio de Simeão, essas relações se complicavam e constituíam problemas sociais porque, ao saírem do campo, os filhos precisavam trabalho na cidade. Mas onde e como conseguir um emprego se as pessoas que estavam na cidade, também, estavam à procura de vaga? “Porque daí vem pra cidade, já tem o pessoal da cidade”. A concentração das pessoas na cidade ocasiona outros problemas sociais que, de acordo com o entrevistado, localiza uma triste realidade, por vezes patente dos índices de

---

<sup>124</sup> SANTA HELENA, 2004.

<sup>125</sup> SIMEÃO. Santa Helena, PR, 13 de novembro de 2009. Arquivo fita cassete. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dele. O entrevistado tinha então a idade de 65 anos. Natural de Campo Novo (RS) e atraído pela possibilidade de adquirir terras na região oeste do Paraná, mudou-se para Santa Helena em 1969. Segundo ele, “[...] era fácil de adquirir terra pra cá. A gente veio pra cá. Só que nessa época era barato a terra. Só que era muita folia de jagunço”. Nesse processo — disse —, perdeu nove colônias de terra, de tal modo que teve de trabalhar com parentes de sua esposa, que tinham “propriedade documentada”. Com a formação do lago de Itaipu, a propriedade onde ele morava e trabalhava foi alagada e o proprietário, indenizado. A partir disso, saiu do meio rural e foi para a cidade, onde trabalhou por 25 anos como segurança de bancos como a Caixa, da qual saiu aposentado.

<sup>126</sup> SIMEÃO, 2009, entrevista.

“marginalidade”.<sup>127</sup> Para ele, o problema não era exclusividade de um determinado lugar: no meio rural ou na cidade, as relações sociais e as dificuldades colocadas naquele contexto atingiriam a vidas das pessoas.

Com efeito, a entrevistada Ana enfatizou que, na “[...] agricultura hoje, o pessoal de lá não tá conseguindo sobreviver, eles vêm pra cá [cidade], não tem mais o que fazer aqui e acaba virando um conjunto de desemprego, um querendo passar [...], querendo passar a perna no outro, né? Pra se dá melhor”.<sup>128</sup> A decisão de sair do meio rural não se dava ao acaso. Normalmente, a família buscava construir a vida na cidade, porque a agricultura não dava conta de mantê-la. Na avaliação dos trabalhadores, o trabalho é necessário para a “[...] sobrevivência, porque sem trabalho não vive, se tu não tem um meio, né? Agricultura, né? A pessoa que não tem terra pra plantá, ela tem que achá um outro serviço”.<sup>129</sup>

No entanto, os pais de alguns trabalhadores da indústria permaneciam no meio rural. Por exemplo, os pais de Ana, que viviam na Linha Braço do Norte, pertencente ao distrito de São Clemente. Segundo Ana, se manter na roça estava difícil porque, em geral, os agricultores possuíam salário somente em épocas de colheita.<sup>130</sup> De fato, a instabilidade financeira é uma constante em suas vidas: “[...] não podem contar com o dinheiro”:

Jezabel — o agricultor não pode contá com o dinheiro [...].

Esposo — Não sabe se vai entrá aquele dinheiro, ou não.

Jezabel — Às vezes tu vê uma planta bonita, tá tudo bonitinho, tu vai colhê e ela não te rende pra pagé o que tu deve.

Esposo — Dá uma geada, tu perde. Ou dá um sol, tu perde.

Jezabel — Então, na agricultura sempre é duvidoso. Toda [a] vida. Com vaca de leite é duvidoso. Tu vê! Que nem esses dias que tinha greve, né? O pessoal jogava o leite fora. Isso tudo teve. custo. As vaca foram tratada, teve custo pro trato, o serviço. Então, tu não pode contá com o dinheiro que vai saí daqui.

Esposo — Só que tu tá no ramo, tu tem que seguí, não tem...

Jezabel — Na verdade, e tu sabe só fazê isso ainda, né? Por isso não dá pra largá.<sup>131</sup>

<sup>127</sup> Ver: KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*; fotografias de Antonio Saggese. São Paulo: editora 34, 2009.

<sup>128</sup> ANA. Santa Helena, PR, 10 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (73 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, então com 42 anos de idade.

<sup>129</sup> REBECA. Santa Helena, PR, 29 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (30 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então 60 anos de idade.

<sup>130</sup> Ana destacou que seus pais plantavam algodão e soja: “A gente criava também... sempre o pai teve criação de vaca, né? O leite, porco, galinha, essas coisa, então, era o meio de sobrevivência que a gente tem. Até hoje eles tão na lavoura ainda, né? Hoje eles [são] produtor de leite, mais na época ele plantava algodão e soja”. ANA, 2012, entrevista.

<sup>131</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

Jezabel trabalhava com seu esposo na agricultura, mas devido a dificuldades econômicas, quando seus filhos ainda eram crianças, ela procurou emprego na indústria de confecção de roupas:

[...] a dificuldade apertou, a gente não tinha dinheiro pra sobrevivência, e eu optei por arrumar emprego. Daí arrumei esse emprego. Depois, trabalhei de faxineira. Depois, fui pra sala de costura, me dei bem trabalhando de costura, e ela [a empresa] me deu o emprego de costura e daí eu ia daqui a pé, ou de bicicleta, trabalhava o dia inteiro lá e daí vinha pra casa atendê o meu serviço. Não era tão leviano [leve] assim, né? Porque tinha que saí 5 horas da manhã pra 7 horas tá lá pra começá o serviço. Era bastante difícil. Depois, nos primeiros tempo, eu ia a pé, depois comprei uma bicicleta. Daqui dá quase 10 quilometro até lá. Também era puxado. Daí, depois consegui comprá uma moto, era um poquinho melhor [...]<sup>132</sup>.

Ela salienta as transformações que afetaram as relações de trabalho de que vivia no campo. Alude a dificuldades econômicas que sua família viveu em meados da década de 1990. A jornada laboral era excessiva: começava antes das 5h, quando ela acordava para preparar o almoço do esposo e dos filhos. Até as 5h, ela deixava tudo pronto, arrumava pão para levar como refeição e saía de casa. Não podia levar marmita para a fábrica porque não tinha onde deixar: “Arrumava o meu pão e levava pra não levá comida, porque não tinha onde esquentá. Daí, eu levava o meu pão e comia. De noite, eu comia comida salgada com eles. O que sobrava do almoço nós jantava”. Como se pode deduzir, o trabalho na indústria de confecção mexeu com os horários e a forma de organização da vida familiar; sobretudo intensificou seu labor, pois ao chegar em casa, por volta das 19h, precisava ajudar seu esposo na lida com afazeres agrícolas e domésticos; de tal modo, fazia o trabalho “[...] de noite, de manhã, de madrugada”.

Para dar conta de seus quefazeres, Jezabel mudou os hábitos alimentares da família. Adotou a prática de cozinhar os alimentos nos fins de semana: “No final de semana, eu fazia. Eu cozinava o que podia cozinhá e deixá na geladeira pra durante a semana. Limpava a casa, fazia pão, lavava a roupa no final de semana”.<sup>133</sup>

Jezabel enfatizou que a necessidade de recursos financeiros a fez se submeter aos sacrifícios que o labor fabril lhe impunha. Seu esforço era impulsionado pelo desejo de garantir as necessidades básicas dos filhos, como roupas, calçados e materiais escolares. Ao frisar que, todos os dias, precisava andar — ou pedalar — dez quilômetros para trabalhar, estava apontando as mudanças no seu modo de viver e em suas condições de trabalho, bem

<sup>132</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>133</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

como construía sua imagem de trabalhadora, pois estava dizendo que não eram todas as pessoas que faziam o que ela fez. Nem mesmo suas filhas. “Se fosse pra qualquer uma das minhas filhas [...]. Mais ela [sua filha] dá conta, mais se fosse pra ela pegá a estrada como eu peguei quando eles eram pequeno, fazê as caminhada pra i trabalhá e trabalhá fora assim, não é fácil!” Em 1995, ela entrou na indústria do vestuário. Saiu em 1999, porque a família decidiu se mudar para Foz do Iguaçu. Em 2000, voltaram para Santa Helena, e ela entrou em outra indústria, de onde saiu em 2006. Diferentemente de outros trabalhadores, Jezabel não se desvinculou de todo do trabalho rural, pois permaneceu morando no campo, de onde se deslocava para ir à sede municipal enquanto seu esposo se mantinha na lida agrária. A decisão de deixar o emprego na indústria se justificou por causa da saída dos filhos de casa, dos problemas de saúde de seu esposo e do aumento das tarefas domésticas.

[...] Tinha muito serviço e não vencia mais. Não dava mais pra ele fica sozinho, não vencia aqui. E, pra mim trabalhar lá e vim fazê meu serviço em casa, não dava mais [...]. Daí a idade começa pesá, a dificuldade começa chegá, a gente não vence mais tudo, a cabeça não ajuda mais como ajudava. Daí tu não consegue associá [conciliar] uma coisa com outra, alguma coisa tem que fica pra trás.<sup>134</sup>

O esforço em se manter na indústria não suportou o excesso de trabalho. Foi um elemento central que a levou a se afastar do emprego de costureira. O labor industrial acelerou a vida dessa trabalhadora de modo que, depois de alguns anos de uma rotina estafante, sentia-se esgotada. As limitações físicas e mentais decorriam desse processo exaustivo, embora as dinâmicas do trabalho industrial produzissem a sensação de que ela já não era capaz de se manter ali devido às mudanças do processo natural de envelhecimento.

Após sair da empresa, ainda assim Jezabel ajudava uma filha que tinha uma confecção domiciliar, mas depois de sofrer um acidente de moto parou de costurar, pois “[...] perdi o movimento de um pé, não podia mais costurá, ficô muito difícil, doía muito, não rendia mais, daí eu parei”.<sup>135</sup> Na ocasião da entrevista, disse que cuidava dos afazeres da casa e ajudava nas atividades da roça. Quanto à rotina laboral, frisou ter dias mais apurados, em que levantava às 6h e ia até por volta das 22h. Mas a diferença em relação ao emprego industrial era que fazia conforme conseguia: “Nós fizemo silagem em grão e aquele dia é apurado, o dia que faz silagem de milho verde também é um dia que não dá sossego, é apurado. Às vezes, vai até tarde da noite até que termina o serviço. Não é assim, um dia igual o outro”.<sup>136</sup> Ao

<sup>134</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>135</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>136</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

dizer que a vida no campo e o trabalho rural não eram todos os dias iguais, ela estava dialogando com a realidade do labor industrial: este era monótono, intenso e repetitivo; no campo, havia dias com atividades mais intensas e outros mais tranquilos, quando podia cuidar das tarefas da casa e descansar. Como ela disse, “Se tu qué ir, se tu qué levanta às 9 horas, se tu qué levanta às 5 horas, tu vai a hora que tu qué. Se atrasô serviço, se ficô pra trás, o problema é o teu, né? E lá, não! Se atrasô o serviço, o problema não é de um só, [é] de muita gente”.<sup>137</sup>

Os trabalhadores que tinham experiência com a vida e o labor no campo, ao se iniciarem nas indústrias, sentiam certo estranhamento, pois as dinâmicas e exigências eram diferentes. Com efeito, tal qual Jezabel, Clara expôs as mudanças que o trabalho industrial ocasionou em sua vida:

[...] Eu vou fala como foi o meu primeiro dia: apesar de eu já ter o curso de costura, eu não tinha assim, não tinha, vamos dizer assim, produção. Não tinha qualidade ainda na costura. Então, eu achei difícil porque eles começaram a me cobrar. Então, por várias vezes, eu vinha pra casa chorando, por causa que, em casa, por mais que a gente trabalhava, a mãe não xingava. E daí, então tinha uma estranha que vinha do meu lado e me xingava, que eu tava fazendo errado.<sup>138</sup>

Desde adolescente, Clara trabalhava na agricultura com a família (seus pais tinham três alqueires e meio). Plantavam fumo, milho e mandioca, dentre outras culturas. Para ela, o trabalho rural tinha o sentido de algo familiar, fraternal; já as fábricas de costura eram algo que a assustava de início. Com a presença de pessoas “estranhas” pressionando e cobrando produção, ela demarcou aspectos que diferenciavam a relação com o trabalho, a começar pelo fato de que o labor na roça ela sabia fazer e, na fábrica, ela não dominava as operações a ser executadas. Além de não conhecer as etapas da produção, as pessoas “estranhas” não a ensinavam com a mesma paciência que tinham seus familiares. A “liberdade” e o prazer de um trabalho acolhedor eram substituídos por um ritmo acelerado.

Submeter-se e buscar se adaptar a essas condições era uma necessidade que expressava as dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Também marcava mudanças na vida pessoal dos trabalhadores, sobretudo quando se veem em situações imprevistas como separação ou gravidez. Clara acabava de ser mãe de sua primeira filha quando foi contratada para trabalhar na indústria de confecção. Ela argumentou que queria oferecer a filha mais do

<sup>137</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>138</sup> CLARA. Santa Helena, PR, 6 de fevereiro de 2012. Arquivo de mp3 (63 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então a idade de 27 anos.

que o alimento necessário para viver; ou seja, “[...] roupas boas [...] coisas que ela vai gostá, né? Então, a necessidade de você querer dá uma coisa melhor do que eu tinha, dá uma coisa melhor pra ela. Então, acho que foi isso que me levou a quere ir trabalhá fora”.<sup>139</sup> A instabilidade do trabalho rural lançava a expectativa de conseguir emprego nas fábricas, pois os trabalhadores enxergam a possibilidade de garantir um salário fixo no fim do mês. Isso os impulsionava a permanecer no labor fabril. Esse foi o processo vivido por Clara e seu esposo, funcionários da mesma indústria:

[...] na fábrica você tem o salário todo mês garantido e na agricultura, não. Que nem ele [o esposo], trabalhava no plantio quatro, cinco meses por mês que conta. Ganha bem na agricultura, mais vamos dizê assim: só são quatro, cinco meses por ano, os outros meses — vamos dizê —, você tem que economizá aqueles quatro, cinco meses pra se mantê por resto do ano, né? E na fábrica não, se chove, se tem sol, você tá lá, mais você vai recebe, né?<sup>140</sup>

Também Dulce destacou as conquistas materiais como elemento que demonstrava a positividade do emprego na indústria: “Depois que eu comecei trabalhá com costura, eu comecei ter o meu salário, aí a gente conseguiu comprá um carro e fomo indo, né? Começamo investi, conseguimos construí uma casa. Tudo ali, em cima do meu trabalho”.<sup>141</sup>

Para as trabalhadoras mães, em alguns casos o trabalho era visto como necessidade ainda maior, porque passavam a ter de garantir a subsistência de uma criança que não tinha condições de se sustentar. Por outro lado, ante o dilema de cuidar de um filho e de trabalhar para garantir uma vida mais confortável, pareciam ter uma propensão maior a cumprir o papel de mãe: cuidar da prole. “A família em primeiro lugar” — como disseram. Na avaliação de Fátima, de 30 anos de idade,

[...] família e trabalho, as duas coisa andam junto, é uma coisa muito importante na minha vida, num é mais do que a minha família, mais é, é um... sei lá, é, anda junto, sabe? Eu falo que eu vou optá entre trabalho e família, claro: eu vô opta pelos meus filhos, pelo meu marido, pela minha família, né? Mais [...] as duas coisa andam junto, que se você não tem emprego, não tem o trabalho, você não tem a dignidade de ter o teu dinheiro, de podê pagar as tuas conta, de pode se manter, eu acho que o trabalho é a dignidade da pessoa.<sup>142</sup>

<sup>139</sup> Aos 19 anos, Clara ficou grávida. Durante a gestação, fez curso de costura industrial. Após três meses do nascimento da filha, começou a trabalhar numa fábrica de costura.

<sup>140</sup> CLARA, 2012, entrevista.

<sup>141</sup> DULCE. Santa Helena, PR, 12 de março de 2015. Arquivo de mp3 (45 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha 49 anos de idade à época.

<sup>142</sup> FÁTIMA. Santa Helena, PR, 20 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então 30 anos de idade.

Fátima nasceu em Santa Helena, assim como as duas irmãs. Seus pais moravam na Linha Santa Clara. Quando criança, sua família sobrevivia do que produzia em dois alqueires e meio de terra. Apesar de serem os proprietários da terra, de acordo com Fátima, a produção era insuficiente para manter a família:

[...] porque, um ano produzia, o outro ano já num dava mesma coisa, né? Então, eu era a filha do meio e acabei saindo primeiro, bem dizer, de casa. Tinha dois anos que eu tinha saído de casa, daí a minha irmã saiu também, daí nos fomos trabalhá fora, [por]que não tinha como, tipo assim, era muita dificuldade.<sup>143</sup>

Os pais produziam algodão e milho e criavam vacas leiteiras.

[...] mais nada que fosse assim, que tivesse assim, lucro grande, que pudesse manter os filhos pra continuar estudando. Quem gostaria de estudá tinha que saí de casa. Nós completamos a quarta série, né? O pai deu a quarta série e depois disso cada um tinha que se virá.<sup>144</sup>

Com efeito, de famílias ligadas ao meio rural, um número significativo dos trabalhadores, sobretudo aqueles com idade entre 35 e 50 anos, referia-se ao trabalho rural com positividade, como algo prazeroso; mas, ante a falta de terra e condições de permanecer nela, precisaram rumar para a cidade, a fim de garantir a sobrevivência com trabalho na indústria.

Porém, pessoas como Ana ainda cultivavam o sonho de voltar a viver no campo: “Eu adoro mexê com terra, meu sonho um dia, se eu pudesse, era voltar pra lavora. [Mesmo] com as dificuldades todas que tem, eu adoro isso... é plantar, colher. Está ali em função [disso]”.<sup>145</sup> Nesse mesmo sentido, Eva destacou que, se “[...] pudesse voltar pra colônia, eu dava tudo. Eu não gosto da cidade”.<sup>146</sup> Para avaliarem a vida e o trabalho rural de forma positiva, as entrevistadas utilizaram, como parâmetro de comparação, as relações vividas na cidade. São mudanças que mexeram com os valores e a organização da vida no ambiente de trabalho e nas relações sociais. Quanto às mudanças que o labor industrial ocasionou na vida dos

<sup>143</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>144</sup> Aos 13 anos de idade, Fátima saiu da casa dos pais para ir para o convento, mais especificamente a casa das irmãs que existia no município de Santa Helena. Lá, fazia serviços da casa como lavar roupa, limpar e cozinhar. Também participava dos momentos de oração e estudava numa escola pública da cidade. Após quase um ano na casa, ela ia ser transferida para outro convento; mas decidiu desistir e começou trabalhar de babá. Em 1996, mudou-se para Marechal Candido Rondon, onde morou por quatro anos e trabalhou numa lanchonete. Morava numa pensão. Nessa ocasião, desistiu de estudar porque a escola era longe de onde morava e estudava à noite.

<sup>145</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>146</sup> EVA. Santa Helena, PR, 4 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (64 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 49 anos de idade no momento da entrevista.



trabalhadores da cidade, Ana destacou aspectos referentes às mudanças no conjunto familiar — seus costumes e valores.

[...] muitas vezes, a gente não tem esse tempo de [ficar com a família], no final da tarde ou na hora do meio-dia [...] quase a gente não se vê mais, né? É muito difícil. É só à noite. Então, a gente senta, toma chimarrão, conversa aquele pouco e, logo, tem que cuidá dos afazer, que logo tá na hora de dormi de novo. Então [...] hoje as famílias perderam muito esse jeito de viver como família, né? Porque, quando eu era jovem, que a gente tinha... que eu estava com o pai e a mãe em casa, que a gente trabalhava na roça, a gente tinha mais aquele tempo de sentar na mesa na hora do meio-dia, todos junto embaixo de um pé de árvore, contar causo, dá risada, viver aquele momento, né? À noite também, mesmo com tudo o trabalho que tem na lavora... Só que aqui na, nós que vivemos na cidade, né? Esse tempo vai, parece que ele vai se esgotando, que é minuto a minuto. Parece que o dia deveria de ter mais 12, mais, mais 24 horas a mais pra fazer o que você tem que fazer. E muitas vezes a gente deixa a deseja, né?<sup>147</sup>

Ana salientou as mudanças na organização de tempo, traçando um paralelo entre a experiência da agricultura e a vida na cidade. No meio rural, ainda existia certo respeito aos ritmos biológicos e sociais; na cidade, as pessoas viviam “num corre-corre”, não conseguiam se reunir, tampouco conversar sem estar preocupadas com os afazeres. Na cidade, a casa passou a ficar vazia, pois as pessoas se encontram à noite a fim de se prepararem para os compromissos da jornada de um novo dia.

Há quem veja o trabalho industrial com positividade ao ser comparado com o labor campesino porque vê as atividades na facção como algo mais leve:

Na lavoura, é mais sofrido, né? E a gente não tinha terra nossa mesmo, né? Então, era bem sofrido [...] Mudou bastante devido a ser um trabalho braçal da lavoura pesado, né? E a costura, além dela ser assim, mesmo ela sendo assim, uma... muitas horas sentado, ou coisa assim, mais ela é bem mais tranquilo, não sei se é porque eu gosto.<sup>148</sup>

Quanto ao ritmo de trabalho e ao cotidiano da vida urbana, Dulce frisou que “A rotina mudou muito, porque, mesmo tendo hora marcada pra tudo, é um serviço mais leve, né?”.<sup>149</sup>

Com efeito, ante a referência de Ana e Dulce às mudanças na relação com o tempo, cabe reiterar o que diz Izabel Cristina Ferreira Borsoi:<sup>150</sup> “[...] o ritmo e o tempo dentro de uma dinâmica de vida rural seguem, de certa forma, a lógica da natureza, com lida do nascer

<sup>147</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>148</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>149</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>150</sup> O estudo de Borsoi analisou a industrialização que vinha ocorrendo no Ceará, especificamente em Horizonte, a partir de 1990.

ao pôr do sol; na indústria, o ritmo e o tempo seguem a máquina e o relógio e, às vezes, nem sequer o sol é vislumbrado durante o dia”.<sup>151</sup> O ponteiro do relógio controla cada minuto da vida, construindo uma racionalidade temporal diferente daquela do campo. Como destacou Eva, qualquer coisa que não seja produção é “matar tempo”.<sup>152</sup> Na avaliação de Jezabel, o trabalho na agricultura era

[...] pesado, só que tu trabalha a hora que tu pode, a hora que tu qué, o dia que tu não qué tu não precisa ir. Numa fábrica, tu tem um compromisso sério. Se tu tem alguém doente, tu tem que deixá, porque a fábrica não pode perdê se você tem um doente, né? Se você não tá bem, não pode ir, a fábrica tá perdendo, né? Ao invés, aqui não: se tu pode fazê hoje, tu faz; se tu não faz hoje, você faz amanhã. A diferença da fábrica da agricultura, aqui é serviço próprio, né? E lá, não! É um serviço que um depende do outro. No meu serviço, se eu faltasse — eu cortava a roupa pras outras costurar —, se eu faltasse, meu serviço ficava parado, tinha que ir a outra que não tinha muita experiência no meu lugar [...]. Então é, tem uma diferença muito grande de trabalhá na roça, de ser dona e de ser empregada, não sei se tu me entende? Porque o empregado, ele tem o compromisso: o patrão não pode perdê, porque ele tá sentindo alguma coisa.<sup>153</sup>

Ao contratarem pessoal, as empresas passam a controlar o tempo e a interferir na vida dos funcionários. Diferentemente do que ocorre no labor no meio rural, o relógio determina a hora de entrar e sair das empresas.<sup>154</sup> Esse processo de se deslocar da área campesina para o perímetro urbano — na avaliação de Ana — levava as pessoas a perder o controle do tempo e de suas vidas. Por vezes, sentem uma desorganização interna. Não se satisfazem consigo mesmas, pois percebem que o dia é curto para cumprir as obrigações diárias.

Sobre isso, eis o que disse Fátima:

Eu acho que todo trabalho tira tempo da gente, num importa que trabalho que seja. Tipo, os horários, né? [...] Mais, na medida do possível, a gente tenta é intercalar as coisa, tenta dá atenção prus filho, pru marido, pra casa. Geralmente, a casa é quem fica bagunçada, os filhos sofrem um pouquinho a falta de atenção, né? Então, férias, a gente adora férias porque as férias são um momento assim pra gente ficá com os filhos, ficá com a família. Tem gente que tira férias e viaja; só que, daí, no meu caso, eu tiro férias pra ficá com os filhos, pra dá uma geral na casa, né? Então, [o trabalho fabril] interfere [na relação com o tempo]; mais não é, tipo assim, ruim também, né? Pelo fato de sê uma forma da gente ganhá a vida, né?<sup>155</sup>

<sup>151</sup> BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *O modo de vida dos novos operários*: quando purgatório se torna paraíso. Fortaleza: ed. UFC, 2005, p. 79.

<sup>152</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>153</sup> JEZABEL. 2015, entrevista.

<sup>154</sup> Além da carga horária laboral diária, a hora extra é utilizada em alguns casos para completar a cena. O capítulo 4 discorre sobre as consequências desse ritmo de trabalho à saúde dos trabalhadores.

<sup>155</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

Na avaliação dessa trabalhadora, a perda de controle sobre o tempo é algo inevitável ante as dinâmicas de sobrevivência a que precisavam se submeter. Como seres humanos, parece impossível cuidar todos os aspectos da vida da forma que gostariam, por isso algo sempre era colocado em segundo plano. Nesse caso, Fátima destacou que a organização da casa perdeu a prioridade e que os filhos não recebiam a atenção devida. Isso porque os pais precisavam ganhar a vida com o trabalho, daí ser justificável a ausência de casa e do cuidado com a prole: “[...] eu acho ainda que justifica, justifica o fato de eu não tê muito tempo”. Deixar o trabalho na agricultura, assim como deixar atividades de diarista ou empregada doméstica, implicava projetar a vida noutro sentido: o de um modo de viver e trabalhar que impunha valores trabalhistas alheios às experiências de classe dela.

Ao se referir às mudanças do trabalho na agricultura em relação ao trabalho nas facções de costura, Isabel foi enfática:

Olha! Pra mim, foi uma mudança bem radical, porque mudô como se fosse da noite pro dia. Cê vinha [em] uma coisa que era... tua vida era uma coisa só, né? Aquela rotina: levantá, tirá o leite e ir pra roça. Depois muda tudo. Tu tem que mudá, cuidá da casa, saí, vê as coisa na cidade. É completamente tudo diferente, demora pra conciliá tudo.<sup>156</sup>

Essa dinâmica provoca uma autocobrança: os trabalhadores pensam que não fazem o suficiente, alimentando a sensação de que poderiam fazer sempre mais, pois “deixam a desejar”.<sup>157</sup> Ana acreditava que a rotina da vida na cidade, o cumprir horário, além de ser fisicamente cansativo, com o passar do tempo “mata os valores, né? A família se acaba, e você não encontra um rumo pra seguir”. Em sua avaliação, para manter os laços familiares, era necessária a prática religiosa: “[...] a religião faz parte da família, eu acho que a família que não tem religião não segue. Eu acho que não tem como viver”. Pude perceber que, para Ana, os valores familiares e religiosos articulavam um sentido e definiam o lugar do trabalho em sua vida. Entendia que a família era “um laço sagrado” e acreditava na necessidade de se reunir para conversar, sair juntos e ir à Igreja. Porém, a correria do cotidiano impedia que isso acontecesse: “[...] a gente não tá encontrando esse tempo quase, né?”. Essa realidade despertava nela o desejo de voltar a viver no meio rural, onde passou a infância.

Parece que, na visão dessas pessoas, o trabalho na indústria até melhorava suas condições econômicas, mas implicava mudanças que se expressavam em perdas. Ana manifestou isso com profundidade, uma vez que apontou a perda de controle sobre o tempo e sobre sua vida social, familiar e emocional. Ante tais perdas, pareciam lutar para estabelecer

---

<sup>156</sup> ISABEL, 2011 entrevista.

<sup>157</sup> ANA, 2012, entrevista.

seus vínculos buscando elementos e relações fora do ambiente laboral que pudessem dar sentido à vida e ao próprio trabalho. Exemplo disso está na conexão entre trabalho, família e prática religiosa: aspectos que tentavam preservar. Ana e Conceição manifestaram a importância disso em suas vidas; ambas atuavam na coordenação de grupos de família vinculadas a Igreja Católica. Conceição ressaltou que era necessário ter fé; do contrário, “[...] a gente para no meio do caminho”. Segundo ela,

[...] a fé é tudo que você tem. Confiança em Deus. Porque Deus é o único que tê entende, é o único que você pode confiá, é o teu amigo que é amigo mesmo. Eu acho que a Igreja é a parte mais importante que você tem na sua vida, na família.<sup>158</sup>

Para encarar a realidade com os desafios e as mudanças na vida profissional e familiar,<sup>159</sup> era preciso o amparo encontrado nos valores e nas crenças religiosas que davam o sentido de “esperança”, de confiança, ante uma realidade desanimadora, pois a “confiança em Deus” parece reanimar as forças para a vida em sociedade. Com efeito, as mudanças a que Ana se referiu envolviam e afetavam relações familiares, laborais e de amizade, porque já não conseguia construir “aquela amizade verdadeira”; ou seja, a confiança para estabelecer relações de ajuda mútua em que se possa “[...] contar com as pessoas e as pessoas tá disposta a te ajudar, sabe? Você ajuda as pessoas e, na mesma hora, você leva uma rasteira, sabe?”.

Jezabel morava longe de vizinhos, por isso o ambiente de trabalho era um local que lhe permitia a convivência diária com outras pessoas: “Aqui [onde moro], a gente só vê gente quando sai. Tu vê que aqui é o final da linha, né? E lá, não! A gente convivia no meio de um monte de gente, né?”.<sup>160</sup> Com o passar do tempo, ela percebeu que as relações entre os trabalhadores foram se constituindo por rivalidade e competição. No tocante a esse universo, Ana frisou que as pessoas não

[...] tentam se ajudar. Elas tentam passar a rasteira uma na outra pra passar na frente. Elas sempre querem tá em primeiro, né? E eu já não penso assim: eu gosto de ajudar e trabalhar em equipe, sabe? [...]. Não porque, [por] assim dizer, que eu sô puxa-saco da patroa, né? Não, não é [por] isso que o trabalho vá bem... pra toda equipe ir bem e ninguém ficar pra trás, todas caminharem junto e ninguém se prejudicar.<sup>161</sup>

<sup>158</sup> CONCEIÇÃO. Santa Helena, PR, 6 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (57 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela, que tinha idade de 33 anos à época.

<sup>159</sup> A família e o significado que adquire dentro desse contexto de mudanças reaparecem no capítulo 3 articuladamente com a discussão sobre os motivos que levavam os trabalhadores para as indústrias e quais eram seus momentos de lazer.

<sup>160</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>161</sup> ANA, 2012, entrevista.

Com base nas palavras de Ana, alcançar o sucesso profissional e estar em “primeiro lugar” é algo que leva as pessoas a desrespeitar as outras, a perder valores morais, companheirismo, a não buscar o benefício do grupo em detrimento de objetivos individuais. Colocando-se na contramão desse processo, a entrevistada não compartilhava dessas atitudes; a seus olhos, isso “[...] faz com que não cresça, faz com que regrida, né?”. Para ela, esse aspecto demarcava diferenças: “[...] da onde eu vim pra onde eu tô agora. É sempre aquele corre-corre, é sempre uma [pessoa] querendo chegar mais depressa do que a outra”. A base dessa argumentação está em sua experiência de campo, onde estabelecia diferenças entre os significados e os sentidos do trabalho:

[...] lá [no campo] você trabalha com a mentalidade das pessoas simples, sabe? Aquelas pessoas que trabalham tanto pra elas e, quando precisa, elas ajudam os vizinhos, né? Aqui na cidade é bem diferente, aqui é como tem aquele ditado: “É cada um por si, e Deus pra todos!”.<sup>162</sup>

As dinâmicas e os antagonismos sociais que compunham a vida social desses sujeitos, algumas vezes, os induziam a se verem como rivais entre si, e não como trabalhadores que compartilhavam a experiência de ser, também, pobres e viver numa constante luta de classes; luta que teria como oposição os setores das classes dominantes que tendem a oprimi-los e explorá-los. A relação que os patrões estabeleciam com quem trabalhava nas facções, também, podia expressar o que Ana quis dizer quando afirmou que as pessoas estavam preocupadas somente com seus próprios interesses.

Um dos aspectos que manifestam tais relações — não por acaso, tema abordado por parte significativa dos entrevistados — são os problemas de saúde que podiam atingir os trabalhadores ou seus familiares. Como em geral todos os familiares costumavam trabalhar, quando um membro ficava doente, sobretudo se fosse criança, os pais precisavam faltar ao serviço para tomar os cuidados devidos. Isso costumava ocasionar implicações porque, quando os filhos adoeciam na escola ou na creche, a direção das instituições de ensino tendia a telefonar para as empresas a fim de que os pais, uma vez cientes, pudessem buscá-los; mas os empresários não repassavam “[...] o recado. Eles vão passar o recado no final do dia, pra você não podê, não precisá se ausentá da fábrica. Então, eu acho assim, uma coisa assim, desumana. Poxa! Por que você não pode atender teu filho? É de menor, você é

---

<sup>162</sup> ANA, 2012, entrevista.

responsável”.<sup>163</sup> Outro problema era que, se fosse necessário faltar ao trabalho para acudir um familiar doente, mesmo com atestado médico, o dia de trabalho era descontado.

Por outro lado, ir trabalhar sabendo que tinha alguém doente em casa era algo que deixava os trabalhadores preocupados; conforme Isabel, mesmo querendo, era impossível esquecer a vida particular:

[...] o certo é tu entrá da porta pra dentro da fábrica, esquecê o problema de casa. Mais se você tem criança pequena, tem uma pessoa doente, cê não tem como esquecê. Cê é um ser humano, num é robô. Robô esquece. Agora, ser humano não tem como tu esquecê.<sup>164</sup>

Na avaliação de Isabel, não existiria ser humano capaz de se esquecer completamente de sua vida particular quando adentra o local de trabalho; não seria possível estabelecer essa divisão matemática, uma vez que as pessoas são constituídas de envolvimento, sentimentos e sensações: “Querendo ou não, umas hora cê começa a pensá se a pessoa tá bem, se não tá. Então, a pessoa, quando tá muito preocupada com as coisa, teu serviço já não rende”.<sup>165</sup> Isabel exemplificou essa situação narrando suas dificuldades na ocasião da entrevista. Sua filha estava doente, e ela precisou se ausentar. A empresa “compensou” a ausência com descontos no salário dela.

[...] eu tenho agora dificuldade bastante, porque, com os problema, têm que pagá médico particular, que o médico que atende ela não é conveniado com o Estado e tem os médico, os médico dela é tudo particular. E as consulta é de 200 real pra cima cada vez e às vezes tem que levá uma ou duas vez por mês e tem remédios que ele passa que é supercaro, não tem um remédio dela que não custa mais [menos] que 100 reais. Então, daí, pra mim podê se mantê, me mantê, eu vendo roupa, eu vendo lingerie, vendo as coisa, porque não tem como só com o salário de quinhentos e pouco. Que nem esse mês: o dia que foi levá ela no médico, lá na firma foi descontado, daí de desconto deu 52 reais num dia de serviço. Daí, cada vez, se eu saio duas vezes por mês, quanto que não me desconta? Quando ela tava muito mal mesmo, eu tinha... Óia, teve semana que eu trabalhei um dia só e virô tudo em desconto. Teve mês que eu tirei trezentos e pouco, male mal dava pro aluguel, que eu pago aluguel e daí tem luz, tem água daí então eu não tiro pras despesa. Esse mês mesmo, eu não tirei nem pra fazê rancho [comprar mantimentos]. Ainda male mal deu pra pagá o aluguel, luz, água, mais a farmácia, que tava devendo. Eu num fiz rancho ainda porque não deu, tô esperando recebê das minhas venda com o dinheiro fazê rancho.<sup>166</sup>

<sup>163</sup> MÔNICA. Santa Helena, PR, 2 de novembro de 2011. Nome. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da irmã da entrevistada e teve a participação de mais duas trabalhadoras: Marta e Rosário. A entrevistada estava então com 31 anos de idade.

<sup>164</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>165</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>166</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

O tratamento que a filha da entrevistada fazia exigia a presença da mãe, pois tinha que se deslocar para Cascavel e Toledo a fim de consultar especialistas. Em tom de desabafo, disse Isabel: “Como que tu vai escolhê que uma criança vai ficá doente? Que nem, ela exige do acompanhamento da mãe, não pode sê outro de menor, eu não posso mandá o piá [seu filho] junto”. Buscando amenizar os problemas financeiros, ela fazia outros trabalhos que não os da facção de costura. Dentre as ocupações — ela disse —, fazer consertos de costura em sua casa, vender roupas e crochê e, com a filha, oferecer serviço de manicure.

Aqui, nós faz de tudo: nós faz unha, eu arrumo máquina, eu arrumo roupa, eu vendo roupa, eu me... Parada, a gente nunca fica! A semana passada, o final de semana eu passei arrumando roupa. Essa semana, eu já não tenho roupa. Saí hoje cedo pra minhas cobrança de roupa.<sup>167</sup>

De acordo com Ana, a falta de apoio dos patrões nas necessidades e nos imprevistos que ocorrem na vida dos trabalhadores podia deixá-los ainda mais preocupados.

Interfere, principalmente, se você não tem o apoio do patrão. Se você consegue... Ter um problema na família e você consegue ter esse diálogo com o patrão, né? E ele dizer “Não, se você precisá saí de emergência, você pode í que eu te libero”. Você vai trabalhá confiante, você vai é até dá o máximo de si pra você adiantá o teu trabalho se você teve que saí pra dexá o trabalho até... Mais, se você não tem o apoio do patrão, você vai completamente... interfere em tudo, você não vai consegui produzi porque você sabe que, se você vai chegá pro patrão é pedi pro patrão, você vai ganha um não, você vai ficá mais preocupado ainda. Então é complicado.<sup>168</sup>

Esses relatos acerca da necessidade de pegar atestado médico, em muito, apontam diferenças ante a perspectiva dos patrões, que reclamavam do número de atestados, vistos como falta de compromisso. Nessa relação entre empresários e empregados, construíram pareceres diferentes que se justificam segundo o lugar que ocupavam nas relações de produção. Pode-se inferir que, na perspectiva dessas trabalhadoras, a falta de apoio, confiança e diálogo, além de ocasionar a redução da produção, poderia contribuir para faltas com atestado.<sup>169</sup> As falas apontam as condições laborais nas empresas e como o trabalho podia interferir na vida dos funcionários. Esses aspectos ganham mais relevo nos próximos capítulos, que enfatizam os significados e os sentidos do trabalho para operários do setor de confecções do vestuário de Santa Helena. As lutas cotidianas, os dilemas da busca pela sobrevivência na cidade fundamentavam as relações que os trabalhadores estabeleciam com a

<sup>167</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>168</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>169</sup> Esta discussão é aprofundada no capítulo 4.

cidade e a percepção que tinham do lugar social que ocupavam. A conexão que estabeleceram entre trabalho, família e prática religiosa constituía um modo de viver e conduzir a vida, buscando elementos e relações fora do ambiente laboral para dar sentido ao que faziam e à forma como viviam. Nessa linha de pensamento, compreender as relações trabalhistas e o trabalho é buscar, no conjunto das dinâmicas da vida desses sujeitos, o constante processo de sua formação. No capítulo 2, aprofundo a reflexão envolvendo os trabalhadores domiciliares na análise do conjunto das dinâmicas trabalhistas no setor de confecções em Santa Helena.



## II

### Dinâmicas de trabalho no setor de confecção do vestuário em Santa Helena, PR

Neste capítulo, busco delinear o processo de constituição das relações de trabalho no setor de confecções do vestuário de Santa Helena, PR, destacando as articulações entre o trabalho domiciliar e aquele das facções industriais. Estabeleço um diálogo entre as trajetórias dos trabalhadores ligados a estas e quem atuava por conta própria. Conforme o capítulo 1, nos anos 1990 e 2000 houve, em Santa Helena, uma expansão do número de empresas e do pessoal empregado em confecções do vestuário; os dados apresentados no Quadro 1 (vide p. 39) referem-se às empresas registradas.

Todavia, cabe destacar que antes da década de 1990 existiam trabalhadores sobrevivendo de costura realizada em seus domicílios e sem registro formal. Exemplo deles é Salomé, que disse ter, desde criança, o “dom” da costura: “[...] fazia roupa de boneca com a agulha [...]”. Por volta de 1980, aos 13 anos de idade, ela fez o curso de costura e iniciou suas atividades como “costureira doméstica”: “[...] sempre tinha mais pedidos do que eu mesma conseguia [...]”. Com 16 anos eu casei, já costurava na casa dos meus pais, né? Como costureira doméstica. Depois casei e sempre continuei na mesma profissão”.<sup>170</sup>

De Horizontina, RS, a família de Salomé se mudou, em 1969, para Santa Helena, onde se estabeleceu na Linha Novo Paraíso; ali garantiria a sobrevivência através do trabalho

---

<sup>170</sup> SALOMÉ. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (40 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada. Ela estava com 46 anos de idade à época da entrevista

agrícola. Salomé tinha 2 anos de idade quando chegou ao PR. Ela destacou que, na época de sua infância e adolescência, estudar era difícil, pois no município as ruas não tinham asfalto e, quando chovia, os ônibus não passavam para ir à escola. Por isso, ela parou de estudar, e seu pai a colocou numa casa de família para aprender a costurar:

É, uma pela dificuldade de estudar, né? Não tinha como, da onde a gente morava, vir estudar, né? Fazer um ginásio na época, alguma coisa. Então, com 9 anos de idade eu parei de estudar, eu já tinha concluído, né? O primário, na época. Então não tinha como, porque tinha que vim com ônibus de linha e quando chovia não tinha ônibus que passasse nas estradas. Então o meu pai achô melhor me pôr na casa de umas famílias, que eram... na casa de uma família que era as duas filhas costureiras, né? Achando, assim, melhor, que eu poderia ter uma profissão. Como desde criança eu tinha esse dom, fazia roupa de boneca com a agulha e gostava do que eu fazia. Então, esse um dos motivos, por não ter acesso à escola, a estudo, então dali saiu uma costureira.<sup>171</sup>

Salomé não conseguiu ficar por muito tempo na casa da família onde seu pai a colocou “[...] porque nunca tinha saído de casa, né? Criança, e fui até onde essa família morava [...]. Então, como nunca tinha saído de casa, em vez de aprender o curso e tal, eu só chorava”. Na casa dessa família, ela aprendeu a costurar o básico, pois, de acordo com ela, o aperfeiçoamento foi adquirido com a prática: “[...] eu aprendi a fazer o corte e costura, então o aproveitamento do que eu fazia, na verdade era de uns 80%, o resto errava tudo”.

Natural de Santa Helena, Mônica também cresceu no meio rural, onde seus familiares trabalhavam de “boias-frias”: “[...] sem carteira assinada, trabalhava por dia carpindo, roçando, catando algodão, essas, esses serviços assim”.<sup>172</sup> Aos 14 anos, ela fez um curso de corte e costura organizado pelo clube de mães de São Miguel, pertencente ao distrito de São Roque, município de Santa Helena.

O relato dessas entrevistadas demonstra que ter máquina de costura e fazer reparos em roupas da família era parte da cultura e prática compartilhada por boa parcela das pessoas que viviam no interior. De fato, Mônica frisou que sua mãe não tinha “[...] muita noção do que seria a máquina”, mas tinha uma máquina de costura em casa. Reforçando a importância de saber costurar, a mãe dela a pôs no curso para que aprendesse o que a mãe não havia conseguido. Suas falas permitiram perceber que entre as décadas de 1980 e 1990 as pessoas — sobretudo a classe trabalhadora — não tinham costume de comprar roupas prontas. Maria,

<sup>171</sup> SALOMÉ, 2013, entrevista.

<sup>172</sup> MÔNICA, 2011, entrevista.

por exemplo, tinha dez irmãos cujas roupas a mãe produzia a mão: “A minha mãe fazia a roupa de todos os filho, era ela que fazia, né? Mais ela não tinha nenhuma máquina, fazia na mão, agulha tudo ali, ela fazia. Daí eu acho que eu via a roupa que ela fazia, ela cortava ela fazia, tudo. Daí eu sempre falava que eu ia sê costureira”.<sup>173</sup>

De acordo com Maria, sua mãe aprendeu a costurar sem fazer aulas: “[...] por conta que ela aprendeu, acho que a necessidade, né?”. O objetivo da costura era abastecer as necessidades da família, para isso a mãe de Maria comprava tecidos e confeccionava a mão:

[...] eu via ela sempre cortando, né? Sempre cortando, comprava, ela comprava aqueles rolo de tecido e daí ela... era sete menina, né? Daí ela fazia aqueles vestido tudo igual, tudo da mesma cor. Comprava aqueles rolão, sabe? E fazia tudo igual, tudo da mesma cor de tecido. Pros piá ela comprava também o tecido lá, que era pros piá e só fazia do mesmo tecido, não comprava, assim, pra cada um, um tipo.<sup>174</sup>

Os elementos da cultura e dos valores relativos ao papel da mulher eram construídos e repassados de uma geração para outra. Em sintonia com os argumentos referentes à presença de máquinas de costura nas casas das famílias, a entrevistada Rute destacou que, nas décadas de 1970 e 1980, a máquina era um utensílio necessário aos lares porque “[...] a mulher tinha que saber arrumar a roupa em casa [...]”;<sup>175</sup> nem sempre compravam roupas prontas e “[...] não existia essa coisa de levar pra alguém arrumar”. De acordo com ela, as mães ensinavam o que sabiam às filhas “[...] porque aquilo era necessário a gente saber”; tanto que muitas vezes, quando as moças se casavam, costumavam ganhar de, “[...] enxoval de casamento, uma máquina, né?”.<sup>176</sup>

Nascida em Ituporanga, Santa Catarina, desde os 7 anos de idade Rute viveu em Santa Helena. Disse ter se casado em 1981 e até por volta de 1993 teria se dedicado a cuidar de seus três filhos. Em 1993, a menor começou a frequentar a escola, e Rute começou a trabalhar como costureira. Naquele período, conseguiu emprego num ateliê, onde ajudava a confeccionar roupas sociais para festas. Por volta de 1998, Rute saiu do ateliê e decidiu costurar em sua residência.

A fala das entrevistadas aponta que nas décadas de 1970 e 1980 costurar em casa fazia parte das dinâmicas de vida das mulheres. Se constituir como costureiras domésticas era uma

<sup>173</sup> MARIA. Santa Helena, PR, 8 de março de 2013. Arquivo de mp3 (47 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava com 40 anos de idade à época.

<sup>174</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>175</sup> RUTE. Santa Helena, PR, 11 de março de 2013. Arquivo de mp3 (23 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha então 52 anos de idade.

<sup>176</sup> RUTE, 2013, entrevista.

forma de contribuir com a renda familiar: “[...] é um trabalho muito bom pra uma dona de casa, ou pra alguém que tem filhos e quer ajudar [...], quer ajudar com um pouco, consegue”.<sup>177</sup>

No caso de Rute, o aperfeiçoamento da atividade foi adquirido numa relação de assalariamento no ateliê com a conotação de treinamento e prática. Conforme Alice Rangel de Paiva Abreu,<sup>178</sup> aprender a costurar “[...] exige a revelação de uma tendência, que se manifesta nos interesses infantis de fazer roupinhas para bonecas, e esse interesse deve ser provado para que possa se legitimar”.<sup>179</sup> Em conexão com o que diz essa autora, Dalila enfatizou que “[...] qualificação a gente foi procurando... uma que a gente tinha tendência de costura, né? Eu sempre, né? Então, a gente já tinha muito, muitos conhecimentos”.<sup>180</sup> Parece que, na perspectiva da entrevistada, seu diferencial era o fato de ter “tendência”, “[...] porque está dentro da gente a costura”.<sup>181</sup>

Algumas costureiras que, na década de 1980, trabalhavam em suas residências fazendo roupas sob medida, nos anos 1990 constituíram empresas no ramo de confecções. Três entrevistadas vivenciaram esse processo, tendo registrado suas empresas (A, B e I) em 1994, 1996 e 1999. O processo de passar do trabalho domiciliar, informal, para o empresarial, formal, coincidiu com o período de expansão do setor — anos 1990 e 2000. Nesse período — convém reiterar —, propagaram-se as políticas de incentivos do governo municipal para beneficiar os empreendedores que instalassem suas empresas no município. Costureiras que, nos anos 1980, laboravam em seus domicílios em geral residiam no meio rural; em meados de 1990, mudaram-se para a sede municipal a fim de constituir empreendimento próprio. Esse processo ocasionou mudanças em suas vidas e na vida do conjunto dos trabalhadores ligados a esse setor de produção. Elas registraram tais mudanças demarcando diferenças entre o labor domiciliar e o industrial.

Com efeito, a passagem da atividade domiciliar para a constituição de empresas é comum na trajetória das empresárias do ramo de confecções, sobretudo aquelas especializadas na produção com tecidos leves, tais como uniformes, lingerie, cortinas, enxoval e decoração. Dalila disse ter começado costurando em:

---

<sup>177</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>178</sup> Alice Paiva Abreu estudou o trabalho industrial em domicílio na indústria de confecção do Rio de Janeiro nos anos 1970.

<sup>179</sup> ABREU, 1986, p. 227.

<sup>180</sup> DALILA. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (26 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa dela.

<sup>181</sup> DALILA, 2013, entrevista.

[...] domicílio, daí surgiu à ideia de abrir uma empresa. Por exemplo, através da prefeitura, a gente pedia as máquinas em comodato. Então eu pedi seis máquinas, e a partir dali a gente começou a trabalhar mais em série. Mais assim... não domiciliar. Aí já era empresa.<sup>182</sup>

A entrevistada registrou sua empresa de confecções de lingerie em 1996, mas ainda sem noção de como produzir sutiãs. Como naquele período era mais difícil ter acesso aos moldes, ela precisou montar seus próprios modelos e suas medidas. Para isso, comprou algumas peças e as desmontou:

[...] comprei três sutiã, um modelo diferente do outro, e abri tudinho [...]. Abri e fiz a modelagem, daí assim a gente já tinha a ideia de quanto aumentar pra ser o [tamanho] G e quanto diminuir pra ser o P, e assim funcionou. Às vezes, tu fazia um lingerie, não servia pra fulano, mais servia pra outro.<sup>183</sup>

De acordo com Dalila, com o passar dos anos ficou fácil o acesso aos moldes prontos. Ao se referir às vendas, frisou que a produção diminuía no inverno, por isso ela passou a produzir pijamas. Ela organizava a produção segundo sua opção de seguir “modinha”; o que guiava sua escolha de tecidos, quantidade e cores dos tecidos, assim como das linhas, uma vez que para seguir “modinha” nunca deveria:

[...] pegar muito [tecido] de uma cor, porque a modinha, ela é assim: é três mês, essa cor prevalece; depois ela cai fora. Por exemplo, tem grandes empresas que trabalham com quatro cores: preto, branco, chocolate e vermelho; e eles não se preocupam com outras cores, pra eles é mais fácil, né? Mais a gente acostumou assim, então não tem mais como mudar muito.<sup>184</sup>

Em 2013 fez 17 anos que Dalila abriu a empresa, com uma funcionária. Na ocasião da entrevista, estava com cinco contratadas com registro em carteira e três vendedoras externas que recebiam conforme as vendas: “[...] se elas atingirem R\$ 1.500, a gente dá 25%, né?”.

O controle da produção se dava de acordo com os pedidos feitos à empresa e das encomendas das vendedoras externas, que entravam em contato com Dalila: “[...] ‘Olha, eu preciso de tal, tal conjunto, tantas peça’”. Então, ela passa pra mim, eu controlo lá, daí eu corto ou mando a funcionária cortar”. Além das encomendas, essa empresaria tinha o costume de produzir peças a mais para expor na loja. Na avaliação de Dalila, a venda fora da loja era

---

<sup>182</sup> DALILA, 2013, entrevista.

<sup>183</sup> DALILA, 2013, entrevista.

<sup>184</sup> DALILA, 2013, entrevista

importante porque lingerie “[...] sempre foi uma coisa que é vendida de porta em porta, né?”. Além disso, para as “[...] pessoas que trabalham durante o dia [...] [e] querem o lingerie [...]”, as vendedoras levavam os produtos nas casas como mediadoras do acesso e facilitadoras do consumo dos produtos.

As costureiras domiciliares que constituíram empresas como Dalila pareciam contar suas trajetórias com o objetivo de exaltar sua posição no presente. Foi perceptível que, dentre algumas empresárias, a identificação e o reconhecimento do lugar social que ocupavam estava entrelaçado com ser trabalhadoras que produz e serem patroas. Por exemplo, Graça era proprietária de empresa e comandava a organização e definição da produção; mas ela e seu esposo trabalhavam ativamente, indo além do horário dos funcionários.<sup>185</sup> Ao preencher a ficha com o questionário aplicado aos entrevistados, no item “Profissão” ela se declarou costureira, e não empresária. Isso confundiu a percepção de sua posição, pois às vezes se via como empreendedora, empresária, e não como costureira. Aludir à profissão de costureira tinha o sentido de buscar aquilo que possibilitou mudar suas condições sociais. Talvez empreendedora não tivesse o sentido de uma profissão, pois ser empreendedora era uma posição conquistada pela profissão de costureira, embora o status de proprietária de empresa aparecesse como se fosse o seu diferencial ante as costureiras contratadas.

Graça declarou exercer a profissão de costureira há 25 anos, sempre confeccionando cortinas e artigos de decoração para casa. Em 2005, mudou-se de Salto do Lontra, PR, para Santa Helena. A decisão de morar no município surgiu de um passeio num fim de semana no “balneário”. Em Salto do Lontra, ela e o esposo já atuavam no setor de confecções, mas o negócio era em sociedade com o sogro dela e um cunhado. O objetivo do casal era iniciar, em Santa Helena, um negócio só deles. Nos primeiros anos nesse município, Graça costurava em casa. Não tinha ninguém para ajudá-la e, como ainda não tinha seus próprios clientes, disse que chegou a trabalhar de madrugada:

[...] todo serviço que aparecia a gente queria fazer e queria fazer rápido, por necessidade e pra mostrar o trabalho, né? Então, a gente tinha, queria fazer rápido, e como não tinha ninguém eu ficava até 1h, 1h e pouco da manhã. E, tinha épocas que eu, então, dormia um pouquinho antes e levantava 4h, 4h e pouquinho pra, quando amanhecesse o dia, eu já tinha feito tudo o que era pra entregar. Aí, durante o dia, a gente só entregava.<sup>186</sup>

<sup>185</sup> Os funcionários trabalhavam das 8h às 12h e das 13h30 às 18h.

<sup>186</sup> GRAÇA. Santa Helena, PR, 14 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa dela.

O relato de Graça permite notar que, ao falar das condições e da rotina laboral, tinha objetivos diferentes dos que tinham aqueles que prestavam serviços para alguma facção e até das costureiras domiciliares sem vínculo com empresas. Ao contar sobre o serviço e o processo inicial da empresa, parecia querer exaltar sua posição social justificando o presente com o passado, pois desfrutava de melhorias nas condições de vida que creditava ao esforço dela com o esposo. Sua narração da história de formação de sua empresa pareceu reforçar essa perspectiva dada a ênfase com que ressalta a criação da empresa como fruto do trabalho: “O que você vê hoje aqui, que você está enxergando e está vendo, foi com o *nosso suor*, com a *nossa dor* e o *nosso sofrimento*, porque nunca nem um centavo nós conseguimos” (grifo meu).<sup>187</sup> A ênfase parece sugerir certo ressentimento, pois não conseguiu auxílio do governo municipal. Como não conheciam nenhuma pessoa em Santa Helena, no início iam de porta em porta pedir serviço. Dessa forma, foram “[...] conquistando espaço, trabalhando, mostrando o trabalho da gente. Um foi passando pro outro e foi indo, e foi aonde a gente foi ficando mais conhecido”.<sup>188</sup>

Graça disse que, a princípio, costurava na garagem de sua casa. Com o aumento da produção e dos clientes, alugou um estabelecimento, por R\$ 1.360, e instalou a empresa de confecção de cortinas, estofados, colchas, fronhas, almofadas e sofás. Foi enfática ao dizer que a expansão da empresa e o aumento da produção foram resultado do esforço dela, de seu esposo e do auxílio de amigos que conheceram na cidade. Com esse comentário, pareceu querer mostrar que existiam outras relações no processo de constituição das empresas que não a vinculação com órgãos públicos. Ela se autovalorizava apontando e incentivando a possibilidade de “vencer” e alcançar sucesso através do esforço individual. Reforçando o mérito de seu trabalho, destacou que estava feliz porque as pessoas o valorizavam, tanto que em 2013 recebeu três troféus:

[...] três troféu, três prêmio de melhor qualidade da cidade. Então, assim, o dia que o contador foi lá na ACISA [Associação Comercial e Industrial de Santa Helena], pegou e trouxe aqui pra nós, eu ficaria feliz se eles tivesse entrado aqui com um troféu qualidade, né? Falado assim: “Ó, isso aqui é porque o povo votou em vocês em Qualidade”. Mais quando ele me mostrô aqueles três, eu chorei muito aquele dia [...]. Então o povo votou em melhor qualidade em cortina e persiana, tapeçaria e estofaria e enxoval. Então assim, é pela história, né? Do começo, a gente superou e pra gente isso é muito importante. E assim é que tá hoje, não tem como eu falá outra coisa diferente.<sup>189</sup>

<sup>187</sup> GRAÇA, 2013, entrevista.

<sup>188</sup> GRAÇA, 2013, entrevista.

<sup>189</sup> GRAÇA, 2013, entrevista.

Para ela, o prêmio de qualidade era sinal de “superação”, porque se mudou para Santa Helena sem nenhum contato ou parente, “[...] sem dinheiro. Sem dinheiro pra falá: “Agora eu tenho esse dinheiro guardado pra quando acontecer uma doença”. O prêmio Qualidade ainda a emocionava porque não eram apenas três troféus; o mais importante era a história que evocava lembranças. Ao olhar para cada objeto que compunha a loja, enxergava a “dor nas pernas” e o processo da conquista: de uma

[...] dor que aquilo chegou aqui, porque nunca, nunca teve nem pai nem mãe, nem nunca, sabe? A não ser o apoio das pessoa que a gente não conhecia [...]. Hoje a gente ter o serviço que a gente tem, não vence. Sofá que era pra ter entregue a semana passada com cortina junto, não conseguiu entregar porque não conseguiu fazer. Então assim, hoje é assim, é cortina que não vence, e ali na estofaria tem vez que é cheio de caminhão aqui na frente, que daí para as colheita e daí trás os caminhão pra fazer o estofado dos bancos, colocar vernizado no chão. Então assim, né? Hoje a gente fica feliz porque é reconhecido o trabalho, né?<sup>190</sup>

Em 2013, Graça tinha oito funcionários: cinco homens no setor de estofaria e tapeçaria e três costureiras. Na concepção dessa empresária, o reconhecimento de que seu esforço era valorizado passava pela aceitação de seus produtos nas relações de compra e venda, pelo aumento da produção e pelos clientes. As noites e os feriados que passou labutando pareciam ser recompensadas pelo rendimento financeiro — traduzido na compra da casa própria — e pelo status de ser uma empreendedora que obteve o reconhecimento da ACISA.

Com a constituição dessas empresas, as relações laborais nesse setor foram se configurando e apresentando mudanças nas experiências vividas pelos trabalhadores; e nessas relações pude identificar duas linhas de diferenciação: quem tinha registro formal e quem não tinha. A primeira categoria incluía internos das facções industriais; a segunda, externos e costureiras domiciliares sem ligação com empresas. Os internos e os que estavam nas facções informais realizavam tarefas parceladas, mas aqueles sem vínculo com empresa tinham uma atividade que implicava fazer a peça inteira. Os externos trabalhavam por produção; os internos poderiam receber prêmio de produção se atingissem a meta estabelecida pelos empresários.

Por ora, cabe destacar que, na parte da produção, os proprietários das empresas I e S declararam ter externos: a empresa I tinha 21 funcionários e cerca de seis terceirizados; a S tinha 60 funcionários e em torno de oito terceirizados. Também a empresa G já havia utilizado os domiciliares. Dos domiciliares ligados às empresas, em geral os empresários

---

<sup>190</sup> GRAÇA, 2013, entrevista.



contratavam seus serviços para tirar fios das peças; dito de outro modo, após terminar a costura, as peças eram encaminhadas para as casas, onde os trabalhadores retiravam fios soltos que ficavam nas peças após ser confeccionadas. Destes, entrevistei Betânia, que atendia a empresa I, e Rebeca, que havia prestado serviços para a empresa G.<sup>191</sup>

Embora tenha havido a expansão das indústrias do vestuário, a confecção sob medida não foi extinta. As trajetórias e relações laborais de quem atuava nesse setor mostraram que costumavam articular o labor nas indústrias com os consertos pequenos. O Quadro 3 mostra o número de ateliês de costura e costureiras domiciliares em Santa Helena.

**QUADRO 3. Número de confecções, ateliês e costureiras domiciliares — 2013**

TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL *
Indústrias de confecções do vestuário	19
Ateliers de costura	2
Costureiras domiciliares	13
<b>Total</b>	<b>34</b>

\*Os números referem-se aos estabelecimentos registrados. Quanto aos ateliês e às costureiras domiciliares, indicam só aqueles localizados na sede municipal.<sup>192</sup>

Dialoguei com cinco trabalhadoras que, na ocasião da entrevista, exerciam suas atividades em seu domicílio. Duas eram terceirizadas das empresas I e G; duas tinham funcionárias e prestavam serviços para empresas de outros municípios e uma fazia consertos de roupas. Delas, três tinham registro como microempreendedoras. Uma entrevistada era funcionária de microempreendedora de facção domiciliar. Também entrevistei seis mulheres que já haviam atuado como costureiras domiciliares, mas sem registro; costumavam fazer consertos de peças encomendadas por clientes particulares ou lingerie e tapetes para vender nas casas.

A entrevistada Rute tem trajetória de quem não chegou a atuar em facção de indústria do vestuário. Entre 1993 e 1998, ela costurou para um ateliê onde aprendeu elementos da costura que sua mãe não havia lhe ensinado. A proprietária do ateliê precisava de uma

<sup>191</sup> Os proprietários da empresa G adotaram o trabalho domiciliar para tirar fio das peças entre 2007 e 2009. Rebeca disse que pararam com o trabalho em domicílio porque dava mais despesas, uma vez que os proprietários “[...] tinham que levar daqui [São Roque] pra Céu Azul [...]. Depois trazer de volta ali. Estava muito, muita despesa. Eles falaram estava dando despesa”.

<sup>192</sup> Os dados do Quadro 3 provieram da lista de empresas de confecções e costureiras autônomas fornecida pelo departamento de tributação da prefeitura de Santa Helena (2011–3).

costureira e propôs que Rute levasse sua máquina até o estabelecimento: “[...] e foi assim, desde aquele dia, eu costurei por quatro anos com ela”.<sup>193</sup>

No ateliê, Rute costurava, sobretudo, roupa social. Lá, aprendeu a fazer o desenho, o corte e a costura das peças: “[...] ela faz desde uma roupa simples, ela faz ainda, ela é costureira, até uma roupa de festa”. Em 1998, ela saiu do ateliê porque a proprietária “[...] teve que parar por um tempo, e eu, como já estava ganhando ali em torno de um salário, pra mim parar ia fazer falta. Aí comecei costurar em casa”. Desde então, dedica-se à costura domiciliar. Ela enfatizou que “[...] não quis cortar e costurar a roupa inteira, porque eu acho, assim, que dessas pessoas tem bastante; agora, reformar, daí tem menos. E reformar é onde que eu vejo assim que si procura bastante”. De acordo com ela, como a cidade era pequena, construiu sua clientela sem fazer propaganda:

[...] as pessoas foram de boca em boca falando do trabalho e, assim, eu tenho uma clientela muito boa. E a renda dessa minha costura da reforma, eu tenho ela durante esses 15 anos. Eu tenho tudo marcado, eu marco tudo e somo no fim do mês. Não baixa de R\$ 2 mil e ainda concilio com as coisas da casa, almoço, e faço assim. Só que eu nunca tirei férias, mais se eu quero tirar uma tarde pra passear, eu tiro! Se eu quero começar às 9h, eu começo! Então, eu não, a não ser também se eu tenho bastante coisa e eu prometi [...]. Então, às vezes eu vô até à noite, mais eu acho assim que é um trabalho muito bom pra uma dona de casa, ou pra alguém que tem filhos e quer ajudar [...] com um pouco.<sup>194</sup>

Rute destacou que seu trabalho se propagou e que as vendedoras de lojas a indicavam para as clientes delas: “[...] as lojas mandam os clientes até aqui, ou elas mesmo, ou roupa delas, ou das clientes das lojas. A loja da Preta [...], a Carla Modas, todo esse pessoal, quem precisa sabe que eu costuro e, como é uma cidade pequena, todo mundo conhece todo mundo”. Percebi que ser conhecida e ter os serviços indicados a clientes de lojas de roupa fazia que ela se cobrasse ainda mais, pois devia cumprir com todos os pedidos no prazo, mesmo que para isso precisasse ir até mais tarde. Não cumprir prazos e fazer um serviço sem qualidade significava pôr em risco sua reputação profissional: “Eu não falo que não! Eu dou um jeito de dá uma arrumada na hora e fazer, porque não tem como você dizer... porque até então a loja fala: ‘Vai lá que ela trabalha em casa, ela dá um jeitinho’”.<sup>195</sup>

<sup>193</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>194</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>195</sup> RUTE, 2013, entrevista.

Ao perceber as condições e dinâmicas do mercado e constatar que pessoas com formação acadêmica, muitas vezes, estavam desempregadas, Rute produzia uma avaliação positiva do seu labor e de sua renda mensal:

[...] eu tiro um salário que muita gente que tem faculdade não tem, não tira esse salário, ou procura, procura... Hoje tem um emprego e amanhã não tem. Eu, por quinze anos, eu tive salário, eu tenho tudo marcado assim, eu fecho o mês e vô indo, si eu trabalhasse até mais, com certeza eu tirava mais, só que tem limite, né? Pra trabalhá.<sup>196</sup>

A entrevistada destacou que queria ter feito faculdade, mas “[...] o tempo passou, aí eu me acomodei, achei que eu não seria capaz de voltar estudar. Por isso. Mais eu busquei uma profissão, só hoje eu estou contente com a minha profissão”. Ante seus ganhos mensais, suas conquistas como pagamento de faculdade para os filhos e a aquisição de bens como a casa própria delineiam o contentamento de Rute com sua atividade profissional:

[...] a gente conseguiu comprar essa casa, a gente conseguiu comprar carro. Então, quer dizer com o salário só do meu marido a gente não ia consegui, porque o que ele ganha como motorista — ele era motorista de ônibus, agora ele é aposentado — é pouco, num sustenta, sustenta uma casa male mau. Então, quer dizer, o necessário. Mais a gente não quer só o necessário, você quer que os filhos estudam e cresçam [...]. Os filhos, todos têm faculdade. Eu paguei faculdade dos três com a costura, a [...] [filha] é formada em Direito, o [...] [filho] é formado em Ciências Contábeis e o [...] [filho] é formado em Sistema de Informática. Fizeram particular e foi pago com esse trabalho. Então, o salário do [...], do meu marido era pra comida, luz e água, então, roupa, faculdade saiu dessa costura aqui e da telemensagem [...] [sorriu]. Eu pensava que eu nunca ia conseguir pagar faculdade, que eu acho assim, muito bom a faculdade pública, eu acho ela muito boa, mais eu pensava assim: “Nossa! Se eles não passarem, eles não vão consegui, porque aqui em Santa Helena não tem faculdade, tem que fazer Toledo ou Cascavel, ou São Miguel [do Iguaçu], ou Foz [do Iguaçu]”. Hoje a [...] [filha], que tem 25 anos, ela dá aula na PUC [Pontifícia Universidade Católica do PR] PUC em Toledo e na UDC [União Dinâmica de Faculdades Cataratas] em Medianeira e o [...] [filho], ele é gerente num banco em Assis e o [...] filho trabalha aqui, numa transportadora no Porto. Então, está todo mundo trabalhando, agora se eu quero tirá umas folga, eu já posso [sorriu].<sup>197</sup>

Na ocasião da entrevista, fazia um ano que ela tinha se registrado como microempreendedora e pagava, por mês, R\$ 39,90 para ter seu número no cadastro nacional

<sup>196</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>197</sup> RUTE, 2013, entrevista.

de pessoa jurídica (CNPJ): “[...] eu fiz porque até então, é, se um dia eu quiser aposentar, se eu não contribuir, não tem como. Então, eu tenho agora a empresa”.<sup>198</sup> Ela começava seu expediente laboral por volta das 8h, às 11h30 iniciava o almoço; mas, enquanto preparava a comida, continuava a atender, porque as pessoas costumavam levar ou buscar roupas nesse horário:

[...] quem trabalha no comércio só tem o horário do meio-dia pra vim. Eu atendo igual. Então eu concilio fazendo almoço, atendendo [sorriu]. Faço! Às vezes queima o arroz, mais [sorriu] daí eu faço almoço. Eu não paro: eu vou, eu termino de almoçar, lavo a louça, daí eu venho aqui, começo costurá de novo, daí eu vô até... Aí, de tarde, 3h30, 4h, às vezes eu como uma fruta. Ou tomo um café. Eu gosto de tomá café com leite. Tomo café, às vezes como um pão, ou às vezes uma fruta. Depende. Daí, depois das 6h, daí geralmente eu paro. Uns seis, sete anos atrás, eu costurava ainda sempre até umas 10h da noite, mais agora eu já me sinto um pouco cansada, o que rendeu até as 6h deu, o que não deu [não deu]. Daí eu paro.<sup>199</sup>

Parece que, a redução de sua jornada de trabalho estava articulada com o processo de independência econômica conquistada pelos filhos, pois, na ocasião da entrevista, ela trabalhava até as 18h, o que podia expressar mais liberdade, tendo em vista um passado em que ia até 22h. Enquanto os filhos faziam a graduação, ela se sentia pressionada a produzir mais e mais rápido a fim de receber o dinheiro para quitar taxas de faculdade e demais gastos com despesas da casa. Ela informou que não tinha tirado férias ainda “[...] mais se eu quero ir na minha mãe, que mora perto, um dia eu vô de manhã, volto à noite”. Se esse argumento parece querer mostrar que tinha certa liberdade em seu labor, sua narrativa aponta uma realidade que este era constante: “eu não paro”, nem mesmo para preparar os alimentos. Tampouco conseguia se desligar nos horários de refeição, pois precisava atender os clientes. Essa rotina se repetia de segunda-feira a sábado, com mais intensidade às sextas-feiras e aos sábados, pois as pessoas a procuravam para fazer ajustes em roupas de festas:

[...] na sexta e no sábado vêm mais as roupas de festa porque quem compra uma roupa pra ir num casamento, pra ir numa formatura vem na sexta e no sábado e si é minha cliente, e mesmo que não seja, eu não falo que não, eu dô um jeito de dá uma arrumada na hora.<sup>200</sup>

<sup>198</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>199</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>200</sup> RUTE, 2013, entrevista.

Assim como Maria, Rute disse que não costumava costurar aos domingos: dedicava esse dia para ir à igreja, reunir-se com as pessoas e fazer um almoço em família. Os momentos de distração e lazer de Rute eram os encontros em família, as conversas e as caminhadas que costumava fazer em companhia de amigas. No geral, as trabalhadoras domiciliares disseram que, para atingir a produção almejada e a qualidade de produção, às vezes era necessário ir até mais tarde. Eis como Maria se refere a isso:

Eu já cheguei a ficar até as 7 da noite. Um dia, porque nós tinha que entregar, eu fiquei até 10 da noite [sorriu] trabalhando. Daí, só paramos pra ir no banheiro, fazer um lanche e voltamos de novo. É uma... não te deixa assim, “Ah, tenho que trabalhar de novo”. Tu tem vontade de voltar porque é uma coisa que é pra você, não pra mais ninguém, não é pro patrão que vai ficar com aquilo que tu tá fazendo, né? Eu, pelo menos, quando eu estava numa fábrica, eu num queria ficar, si eu tinha que ficar depois do meu horário, eu já ficava preocupada com quem estava em casa, eu já não ficava concentrada ali, naquilo. Daí, aqui, não! Não sei se é porque eu estou em casa, mais eu consigo me concentrá, continuá depois do horário. Daí, pra mim, é melhor agora.<sup>201</sup>

A relação que estabelecia com a casa e a família se constituiu como ponto de referência para avaliar suas condições laborais e as diferenças entre atuar na facção industrial e em casa. Estar fisicamente presente em casa, por si só, produzia a impressão de que fazia algo para seu próprio benefício; sem contar a sensação de cuidar da casa e de familiares. Isso fazia que se sentisse menos “explorada”, pois pensava em produzir para ela mesma, e não para o patrão. Interpretando a fala de Maria, parece-me que a sensação de produzir para si entrava em choque com sua rotina laboral: ela destacou que, nos períodos de produção mais intensa, ela deixava o serviço de casa para fazer à noite: “[...] de manhã cedo, antes de começa trabalhar, já faz almoço, pra daí, 11 e meia parar e já ter o almoço pronto. Daí, só esquentá e, assim, vamos fazendo”. Costumava levantar às 6h para começar o expediente às 7h na facção. À tarde, ia das 13h às 17h30; mas, conforme seu relato acima, já havia ido até as 22h para entregar a produção no prazo.

Natural de Coronel Vivido, PR, aos 15 anos de idade Maria se mudou para o Paraguai. De acordo com ela, seus pais eram agricultores e decidiram se mudar “em busca de melhora de vida”. Aos 18, ela se mudou para Santa Helena, onde seu então namorado residia. Após conseguir emprego, casou-se. Com o nascimento de seus três filhos, precisou se manter em casa, pois um, aos 7 anos de idade, adoeceu e perdeu os movimentos das pernas:

---

<sup>201</sup> MARIA, 2013, entrevista.

[...] parou de andar, parou de comer, parou de falar. Daí, como que eu ia fazer, né? Daí, eu tinha que cuidá dele. Ele ficou tempo no hospital. Depois, quando veio pra casa, ficou mais dois ano. Daí, quando ele começô se recuperá, eu queria trabalhá, eu *tinha* que trabalha pra mim ajudá, né?<sup>202</sup>

A falta de trabalho remunerado comprometia as condições econômicas da família. Diante disso, ela procurou formas de conciliar afazeres domésticos e o cuidado com os filhos com o emprego. O caminho encontrado foi fazer o curso de costura industrial.

Ficar em casa com os filhos não quer dizer que não sentisse as pressões e mudanças que a vida na cidade lhe impunha; pelo contrário, sua condição de mãe que enxergava a necessidade de zelar dos filhos revelava seus valores e seus limites, pois precisava do emprego para viver. Maria ficou quase 15 anos sem trabalhar fora de casa. Como tinha curso de costura e o apoio da irmã que lhe deu uma máquina, iniciou-se costurando lingerie:

[...] depois que eu já sabia bastante fazer em casa, daí eu peguei e fui numa fábrica pedi pra trabalha, daí eles pediram minha experiência, daí eu falei que experiência eu não tinha, mais podia, eles podia testar, né? Testar o quê, que eu sabia, né? Daí eles me deram uma oportunidade. Daí eu fiquei nessa fábrica, eu fiquei um ano e três meses [...]. O primeiro emprego da costura.<sup>203</sup>

Maria se empregou na empresa B, mas pediu demissão porque ficava longe de sua residência, e ela tinha que ficar o dia todo fora de casa; o que a deixava preocupada com os filhos em casa: “[...] o do meio, que tinha ficado doente, ele precisa de mais atenção, né?”. Saiu da empresa em meados de 2008 e, “[...] com o dinheiro que eu ganhei lá do acerto, eu comprei a máquina, dei uma entrada nas máquinas e daí o resto fui parcelando, parcelei, né?”. Duas máquinas de costura foram pagas em dez parcelas, quitadas com dinheiro vindo das vendas de lingerie que ela fazia e que sua filha e sua irmã vendiam.

De acordo com a entrevistada, para costurar em casa, mesmo quando eram lingerie e ainda não era uma facção, foi necessário se legalizar como empreendedora individual. Foi preciso organizar os documentos e pedir alvará para empresa:

[...] primeiro, tu vai no escritório de contabilidade, do escritório de contabilidade. É só tu levar as papelada que tu tem que fazer e já faz e manda o pedido pra levar lá na prefeitura, que daí é o alvará [...]. Daí, a gente leva lá pra eles, e eles fica com o papel lá e daí eles vêm vê onde a gente vai trabalhá [...]. Daí, eles vem olhá se eles pode autorizá aquele alvará ou não.<sup>204</sup>

<sup>202</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>203</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>204</sup> MARIA, 2013, entrevista.

Para ser aprovada a solicitação do alvará, era exigido que a sala destinada à costura tivesse porta que desse acesso direto a ela sem passar por outros cômodos da casa. Em 2010, Maria se registrou como costureira autônoma; em outubro de 2012, começou a facção domiciliar: “Agora, eu estou fazendo é parte de facção que eles... eles trazem uma peça-piloto e as outras peça tudo cortada pra gente montá [...]”. Antes de montar sua facção, Maria viveu a experiência de, ao lado de outras costureiras, atuar na facção domiciliar de Madalena e sua sobrinha; mas, como estas fecharam a facção, as costureiras ficaram desempregadas. Maria, então, decidiu abrir uma facção em sua residência e conseguiu serviços com a mesma empresa<sup>205</sup> que contratava os serviços de Madalena. “[...] não tinha onde ir, daí eu falei: “Eu vô fazer lá em casa. Eu já tinha a minha sala igual, né? Daí era só carregar a minha máquina e pronto. Daí eu vim pra cá, daí as outra mulher vieram também”.<sup>206</sup>

De acordo com Maria, toda semana ela recebia encomendas da empresa:

Eles vêm na segunda, eles vêm na sexta, às vezes eles vêm na quarta. Eles vêm e traz, se você já fez o que eles te deixaram na semana passada, se você já tem pronto, eles levam, e você já fica com outro fazendo; e se você não tiver pronto, eles te deixam mais aquele outro e vão embora sem nada. Daí eles vêm de novo, e daí o que tu tiver pronto eles já levam e vão te deixando, assim.<sup>207</sup>

A entrevistada enfatizou que, exceto peças-piloto, em geral ela não era pressionada para entregar:

[...] as peça-piloto, eles tinha que tirar foto pra pôr, pra mostrá [...]. Mais daí era pouquinho, vinha 8, 18 peça, né? Que tu tinha que... Daí eles vinha na segunda e, daí, quando fosse na quarta-feira, eles queria pronto, daí eles já vinha buscar. Só que isso era pouquinho. A gente dava conta de fazer.<sup>208</sup>

Os proprietários da empresa costumavam enviar 120 peças por semana. Como ela trabalhava com duas amigas, o pagamento era dividido: “[...] o que a gente produzia a gente dividia”. O que recebiam variava conforme o modelo e o tipo de tecido: “Depende do modelo, depende do tecido, daí tem peça que eles pagam 6 [reais], tem peça que eles pagam 8, tem

<sup>205</sup> Uma empresa de Diamante do Oeste, município a 35 quilômetros de Santa Helena.

<sup>206</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>207</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>208</sup> MARIA, 2013, entrevista.

umas que eles pagam 9. Mais que 9 eles não pagam, esse é o valor”.<sup>209</sup> Supondo que fizessem as 120 peças e recebessem R\$ 9 por cada, numa semana receberiam quase R\$ 1.080, o que daria R\$ 360 para cada costureira. Ainda assim, era renda incerta, pois havia períodos sem serviço. Ante os imprevistos e as incertezas, Maria costumava intercalar seu labor na facção industrial com a costura e os consertos pedidos por clientes residentes no município. Em suas palavras,

[...] eu faço quando eles me trazem, que eu tenho as peça ali que eu tenho que fazer. Eu também faço, se alguém me pede, vestido. Me pede uma outra sob medida, eu também vô fazer. Se me pede conserto, eu também faço. Eu procuro não deixar nada, a pessoa na mão, porque se hoje ela precisa e hoje eu não estou precisando daquele serviço, eu num... eu pego e faço igual. Senão, depois, a pessoa não volta, né? Daí, eu pego e faço igual. Daí eu peço um tempo, né? “Tantos dia, pode ser?”. “Pode”. Daí eu faço. Pra mim está podendo atender a todos, né? Daí e no... eu faço no sábado de manhã, às vezes eu faço de noite conserto.<sup>210</sup>

Agregar a suas atividades mais que uma função demonstrava a vulnerabilidade e insegurança financeira a que essas trabalhadoras estavam sujeitas. Não recusar serviço significava não ter controle de suas condições e seu ritmo laboral, uma vez que viviam em tensão ante a possibilidade de não ter serviço, ou seja, renda. Essa vulnerabilidade se articulava com a dependência das empresas que contratavam seus serviços. Na ocasião da entrevista, março de 2013, Maria se dedicava a consertos e encomendas da população, pois desde fevereiro daquele ano a empresa de Diamante do Oeste não havia levado serviço. A demora, de acordo com ela, era porque tinham de “[...] cortar pra trazer. Daí as outras [pessoas] que tem por aqui também, nenhuma está. Tão tudo parada”. Maria disse que conhecia outras pessoas que forneciam serviços para a mesma empresa, e todas estavam paradas, tanto que uma conhecida começou a pegar produção de uma empresa de Missal.<sup>211</sup> Essa empresa fornecia poucas peças, porque a empresária estava iniciando o negócio. A companheira de Maria a indicaria caso tivesse mais produção: “[...] ela vai estar trazendo pra mim também”.

A falta de vínculos formais com dada empresa sugere que as mulheres eram “livres” para prestar serviço a quem quisessem. Acredito que essa suposta liberdade deixe transparecer uma relação de subordinação, em que buscam o trabalho independentemente da empresa. As

<sup>209</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>210</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>211</sup> O município de Missal dista quase 27 quilômetros de Santa Helena.



relações de amizade e solidariedade são úteis à busca de serviço em época de escassez de demanda, as quais demonstram a dependência que têm do contratante dos serviços.

Quanto às condições do ambiente laboral, percebi que algumas domiciliares improvisavam usando o espaço de suas casas ou construindo um puxado nos fundos do pátio. Gastos com energia elétrica se juntavam aos gastos da família, daí que procuravam estabelecer o quanto a energia aumentava após a instalação da facção: “[...] a gente cuidou a luz, né? Quanto que aumentô. A gente pagava só daquilo que aumentô pra frente, que era da casa, né? Daí, a gente dividia o que aumentô [...]”.<sup>212</sup>

Juntar o espaço da casa com o trabalho, por vezes, podia causar desentendimentos. Na avaliação de Madalena, era “difícil” prestar serviços para outra costureira domiciliar, porque algumas vezes as cobranças das facções industriais persistiam: “Tem gente que você faz, faz, faz e nunca tá bom, né? Como tem uns que é bom de trabalhar”. De acordo com Madalena, questões da vida familiar ocasionavam tensões, pois algumas proprietárias deixavam o serviço da costura para cuidar de tarefas como lavar roupas e fazer comida. Além disso, ela destacou que outras pessoas da casa, às vezes, interrompiam a produção:

E daí tem a família dela, e daí vem, às vezes, enche o saco lá. Não é que nem você trabalhar, que você vai lá..., 7h você começa e para meio-dia. Ela, não! Ela levantava, ia, colocá feijão cozinhá, depois levantava, ia colocá mandioca, e assim é... ia, colocava roupa bater, ia estendê.<sup>213</sup>

Madalena decidiu atuar em facção domiciliar porque estava com filha recém-nascida. Para ela, estar em casa seria uma forma de, aos poucos, fazer a filha se acostumar a ficar na condição de creche. Ela conseguiu contato com a empresa de Diamante do Oeste através do auxílio de uma amiga “[...] que já costurava pra ele. Aí, eles trouxeram um pra fazer teste, e a gente seguiu. Eu comprei uma máquina, né? E a gente seguiu costurando”. Para iniciar a facção, ela e sua sobrinha tinham duas máquinas retas e uma interloque. Com as retas, confeccionavam; a interloque era usada para fazer acabamento. Produziam camisas, camisetas, blazers e bermudas de malha.

Devido a um desentendimento com a sobrinha, Madalena saiu da facção. Na ocasião da entrevista, estava na empresa H, onde confeccionava uniformes escolares e empresariais. Ela manifestou a pretensão de abrir uma facção em sua casa:

<sup>212</sup> MADALENA. Santa Helena, PR, 6 de março de 2013. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava com idade de 43 anos à época.

<sup>213</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

Eu não sei si eu e a [...] [filha dela] não vamos abrir uma aqui, daí eu mudo essa sala aqui pra outra sala que eu tenho [...]. Daí, nessa parte aqui, eu estava querendo pôr uma fábrica. Só que daí faz muito pó, né? Por causa da [...] [filha mais nova], tem que pôr uma porta aqui pra... É difícil, né? Que nem, ó! O espaçozinho que é aqui em casa, sobra daí pra casa. Se for pra carregá uma coisa, tem que passa aqui por dentro [...], é difícil. Daí uma máquina eu tenho, teria que comprar uma inter e mais uma reta, né? Uma inter dá serviço pra três reta, a [...] [filha dela] vai na inter... Tem que comprá uma inter e uma reta.<sup>214</sup>

Afinal, por que a ideia de abrir o próprio negócio?

Assim como as pessoas entrevistadas por Pereira,<sup>215</sup> as trabalhadoras de Santa Helena apontaram o expediente, a possibilidade de ganhar mais e de estender a jornada para compensar o tempo dedicado a outras atividades e à família. Isabel estava empolgada com a possibilidade de abrir uma facção domiciliar; acreditava que podia ganhar mais do que na indústria. Tais expectativas eram alimentadas pelo exemplo de suas amigas:

O homem que traz as peça, eu tenho o telefone dele, mais eu não liguei, eu só estou esperando, eu estou esperando nós entrar de férias primeiro, porque num tem como eu entrar agora de cabeça sem pegar férias. Então, estou esperando pegar férias pra ligá de volta pra ele. Que eu tenho muitas amigas minha que já tão trabalhando com isso lá em Santa Helena. Elas já saíram das empresas e tão trabalhando em casa, e, na verdade, elas tão ganhando mais. Tem amiga que está tirando mil [reais] e meio às vez, conforme o que... Só que tem que ser duas pessoa, porque uma só ele disse que demora demais pra montar e, ele paga por peça, cinco real por peça.<sup>216</sup>

Outras enxergavam a possibilidade de mudar as condições laborais mediante a tentativa de se vincularem a alguma facção domiciliar de outras pessoas ou amigas. Ao sair da facção industrial, Eva contou com a ajuda de seu genro para comprar quatro máquinas e montar uma sala de trabalho em sua residência. Comprou três máquinas industriais e uma portátil; os tecidos eram comprados em Cascavel (a quase 114 quilômetros de Santa Helena). Acredito que, embora ela se visse como dona de seu negócio, existiam diferenças em relação aos empresários das facções industriais instaladas em barracões. Para algumas, montar a própria empresa não foi algo planejado; o empreendimento se constituiu como conquista que ultrapassava as expectativas que tinham construído para suas vidas:

<sup>214</sup> MADALENA, 2013, entrevista. Em fevereiro de 2014, obtive informação de que Madalena estava com uma facção em sua casa.

<sup>215</sup> Pereira entrevistou trabalhadoras domiciliares da indústria de confecções de Divinópolis, MG. Cf. PEREIRA, 2011.

<sup>216</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

Eu não tinha, assim, muita expectativa. Eu confesso que eu consegui muito mais do que eu esperava. Eu nunca pensei em conseguir montar uma empresa, porque na verdade eu entrei na fábrica aprendendo, né? Foi indo, foi me aperfeiçoando, e eu consegui, eu conquistei muito mais do que eu esperava. Eu pensava assim: que eu, o dia que eu conseguisse entrar numa fábrica, que eu conseguisse me instabilizar dentro dessa fábrica, era, nossa, era um passo muito bom! aí depois eu sempre fui buscando mais, até que surgiu a ideia de montar por conta, né? Daí eu acabei montando aqui, né?<sup>217</sup>

Dulce trabalhou com a empresária Salomé quando iniciou sua facção em sua residência. Após oito anos com Salomé, entrou numa facção de jeans, mas encontrou dificuldades porque estava acostumada com a costura em tecidos leves. Em 2006, saiu da fábrica e decidiu investir no próprio negócio. De início, ficou durante três anos sozinha, depois montou e registrou a empresa. “[...] vai fazer cinco anos e meio que eu tenho a empresa registrada [...]. Dois mil e nove acho que foi que eu montei a empresa”. Segundo ela, a facção domiciliar era diferente da industrial, uma vez que os dias não eram iguais, pois costurava só “modinha” e sempre tinha que aprender novos modelos:

[...] modinha, coisas que não seja monótona, né? Modelos diferente pra tá aprendendo cada dia mais. Cada dia é um aprendizado, né? Porque vem um modelo diferente que eu não sei fazer, daí de repente eu já aprendi fazer mais um, né? Então, eu tô sempre descobrindo.<sup>218</sup>

Na avaliação de Dulce, a sensação de aprender com o labor o tornava agradável e estimulante, ao contrário da facção industrial, “monótona”. Mas ter uma produção diversificada ocasionava dificuldades para estabelecer metas de produção, pois o tempo para confeccionar as peças dependia dos detalhes e do grau de dificuldade de cada uma:

Eu não posso ter, assim, uma produção por dia nem por mês. Ela é assim, sempre vista por minutos, né? Porque, às vezes, eu tenho uma peça que é 15 minutos pra fazer, às vezes eu pego uma peça que é 50 minutos pra peça. Então, varia muito. Eu fiz uma blusinha ali, num dia nós fizemos 140, botei um outro vestido na produção, 70 peça não saiu num dia, vai dois dias pra fazer. Então, se eu for contar quantidade de peça, claro vai parecer que diminuiu a produção, mas na verdade, não. É que a peça exige mais tempo.<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>218</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>219</sup> DULCE, 2015, entrevista.

Dulce determinava a quantidade de peças que a empresa podia deixar para ser produzida durante a semana:

[...] tipo assim, amanhã vem o caminhão, amanhã. No máximo até amanhã à tarde eu tenho que passá pra empresa em quanto tempo eu vô devolvê essa mercadoria pronta. Quantos dias eu vô levá pra fazer, quantas pessoas eu tenho. Então, por exemplo, se eu só tenho aquele lote que vem amanhã e terça-feira já mando de volta [...] daí eles vão medindo a minha capacidade [...], pra daí me fornecê serviço que dê pra semana, né? Daí eu que fico controlando, né? Agora, se eu faço assim, que, por exemplo, se eu tenho mais gente e vem um lote, vem dois e eu já entrego ele na terça, daí já tem que me mandá outro, se eu tenho menos gente não.<sup>220</sup>

Quando acontecia de estragar alguma peça, ela negociava com os representantes da empresa que a contratavam. Na ocasião da entrevista, tinha que pagar três peças: “Até tô com um bilhete ali pra pagá, [...] 64 reais de três peças”. Enfatizou que nunca cobrou das funcionárias as peças estragadas:

[...] nunca descontei nem um centavo deles, porque assim, como a... nem é culpa deles, nem é minha. Essa é uma coisa que eu acho assim, que é um dos motivos que eu não quero muita gente com essa marca, porque assim, às vezes, o tecido é tão fino que por mais que a agulha seja fina, ela puxa o fio. Então não é que eles fizeram errado, nem eu não tenho culpa; mas foi na minha empresa que aconteceu, a responsável sou eu, eu tenho que pagar, é norma da empresa. Já quando eu assinei o contrato com essa empresa eu já sabia que era assim.<sup>221</sup>

Em 2014, Dulce tinha 15 funcionárias, mas havia cerca de um ano que diminuiu para sete. Reduziu o número de funcionários porque, com mais pessoas, era difícil controlar a produção e a qualidade das peças:

Eu só dispensei mesmo porque não tinha como controlar a qualidade ali. Aí, sabe? Começa voltá, porque se tiver uma etiqueta errada, com a posição errada, eles mandam tudo de volta. Aí você teve o trabalho de embalá e mandar, aí vem tudo de volta. Você tem que desembalá tudo, revisá o lote inteirinho, pra vê se todas elas estão com defeito, consertar e mandá de volta, então. Esse tempo é prejuízo e tava acontecendo muito isso, né? Foi aí que eu tomei a decisão: não deu certo com essa empresa aumentá, pra aumentar eu vô ter que pegar uma outra empresa, talvez não... que exija menos qualidade, mas que muda menos o modelo e que não seja uns modelo tão complicado? Pra daí, sim, só bota na máquina e fazer, né?<sup>222</sup>

<sup>220</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>221</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>222</sup> DULCE, 2015, entrevista.

Em geral, Dulce ou sua filha — que era casada e trabalhava com ela — faziam uma peça com o novo modelo que entraria na produção e repassavam para as trabalhadoras. De acordo com Dulce, com uma equipe grande, essa dinâmica não dava certo porque, “[...] até que você passa pro último, muita gente fica parado, fica muito tempo ocioso, né? Numa equipe pequena, não! Enquanto eu tô passando essa operação pra uma, a outra já vai olhando”. A filha aprendeu a costurar com ela:

[...] tudo o que eu faço, ela faz também. Ela tá comigo desde o começo, né? E até ela fez a faculdade de alimentos, né? E agora ela terminô aquela e tá fazendo faculdade de Moda, que é o que a gente precisa. A gente tá tentando montar uma marca própria, nossa, né? E parar de ser facção. Daí a gente ia ser... comprá tecido, fazer e vender. Daí a gente tá trabalhando pra isso, daí ela tá fazendo faculdade e daí ela me ajuda, assim: entra um lote que eu preciso ficar mais na máquina, daí ela fica mais coordenando; e se é um lote que ela precisa ficar mais na máquina [...], daí eu posso ficar mais assim, só coordenando.<sup>223</sup>

Dulce tinha sete funcionárias que produziam blusas, vestidos e saias. A empresa que contratava seus serviços era de Itajaí, SC; e as marcas das peças eram: Colcci, Coca Cola, Triton e Fórum. Ela disse que a produção ia para Itajaí e São Paulo; de lá, algumas peças eram exportadas. Produzir para marcas reconhecidas parecia demonstrar que a produção era de qualidade, tanto que ao conversar com costureiras das facções industriais elas faziam referência a essa empresária, enfatizando as marcas das peças produzidas. Como a empresa estava instalada em sua residência, Dulce frisou aspectos de interferência dessa condição em sua vida familiar e emocional: “Devido tá na minha casa, a empresa tá na minha casa, é uma coisa que eu não consigo me desligá, tipo, é, eu não consigo tê, assim, separar vida própria com o trabalho, eu tô sempre em função”. Sobre o impasse em separar vida pessoal da profissional, ela argumentou:

[...] por ser aqui, eu não consigo parar durante o meio-dia. Eu tô sempre em função, é esse limite que eu tenho que me pôr, né? E daí, 1h15 eles já vêm, né? E daí a gente já trabalha até as 5h30, só que daí, assim, a minha casa tá sempre junto, né? Eu tô sempre vendo as duas coisas junto, eu quero dividi isso, horário de trabalho, é trabalho. Horário de tá na casa é casa.<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>224</sup> DULCE, 2015, entrevista.

O esgotamento e a pressão que o trabalho produzia pareciam gerar um conflito em Dulce. Embora estivesse ciente que a longa jornada a deixasse em tensão constante, também estava se autocobrando, como se estivesse insatisfeita consigo, uma vez que, em outros tempos, tinha suportado rotinas com mais obrigações: “Eu tinha meus filhos pequeno, eu tinha, esse [filho] daí era doente, muito doente e consegui, sempre consegui conciliar, né”. Essa rotina, por vezes, ocasionava dificuldades em conciliar emprego e vida particular. Dulce disse que pretendia separar o local da empresa de sua casa, pois o espaço era pequeno e produzia poeira:

Eu quero um espaço maior, o meu espaço é muito pequeno, é uma coisa que me preocupa, que o pessoal tá todo ele ali dentro, aglomerado ali, né? Então, por isso que eu tô tentando pegá um espaço maior, mais arejado, né? Pra eles terem uma qualidade de vida maior no trabalho, né?<sup>225</sup>

Conforme destacado acima, é possível constatar que, além da preocupação com a qualidade de vida proporcionada aos funcionários, ela buscava melhorar as condições de sua residência e sua vida, pois ter a empresa em sua casa prejudicava sua vida familiar e reduzia o espaço da casa:

Você bem dá pra vê aqui, né? Eu não tenho casa quase pra morar, né? Tá tudo misturado. Nem tenho qualidade de vida assim, né? Lá dentro tinha 15 pessoas, dentro daquelas duas salinha lá. Agora, como eu diminuí, tenho só sete trabalhando lá. Mas também é apertado. Eu não consigo dá qualidade pros funcionário trabalhar e daí foi que surgiu a ideia de fazê esse estudo de viabilidade e daí entrar na Câmara, né? Com um projeto pra pedi um espaço maior, né?<sup>226</sup>

Dulce ressaltou que tinha sete funcionários, todos registrados: “Eles têm uma segurança que eles têm FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço], eles têm o PIS [Programa de Integração Social], eles têm, se acaso eu tiver que mandar embora, sei que por quatro ou cinco meses eles vão tá amparado, né? Até eles conseguirem um outro emprego”. Na tentativa de transferir a empresa para outro ambiente, ela disse que buscou o auxílio de líderes no governo municipal e aguardava a construção de um barracão.

Quando a questioneei sobre a vigilância, comentou que todo ano faziam vistoria e não tinham implicado com o espaço da facção domiciliar: “Eles não implicam com isso, até

---

<sup>225</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>226</sup> DULCE, 2015, entrevista.

porque eles sabem que eu já tô buscando uma solução, né? Então, já não é mais uma questão minha, agora já tá, assim, mais na mão da prefeitura. Tem que esperar”.

Para atuar em casa — cabe reforçar —, essas trabalhadoras precisavam ter documento governamental de autorização para desenvolver a costura em suas residências. Os critérios para liberar o alvará dependiam da visita de um vistoriador à residência. A vistoria considerava as condições do ambiente destinado ao desenvolvimento das atividades, a exemplo da necessidade de uma porta de acesso direto, sem circular por outros cômodos da casa. “Tem que tê uma sala que dê acesso à sala de costura. Se não tiver, eles não pode dá [o alvará]. O meu agora tá ali porque eu levei agora pra dentro, porque não pode assim. Que nem, o meu tem que passá ali pela cozinha pra ir lá. Eu tenho que ter uma porta aqui já”.<sup>227</sup> Essas exigências eram necessárias porque, de acordo com Maria, se acontecesse de haver um

[...] mandado judicial pra querer entrar ali dentro, eu posso dizê: “Não, tu não vai entrar aqui”, porque aqui tá a cozinha. Eu posso impedi por isso. Daí, por isso que já tem que ter fora, separada. Os meu tá ali; mais o meu é ali, naquela, perto da churrasqueira. Só que nós, eu coloquei lá pra dentro porque nós vamo fechá aqui. Daí, vai vim bastante pó, quebrá, né? Daí, eu coloquei lá, senão suja tudo as máquina.<sup>228</sup>

Ao justificar o porquê de as máquinas estarem dentro de sua casa, Maria estava apontando elementos da interferência do trabalho no espaço residencial. Assim como Dulce — que frisou não ter “casa quase pra morar”, tal era a mistura de espaços —, Maria ressaltou que, para mexer em sua casa, tinha de levar em conta a organização do espaço laboral, ou seja, reservar espaço para as máquinas.

Se pensarmos que conviviam com as máquinas e o barulho, a poeira e o espaço apertado, é possível perceber que suas condições de vida e trabalho eram, no mínimo, degradantes. Dadas as condições do espaço laboral nas facções domiciliares ante aquelas encontradas nas facções industriais, posso destacar que nestas eram mais diversificadas. Estas empresas podiam ser instaladas em barracões cedidos pelo governo municipal — os quais, em geral, dispunham de mais espaço —, assim como ser estabelecimentos alugados pelos proprietários, ou ser propriedade particular — como as empresas A, B e H. Em 2012, o local onde eram produzidas as roupas da empresa D era improvisado; o proprietário pagava aluguel de uma área comercial. Situação parecida era a da empresa P, organizada onde a construção original era uma residência familiar, que passou por reformas para ser constituída a facção:

<sup>227</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>228</sup> MARIA, 2013, entrevista

[...] é uma casa, só que daí ele foi construindo, construiu um puxado dum lado, um puxado de outro, puxado de outro, foi fazendo puxado. Têm lugar da fábrica que é dessa altura aí [parte mais baixa da casa dela, com cerca de 1,80m]. Então, daí, tem as lâmpada e tu sabe que esquenta, né?<sup>229</sup>

Com efeito, trabalhadores de empresas variadas reclamavam do calor, pois se sentiam esgotados mais rapidamente: “Lá [na empresa G] é um lugar muito quente e como é um lugar muito quente as tuas energias acabam mais fácil”.<sup>230</sup> Além do calor, para quem morava distante das empresas, as condições eram ainda mais severas, pois era preciso levar a comida de casa, que tendia a azedar por causa da temperatura elevada. Na empresa G, eram cerca de oito que, todos os dias, levavam marmita. Nas instalações da empresa havia uma cozinha onde deixavam a comida na geladeira para esquentar no horário de almoço. Uma entrevistada comentou que houve um período em que a geladeira da fábrica estragou e a comida azedou. Nesses casos, comiam o alimento estragado, ou ficavam sem comer, ou faziam um lanche, ou contavam com a solidariedade de alguém que se dispusesse a dividir sua comida. Marta frisou que de sua casa até a facção onde costurava dava seis quilômetros, por isso tinha de

[...] fazer almoço de noite, né? Levá, chegá lá e esquentar lá na fábrica, né?

Rosário — Pegar fila pra esquenta, né?<sup>231</sup>

Marta — Sim, às vezes azedava até a comida da gente, né? Porque teve uma época lá que eles levaram a geladeira embora, né? Deixaram os funcionários sem a geladeira [...]. E com esse calorão até o meio-dia, a comida azedava.

Rosane — E daí?

Marta — Ah, e daí?! Daí ficava sem [sorriu]. A sorte que tinha uns barzinho por lá, tu corria lá e pegava um salgadinho, alguma coisa pra você aguenta passá a tarde, né? Mais já aconteceu de comida azedá lá e você fica sem comer.<sup>232</sup>

<sup>229</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>230</sup> ABIGAIL. Santa Helena, PR, 10 de março de 2013. Arquivo de mp3 (83 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava com 26 anos de idade à época. A entrevista teve a participação da trabalhadora Ada.

<sup>231</sup> ROSÁRIO. Santa Helena, PR, 2 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência de uma prima da entrevistada e teve participação das trabalhadoras: Mônica e Marta. A entrevistada estava com 28 anos de idade à época.

<sup>232</sup> MARTA. Santa Helena, PR, 2 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência de uma prima da entrevistada e teve a participação das trabalhadoras: Mônica e Rosário. A entrevistada tinha então 40 anos de idade.



Na avaliação de Marta, uma hora para o almoço — das 12h às 13h — era pouco tempo porque demorava até que todos usassem o fogão; além disso, não conseguiam descansar. “Até que todo mundo terminava de esquentar a sua comida e ir comer, já é meio-dia e meia, 15 pra 1h, né? Então, era tudo assim, muito corrido [...]”.<sup>233</sup> Marta destacou que não descasavam “[...] porque ficar lá dentro daquela fábrica é um calor, né? Um pózão [muito pó]. Eu acho que a gente num descansava nada”. Além da falta de tempo, relataram a falta de condições, ou seja, de lugar apropriado para descansar. Até na hora de comer “[...] cada um acaba achando um lugar pra sentar [...]. Você senta mais não tem como descansar, só se você deitar em cima dos tecidos. Tem algumas pessoas que acabam deitando em cima dos tecidos, mas não que você descansa”.<sup>234</sup> Os trabalhadores reclamavam da falta de espaço, do calor e da poeira. Quando questionei Isabel sobre o que precisava mudar dentro das fábricas, ela destacou:

Ah, tem muita coisa. Que nem nós mesmo, pouco espaço, a fábrica é muito apertada, o local é muito pequeno, não tem nem como. Tem vez que você vai trabalhar, tem que passar encostando nas máquina, empurrando as máquina, a cadeira pra pôr serviço. É muito pequeno o local e daí sufoca muito, e é baixo o teto. Então isso tudo dá uma fadiga, às vezes, na gente. É muita gente num lugar muito pequeno.<sup>235</sup>

Esse relato permite perceber que trabalhar em ambientes apertados e abafados era parte da realidade não só de facções domésticas, mas também das industriais. Ante tais condições, os trabalhadores se posicionavam como sujeitos que tentavam adotar meios para equilibrar o labor remunerado com tarefas de casa e a interferência disso em suas vidas e na vida de seus familiares. Essa questão permeava as relações de quem tinha facção e dos trabalhadores internos e externos das facções industriais.

Betânia tirava fio das peças produzidas na empresa I. Levantava por volta das 6h e já começava no labor. Parava para almoçar e logo retornava para encerrar o expediente por volta das 18h. Uma de suas irmãs trabalhava com ela; e sua mãe, quando estava bem de saúde, ajudava as duas na produção. Todos os dias, em geral pela manhã, o proprietário da empresa I enviava uma quantia de peças até a casa delas, meio-dia buscava e deixava outras; à “[...] tarde ele vem e leva o que está pronto e traz mais”.<sup>236</sup> A quantidade de peças deixadas variava conforme saía a produção da fábrica. Houve vez de receberem cem peças.

---

<sup>233</sup> MARTA, 2011, entrevista.

<sup>234</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>235</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>236</sup> BETÂNIA. Santa Helena, PR, 11 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (26 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 52 anos de idade à época.

De Laranjeiras do Sul, PR, a família de Betânia se mudou para Catanduva, PR, por volta de 1980, e de lá para o Paraguai, em 1990, para, então, ir para Santa Helena, cerca de 2007. As mudanças residenciais, segundo ela, sempre foram em busca de condições melhores de vida, pois as terras onde trabalhavam eram arrendadas, e isso os colocava sempre na busca por um lugar onde pudessem melhorar as condições financeiras. Ela disse que tinha 12 irmãos e que plantavam “feijão, plantava milho, plantava arroz, plantava tudo”. A confecção de costura foi o primeiro trabalho que não era ligado à agricultura.

O diálogo com essa entrevistada foi rápido, porque suas respostas eram curtas. Ela não forneceu muitos elementos sobre a passagem do trabalho da agricultura para o trabalho na indústria de confecção. No geral, deixou claro que ao chegar a Santa Helena cuidou de uma criança por 15 dias: “[...] eu cuidava a criança dela [... patroa], levava na aula, ia buscar. Daí, fui uns 15 dia, não gostei do serviço, daí larguei mão”. Em seguida, Betânia conseguiu entrar numa cooperativa de costura,<sup>237</sup> depois passou para o trabalho domiciliar, ligado à empresa I. Em sua avaliação, na cidade era difícil conseguir emprego porque suas experiências eram com a atividade agrícola: “Por causa que pessoa que trabalha na roça não tem experiência de serviço assim, de faxineira precisa de experiência, uma carta lá de recomendação [...] eu não tenho isso aí”. Antes de começar na empresa I, Betânia trabalhou durante dois anos na cooperativa de costura, onde já desempenhava a função de tirar fio. Falida a cooperativa, ela ficou menos de um mês sem serviço, pois o proprietário da empresa I a conhecia e a procurou para executar a mesma função, porém na residência dela: “Ele ia lá [na cooperativa] sempre fazer passante, ia fazia o que ele precisava de lá, ele ia lá. Daí, ele veio me procurar aqui”.<sup>238</sup>

Na ocasião da entrevista, ela morava com oito pessoas na casa dos pais, no conjunto habitacional Cristo Rei. Os afazeres domésticos eram divididos, sua mãe fazia o almoço; a limpeza da casa ela e a irmã faziam de manhã, no “clarear do dia” ou à tardinha: “[...] quando termina o fio que, às vezes, demora trazer, daí nós fazemos o serviço”. O espaço

<sup>237</sup> A cooperativa de costura faliu em 2008. De acordo com o jornal *Costa Oeste*, a cooperativa foi fundada em novembro de 2005, por meio da junção de “[...] um grupo de pessoas desempregadas e que buscam um trabalho digno”. Em parceria com o programa do governo federal Economia Solidária, constituíram a cooperativa. Ainda segundo o jornal, esse programa tinha “[...] como finalidade assessorar as cooperativas ensinando gestão de empresa e treinamento aos participantes”, enquanto a prefeitura de Santa Helena ofereceu seu apoio, cedendo “[...] o espaço para que a Cooperativa de Costura funcionasse e também esteve doando 12 máquinas de costura”. COOPERATIVA gera emprego em Santa Helena: grupo de 38 pessoas desempregadas forma cooperativa de costura e gerencia o próprio negócio. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, Ano 10, edição semanal, 21–7 de julho de 2006, p. 6. Para aprofundar as reflexões sobre as relações que se articulam em torno do programa Economia Solidária, ver: PELISSER, Sônia. *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990–2009)*. 2010. Dissertação (mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon; ver: LIMA, 2009.

<sup>238</sup> BETÂNIA, 2012, entrevista.

laboral da casa era a sala: “Aqui, na sala, isso aqui é a nossa sala de visita e a sala de trabalho”. Por dia, Betânia e sua irmã faziam cerca de 220 peças e recebiam R\$ 0,13 por peça. Num dia de trabalho, ganhavam cada uma R\$ 28,60. Nos meses que não faltavam peças — disse Betânia —, os ganhos chegavam à media de um salário mínimo<sup>239</sup>; mas ela ressaltou que seria melhor se o empresário aumentasse o valor das peças: “[...] se eles aumentasse mais um pouco pra nós seria melhor, por causa que daí ele ajudava nós e nós ajudava ele”.<sup>240</sup>

Betânia disse que era melhor trabalhar em casa porque não precisava ficar o dia todo de pé; “Lá [na cooperativa], você fica o dia inteiro em pé [...] em roda da mesa sem descansar. É de pé, e aqui, não! Aqui, a gente fica à vontade. A gente tira fio, a hora que dá fome assim, se a gente tá estressado, sai, vai tomar um café, é tranquilo. Já lá na fábrica não pode sair”. Além disso, ela frisou que, fora de casa, o salário diminuía por conta de gastos com transporte e almoço.

Rebeca desenvolveu a mesma função que Betânia, mas na empresa G. Além de tirar fio, costurava para as pessoas que encomendavam seus serviços, sobretudo fazendo consertos de roupas e crochê e tricô para vender. “O crochê, o tricô, o bordado, tudo eu aprendi, assim, da mãe e olhando os outros fazer [...], foi indo até hoje ainda. Estou, desde os 8 ano, eu faço crochê. Hoje estou com 60 ano, faz 52 anos já que eu faço crochê”.<sup>241</sup> Ela destacou que não conseguia fazer todas as encomendas. “Eu estou querendo, às vezes, parar daí. ‘Não, mais faz mais isso aqui pra mim’. ‘Vou vê’. Só que as minhas mãos já tão começando... não me ajudar mais”.<sup>242</sup> Rebeca era casada e, com a filha de 24 anos de idade, tirava fios das peças. Para cumprir com outros deveres, intercalavam essa tarefa com os afazeres de casa.

Ela disse que se iniciou com a atividade de tirar fio através de uma amiga que fazia a mesma função. De início, ela ajudava a amiga; mas, após cerca de três semanas, o funcionário responsável por levar as peças até a residência dela perguntou a Rebeca se ela gostaria de pegar peças em sua casa: “comecemos, acho, que com 100 peça por dia. Óia, já no fim eu acho que nós fazia umas 300 peça. Eu sei que nós chegava a fazer 6 mil peça por mês. Nós começemos tirar, acho, que no quarto, quinto mês em diante, começemos a tira o primeiro lugar”.<sup>243</sup>

<sup>239</sup> Ela se referia ao ano de 2011 e ao salário mínimo de 545 reais. Em janeiro de 2012 (ocasião da entrevista), o salário mínimo passou para R\$ 622.

<sup>240</sup> BETÂNIA, 2012, entrevista.

<sup>241</sup> REBECA, 2011, entrevista.

<sup>242</sup> REBECA, 2011, entrevista.

<sup>243</sup> REBECA, 2011, entrevista.

Natural de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, aos 14 anos, Rebeca se mudou com seus pais para o município de Missal. “Viemos pro Paraná pra melhorá a nossa situação de vida, né?”. Os pais compraram uma propriedade agrícola, mas Rebeca precisou voltar ao Rio Grande do Sul, para cuidar de uma de suas irmãs que permaneceu lá e estava doente. Nesse período, especificamente em 1979, ela se casou e ficou quase nove anos lá. Ainda em São Luiz Gonzaga ela prestou serviços de costura a uma empresária do ramo de confecções. Na ocasião, costurava vestidos de noivas, de primeira comunhão e de formatura.

[...] lá no Sul eu ajudava até uma que costurava pra fora, roupa de, assim, vestidos de noiva [...], era duas loja, três loja [...]. Ela trazia a roupa cortada, e a gente costurava. Ela tinha mais três funcionária na casa dela. Daí ela trazia lá em casa, cada sábado ela trazia e daí levava; o que tava pronto, ela levava.<sup>244</sup>

A experiência de Rebeca indica que esse processo em que as empresas contratam costureiras domiciliares mantendo relações laborais sem registrar os trabalhadores não é prática restrita a Santa Helena e ao oeste do Paraná. Os estudos sobre as indústrias de confecções têxteis e do vestuário têm demonstrado que recorrer à mão de obra domiciliar é uma dinâmica que tem se propagado Brasil afora.<sup>245</sup> Conforme Abreu e Sorj, os empresários da indústria têxtil e do vestuário do Rio de Janeiro, em particular da zona norte, Baixada Fluminense e Niterói, adotavam essas práticas desde meados da década de 1970. Essas autoras constataram que o trabalho domiciliar no local de suas pesquisas estava caracterizado pelo isolamento das trabalhadoras, ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos assalariados.<sup>246</sup>

Nos diálogos que estabeleci, quem teve experiência laboral em facções domiciliares e industriais disse preferir atuar em casa. Essa afirmação apareceu carregada com as percepções que elas produziam acerca das condições e dos ritmos laborais em ambos os estabelecimentos, conforme se percebe nos relatos a seguir.

Rute — [...] não é tão repetitivo. A gente não faz sempre a mesma coisa porque eu tenho uma máquina industrial, uma portátil e duas overloque. Então, tanto eu vô numa portátil como eu vô. Como tem a

<sup>244</sup> REBECA, 2011, entrevista.

<sup>245</sup> Ver: JINKINGS; AMORIM, 2006.

<sup>246</sup> Abreu e Sorj destacam que esse tema pede uma análise que leve em conta fatores econômicos — por exemplo, redução de custos de produção, vistos através da transferência para os trabalhadores das despesas com energia, equipamentos e espaço — e que sejam percebidas e analisadas as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho; isso porque o trabalho em domicílio contemporâneo seria realizado mais por mulheres. Cf.: ABREU; SORJ, 1993, p. 44.

liberdade de levantá e tomá uma água. Sair... Se eu vô buscar aviamentos, eu vô, pego uma bicicleta pra pedalá, vô até lá e volto. Então, eu não faço assim, duas horas sem sair da cadeira, nunca. Eu faço um pouco, levanto, vô pra outra, eu atendo quem chega, vai provar roupa, vai medir. Então é por isso que o meu serviço não me prejudica, eu não fico, assim, duas horas fazendo a mesma coisa sentada.<sup>247</sup>

Maria — [...] eu tenho bastante dor na coluna, mais eu levanto bastante, né? Porque eu tenho que mostrar, eu tenho que colocar na mesa pra passa pra outra pessoa, a outra função, né?<sup>248</sup>

Esses relatos expõem elementos da rotina e do ritmo laboral frisando que, em comparação com o cotidiano nas facções industriais, trabalhar no domicílio ainda permitia ter condições laborais melhores, pois na indústria tinham limites; por exemplo, ao uso do banheiro, a levantar e fazer atividades diferentes que pudessem aliviar as dores musculares. Conforme Rosangela Maria Pereira,<sup>249</sup> a atividade informal, “[...] tal qual o trabalho a domicílio —, sob o signo do empreendedorismo, coloca-se, de antemão, que essas relações de trabalho possibilitariam às trabalhadoras maior autonomia uma vez que estarão fora do espaço de abrangência da fábrica”.<sup>250</sup> Os diálogos com as domiciliares de Santa Helena permitem visualizar os limites dessa perspectiva, pois, sob a conotação de serviço autônomo, as condições laborais e as contradições sociais são camufladas com a aparência de empreendedorismo que gera emprego e ajuda no desenvolvimento social.

É preciso perceber que as entrevistadas adotam a ideia de mais “liberdade” no trabalho domiciliar em relação ao industrial. Nesse sentido, é pertinente destacar o trecho em que Maria complementou seus argumentos sobre por que preferia a atividade em domicílio:

Ó, eu... o ritmo lá da fábrica, eu não concordo muito. Quando eu fiz o curso, eu falei pra, falava pra professora, eu falava que a escravidão não tinha acabado [sorriu], porque a professora colocava que a gente não podia levantar, não podia ir tomar água, não podia toda hora querer ir no banheiro, não podia ir, né? Pra mim isso é ruim porque, se a pessoa precisar ir no banheiro, se ela está com sede, ela tem que tomá água, não tem que, né? Ficá ali. E agora [trabalhando em casa] pra mim assim, pra mim é bom porque eu vô no banheiro a hora que eu quero, está certo que eu vô ganhá conforme o que eu faço, né? Mais eu não deixo de ir no banheiro, tomar água.<sup>251</sup>

<sup>247</sup> RUTE, 2013, entrevista.

<sup>248</sup> MARIA, 2013, entrevista.

<sup>249</sup> Pereira investigou como as trabalhadoras domiciliares da indústria de confecção de Divinópolis, MG, construíam suas identidades profissional estabelecendo sua análise nos anos 1980 e 1990. Cf.: PEREIRA, 2011.

<sup>250</sup> PEREIRA, 2011, p. 170–1.

<sup>251</sup> MARIA, 2013, entrevista.

Essas entrevistadas pagavam por essa suposta “liberdade”, pois para ir ao banheiro e tomar água quando tinham necessidades precisavam compensar ficando além do horário-limite do expediente na empresa. Isso nos leva a pensar sobre como os que atuavam nas facções industriais se comportavam ante as regras impostas pelos empresários. Por ora, cabe frisar que, também, viviam tentando não se deixar contagiar pela ideia de produção constante. Fátima, da facção da indústria G, destacou que dependia do emprego para viver, mas vivia tentando não deixar que o serviço anulasse suas outras necessidades de modo a transformá-la em uma pessoa mal-humorada:

Sou uma funcionária, assim, sempre de bom humor, sempre sorrindo, sempre... Até, aliás, o meu chefe, né? Sempre tá me corrigindo, fala assim: “Fátima não conversa, Fátima não conversa”, que eu falei assim: “Quem trabalha do meu lado se ele for mudo, ele começa falá, que eu sô terrível. Esses dia, eles falaram pra mim que ano que vem eles vão me colocá sozinha num cantinho, né? Eu falei: “Cês num pode fazer isso comigo, eu vô ficá com depressão e eu com depressão vai diminuí o meu rendimento”. Eu falei assim, “Não vô consegui atingi a meta. Então vocês têm que deixá eu assim, do jeito que eu tô, né?”. Daí eles falaram pra mim assim: “Não, Fátima! Cê fala demais, Fátima nós vamos achá um mudinho pra trabalhá perto de você”, daí eu olhei pra cara do meu chefe e falei assim: “Olha, que ‘té metade do ano esse mudo vai falar”.<sup>252</sup>

Conversar era um comportamento tido como indisciplinar que os empresários procuravam combater tentando moldar os funcionários para que deixassem de se comportar segundo seus hábitos e valores. Na fábrica, deviam agir de acordo com as normas internas; ou seja, assimilar padrões de conduta diferentes daqueles que traziam de suas relações e experiências de vida. A entrevistada relatou elementos usados pelo empresário para sustentar sua posição de trabalhadora; defendeu seu posicionamento afirmando que, para render e atingir os objetivos e as metas que o patrão estabeleceu, ela precisava de uma convivência diferente do que ele propunha. Arguta, justifica seu comportamento usando os argumentos dos empresários em seu favor e contra a postura deles; e com isso mostra o lado do trabalhador nas relações de produção.

Embora Fátima enfatizasse o extrovertimento e seu esforço para não se deixar contaminar pelo desânimo e pela melancolia, ela admitia que o ritmo na fábrica e da vida em geral a punham em momentos de estresse; mas: “[...] eu não desconto estresse, eu choro.

---

<sup>252</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

Então, às vezes eu choro assim, até às vezes no meu serviço mesmo. Lá mesmo, eu choro, e ali passa, e eu continuo trabalhando”.

Os problemas físicos apontados foram diversos, mas em geral envolveram coluna, braço, ombro, joelho e perna. Na avaliação de Eva, “[...] as fábrica de costura de jeans aí tão explorando demais os costureiro, tão tudo ficando doente, tudo ficando entevado, má circulação de sangue”.<sup>253</sup> Segundo Joana, as pessoas do setor de tirar fio ficavam o dia todo de pé em condições que eram:

[...] horríveis, fiquei três meses tirando fio, você fica em pé o dia inteiro e você tem aquela meta de 30 calças por hora, é tua meta, tu tem que tirar. Quando tu nunca trabalhô em fábrica, tu chega lá pra tirar fio, nossa! Eu chegava em casa [...], eu chorava, meus pé era inchado, não conseguia pisá no chão. Você fica em pé, tu ergue uma perna, abaixa, ergue a outra. Tu fica o dia inteiro em pé, teus pés, a tua perna até o final do dia, tu não aguenta, eu chorava. De noite, assim, eu não sabia se esticava, si eu dobrava, não tinha posição pra pôr o pé. Nossa! E, o muito ruim também da fábrica de trabalha, nessas fábrica, que, mesmo em pé, ou sentada é, tu tem que cuidá quantas vezes no banheiro tu vai, né? Porque senão tu *tá matando tempo, né?*<sup>254</sup>

As queixas quanto à postura sentada e de pé se justificam porque eram posições a ser mantidas durante toda a jornada. Se trabalhar sentado pudesse ser mais confortável, também ocasionava dores nas costas, pernas e pescoço; em pé — conforme alguns relatos — era mais cansativo, sobretudo nos primeiros dias, pois o ritmo agride determinados padrões com que o corpo estava adaptado, dada sua história biológica e social. Inchaço, dores e cansaço nas pernas eram sintomas, conforme disse Joana. Segundo ela, antes de começar na empresa Q, nunca teve problema de bexiga; dentro de um ano e cinco meses na confecção, teve infecção “[...] cinco vezes. Tive que me consultá, pegá atestado de quatro dias, de tanto... E a mulherada lá da fábrica, vira e mexe, é uma, duas, três com infecção na bexiga. Eles não gostam muito que você fica levantando pra ir no banheiro. Então, você fica segurando. Aí pior é”. Além de infecção na bexiga, Joana falou de varizes e varicoses que atingiam, em especial, quem ficava mais de pé:

<sup>253</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>254</sup> JOANA. Santa Helena, PR, 26 de fevereiro de 2014. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava então com 39 anos de idade.

[...] eu não tinha uma [...], eu não tinha uma, enchi [de varicoses]. E isso quando eu trabalhava no maquinam<sup>255</sup>. Depois que eu saí, que eu parei de tirar fio — eu trabalhava no maquinam, em pé —, quando eu sentava, assim, sabe quando dá aquelas fígada na tua perna? Era só no outro dia. Mais uma: varicose. Quando tu senta, parece que dá agulhada nas tuas pernas, eu não tinha uma. Eu tenho vergonha das minhas pernas de pôr *short* pra saí.<sup>256</sup>

Na facção U, onde Eva trabalhou, os internos não tinham intervalo para descanso. Quando a questioneei sobre minutos para atividade física, ela frisou: “[...] não tinha nem intervalo. Daí, uma vez começaram. Daí, tu mal levantava da cadeira, só faltava falá assim, ‘Voltem que já é hora’. É muito pouco. Deveria de ser meia hora pelo menos, nem que acrescentasse um pouco”.<sup>257</sup> Os trabalhadores eram atingidos por um esgotamento físico, mental e emocional. O ritmo laboral acelerado, a pressão psicológica, os problemas familiares e pessoais tendiam a provocar adoecimento. “Teve uma que teve tipo uma depressão profunda, já tem bastante gente que se encostô”.<sup>258</sup>

Com efeito, é comum decidirem arrumar outro emprego para não prejudicar ainda mais a saúde. Natural de Santa Helena, Eva cresceu morando no meio rural, mudou-se para a sede municipal por volta de 1997 e desde então iniciou sua trajetória como costureira. Trabalhou durante 12 anos, mas pediu demissão da facção devido a um problema no ombro — “[...] por causa de trabalho repetitivo”, disse. Eva enfatizou que, embora gostasse de costurar, já não podia: “Meu sonho era costurá, mais eu num posso costurá por causa do meu problema no ombro, o certo devia tê me encostado, né?”. Ela adoeceu no emprego e tentou se aposentar, mas não conseguiu porque “[...] o médico não me deu o papel, né? Porque o certo seria, né? Começou na fábrica o problema, né? Artrite me deu”. Inconformada com a atuação do médico da firma, ela destacou: “[...] eu acho que médico de firma tem que sê o médico que vai vê mesmo se a pessoa tem saúde mesmo ou não, mais ele nunca olhô pra saúde de ninguém”.

Algumas trabalhadoras enxergavam a possibilidade de mudar suas condições laborais com a tentativa de se vincularem a alguma facção domiciliar, pois tendiam a ver as relações profissionais nesses espaços produtivos como mais afetivas e mais humanas, em que o patrão,

---

<sup>255</sup> Máquina de costura industrial filigrana, usada para fazer desenhos, apliques e pregar bolso de calça. É uma máquina regulável com chapas para diferentes tamanhos de bolsos.

<sup>256</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>257</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>258</sup> ISABEL, 2011, entrevista.



algumas vezes, aparecia mais como companheiro. Segundo Maria S. de Almeida,<sup>259</sup> nessas relações o patrão “[...] torna-se um amigo, um camarada, um trabalhador como ele próprio. Nesse cenário, o trabalhador não consegue identificar o patrão, a parte do capital”.<sup>260</sup>

Com efeito, as entrevistadas de Santa Helena não deixavam de ver as empreendedoras domiciliares como “patroas”, mas destacaram os elementos que consideravam ser diferenciais em relação aos padrões das indústrias:

Madalena — Lá é muito bom, nossa! A nossa patroa faz chimarrão, compra frutas, chama nós pra ir lanchá. Leva chimarrão pra gente.<sup>261</sup>

Ana — Como que eu vou colocá pra ti? Como qualquer tipo de trabalho que você vai fazer, né? Você planeja de manhã até o final da tarde, isso você vai fazer hoje, então aquele é o teu trabalho e você vai trabalhá nisso, e você não precisa corrê atrás do prejuízo. Nas grandes firmas, você entra de manhã já com medo do que vai chegar no final da tarde, quê você vai deixá pro outro dia. Então, é um... É sempre aquele atropelo, e você não vence, e você passa pra amanhã, depois de amanhã, você passa pra depois de amanhã, e você não consegue mais conciliar casa com trabalho, e com família, e você vai, sabe? A tua cabeça parece que vai explodir. Você não consegue. E daí vem cobrança de patrão, é cobrança de colega de trabalho e, geralmente, muitas vezes a culpa não é tua e acaba caindo nas tuas costas, né? Então, é esse estresse do dia a dia. É totalmente diferente você trabalhá numa sala de costura e numa fábrica dessas grande, mesmo que os patrão diz que não é, né? Mais é isso, e, muitas vezes, as pessoas, as costureiras elas acabam ficando doente, elas não aguentam o ritmo de trabalho por causa disso, é muita cobrança, é muito, muito. Num tem corpo, num tem mente que aguentar isso, porque o ser humano é só um ser humano, né? Não é uma máquina.<sup>262</sup>

As entrevistadas apontaram que o trabalho nas indústrias provocava abalos psicológicos e emocionais que interferiam em suas vidas dentro do ambiente laboral e fora. Era algo que as esgotava de tal modo, que ao chegarem em casa com sensibilidade auditiva e indisposição: “Tu não quer saber, sabe? Outro barulho qualquer tu num quer saber”,<sup>263</sup> “É um cansaço físico, mental, sabe? Você num... si pudesse isolá, sabe? [...]”.<sup>264</sup> Seguindo essa linha de raciocínio, Joana enfatizou:

<sup>259</sup> Almeida estudou como a terceirização se manifestou na indústria de calçados em Franca, São Paulo, tendo como referência as experiências dos trabalhadores terceirizados nos anos 1990. Cf.: ALMEIDA, Marina Stefani de. *A miríade de atores produtivos na terceirização do calçado em Franca*. 2008. Dissertação (mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 79.

<sup>260</sup> ALMEIDA, 2008, p. 79.

<sup>261</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

<sup>262</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>263</sup> MARTA, 2011, entrevista.

<sup>264</sup> MÔNICA, 2011, entrevista (grifo meu).

[...] é muito estressante, é barulho o dia inteiro das máquina, por mais que tem aquele protetor pra pôr no ouvido, é muito estressante, eu chegava em casa, às vezes, meu filho: “Mãe”, “Pela amor de Deus, meu filho, fala baixo!”; “Mais eu não estou falando alto”; “Fala baixo”. Eu não podia ouvi um “mãe”, sabe? Eu queria me trancar dentro de um quarto e não ver mais nada.<sup>265</sup>

Ao dizer que o ser humano não é uma máquina, Ana sugere que trabalhar provoca dor e angústia; e que os trabalhadores pensam em suas relações e condições laborais. Isso se evidencia mais na fala de Fátima. Ela disse não conseguir atingir a meta de produção — 150 peças por hora — durante todo o dia “[...] porque eu num sô uma máquina, né? A minha máquina, ela por si só ela consegue fazê tudo isso, né? Só que, como ela depende de mim...”.<sup>266</sup> Essa relato deixa entrever que, se a produção dependia de Fátima, ao contrário da máquina (objeto e aparelho de produção) ela sentia cansaço e tinha limites, por isso não se sentia prejudicada por não alcançar a meta de produção porque se esforçava: “[...] eu não fico assim traumatizada [...]. Eu tô sempre me esforçando, sempre colaborando e, na medida do possível, eu faço o que eu consigo fazer. Então, se eu fazer 140, pra mim tá mil maravilhas”. Ela argumentou que era difícil alguém conseguir atingir as metas durante o expediente de nove horas porque se submetiam a um ritmo intenso, “[...] sem intervalo pra banheiro, sem respirá, sem mudar de posição. Então, eu acho, assim, que ninguém consegue”.<sup>267</sup>

Duas entrevistadas descrevem as dinâmicas laborais nestes termos:

Mônica — Você tem que ficar de boca fechada e parada ali. Tipo, congelada, congelada sem se mover, só olhando pra máquina, olhando pra máquina. Se você olhar pro lado, já te chama atenção, fala em voz alta. Um erro que você comete ali, vem com a peça, leva a peça na tua máquina e praticamente te esfrega na cara.<sup>268</sup>

Joana — Eu, por exemplo, eu que era do filigrana, tinha dias que eu não aguentava porque tu para, tu só... tu não tem onde posicionar os teus braço, ele fica solto o dia inteiro e o bolso tem que segurá firme, firmar; mais só que meio solto. Aquilo ali tu tem que acompanhá, né? Tipo assim: como tem que ser rápido, você colocava, tirava o teu braço, não tinha onde tu fixá... tu tirô o bolso, ao mesmo tempo que tu tirô aqui, tu tem que colocá aqui, sabe? É o dia inteiro fazendo esse movimento, tu não tem aonde posiciona o teu braço. Tinha dias que eu chegava em casa e chorava, aqui principalmente, porque tu força, porque depende do tecido: se é muito mole e tu não consegui segurá firme, ele puxa tudo.<sup>269</sup>

<sup>265</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>266</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>267</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>268</sup> MÔNICA, 2011, entrevista.

<sup>269</sup> JOANA, 2014, entrevista.

Joana destacou que fixar o olhar nos pontos causava dor nos olhos e tontura:

[...] visão, principalmente, porque tu tem que ficá em cima. É tantos ponto ali pra bordar, porque, se tu não cuidar, não ficar em cima e, por exemplo, a linha escapa, ou estoura a linha, tu tem que desmanchá os ponto inteirinho, aí tu tem que acompanhá ali, firme, olhando. Tinha dias que eu erguia, assim, a minha cabeça, eu não via mais nada na minha frente. Só que tu tinha que cuida, porque se estourasse, tu tinha que desmanchar tudo o bordado e fazê de novo.<sup>270</sup>

A fala de Mônica e a de Joana expressaram elementos de como os trabalhadores vivenciavam a rotina laboral nessas facções e expressavam suas percepções. Deixaram visível que, embora os patrões pudessem querer transformá-los em apêndices das máquinas, percebiam o que se passava em volta e se esforçavam numa interpretação em que pretendiam se colocarem como sujeitos importantes e atuantes nesse processo. Tendo como ponto de comparação as formas de organização, o ritmo laboral e as cobranças das facções industriais, as entrevistadas que viveram a experiência de atuar nas facções industriais e passar para as domiciliares viam o serviço nas residências positivamente; sobretudo, pelo modo como eram tratadas, pelo relacionamento com os patrões e demais trabalhadores e pela suposta liberdade que tinham.

Seguindo os parâmetros de comparação empregados por Ana, Madalena destacou que, em algumas facções industriais, quando uma pessoa não estava se sentindo bem e ia mais vezes ao banheiro, a patroa:

[...] contava os minuto que você ia no banheiro. Você não podia nem olhá pro lado [...]. De repente, no caso assim, eu pregava zíper, né? E a outra pregava aquelas pecinha que vai no zíper. Eu não podia perguntar pra ela, assim, no caso: “Quantas deu? Que tamanhos, que tamanho é esse?”. A outra tinha que marcá em cima, e eu tinha que vê. Se a gente conversava, no caso assim, já tomava um xingão.<sup>271</sup>

Na lógica dessas duas entrevistadas, costurar em casa era diferente da costura na facção industrial, pois o número de funcionário era menor e havia redução do estresse. Ana destacou que o ritmo nas facções industriais “matava a mente”; nas domiciliares, era possível “costurar com gosto”. Ela enfatizou que, no domicílio onde atuava, a convivência com as trabalhadoras era melhor: podiam conversar e dividir problemas, pois a patroa era:

---

<sup>270</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>271</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

[...] muito camarada. A hora que você está com bastante dor, você pode parar, dá uma esticadinha, né? Estica as costa, levantar, ir tomar água, levantar e sentar ali. Então, não tem esse problema de você ter que ficar na máquina tensa, ali, mesmo que está te doendo. Você pode levantar, dá uma andadinha, ir até o bebedor [...]. Não é a mesma coisa que era na [empresa], você não podia levantar da máquina, a tua garrafinha estava lá, você bebia água. Mesmo que com dor você tinha que bebê, engoli a dor e continuar costurando. Ali, já não! Ali, você pode dar uma levantadinha, dá uma andadinha, voltar e sentar. Dá uma esticada nos teus braços, nas tuas pernas.<sup>272</sup>

Ana disse, também, que,

[...] nas grandes empresas, os grandes patrões, eles não querem saber se você tem dor ou se você tem problema, não! Eles querem a tua produção diária, saia de onde sair. Mesmo que você esteja chorando na máquina de dor você, tem que produzir, tem que sair. E a diferença entre — eu vejo —, entre uma grande, uma grande firma que nem a [empresa] e aonde eu estou hoje é assim como eu te disse, como eu te disse no começo da entrevista, ali na hora que eu falei de Deus na família, eu vejo Deus nas grandes indústrias e nas pequenas indústrias também. Porque a minha patroa agora é uma pessoa religiosa; e lá na, na [empresa], esse tema fica de lado. Independente se tu tem uma morte na tua família, independente se tu tem uma doença na tua família, independente se uma das criança de uma mãe que está trabalhando lá, ela está com problema de saúde, não interessa, pra eles não interessa, sabe?. Você tem que trabalhar, deixar teu filho com quem deixar, né? Se teu... Se o membro da tua família morreu, morreu! Enterra e deixa pra lá.<sup>273</sup>

Esse relato permite visualizar que o lugar social ocupado pelos proprietários de um e de outro estabelecimento era diferente e interferia na construção de valores e exigência de condutas. Na concepção da entrevistada, parece que a proprietária da empresa menor estava hierarquicamente mais próxima das trabalhadoras e se sensibilizava com a dor delas. Na manutenção de uma relação de amizade, havia concessões como fazer chimarrão, convidá-las para lanche<sup>274</sup> e permitir a ida ao banheiro por mais vezes. Com isso, as patroas conquistavam o sentimento de gratidão e poderiam impulsionar a produção. Conforme disse Dulce, nas facções domiciliares havia menos gente, e isso facilitava o controle, porque ter

---

<sup>272</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>273</sup> ANA, 2012, entrevista

<sup>274</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

muitos trabalhadores dificultava o controle e a qualidade da produção: “Não tinha como controlá a qualidade”.<sup>275</sup>

As trajetórias das entrevistadas mostram que, num momento, podiam estar em casa costurando e, noutro, empregarem-se nas indústrias como costureiras internas. Essa complexidade e heterogeneidade laboral parecem especificar a condição de trabalhadores num contexto de mudanças em que passam da atividade informal àquela formalizada pelo registro em carteira. Foge às pretensões deste estudo conceituá-las como pertencentes a esta ou aquela posição; mas sim compreender como esse processo tem influenciado na constituição e nas condições de quem vende sua força de trabalho. Nesse contexto de diversificação e fragmentação nas formas de produção de roupas, as trabalhadoras se colocam como sujeitos que almejam e criam mecanismos para obter condições laborais melhores; e uma dessas formas está na constituição do próprio negócio. Daí que convém problematizar as noções de trabalho naturalizadas pela perspectiva dominante e as cobranças de mais qualificação. Para isso, faz-se enfocar as trajetórias trabalhistas das entrevistadas destacando como têm vivido tais relações e que sentidos o labor na indústria tem em suas vidas. Essas questões são analisadas no próximo capítulo.

---

<sup>275</sup> DULCE, 2015, entrevista.

# III

## Concepções e práticas dos trabalhadores sobre o trabalho e suas transformações

**T**rajetórias de vida e trabalho dos profissionais da indústria permitem reconhecer elementos do processo que os levou ao emprego na fábrica e como estabeleceram relações com a cidade onde atuam. Igualmente, talvez permitam apontar evidências da intensificação da produção fabril. Essas possibilidades ganham projeção nos relatos orais não só de trabalhadores da indústria do vestuário de Santa Helena, PR, mas também dos empresários.

De tal modo, este capítulo apresenta uma discussão desenvolvida em diálogo com recortes das entrevistas na qual entraram temas como trajetória de vida e viver na cidade. São acontecimentos relatados, citados e comentados segundo um ponto de vista da vida particular, mas sempre permeando a cidade e suas mudanças; disso derivam outras perspectivas da história vivida no meio urbano.

Os trabalhadores entrevistados na pesquisa aqui descrita dialogaram com imagens e percepções consolidadas pelas classes dominantes, mas o fizeram segundo suas percepções e experiências; a faixa etária dos mesmos era bastante diversificada, conforme (QUADRO 4).

QUADRO 4. Dados de trabalhadores da indústria de vestuário entrevistados

IDADE	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	NÚMERO DE ENTREVISTA	TEMPO DE TRABALHO
16-20	(3) Santa Helena (PR) Medianeira (PR) Realeza (PR)	Solteiros	(5) Nenhum	5	3 meses; 4 meses; 2 anos; 2 anos; 1 ano e 10 meses
21-5	(2) Santa Helena (PR) Foz do Iguaçu (PR)	(1) Separada (1) Casada (1) Solteira	2 2 (1) Gestante	3	7 meses; 5 anos 7 anos;
26-30	Santa Helena (PR)	(1) Casada (3) União Estável (1) Solteira	2 1 (1) Gestante (2) Nenhum	5	5 meses; 5 anos; 7 anos e 5 meses; 8 anos; zero <sup>276</sup>
31-5	Santa Helena (PR)	Casadas	3 2 1	3	15 dias; 6 anos; 6 anos e 6 meses
36-40	Coronel Vivido (PR) (2) Santa Helena (PR) Pato Bragado (PR) Quinta do Sol (PR) Missal (PR)	(4) Casada (1) Solteira (1) Divorciada	3 3 2 1 1 1	6	1 ano e 5 meses; 3 anos; 4 anos e 3 meses; 8 anos e 7 meses; 11 anos; 13 anos
41-45	Barracão (PR) Laranjeiras do Sul (PR) Tenente Portela (RS) (2) Santa Helena (PR) Itapiranga (SC)	(1) Divorciada (1) Separada (3) Casada (1) Solteira	4 3 2 2 1 (1) Nenhum	6	5 meses 3 anos 7 anos e 4 meses 9 anos e 6 meses 9 anos e 7 meses 15 anos
46-50	Goioerê (PR) Santa Helena (PR) Campinas do Sul (RS) Cascavel (PR)	(2) Casada (1) União Estável (1) Separada	5 2 2 3	4	1 ano e 8 meses 6 anos 12 anos e 6 meses 17 anos
51-5	Ituporanga (SC) Laranjeiras do Sul (PR)	(1) Casada (1) Solteira	3 (1) Nenhum	2	5 anos 18 anos
56-60	São Luiz Gonzaga (RS) Salto Veloso (SC)	(2) Casada	1 3	2	2 anos 10 anos
<b>Total</b>	Barracão (PR) = 1 Campinas do Sul (RS) = 1 Cascavel (PR) = 1 Coronel Vivido (PR) = 1 Foz do Iguaçu (PR) = 1 Goioerê (PR) = 1 Itapiranga (SC) = 1 Ituporanga (SC) = 1 Laranjeiras do Sul (PR) = 2 Medianeira (PR) = 1 Missal (PR) = 1 Pato Bragado (PR) = 1 Quinta do Sol (PR) = 1 Realeza (PR) = 1 Salto Veloso (SC) = 1 Santa Helena = 18 São Luiz Gonzaga (RS) = 1 Tenente Portela (RS) = 1	Solteiros: 10 Casadas: 17 União estável: 4 Separadas: 3 Divorciadas: 2	Nenhum: 9 Gestantes: 2 Um: 7 Dois: 9 Três: 7 Quatro: 1 Cinco: 1	36	

Fonte: dados da pesquisa.<sup>277</sup>

<sup>276</sup> Uma trabalhadora não atuou em indústria de confecção. Tinha a experiência do curso fornecido pela prefeitura e que durou 41 dias.

<sup>277</sup> Os dados do Quadro 4 vêm da transcrição de entrevistas com trabalhadores.

Dos 36 entrevistados, 9 não trabalhavam na indústria de confecção. Destes, 3 haviam pedido demissão porque conseguiram emprego em outro setor; Rosário fez o curso de costura industrial, mas não atuou no setor, pois tinha magistério e foi lecionar numa escola; Mônica atuou durante 15 dias e foi demitida; Tereza pediu demissão porque estava grávida; Edwiges parou de trabalhar porque a empresa foi desativada por causa de um vendaval que destruiu o barracão; Jezabel e Rebeca não estavam ligadas a nenhuma empresa — faziam serviço de costura somente para a família (Rebeca trabalhou durante dois anos para a empresa G, numa relação domiciliar; Jezabel atuou durante 10 anos, num processo apontado no capítulo 1). Havia uma entrevistada que estava no seguro-desemprego, pois foi demitida após estabelecer contato com o sindicato dos costureiros,<sup>278</sup> e outra que estava desempregada.

Para alguns trabalhadores da faixa etária 16–20 anos, o labor nas facções industriais constitui a primeira experiência trabalhista formal. Para outros com idade entre 21 e 60, o emprego nas facções de costura, em grande parte, era o primeiro com registro na carteira profissional. Oriundos de famílias ligadas à agricultura e pecuária, trabalhavam sem registro formal ou prestavam serviço como diaristas e domésticas. Os internos às empresas tinham faixa etária de 16 a 49 anos. Dentre os externos e as costureiras domiciliares, percebi a presença de pessoas com idade entre 40 e 60 anos. Em meio a estas, a idade mais avançada, algumas vezes, era argumento para expressar a experiência no ramo de confecções do vestuário.

Dos 36 entrevistados, 17 eram casados. Havia 10 solteiros, 4 vivendo em união estável, 3 separados e 2 divorciados. Da mesma forma que o fator idade, o estado civil e a presença dos filhos pareceram ser uma variável importante na vida e no relacionamento que os trabalhadores estabeleciam com o serviço, pois a dependência do grupo familiar em relação à garantia da subsistência se constituía como um impulso a permanência no emprego. O maior número de casados estava entre o grupo da faixa etária com mais concentração nas empresas: 36–45 anos de idade; estes eram também os que tinham o maior número de filhos. As categorias ocupacionais dos cônjuges das casadas eram variadas: abrangiam atividades na agricultura — tratorista, hortigranjeiro, prestador de serviços para proprietários de terras e de aviários; assalariados da indústria; auxiliares de produção da cooperativa Lar; costureiro; assalariados do comércio e do setor de serviços; técnico de informática; mecânico; operário de construção civil; vigilante de banco; instrutor de autoescola; enfim, jardineiro e motorista. Havia diversidade, também, no nível de renda das famílias, ainda que as informações obtidas nesse tópico tenham sido imprecisas. A renda mensal podia variar de um salário mínimo — quando um cônjuge estava desempregado — a R\$ 3 mil.

A faixa etária com maior concentração de trabalhadores era entre 36 e 45 anos. Em seguida, vieram aqueles com idade de 16 e 20 e 26 e 30 anos. Isso, em alguma medida,

---

<sup>278</sup> Ver análise no capítulo 4.



contrapõe-se à fala dos entrevistados que ressaltaram a preferência dos empresários por contratar pessoas nessa última faixa etária porque o emprego exigia agilidade e coordenação motora. Se assim o for, talvez isso se explique porque, em geral, quem tinha entre 16 e 30 anos de idade se vinculava ao trabalho nas facções industriais com o pensamento de que seria temporariamente. Isso porque, quando conseguiam emprego noutro setor, saíam das confecções.

Foi entre as trabalhadoras de 36 a 55 anos de idade que encontrei índices de que sonhavam em ser costureiras — vide capítulo anterior. Relataram dificuldades de conseguir emprego por causa da idade mais avançada e pela escolaridade menos avançada. O Quadro 5 organiza os dados escolares com base na faixa etária.

QUADRO 5. Escolaridade dos entrevistados

IDADE	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
16–20	(1) cursando ensino médio (1) ensino médio incompleto (3) ensino médio completo	5
21–25	(1) ensino médio incompleto (1) ensino médio completo (1) cursando curso técnico	3
26–30	(1) curso técnico (1) ensino superior (3) ensino médio completo	5
31–35	(1) ensino fundamental incompleto (1) magistério (1) ensino superior	3
36–40	(1) ensino superior (1) magistério (3) ensino fundamental completo (1) ensino médio completo	6
41–45	(2) ensino fundamental completo (1) ensino médio incompleto (3) ensino médio completo	6
46–50	(1) analfabeta (3) ensino fundamental incompleto (1) ensino médio completo	4 2
51–55	(1) ensino fundamental incompleto	2
56–60	(2) ensino fundamental incompleto	2
<b>Total</b>	Analfabeto = 1 Ensino fundamental incompleto = 7 Ensino fundamental completo = 5 Ensino médio incompleto = 4 Ensino médio completo = 12 Curso técnico = 2 Magistério = 2 Ensino superior = 3	36

Fonte: dados da pesquisa.<sup>279</sup>

Dentre aquelas com idade entre 41 e 60 anos, a escolaridade variava de analfabeta ao ensino médio completo. Uma delas tinha cursado até a antiga segunda série e uma até a terceira

<sup>279</sup> Os dados do Quadro 5 advêm da transcrição de entrevistas com trabalhadores.

do primeiro grau; quatro cursaram até a quarta e duas, até a oitava. Entre as quatro com ensino médio completo, duas se formaram depois de adultas, através do supletivo. Uma com ensino médio incompleto estudou nesse sistema. Esses dados confirmam o que as entrevistas disseram sobre dificuldades para estudar. Quando eram crianças e adolescentes, não tiveram oportunidades de estudar; também não era parte de seus horizontes e expectativas ter uma formação profissional. Jezabel afirmou que, em sua época de adolescente, não se pensava em futuro:

[...] só sabia trabalhar na roça, estudo não tinha, eu nunca pensei em profissão. Morar na cidade a gente nunca nem sonho, porque nós não tinha opção pra mora na cidade, sabia trabalhar lá, o pai e a mãe, se saiam, saiam eles dois, a gente ficava em casa, muito pouco a gente saia, na aula nos fomo até, eu nem me lembro mais quantos anos eu tinha quando eu completei a quarta série, daí parei de estudar.<sup>280</sup>

Nesse caso, falar de qualificação profissional parece ser uma perspectiva das classes dominantes. As relações de vida e trabalho que Jezabel conhecia naquele período compunham a dinâmica da vida rural. As que concluíram o primário frisaram que, quando estavam na fase de iniciar a vida escolar, as escolas eram quase inacessíveis por conta da distância de suas casas: “Quando eu comecei de ir na aula mesmo, nós morava na Vila Celeste, eu caminhava sete quilômetros por meio do mato pra ir pra escola, com sete anos, né? Era sofrido, muito sofrido mesmo”.<sup>281</sup> Com efeito, em sua infância e adolescência Eva precisava trabalhar para ajudar os pais na agricultura: “Tinha que parar de estudar pra cuidar dos irmão e ajudar a abrir as bolsa pra ponhá a soja. Tempo da colheita da soja não tinha como estudar, né? Tinha que ajudar os pais, não tinha outro jeito, né?”.<sup>282</sup> Igualmente, Ana frisou:

Eu estudei até a quarta série lá no interior mesmo. Depois, daí quando eu comecei a estudar na, no quinto ano, né? Que, daí, só tinha, na época, no Graciliano [Escola Estadual Graciliano Ramos] aqui, né? Então a gente vinha de ônibus. É, na época, eu estudei dois anos e reprovei os dois anos por falta, porque era muito difícil a estrada aquela época, né? Nossa! Nossa! E, daí, quando chovia, o ônibus, tinha vez que ele ia uma vez por semana. Ô, uma vez cada duas semana, porque não passava, se ele fosse, ele ficava na estrada. Então, com isso a gente perdia aula. Aí eu tentei dois ano, não consegui, não tinha como estudar. Aí parei de estudar, aí voltei estudar depois que eu casei [...], aí eu terminei com supletivo, né? Que na época que eu estudava, que eu era pequena, não tinha condições de estudar.<sup>283</sup>

<sup>280</sup> JEZABEL, 2015, entrevista

<sup>281</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>282</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>283</sup> ANA, 2012, entrevista.

Ana destacou que, quando criança, morava com seus seis irmãos e um primo criado pelos pais dela. Era a primogênita. Seus pais não tinham condições econômicas de dar estudos a todos: “Não tinha como o pai fazer muita coisa [...]. Então, ele deu pra nós o que ele pôde, né?”.

Reforçando o argumento da falta de expectativas para o futuro, Isabel frisou que em sua época de adolescente ela tinha a expectativa de se casar:

No lugar que a gente morava, o único projeto que a gente tinha, que todas as moça da minha idade, as menina tinha, era de casar e formar uma família porque lá era colônia, não tinha civilização muito, sabe? Tinha escola, Igreja e só. Cidade?! Nem conhecia cidade. Os meu irmão foram conhecer cidade tinha quase 20 ano. Então, a gente foi numa cidade... num dentista a gente nunca ia, num médico, muito menos. Então, o único futuro que você pensava era de casar e formar tua família e ter teu lugar. Esse era o único projeto. Era básico de toda menina.<sup>284</sup>

Natural de Laranjeiras do Sul, PR, Isabel tinha 12 irmãos e cresceu com as dificuldades das pessoas que viviam na “colônia”. Sua trajetória pareceu seguir rumo diferente daquelas meninas de sua época, pois aos 9 anos de idade ela se mudou para a cidade. Ao comparar a vida rural com as condições de vida urbana, ela frisou que:

[...] lá [na “colônia”] não tinha água tratada, não tinha luz, não tinha nada. Então a gente de..., a nossa luz era de lamparina, né? A gente se criou no basiquinho memo. Depois, lá pelos 9 ano, eu vim morá com o meu irmão em Cascavel [PR]. Daí, com o meu irmão, eu fui passar morar com o outro pra cuidar da minha cunhada; e assim fui passando de um irmão pro outro. Depois eu comecei trabalhar de empregada doméstica, daí trabalhei de empregada doméstica uns quantos anos, trabalhei de garçone, trabalhei no posto de gasolina de cozinheira, depois trabalhei no posto de salada de frutas que veio em Céu Azul [PR], depois eu vim pra Santa Helena trabalhar, ali no [...]. Trabalhei um pouco ali, depois eu conheci o meu marido e me ajuntei com ele, depois parei de trabalhar fora, depois voltei trabalhar de novo com a dona, dona [fulana...] ali dos [...], que ela tinha [...], né? Costureira. Daí comecemos costurar lingerie, daí costurei lingerie por nove meses, daí a fábrica foi embora, daí ela demitiu nós e nós fumo embora, ela foi embora, e nós ficamos. Daí eu fiz ficha e comecei a trabalha em São Roque, eu trabalhei na facção [G].<sup>285</sup>

---

<sup>284</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>285</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

Após se casar, Isabel disse que morou durante seis anos na cidade e então voltou a viver no meio rural: “[...] depois fui morar... compremo um sítio e fumo morar no sítio; só que, daí, como não tinha recursos no sítio, não tinha como se manter, tinha que trabalhar empregada, daí foi que surgiu de trabaiaá nas facção.”

A trajetória de Madalena se parece com a de Isabel na medida em que, também, seus pais eram agricultores; mas, ao contrário, ela iniciou sua trajetória laboral na agricultura. Após alguns anos, foi para a indústria de confecção. Nascida em Itapiranga, SC, quando estava com 1 ano de idade, seus pais se mudaram para Santa Helena. Até os 15 anos, ela morou no sítio com eles:

E daí, depois casei e casei com colono e ficamo cuidando da lavoura, criando porco. Em 2010, viemos pra cidade, e daí que eu, o meu primeiro emprego foi de costureira, né? [...], quer dizer daí entrei na fábrica [V], trabalhei dois anos e meio, a fábrica faliu e daí depois eu entrei na fábrica [S]. Ali eu trabalhei sete anos, daí depois saí dali e fui morar em Cascavel. Eu trabalhei de vendedora dois anos, voltei pra Santa Helena e daí agora eu tô na [empresa H] faz 30 dias mais ou menos que eu tô na [fábrica H] e assim é a minha rotina. Tenho três filhos, separada [...]. Assim é a minha vida, a rotina do dia a dia, da costura em casa de casa pra costura.<sup>286</sup>

Madalena disse que aos 12 anos de idade foi faxineira e “ajudava na lanchonete [...], e daí trabalhei na casa duma professora também, ajudava cuidá o pia dela. E na roça, né? Que a gente trabalhava”. Madalena destacou que, no meio rural, ela e o marido não eram proprietários: trabalhavam de agregados; como seu esposo conseguiu emprego na cidade, acharam que financeiramente era mais vantajoso: “[...] na cidade, o salário você pega a cada mês; e como o meu marido era motorista, ele veio trabalhar de motorista — ele conseguiu isso —, e a gente veio pra cidade e eu já tinha o curso de costura, eu fiquei numa fábrica e segui de costureira, né?”.<sup>287</sup>

Considerando as trajetórias de Isabel e Madalena, é possível perceber que conviviam com a incerteza de emprego e de suas condições de vida, pois ora estavam empregadas, ora não. Às vezes a vida de trabalho constituía vários tipos de ocupações, pois para sobreviver se submetiam a serviços temporários com o objetivo de conseguir renda mínima. Algumas vezes, a necessidade as levava a retomar os estudos. Ana terminou o ensino médio através do supletivo; e de acordo com ela voltar a estudar foi uma decisão que levou em consideração o

<sup>286</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

<sup>287</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

fato de que queria ajudar suas duas filhas no processo de alfabetização, conseguir emprego e ter condições de lhes possibilitar o acesso a uma formação profissional:

Eu queria ajudar às minhas menina, que elas era pequena na época, né? A gente consegui melhor ajudar elas, né? E o outro por causa do próprio serviço: onde você vai querer trabalhar, eles te pedem o grau de escolaridade. Se você não tem o mínimo, um pouquinho de estudo, ninguém te pega, né? Que pelo menos tem que ter concluído o segundo grau, senão fica complicado.<sup>288</sup>

Na avaliação dessas trabalhadoras, ter ensino fundamental e médio era algo que as empresas passaram a exigir, acima de tudo no fim dos anos 1980. Essa escolaridade era considerada básica para conseguir emprego; mas, para entrar nas empresas de confecções do vestuário, também era necessário o curso de costura industrial oferecido pela prefeitura em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Embora os empresários exigissem curso de costura, alguns contratavam candidatos sem essa formação. Diante do não acesso à educação escolar básica, buscavam um meio de sobreviver; e o setor de costura se apresentava como caminho mais rápido, pois oferecia um número maior de vagas de emprego, sem contar que elas já tinham algum conhecimento de costura.

Dadas as dificuldades de se manter somente com o serviço na agricultura, Jezabel procurou emprego nas facções de costura (vide capítulo 1). Ela não fez curso de corte e costura; foi a empresária Salomé que a ensinou a desenhar:

[...] tudo da cabeça, a [Salomé] me dava os moldes prontos, e eu desenhava e cortava. Eu não fez nem um curso de corte, a única coisa que eu fez curso foi pra aprender a tocar as máquina industrial, eu era acostumada só com as máquina doméstica, né? E, daí, pras máquina industrial, eu teve que fazer curso porque tu não consegue controlá uma máquina, quem é acostumado numa doméstica, pegá uma industrial. Eu tinha minhas máquinas simples, sem motor, sem nada. Daí, depois, pra mexê com uma máquina industrial, ela é veloz, ela é rápida, tu não consegue segurar. Por isso, eu fez curso.<sup>289</sup>

Com efeito, algumas entrevistadas destacaram que costurar na década de 1980 e no início dos anos 1990 era mais difícil. Conforme Rebeca, as máquinas eram manuais:

---

<sup>288</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>289</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

[...] a minha mãe tinha aquela máquina de tocar à mão, foi ali que eu aprendi a costurar, né? Só que era uma coisa mais difícil, porque uma mão você tem que tocar e a outra você tem que manejar a roupa, né? Não é tão fácil, depois, com o tempo o pai me comprou uma máquina de pé, né? De costurar, e assim foi indo.<sup>290</sup>

Embora achasse mais difícil usar máquinas manuais, Rebeca disse preferi-las às elétricas. “Podia ser elétrica, mais eu não quero. Comprei uma nova esses dias, uma daquelas Elgin Facility, né? Mais coloquei ela no pé, eu não quero costurar com o motor, porque eu acho melhor, né? Porque tu fica mais em movimento, o sangue circula”.<sup>291</sup>

Nem todas as máquinas das fábricas eram eletrônicas, e isso costumava incomodar os trabalhadores, sobretudo quando tinham de usar máquina com que não estavam acostumados. Em geral, Isabel trabalhava na máquina de pregar cós nas calças; quando precisou substituir uma colega, disse ter estranhado:

[...] essa semana [5 a 10 de dezembro de 2011], eu fui repor a menina que faltou, então não é eletrônica. Daí é só com o pé, e eu tô acostumada a trabalhar na máquina do cós com os dois pé direto. Então, um pé ficou parado. Aquele pé que ficou parado ficou inchado e com bastante dor. Primeira noite, não podia nem dormir nem andar de tanta dor nas perna. Chegava em casa, deitava e punha as perna pra cima, porque as eletrônica você não pode soltar o peso do pé, cê tem que segurar, e a máquina do cós eu tô acostumada acelerar, né? Dá muita diferença, aí a primeira coisa que dói é as perna.<sup>292</sup>

As duas máquinas que Isabel usou eram eletrônicas; mas, de acordo com ela, eram diferentes: a máquina de pregar cós lhe permitia soltar o peso dos pés e não disparava; a outra, não:

[...] ela [a máquina de cós] é elétrica, sabe? Mais não é eletrônica que nem aquelas, uma que tu aperta, [ela] costura. Aperta, se tu fazer assim com dedo, ela costura, só com dedo do pé, e si tu forçar um pouquinho o teu nervo pra trás ela já corta a linha e pronto [...]. Se tu soltá o teu peso do pé assim, ela pruuu, dispara. Então, não tem como tu controlar, então cê tem que deixá o teu pé em cima, num pode soltar todo o peso.<sup>293</sup>

---

<sup>290</sup> REBECA, 2011, entrevista.

<sup>291</sup> REBECA, 2011, entrevista.

<sup>292</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>293</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

Ana fez curso de costura em 1984 e, de acordo com ela, a máquina onde aprendeu a costurar era:

[...] de pé, pedalava [...] e daí você... bem antiga, né? Não tinha nada de ziguezague,<sup>294</sup> não tinha nada. Era só costura reta, se precisava chuleá, tinha que chuleá<sup>295</sup> com a mão, o tecido desfiava demais, né? Cê tinha que chuleá com a mão pra não ficar sem tecido até na hora de costurar, né? Porque não tinha ziguezague.<sup>296</sup>

Ao entrar nas fábricas, Ana teve de aprender a controlar as máquinas eletrônicas e encontrou dificuldades:

[...] quando você pega uma dessas, você encontra dificuldade porque, porque você tá... é que nem um carro, né? Porque, você acelera demais, a máquina quer corrê de ti, daí você não consegue equilibrar, não consegue fazer nada. Mais, em pouco tempo, você pega o jeito e, depois que você aprendeu também a manejar uma máquina industrial, você não encontra mais dificuldade nenhuma, pode pegar qualquer uma depois. Eu não aprendi costurá numa máquina industrial, mas hoje eu domino todas, né? Eu trabalho em overloque,<sup>297</sup> trabalho em pespontadeira,<sup>298</sup> trabalho na máquina interloque,<sup>299</sup> trabalho na galoneira<sup>300</sup> e na que passa viés em golinha. Em todas! Eu não encontro dificuldade mais em nenhuma. E quando eu comecei a costurar com máquina industrial, eu peguei, eu comecei com a reta e hoje eu trabalho em todas. É mesma coisa que nada, né?<sup>301</sup>

Depois de aprender nas máquinas industriais, as trabalhadoras costumavam ver vantagens, pois facilitava a produção e a costura ficava mais bonita. Eis o que Eva destacou: “A máquina industrial, você cuida com as mãos em cima do tecido, né? E o pé você só acelera. E essas máquina caseira, não, né? Pra erguê o pezinho é com a mão. A costura já

<sup>294</sup> A máquina ziguezague é direcionada a trabalhos em tecidos leves e médios; é utilizada para evitar que o tecido desfie; também rebate elásticos em lingerie ou cuecas. Adapta-se para caseados e efeitos decorativos.

<sup>295</sup> Chulear significa dar ponto de costura ligeiro na borda de um tecido para que não desfie. Com a máquina ziguezigue faz esse ponto, as costureiras não precisam fazer esse serviço a mão.

<sup>296</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>297</sup> A máquina de overloque faz simultaneamente a costura e o chuleio. É usada para acabamento em tecidos planos e fechamento de tecidos de malha.

<sup>298</sup> A máquina de pespontar tem a finalidade de fazer o acabamento externo de costura com pontos mais largos — o pesponto — de jeans e outros tecidos pesados.

<sup>299</sup> Máquina interloque é um tipo de overloque com três agulhas que faz a costura reta e overloque ao mesmo tempo, diminuindo a necessidade do uso da máquina overloque. É empregada na costura em tecidos que não têm elasticidade e em jeans.

<sup>300</sup> A máquina galoneira é usada para fazer acabamento em malha (barras simples, galão e trançador) e na fabricação de lingerie para rebater elásticos e colocar viés, dentre outras funções.

<sup>301</sup> ANA, 2012, entrevista.

acaba saindo torta, né? Ah, a máquina industrial é, nossa! É cem, né? Elas costura muito bonita”.<sup>302</sup>

Com relação às mudanças entre trabalhar com máquinas manuais e eletrônicas, Cássia destacou que dava diferença entre uma e outra:

Nossa, muita diferença, nossa! E cada vez vai mudando mais, tu vê a tecnologia agora, deus o livre, lá na [empresa], eles cada pouco compra uma máquina, sabe? Aí, então vai mudando, sabe? Vai modernizando, a facilidade de você produzir as peça, tanto em qualidade quanto em número de peças, bem melhor.<sup>303</sup>

Essa entrevistada se empolgava com as inovações tecnológicas — ela as via como processo em constante mudança no qual ela se concentrava nos possíveis benefícios. Na perspectiva dos empresários, ter máquinas eletrônicas e “modernas” era o meio de obter mais produção, e não de aliviar a labuta diária dos funcionários. Com as máquinas elétricas, era possível aumentar a capacidade de produção de cada trabalhador, e eles podiam obter mais lucros no fim do mês. Relatando sua percepção sobre as especializações para o trabalho, a empresária Sara identificou mudanças nas perspectivas das mulheres e da profissão de costureiras. Nesse sentido, destacou:

Eu acho que falta aqui na nossa cidade um curso de especialização, que costura é fácil, costura, costura reta. Mas se especializar, ser uma profissional da costura, não tem quem ensina. Hoje, as mulheres, elas já querem estudar, trabalhar fora e num... Pra costureira, é mais as pessoas mais de idade. Não temos mais moças novas que querem ser costureira, sabe? Essas pessoas mais de idade, elas não têm, elas não querem se aperfeiçoar, num futuro melhorar. A dificuldade é por causa disso: tem muita pouca gente interessada em costura.<sup>304</sup>

Essa empresária salientou que suas funcionárias tinham entre 35 e 50 anos de idade. Fez referência a um conjunto de mudanças sociais e de valores em que as mulheres passaram a ocupar relações de trabalho fora do ambiente doméstico. Em sua avaliação, tal processo trazia outros horizontes profissionais para a perspectiva das mulheres, diminuindo o interesse em se constituírem como costureiras profissionais.

---

<sup>302</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>303</sup> CÁSSIA. Santa Helena, PR, 10 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 37 anos de idade à época.

<sup>304</sup> SARA. Santa Helena, PR, 9 de março de 2013. Arquivo de mp3 (29 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na sede da empresa da entrevistada. Ela tinha então 61 anos de idade.



No entanto, trabalhadoras como Eva desejavam seguir a profissão de costureira e sonhavam em ser estilistas. Mas ela não conseguiu por falta de oportunidade. Disse ter crescido com esse sonho e acreditava que poderia concretizá-lo: “[...] eu poderia ser uma estilista, né?”. Mas, aos 49 anos de idade, disse não saber se seus sonhos não tinham se concretizado por falta de “oportunidade” ou porque “morava na roça” e “[...] os pais pouco ligavam pra isso, né? Falava pros pais, [eles] falava: ‘Ah, pra costu... pra remendar uma calça, você não precisa de desenhar nada’. Então faltou oportunidade mesmo, até ajuda dos pais”.<sup>305</sup> A concepção de “falta de oportunidade”, por ora, ficava limitada ao círculo familiar, às restrições de viver no meio rural, às condições econômicas e à falta de apoio dos pais. Isso porque, na interpretação de seus pais — e talvez de boa parte da geração deles —, era desnecessário buscar formação acadêmica para fazer algo que viam como parte do papel da mulher.

Na perspectiva das classes dominantes ligados ao governo municipal, em Santa Helena faltava mão de obra; para os trabalhadores, faltavam opções correspondentes a suas aspirações profissionais.

Madalena — Nas costura, é fácil. Só que, [pra] quem não é costureira, já é mais difícil, que eles exigem saber costurar. Se não fez o cursinho, é difícil eles pegar. De repente, eles dão pra você fazer um teste, daí vão ensinar. Tem gente que tem a paciência de ensinar, mais tem gente... que, quando vem alguém que não sabe costurar, é só pra se incomodá. Não tem paciência, né?... Assim, nas costura, tá fácil, que nem aqui, em Santa Helena. Daí tem incubatório, sai de Santa Helena pra Rondon, a Copagril, lá também é fácil de entrar, é só querer trabalhar. E tem a fábrica de bolacha, tem a de refrigerante também. Só que nessas já é mais difícil. [O porquê da dificuldade é que] A de bolacha tem muita responsabilidade, tem que ser ágil, tem que ser rápido na fábrica de bolacha, senão não fica, porque daí não compensa, porque elas vão passando assim, né? E daí a pessoa tem que... eu não sei como que é bem certinho [...] tem que ser ligeiro, se é devagar, eles não querem, por isso que é difícil, né? Se você não é ágil.<sup>306</sup>

Ao comparar as indústrias do vestuário com as fábricas de biscoitos e refrigerantes, Madalena se referiu à falta de condições laborais adequadas. Percebo que, na avaliação dela, nessas fábricas era mais difícil trabalhar porque os funcionários tinham de seguir o ritmo intenso da esteira. Mônica trabalhou na indústria de biscoitos e disse que não via muitas diferenças do ritmo das fábricas de costura:

<sup>305</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>306</sup> MADALENA, 2013, entrevista.

Olha, em questão de cobrança, não muda, porque eles também quer produção, e quer produção. Se a gente produz 800 quilo por hora, eles quer 900, se você faz 900, eles quer mil e 1.200 e 1.300, e nunca tá bom. Eles sempre quer mais e a cobrança muito.<sup>307</sup>

Mônica se iniciou nessa empresa em 2008 e fez parte do primeiro grupo de contratados após sua inauguração em Santa Helena. Ao fim de seis meses, saiu porque assumiu cargo de professora de séries iniciais do ensino fundamental. Na ocasião da entrevista (2/11/2011) — cabe frisar —, ela tinha concluído a graduação em Pedagogia e atuava como monitora educacional; em 2014, atuava como professora concursada no município de São Pedro do Iguaçu, PR. Percebo que, na avaliação de Madalena, os trabalhadores não tinham muitas opções de emprego em Santa Helena e, se não se submetessem ao emprego nas fábricas dali, teriam de se deslocarem todos os dias para trabalhar nos municípios vizinhos, sobretudo em frigoríficos de Marechal Cândido Rondon.

Ainda que esta fosse a realidade experimentada pelos trabalhadores, as classes dominantes estavam preocupadas em criar cursos que visassem colocá-los nas indústrias. Foi com o discurso de que faltava mão de obra qualificada e como complemento às políticas de incentivos à instalação de empresas do ramo de confecções que, em 1997, os representantes do governo municipal cederam recursos para construir um estabelecimento destinado a uma escola de costura em parceria com o SENAI. Acreditavam que, promovendo cursos de costura industrial, obtinham bons resultados, pois ofereciam oportunidade para homens e mulheres ingressar no mercado profissional aprendendo o ofício “[...] gratuitamente, em 120 horas/aula de curso”.<sup>308</sup> De acordo com o jornal *Costa Oeste*, as atividades desenvolvidas nesse projeto se iniciaram em 1999 e que, em 2000, quase 120 profissionais estavam “formados”;

[...] a maioria já trabalhando no mercado local. A formação é consequência da necessidade que as novas empresas estão solicitando. Com uma política voltada à atração de indústrias que gerem empregos de qualidade, a Administração Municipal resolveu investir na qualificação da mão-de-obra.<sup>309</sup>

<sup>307</sup> MÔNICA, 2011, entrevista.

<sup>308</sup> COSTUREIRAS recebem treinamento. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, 13 de janeiro de 2000, ano 3, edição mensal, p. 6.

<sup>309</sup> COSTUREIRAS..., 2000, p. 6.

Na perspectiva pautada pelo jornal, “[...] a indústria têxtil garante emprego de qualidade. Hoje, com os modernos equipamentos que possibilitam maior e melhor produção, o funcionário convive em um excelente ambiente de trabalho”.<sup>310</sup> Pode-se concluir que a existência do desemprego é, aos olhos das classes dominantes ligadas ao governo municipal, resultado do não cumprimento do circuito escolar oficial e da não preparação técnica para o emprego. Os cursos profissionalizantes eram apresentados como um ato que compensaria diferenças sociais e garantiria a qualificação da mão de obra e sua inserção no mercado de trabalho. Por vezes, a imprensa atribui aos trabalhadores a falta de sucesso ao buscar um emprego. Segundo a gerente da Agência do Trabalhador de Santa Helena Rosane Copetti Hertal, eles eram encaminhados para as empresas, mas nem todos tinham êxito porque “tudo dependia” do interessado no emprego definir se continuaria no serviço: “[...] se não agrada e nem atinge a expectativa dos empregadores”,<sup>311</sup> então é despedido.

Expressões como “industrialização de Santa Helena”, “necessidade de qualificação” e “mudanças nas relações de trabalho” nas reportagens jornalísticas parecem aludir mais às agências dos setores das classes dominantes e aos interesses de seus agentes do que aos sujeitos que experimentavam esse processo e as mudanças em suas relações laborais e seus modos de vida. São categorias que serviam de amparo ideológico à construção e ao aparato de convencimento sobre aquilo que tais classes visavam legitimar.

Seguindo a linha de raciocínio dos representantes do governo municipal sobre a falta de trabalhadores qualificados, a proprietária da empresa H destacou que tinha 14 máquinas e 8 funcionários: “[...] são praticamente duas máquinas pra uma pessoa, né? Mais, o quê que acontece? Têm a máquina que só faz a casinha da camisa, da camiseta ou da camisa polo, a outra só costura o botão, a outra só faz a barra”. Segundo Salomé, com 14 máquinas, ela deveria ter:

---

<sup>310</sup> COSTUREIRAS..., 2000, p. 6.

<sup>311</sup> BIESDORF, Elimara. Santa Helena oferece 70 vagas de emprego no mês de julho. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 1º de agosto de 2008, ano 12, p. 20. Em 2010, Elimara Biesdorf era integrante da comissão central organizadora do prêmio “Qualidade Santa Helena 2010”. A comissão era composta pela rádio Liberdade FM, pelo Rotary Club e Lions Club, pela rádio Grande Lago, pelo jornal Costa Oeste, pelo conselho jovem empreendedor, conselho da mulher empreendedora e pela associação comercial empresarial. De acordo com Elimara, o coordenador da comissão, Zeloni Grapiglia (em 2010, ele atuava na redação e editoração gráfica do *Costa Oeste*), destacou que o prêmio tinha “[...] o objetivo de incentivar o comércio local e também fazer com que os profissionais invistam em suas empresas. ‘É importante que os empresários se preocupem com a participação em cursos, eventos comerciais, melhorias no visual e também na qualidade do produto. Todo um conjunto é analisado pela opinião pública na hora da pesquisa e quem ganha com os resultados são os consumidores’”. BIESDORF, Elimara. *Prêmio qualidade Santa Helena 2010*. Disponível em: <<http://www.acisash.com.br/index.php?act=100&noti=7666>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

[...] no mínimo 25 pessoas trabalhando, só que a gente não consegue porque não tem gente qualificada. Desde o pessoal, desde a parte do corte, que é a maior falta que tem. E não se encontra ninguém que corta e também de gerente de produção que faça a coisa andar. E então esse é o motivo de não ter mais pessoas trabalhando, não é que não tem venda, que não tenha serviço. Têm! Eu, por exemplo, na minha empresa não tem vendedor fora, não procuro fazer venda fora do município porque não dá conta do que tem aqui.<sup>312</sup>

Quando questionei Salomé quanto às notícias de jornal sobre falta de mão de obra qualificada, ela destacou:

[...] pro empresário na empresa, o curso básico é fraco porque o empresário, ele tem, ele perde mais tempo ensinando do que ele aproveita dessa pessoa. Só que, muitas vezes, ele não vê que ela [o trabalhador] já aprendeu a dominá a máquina, já sabe passá a linha, onde a pessoa não sabia nada, né? E, assim, eu tenho uma média de conseguí fechar turma de 21 alunos, né? Uma média em um ano, por exemplo, onde 70% desses alunos estão empregados nas fábrica hoje né? Como professora, eu avalio assim: muito bom o curso. Eu não consigo imaginá uma pessoa que nunca viu uma máquina de costura e colocar dentro de uma fábrica. Mais olhando pelo lado do empresário, de quem contrata, o básico é muito pouco, o básico é muito... 160 horas não dá pra nada, né? E, então, como eu conheço os dois lados da coisa, uma contradiz a outra. Então, teria que ser um curso mais avançado de 200 horas, 500 horas, né? Porque 160 horas é operador de máquina de costura industrial, onde eles aprendem a operar, dominar a máquina, aí depois que eles já sabe dominar a máquina que você começaria a colocar, por exemplo, peças na produção, pra eles tá fazendo função... mais, mesmo assim, eles saindo da escola e indo pra fábrica, tem muita gente que, com duas semanas de aula, já é empregado, porque ele só precisa fazer só uma função [...] isso é depende de cada pessoa.<sup>313</sup>

Na avaliação de Salomé, a necessidade de qualificação era tanto do trabalhador quanto dos empresários, pois as dificuldades do setor de confecções refletiriam a “[...] falta de conhecimento em tudo que engloba a parte de confecções, né? Desde a compra, a venda, a modelagem, de costura, expedição, é controle de qualidade... Nós não temos pessoas qualificadas”.<sup>314</sup> Para ela, o setor de confecções do vestuário se encontrava num estágio em que “tudo” estava “a ser concluído”. Embora existisse demanda, os empresários não tinham condições de assumir compromissos de produção, pois não havia estrutura: “[...] 90% das

<sup>312</sup> SALOMÉ, 2013, entrevista.

<sup>313</sup> SALOMÉ, 2013, entrevista.

<sup>314</sup> SALOMÉ, 2013, entrevista.

empresas não têm nem, nem procuram vender porque não tem condições de produzir, por isso eu digo assim: que é do empresário até o funcionário de qualquer nível que faz parte da empresa que tem que se profissionalizar”. Salomé já havia dado aulas de costura industrial em Santa Helena. Tinha curso técnico e era credenciada pelo SENAI. Eis como ela se refere aos cursos:

[...] são cursos básicos de 160 horas [...], sempre através do município, né? Que dá esses cursos pro pessoal. Ou então são 160 horas que dura mais ou menos 60 dias cada curso, de 20 alunos por turma, né? Então, se for três turno, dá 60 alunos cada 60 dias, né? [...] a gente precisa de 60 dias pra efetuar.<sup>315</sup>

Em 2015, Dulce era a professora do curso de costura, que, de acordo com ela, foi adaptado às necessidades dos empresários. De tal modo, a carga horária presumia o aprendizado da lida com jeans e tecidos finos: “Agora, a gente tá tentando fazer um curso mais extenso, mais longo, porque ela entra numa produção, numa empresa, a empresa perde muito até que ela ensina a pessoa e, às vezes, depois que ela ensinô, ela sai”.<sup>316</sup>

Quando questionei Jezabel sobre as reportagens da imprensa que destacavam a falta de mão de obra no município, ela disse: “[...] não consigo entender o porquê da dificuldade de arrumar emprego, às vezes tem gente procurando gente pra trabalhar, né? E tem gente que tem dificuldade pra arrumar emprego. Eu não consigo entender essa parte. Eu não tenho explicação pra essa parte”.<sup>317</sup> O que disse essa entrevistada alude ao processo histórico em que se constituíram tais relações. São aspectos cuja análise necessita pôr em pauta as expectativas dos trabalhadores tendo em vista que não encontraremos, necessariamente, uma resposta definitiva e pontual.

Preocupada com as condições do mercado de emprego, Eva levantou questões úteis a esse debate. Na percepção dela, os trabalhadores dos anos 1990 e 2000 enfrentavam numerosas dificuldades para adquirir experiência profissional porque os empresários buscavam “gente com prática”:

[...] “Aí, precisamos de tantos funcionário, mais precisa-se de prática”. Aonde eles vão adquirir essa prática se eles não têm uma oportunidade deles poderem estudar numa escola? Onde que eles podem pegar essa prática? Não sei como que se chama isso, a escola técnica. Eu acho que isso precisaria. Ali em Santa Helena não tem nenhuma empresa, nada; só essas fábrica de jeans, tudo tão falindo sempre.<sup>318</sup>

<sup>315</sup> SALOMÉ, 2013, entrevista.

<sup>316</sup> DULCE, 2015, entrevista.

<sup>317</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>318</sup> EVA, 2011, entrevista.

Maria enfatizou que mesmo quem buscava formação ficava à mercê das oportunidades de emprego, pois os que estudaram, “[...] eles tão costurando porque *não tem* serviço pra eles [...]. Se eles vão trabalhar aqui em Santa Helena na área que eles fizeram, que é Magistério, o único lugar é a prefeitura e *não tem* lugar pra todos. Daí, tão tudo na costura, esse pessoal”.<sup>319</sup> Segundo Mônica, o setor que mais oferecia vagas de emprego em Santa Helena era o de confecções do vestuário porque

Falta[va] muita gente, né? [...], só que, é, dependendo, a pessoa não bate o horário, dependendo da pessoa, não é de acordo com o salário, não é aquilo que quer e pessoas formada... Então, às vezes, não quer uma coisa tipo uma fábrica, eles não pretende isso, né?<sup>320</sup>

Mônica apresentou argumentos que permitem pensar sobre as expectativas em relação ao trabalho e em que medida propostas e projetos das classes dominantes não correspondiam àquilo que os trabalhadores almejavam. Nesse sentido, cabe destacar a trajetória de Abigail. Ela terminou o ensino médio e não conseguiu entrar na universidade pública. Depois de três anos afastada da escola, fez graduação numa instituição particular que lhe concedeu bolsa de estudo correspondente a um desconto de R\$ 150 na mensalidade. Para cursar a graduação (2008–11), trabalhou em supermercado, na reposição de mercadorias nas prateleiras; de lá saiu para trabalhar na casa da proprietária do supermercado, pois assim podia ser liberada a tempo de alcançar o horário do ônibus que levava a Medianeira, PR (a 64 quilômetros de Santa Helena), onde estudava. Por volta de 2010, ela saiu desse trabalho e ficou cerca de um ano desempregada. Manteve-se com o que recebeu e com ajuda de seu irmão. Então, procurou emprego na empresa G,<sup>321</sup> porque estava com dificuldades para pagar as mensalidades da faculdade e o transporte escolar. Ter um curso superior e trabalhar como costureira a deixava frustrada, pois a formação acadêmica “aumentava mais [sua] revolta”.

<sup>319</sup> MARIA, 2013, entrevista (grifo meu).

<sup>320</sup> MÔNICA, 2011, entrevista.

<sup>321</sup> Para entrar na empresa G, Abigail disse que foi lá pedir emprego diretamente. Depois desse contato, o gerente marcou uma entrevista. Abigail disse que, na entrevista, ele perguntou se ela estava disposta a trabalhar na empresa: “[...] como todo empresário faz o jogo, se você quer vir trabalhar tem que trabalhar mesmo, tem mais pessoas querendo entrar, que você é uma... tem mais pessoas, que a gente está fazendo uma seleção, mais você foi a escolhida”. Questionei se era período de seleção e se outras pessoas também estavam lá. Ela disse que, “[...] a princípio, não, porque depois, a partir do momento que você está lá dentro, você começa a analisá, teve pessoas que eu já conhecia por[que] eu trabalhava no mercado, por ser no mesmo lugar... foi depois de mim lá entregar currículo e acabaram entrando. Então, assim, só uma jogada pra vê se realmente você queria o trabalho. Aí você trabalha três dias, eles te chamam pra uma outra conversa, pra dizer se você vai ficar na empresa ou não. Aí, até então ele falou que eles gostaram do meu trabalho e que eles iam me segurar”. ABIGAIL, 2013, entrevista.

A questão de direitos que acho que deveria ser tratado mais os seres humanos com igualdade e não..., sei lá, acaba desmerecendo, muitas vezes. E, eu acabo vendo assim, que, no caso, a minha vida depois que eu entrei numa fábrica, eu passei analisar ela de forma assim, que acho que, no meu ponto de vista, hoje — não sei, a gente nunca sabe o dia de amanhã —, que eu não gostaria de trabalhar muito tempo lá [...]. Como se diz, né? A gente não sabe o dia de amanhã, não pretenderia voltar trabalhar nessa área.<sup>322</sup>

Abigail almejava sair o mais rápido possível do emprego na facção de costura. Não gostava, pois não correspondia a suas expectativas e ao esforço que fez para ter formação acadêmica. É como se a formação — que ela buscou — não lhe permitisse melhorar suas condições de vida e trabalho.

Trajetórias como a de Abigail parecem indicar que os trabalhadores não se animavam a buscar formação. Além de suas condições materiais serem desfavoráveis para tal, viam a formação como algo incerto. Lídia destacou que

[...] hoje em dia pessoas formada tão muitos desempregado, né? Então, na verdade, e daí o que tem? As oferta de serviço — você vai na Agência do Trabalhador —, é 20, 30 vaga, mais é pra costurar. Daí as pessoas num aguentam, sabe? [...]. Eu acredito que está dando dinheiro porque, senão, não teria tanta fábrica. Só que eles teriam que vê um outro modo deles conseguir mais funcionário, deles conseguir pessoas pra trabalhar, porque vaga tem, vaga existe, essas fábrica têm. Então, eu acho, se eles fosse valorizar as pessoas, teria, né? Pessoas pra trabalhar. Não teria tanta gente desempregada, né? Só que, por causa disso, tem as oferta de trabalho, mais as pessoas não aguenta, né? Então, daí acabam desistindo.<sup>323</sup>

Os relatos e a trajetória de Lídia demonstraram que se desistia da costura industrial não só porque não se aguentava o serviço, mas também porque não se concordava com o regime laboral nas empresas e porque o emprego não atendia a suas expectativas de vida. O diploma de curso técnico a levou a buscar outros caminhos, a deixar de lado a costura, pois ter conhecimento da produção na fábrica não lhe garantiu posição “melhor” nem remuneração maior. Nesse sentido, para os trabalhadores, a busca por qualificação apresentava um ponto incerto, uma vez que não garantia emprego. Ainda assim, no limite de suas condições, buscavam “se qualificar” através dos cursos oferecidos pela administração municipal ou cursos de graduação em faculdades particular.

<sup>322</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>323</sup> LÍDIA. Santa Helena, PR, 8 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (66 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 25 anos de idade à época.

As falas sobre expectativas alimentadas em relação ao presente e ao futuro deixaram transparecer a busca por uma vida “digna”, em que pudessem ter acesso aquilo que lhes era negado socialmente. Com efeito, Marta e Rosário<sup>324</sup> destacaram que, quando adolescentes, pensavam em uma vida diferente da que haviam conhecido desde crianças:

Marta — [...] pelo sofrimento que a gente sempre teve desde pequeninho, desde, lá do pai e da mãe, né? Porque sempre foram sofrido pra criar a gente. Eu acho que sempre teve aquele sonho, é todo sonho de criança, né? Ter um sonho melhor, uma vida decente, uma vida digna, ter o seu... é o seu trabalho, né? O seu dinheirinho, né?<sup>325</sup>

Rosário — Na verdade, é ter uma vida melhor e você poder vê os teus irmãos melhor também, vê a tua mãe dentro de uma casa digna e não morar como a gente morava. Morar dentro de uma casa molhando [...], passava por tantas dificuldade. Então, desde você ter uma casinha ali digna, não precisa ser um casarão, desde que seja uma casa simples, mais que num molhe dentro. *Ter uma vida natural como todo mundo.* Acho que é o sonho de todo mundo assim. E ter uma profissão que nem a [Marta] colocou, você ter o seu próprio dinheiro, num ter que passar por necessidades, vê uma coisa, ter vontade e num poder [ter] porque você num tem dinheiro e num adianta você ir até a tua mãe porque você num vai conseguir, porque ela também num tem pra ti dá.<sup>326</sup>

Marta e Rosário associavam os sonhos com a necessidade do emprego, pois desde cedo eram instruídas sobre a importância do trabalho digno para garantir a sobrevivência. Rosário carregou consigo a preocupação de que precisava ajudar sua mãe com os gastos diários com alimentação e até tinha a perspectiva e o compromisso de ajudá-la a conquistar a casa própria. Também Conceição se referiu à preocupação com os pais e do compromisso de ajudá-los. Quando ela era criança, sua família morava numa fazenda em Pacuri, município de Santa Helena. Seus pais trabalharam para os proprietários durante dez anos:

Como nós morava na fazenda, o homem dava a casa, né? E naquela época não pagava água e nem luz, porque era de lamparina e era poço, né? Era assim. Meus irmãos... nós ia morar lá e trabalhava, meus irmão mais velho tinha que trabalhá pro dono da fazenda. Era ganhado um valor xis, só que, né?... E com isso ela dava a casa e coisa, só que nós tinha que se virar, trabalhar, pagar. Comprá comida, essas coisa assim.<sup>327</sup>

<sup>324</sup> Rosário é irmã de Abigail.

<sup>325</sup> MARTA, 2011, entrevista.

<sup>326</sup> ROSÁRIO, 2011, entrevista.

<sup>327</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.



Conceição tem sete irmãos, e todos cresceram com o compromisso de trabalhar para ajudar os pais. Plantavam somente para a subsistência e nem sempre conseguiam o suficiente para suprir todas as necessidades da família. Ao sair da fazenda, a família se mudou para São Miguel: “[...] daí nós voltemos novamente pra comunidade onde nos morava quando eu nasci, que era [...] a comunidade, interiorzinho de São Miguelzinho, né? Lá eu cresci. Bem dizê, quando eu voltei pra lá, eu tava com 12 anos [...]”. Lá, a família residiu numa propriedade que estava em nome da avó dela.

Reforçando que ela e os irmãos precisavam ajudar os pais, Conceição falou sobre o momento em que começou a trabalhar fora de casa: “Saí de casa também pra trabalhar, trabalhava de doméstica. Daí, como nós trabalhava, nós mandava o dinheiro pra mãe, né? Porque a mãe não tinha renda, o pai e a mãe não tinha renda, dependia dos filhos. Daí, eu saí de casa, trabalhar de doméstica, trabalhei de doméstica um bom tempo”<sup>328</sup>. Ela tinha 14 anos quando começou a trabalhar como empregada doméstica; a experiência ficou registrada em suas lembranças por causa das responsabilidades e do compromisso que assumiu com aquela idade, ao qual ela se refere nestes termos:

Foi muito triste! Eu tinha 14 ano, né? Eu sabia, minha mãe ensinava as coisa em casa, só que você chegar numa casa e ter uns quatro quarto, sala, duas sala, uma cozinha grande, calçada, essas coisarada, então, você... Em casa é uma coisa, chegá na casa dos outros, você ter que posar, ficar o dia todo, fazer comida, limpar, passar... Aí, foi triste! À noite eu chorava, vontade de ir pra casa. Só que eu não podia ir pra casa, né? Eu já tinha, a mãe já tinha deixado eu, já acertado com a mulher, né? Daí eu tinha que trabalhar, se virar, né?<sup>329</sup>

Parece que Conceição estava ressaltando que ela não teve adolescência como outras meninas que viviam despreocupadas e sem compromisso com horários de trabalho. Ela, ao contrário, viveu esse período sob a constante vigilância de uma patroa que em muito se diferenciava de sua mãe nas relações domésticas. Embora ela cuidasse da casa de seus pais, cuidar da casa de outra pessoa era diferente: havia vigilância e mais serviços. Ela revelou o respeito que tinha pela educação que sua mãe lhe deu: embora não gostasse de viver e trabalhar na casa da patroa, sentia-se na obrigação de cumprir com o acordo e compromisso estabelecidos por sua mãe. Desde cedo ela se deparou com a realidade de que precisava garantir a vida através do trabalho, embora fosse um processo doloroso.

<sup>328</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

<sup>329</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

Essa entrevistada morava e trabalhava na casa de sua patroa, a quase seis quilômetros da casa de seus pais. De dia, trabalhava; à noite, estudava. Após certo período, Conceição parou de trabalhar na casa dessa família e decidiu se mudar para a sede do município a fim de morar com um irmão. Na cidade, continuou como empregada doméstica e estudando à noite. Cursava o ensino médio quando foram abertas inscrições para o curso de costura, que ela decidiu fazer:

Apareceu esses curso de costura, daí eu falei: “Vô fazer, né?”. Daí eu fazia à noite. Tinha à noite os cursos. De manhã, à tarde e à noite. Como eu trabalhava de doméstica, eu fiz à noite, né? E eu estudava também. Daí, uma época eu fiquei desempregada, daí eu fiz, terminei o curso durante o dia [...] daí eu estudava, fazia o curso. Tava desempregada, daí o meu irmão que sustentava a casa. Terminei de fazer o curso, fiquei um tempo sem trabalhar, daí eu resolvi fazer um teste numa fábrica.<sup>330</sup>

Por volta de 2003, ela entrou na primeira fábrica de costura:

Me colocaram numa [máquina] pra fazer zíper, não deu certo. Daí, me colocaram pra fazer.. máquina de duas agulha, daí foi, peguei, peguei bem na máquina de duas agulha, só que daí resolveram trocar, colocaram eu pra fazer bolso. Só que eu fazia só os desenho do bolso, daí era... uma vez tinha bolso que era só uma agulha, tinha bolso que precisava de duas agulha, que naquela época não tinha essas máquina moderna que tem agora, que prega o bolso sozinha, né? E era jeans, né? Fábrica de jeans, né? Daí, eu trabalhei, eu fiquei nessa função por um bom tempo, um ano e pouco fiquei nessa função. Daí foi... ia inteirar dois ano, daí começaram despedir funcionário, que, como eles pegava roupa de fora, era jeans, eles não cortava aqui, eles pegava da [... nome da marca], em São Paulo, e trazia os tecidos cortado, nós costurava, e eles mandava pra lá novamente. Costurado, né? Daí começaram despedir porque não tinha... não tava tendo mais tantas peça pra costurar, daí começaram dá conta pros funcionários. Daí, eu fui uma que ganhei a conta. Daí, ganhei a conta e saí. Sai, daí fiquei... trabalhei mais uns dois anos de diarista, né? Daí eu fui, consegui emprego numa loja de vendedora, trabalhei um tempo de vendedora, daí eu comecei estudar, fazer magistério.<sup>331</sup>

Acredito que as trajetórias dessas trabalhadoras revelem que, para elas, era impossível viver sem trabalhar. Conforme frisou Priscila, “[...] a gente percisa, né? A gente percisa, porque quem pode ficar sem trabalhar, né? Não tem, né? Que tem, tem! Mais, que nem nós, não, né? [sorriu]”.

<sup>330</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

<sup>331</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

Lia via o trabalho:

[...] como um meio de você garantir as coisas, porque se você quer comprar uma coisa, você tem ali o seu dinheiro, então você tem que levá controlado... *O emprego é a vida da gente*, né? Praticamente. Sem ele você não tem dinheiro, você não pode fazer nada.<sup>332</sup>

Assim como Lia, Joana enfatizou que, aos 38 anos de idade, conseguiu o primeiro emprego: trabalhou na facção Q. Para ela, a contratação representou sua independência financeira; antes dependia do marido:

Tu ter o teu salário, comprar o que tu tem vontade, independente, porque antes tudo era o marido, era o marido que ia no mercado, era o marido que fazia isso... Então, tendo o teu dinheirinho e tu ir no mercado, nossa! O primeiro salário que eu ganhei, eu quase chorei, juro por Deus! Falei: “Meu Deus...”, minha mãe tava junto. Eu chorei, nossa! Chega me dá um arrepio só de lembrar. Fui no mercado, fiz compra, sabe? Nossa! Tu pagá tua água, nossa! Ó, só de lembrá, eu choro, verdade.<sup>333</sup>

No geral, essas entrevistadas desejavam ter acesso aos direitos que, em tese, deveriam ser garantidos a todas as pessoas. Rosário expressou isso ao dizer que queria “[...] ter uma vida natural como todo mundo”. A negação desses direitos e o não acesso a eles eram compartilhados por gerações distintas de trabalhadores. As interpretações das entrevistadas deixam indícios de que suas experiências dentro e fora do emprego se articulavam e influenciavam perspectivas de permanência ou não nas indústrias do vestuário. Na avaliação de Priscila, quem saía das facções de costura industrial estava procurando um trabalho com remuneração maior:

[...] eles saem pra ganhar mais, só isso. Só que, eu, não adianta querer sair de lá, onde que eu vou ganhar mais? Tem que ter estudo pra ganhar mais, senão não adianta. Então, pra mim, tá bom lá. Até o dia que eu guentar, ou se eles não gostar do meu serviço, porque sempre tem gente que faz melhor que nós, né? Então, só se for isso, eles me dá a conta porque eu parar...<sup>334</sup>

---

<sup>332</sup> LIA. Santa Helena, PR, 11 de julho de 2012. Arquivo de mp3 (44 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 18 anos de idade à época.

<sup>333</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>334</sup> PRISCILA. Santa Helena, PR, 17 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (59 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 44 anos de idade à época.

Priscila concluiu o ensino fundamental aos 44 anos de idade; o que, para ela, representava uma de suas limitações para ter perspectivas de mudança profissional. Fazia cinco meses que estava na empresa G, emprego que representava a realização do sonho de ter registro em carteira — “E outro sonho era trabaia de carteira assinada, porque aquela que eu trabaiei na agricultura eu nunca tive carteira assinada, primeira vez com 44 ano — vou fazer 45 —, primeira vez a minha carteira foi assinada”.<sup>335</sup> Morava em São Miguel. Antes de se empregar na fábrica, foi diarista por oito anos consecutivos; trabalhava uma vez por semana, em três casas. Somados os valores que recebia das três casas, disse que conseguia receber R\$ 200 no mês.

Priscila trabalhava na empresa G e, quanto às diferenças entre trabalhar de diarista e na indústria de confecção, frisou: “Passar bolso lá não é que nem passar roupa em casa”. Ela fazia referência a mudanças quanto ao conhecimento do que fazia, pois, embora soubesse passar roupas e tenha feito isso vários anos em sua residência e nos trabalhos que desenvolveu como diarista, sentia que não sabia fazer o que lhe era cobrado na fábrica: “Ele [o gerente] te ajuda, ele pega o ferro, ele passa o primeiro pra tu entender. Pra mim foi assim no começo, pra mim foi assim, porque tu ir passar bolso lá não é passar uma calça aqui, uma camisa aqui. Não é! Ele veio, mais não foi só uma vez que ele veio no meu lado e me explicou”.<sup>336</sup>

No caso de Priscila, a falta de estudos era vista como elemento que produzia nela a perspectiva de permanência naquele trabalho. Para os trabalhadores com idade entre 16 e 30 anos, estudar poderia ser o meio de conseguir sair das fábricas de confecções do vestuário. Em geral, quem tinha idade entre 16 e 30 anos não pretendia permanecer por muito tempo em confecções de costura porque acreditavam que ainda conseguiriam algo, pelo menos, mais próximo do que projetavam para suas vidas. Os parâmetros para mudar de emprego eram definidos pelo descontentamento com as condições laborais, incluindo salário, que era considerado pouco ante o volume de serviço. Esses aspectos somavam-se a anseios pessoais como fazer uma graduação ou curso técnico em outro setor.

Aos 16 anos de idade, Guadalupe começou a trabalhar de babá. Deslocava-se todos os dias do distrito de São Roque até a sede municipal — quase 25 quilômetros. Ficou nesse emprego por seis meses. Ao deixar esse serviço, procurou emprego na empresa G, que, segundo ela, era fixo e teria carteira assinada. Trabalhava de manhã e fazia ensino médio à noite. Em 2012, ela concluiu o ensino, trabalhava na facção e fazia o processo para tirar habilitação para dirigir. Tinha expectativa de, em 2013, iniciar a graduação em Psicologia.

---

<sup>335</sup> PRISCILA, 2011, entrevistada.

<sup>336</sup> PRISCILA, 2011, entrevistada.

Até conseguir a formação desejada, pretendia permanecer na fábrica, porque em sua avaliação, no município e para quem morava nos distritos, conseguir emprego não era fácil. Não compensava trabalhar na sede municipal e gastar com deslocamento e refeições. Ela via na formação acadêmica a forma de sair das facções de costura e buscar um emprego que pudesse lhe pagar um salário maior.

Nazaré terminou o ensino médio em 2011 e fez o vestibular para cursar Contabilidade na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mas ficou “na lista de espera”, o que ela viu como “grande avanço” porque era “muito difícil passar” sem fazer um curso preparatório. Por isso seguia com esperança: “Quem sabe ano que vem eu consiga?! Mais eu sonho muito com isso. É uma coisa que eu sou boa, que eu entendo e que eu me identifico, sabe?”.<sup>337</sup> Ela via o emprego de costureira como algo que poderia lhe conceder as condições para se graduar em Contabilidade, pois isso era sua expectativa. Acreditava que podia conciliar o serviço na facção de costura com os estudos. Enfatizou que o objetivo de fazer curso superior condizia com suas ações no presente, demonstrando que não estava “parada”, pois buscava caminhos para chegar ao futuro almejado: “Agora eu estou indo atrás”.

Conforme disse essa entrevistada, o serviço na facção de costura era como outro qualquer que contribuía para suprir suas necessidades naquele momento. Mas definir a profissão que seguiria supunha ser algo para o resto da vida; no entanto, era preciso gostar do trabalho porque, em sua concepção, uma pessoa que gosta de biologia e cursa uma graduação em Letras “não vai se dá bem”. Em sua perspectiva, o emprego na indústria de confecção era “uma saída” que encontrou para o momento em que se encontrava:

Porque, no quê que eu ia trabalhar? Por exemplo, alguém que trabalha na prefeitura, o seu filho vai fazer o quê? Vai conseguir na área da prefeitura também, né? Não tem outra, muitas opções, porque em cidade pequena eles não aceitam pessoas sem experiência, né? Então, é aí que a gente consegue.<sup>338</sup>

Na avaliação dessa entrevistada, a falta de opções na hora de procurar emprego era uma realidade que atingia toda a população do município, mas era pior para a classe trabalhadora e pobre. Ela estava enfatizando que, se tivesse oportunidade de emprego noutro setor, não estaria numa fábrica do vestuário. Mas, como filha de costureira, irmã de costureira e afilhada de costureira, tendia a fazer o mesmo.

<sup>337</sup> NAZARÉ. Santa Helena, PR, 24 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (70 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 18 anos de idade à época.

<sup>338</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

[...] a minha mãe fez o curso de costura, a minha madrinha é costureira, a gente tem vários parente aqui em Santa Helena que são costureiros. E a minha mãe conseguiu trabalhar de costureira, trabalhou em várias fábricas aqui e foi através [...] disso que eu e minha irmã mais velha, a gente conseguiu também trabalhar em fábrica de costura, né? A minha irmã saiu, ela está parada agora... Mais eu mais comecei trabalhar de costura porque era um salário fixo que a gente ganha. Tem que trabalha o dia inteiro e tal. É cansativo. É bem longe da minha casa o meu trabalho. Só que é um trabalho fixo, a gente ganha direitinho, o nosso salário não tem atraso nenhum.<sup>339</sup>

Nazaré enxergava sua trajetória em relação à de outras pessoas de sua idade cujos pais ocupavam cargos na prefeitura. Percebia que seu lugar social era diferente do lugar daqueles sujeitos. Ter um emprego público podia representar prestígio ante quem não tinha vínculo empregatício com os órgãos públicos.<sup>340</sup> Com efeito, Conceição teve uma trajetória que ajuda a pensar na articulação entre cargo público e empresa privada. Trabalhou como costureira quase dois anos. Após ser demitida, fez magistério e foi contratada pela prefeitura para lecionar em séries iniciais. Disse ter atuado por cinco anos como professora e enfatizou que, por dois anos foi registrada como estagiária e só depois teve registro como agente de educação: “Três anos e pouco de estagiária, né? Não assinaram a minha carteira como professora de educação infantil, né? Mais como estagiária”. Nesse período, casou-se, e seu esposo — que era técnico de informática — recebeu uma proposta de trabalho no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR, a cerca de 86 quilômetros de Santa Helena. Como ele iria ganhar mais, decidiram se mudar. Após um ano, decidiram retornar a Santa Helena. Na ocasião, ela não conseguiu o emprego de professora, por isso precisou procurar emprego nas indústrias de confecção do vestuário:

Quando eu voltei — nós voltamos em maio, daí, como maio é, as aulas já tinham começado e nossa cidade *funciona política* [aumentou o tom da voz e sorriu] —, eu fui atrás, fui atrás de vereador, fui atrás de falar com a prefeita; só que com a prefeita a gente nunca consegue falar. Eu fui atrás dos vereador. As pessoas mais chegada prometeram que ia ter de volta o meu emprego. Só que daí eu não consegui de volta o emprego de professora. Daí, um dia, eu falei assim: “Não! Já que eu não consigo emprego de professora, eu vou tentar de volta à costura”. Daí eu fiz um monte de ficha nas fábrica de costura.<sup>341</sup>

<sup>339</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista

<sup>340</sup> Ver, LANGARO, 2005.

<sup>341</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

Ao frisar que a cidade funcionava por meio de “política”, ela estava criticando os líderes do governo municipal e se posicionando como alguém que desejava ter acesso aos supostos benefícios que o cargo de funcionária pública poderia oferecer; por isso procurou aqueles indivíduos que tinham contatos com os líderes do governo para tentar obter novamente uma vaga de professora.

Nesse mesmo sentido Isabel destacou que, “[...] aqui, em Santa Helena, funciona quase tudo assim: tem que ter uma pessoa que tá no..., lá dentro para te pôr lá dentro também, senão tu não consegue entrar. Geralmente é uma pessoa que já tá trabalhando no ramo que ponhá lá dentro”.<sup>342</sup> Ela argumentou que havia dois caminhos para quem trabalha: se estruturar para conseguir emprego, ou ter quem indicasse: “[...] pra você conseguir um emprego, ou você tem que tá bem, bem estruturado pra arrumar um serviço, ou é um padrinho bem bão. Um dos dois”. Estruturar-se pressupunha estudar, buscar formação profissional, e para ela era “[...] mais fácil tu se estruturar pra um serviço do que tu arrumar um padrinho”.

Creio que as trajetórias dos trabalhadores indicaram que não era fácil se estruturarem nem conseguir “padrinho”. Ambas as situações tinham entraves, pois eram barrados por suas condições financeiras e sociais; não eram de seu círculo familiar e de amigadas pessoas que pudessem ajudá-los a conseguir emprego na prefeitura.

Essa articulação de interesses ligados ao governo municipal permeava as relações dentro das facções, sobretudo em épocas de campanhas eleitorais. Joana destacou que, em 2012, a gerente da empresa Q apoiou a oposição ao governo de Rita Maria Schimidt (2009–2012), já o patrão a apoiava:

[...] o patrão mesmo, o chefe, o dono da fábrica, fazia campanha pro atual prefeito, no caso, a atual (em 2012) prefeita, a Rita. E já a minha patroa fazia campanha pro atual prefeito, agora (2014), que ganhou, o Juce. Então, como eu sempre fui PMDB e o PMDB tava com o Juce, então nós íamos de máquina em máquina pedi voto. Ela pedindo. Ela me chamava lá na cozinha no corredor e pedia pra ajudá fazer campanha, pedi voto. Então, quando você serve tá ótimo, quando você não serve mais, assim era.<sup>343</sup>

De acordo com essa entrevistada, o patrão não sabia que a gerente apoiava a oposição, pois ele morava em Toledo, PR. Mesmo morando em outro município no período de eleições, o proprietário da empresa ia para Santa Helena fazer campanha para o governo municipal. Segundo ela, a gerente e o patrão faziam campanha política dentro da fábrica:

<sup>342</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>343</sup> JOANA, 2014, entrevista.

Até, inclusive, teve um dia que ela chegou, fez uma reuniãozinha com nós lá, com participação de todo mundo: “Que tal dia o patrão ia vir e que ia conversar com um por um no escritório, porque ele tava apoiando o [fulano] candidato a vereador também, queria eleger o [...] [fulano]”, porque, pelo que eu sei, quem trouxe essa fábrica pra cá foi o [fulano], né? Que ia chamar um por um lá, que não ia precisá ter medo que ele só ia conversar, que ele queria era que votasse na Rita porque mais da metade das máquinas que tinha lá era dá prefeitura, né? Que iam abrir mais, que iam ampliar mais, iam aumentar, que ia ter mais máquina, ia gerá mais emprego e coisa e tal, né? E tinha que trazer o título de eleitor junto. A foi o comentário na fábrica: ninguém ia trazer o título de eleitor. No outro dia seguinte, ela colocou no mural um papel que não era obrigatório trazer o título de eleitor. Bom, enfim, não aconteceu reunião nenhuma, só duas vezes ele foi lá com [fulano] com o [fulano] e as outras vezes, mais duas vezes, a Rita teve com o Silom lá pedindo voto.<sup>344</sup>

A forma como ela apreendeu os acontecimentos dentro da fábrica demonstra que os representantes do governo municipal e os empresários utilizavam suas posições para tentar controlar os funcionários. Para isso, faziam pressão além dos limites do espaço fabril e da produção. Essas duas falas de Joana evidenciam sua indignação com a forma como a gerente usava seus subalternos para atingir seus objetivos — “Quando você serve, tá ótimo! Quando você não serve mais...”. De fato, ela deixou de servir aos interesses dos patrões quando buscou seus direitos no sindicato dos costureiros.

Numa análise crítica dos projetos do governo municipal para a indústria e os empregos, Ana destacou o seguinte:

Aqui na cidade eu vejo o, a questão de emprego assim: [...] é na costura, ou é na prefeitura, né? No banco de emprego, a prefeitura. Então, fica muito difícil. Aqui deveria de ter — porque Santa Helena tem condições, vem bastante dinheiro pra cá, a cidade, Santa Helena arrecada muito —, então, aqui deveria de ter outras fábricas diferente, fora do ramo da costura, né? Outros, eu não sei nem como te explicar assim, né? Porque a gente vê fora que, que nem... eu, meu estudo que eu tenho, eu vejo o que acontece aqui; fora, eu só sei por causa do jornal que a gente assiste, né? Então, no geral, aqui na cidade eu sinto, assim, que o prefeito, vereador, as pessoas que, que tão à frente, eles deveriam de vê, porque tem muito jovem na cidade, pessoas de meia idade também, que precisava trabalhar, muitos que não conseguem mais trabalhar numa fábrica, principalmente numa fábrica de roupa, porque é um serviço que é muito... eu, principalmente, eu acho muito puxado. Você não tem tempo de respirar. Então, que eles fossem trazer um outro ramo de emprego aqui pra Santa Helena, né? Porque aqui falta muito emprego e também tem gente. Tem, até tem serviço,

---

<sup>344</sup> JOANA, 2014, entrevista.



mais tem muitas pessoas que não querem trabalhá nesse ramo e preferem ficar sem serviço do que trabalhar nisso. Então, quem sabe se eles trouxessem outro tipo de, de fábrica, outro tipo de emprego pra Santa Helena, né? Pra ficar melhor.<sup>345</sup>

Ana se baseou nos critérios aplicados pelos setores das classes dominantes sobre a construção de uma cidade desenvolvida e, acima de tudo, a arrecadação dos *royalties* pagos pela Itaipu binacional para questionar o lugar e a importância que os líderes do governo atribuíam aos trabalhadores/moradores da cidade. Afinal, não conseguiam um emprego nem mesmo para garantir a sobrevivência. Seu relato permite perceber que a prefeitura adquire o sentido de empresa com que os empresários estabeleciam relação de concorrência. Contrária à perspectiva de desenvolvimento das classes dominantes — vide o primeiro capítulo —, Ana destacou que Santa Helena não oferecia condições para os trabalhadores ter “qualidade de vida”:

[...] tinha muito sonho [...] e um dos meus sonho era ir embora de Santa Helena pra procurar um lugar melhor pra ter uma condição de vida melhor, porque o município não oferece essa condição pra gente, né? Porque você vê sempre os trabalho, ou é costura..., pros home motorista, e num tem muita opção, né? É esses serviços e não tem mais.<sup>346</sup>

Seguindo as relações apontadas pela narrativa de Ana, cabe destacar que seu esposo era motorista. Juntos, tinham renda mensal de quase R\$ 1.500 para cuidar de duas filhas. Com essa renda, ela acreditava que eles conseguiram avanços, pois a filha com 22 anos de idade então havia concluído a graduação e trabalhava na mesma facção que ela; e a outra, então com 16, fazia Magistério: “Com esse trabalho, com esse salário até eu acho que a gente faz ô!, né?”.<sup>347</sup> Em sua narrativa, a entrevistada parecia dizer que as expectativas dos filhos dos trabalhadores encontravam limites em suas condições sociais, indicando que, como não conseguiu ter uma formação que pudesse colocá-la em outras relações trabalhistas, ela se esforçava para que suas filhas pudessem ter mais formação escolar do que ela.

Também Abigail ressaltou que o município oferecia poucas oportunidades aos trabalhadores, pois ela tinha ensino superior, em Administração de Empresas, e não conseguia emprego nessa área. Para ela, o local onde vivia limitava as possibilidades; para conseguir

---

<sup>345</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>346</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>347</sup> ANA, 2012, entrevista.

trabalho em sua área ela tinha de se mudar de Santa Helena, “[...] porque ela é muito pequena e aqui roda muito em torno da política”.<sup>348</sup>

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante à de Abigail, Eva argumentou que, em Santa Helena, as oportunidades de emprego eram limitadas porque as indústrias eram escassas e “Esse pouco que tem aí são tudo explorado”. O salário era baixo e o preço das mercadorias era alto:

Tu vai comprar uma coisa nas loja, tão te assaltando. Emprego bom não tem. Eu vejo lá em Brusque [SC], o meu pia foi embora daqui pra lá por causa do trabalho, tu tem que ficar longe dos filho, né? Só que lá é outra coisa, lá, além do salário ser bom, eles têm um vale-almoço, vale-transporte, é tudo [...]. Eu fui pra lá olhar mesmo, né? Eu fiquei assim de ver as lanchonete enorme, com o que eles pensam de almoço têm lá. Salário bom. Eles almoçam na firma, nas firma, né? Tudo. Não importa em quê trabalha, né? Tem o vale-transporte pra ir com o ônibus e voltar.<sup>349</sup>

Esses relatos mostram que as pessoas precisam ter objetivos e sonhos para sentir vontade de “seguir em frente”. “Você tem que ter uma coisa pra tu segui em frente [...], uma meta, uma coisa que tu quer alcançar ou uma coisa que tu quer comprar ou um projeto de vida”.<sup>350</sup> Nesse caso, o trabalho constitui o meio para alcançar os projetos de vida, pois oferece “alternativas”. “Se você não trabalhar, você não consegue. Não tem outra alternativa. Você tem que trabalhar pra se manter também, né? Hoje em dia o custo de vida está muito alto”.<sup>351</sup> Essas falas dão a impressão de que os trabalhadores não estavam se recusando ao trabalho, mas às condições laborais e ao que representavam para eles. Nesse sentido, Eva destacou:

Eu acho o trabalho uma... Ah, muito importante, uma coisa muito gratificante, desde até pra saúde da gente, né? Eu sempre falo: “Graças a Deus, eu não tenho preguiça!”. O que eu mais gosto na vida é trabalhar. Eu levanto cedo, eu trabalho o dia inteiro, eu estou feliz quando eu estou trabalhando, se é pra mim ficar sentada... nem dia de domingo eu num tenho sossego.<sup>352</sup>

Para essa entrevistada, o trabalho lhe fazia bem: trazia felicidade aos seus dias; mas seu relato e sua trajetória demonstraram que, quando o ritmo laboral ultrapassava os limites do corpo, as doenças se manifestavam, impedindo-a de trabalhar. Conforme dito no capítulo

---

<sup>348</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>349</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>350</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>351</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>352</sup> EVA, 2011, entrevista.

2, ela trabalhou durante 12 anos e teve de pedir demissão da facção U em razão de um problema no ombro “por causa de trabalho repetitivo”. Quando o trabalho não é em excesso, é gratificante e bom para a saúde física e mental, “pra tua autoestima”;<sup>353</sup> dá satisfação à vida, a sensação de ser “valorizado”. Não trabalhar, por vezes, produz a sensação de inutilidade: “Tu se sente *inútil*”,<sup>354</sup> “fica em depressão”,<sup>355</sup> a “preocupação é redobrada”.<sup>356</sup>

No entanto, ao falar do ritmo laboral e do cansaço, as trabalhadoras enfatizaram que era difícil, sobretudo nas primeiras semanas na fábrica. Nazaré e Guadalupe narraram sobre como foram os primeiros dias trabalhando na linha de produção:

Nazaré — Era meio difícil, eu tinha até pesadelo. Eu acordava à noite imaginando que eu estava costurando. Aí eu pegava na coberta assim e não acabava o tecido e eu acordava no susto, sabe? E eu voltava dormi assim. É bem corrido, né? E daí eles não me colocaram, eles não me deram paninho e falaram: “Toma [o tecido] entende como costurando tecido social [...] e depois eu te mostro o que você vai fazer”. Já me deram a parte da calça pra mim começar costurar e daí era bem difícil, né? Porque eu tinha uma máquina ruim naquela época, também. Daí eu, eu não conseguia costurá direito, eu me assustava quando eu pisava e a máquina acelerava demais assim, e daí furava tudo o tecido. Só que daí uma semana depois eu já estava bem tranquilo já. Daí, se eu estragava alguma coisa, eu já não me preocupava muito, porque lá mesmo eles cortam o tecido, daí não tinha tanto problema assim.<sup>357</sup>

Guadalupe — [...] no primeiro mês, eu estava pronta pra desistir. Daí eu disse: “Não, eu vou conseguir!”. Aí, ele [o gerente] vinha e pedia, e eu não conseguia, tanto que eu comecei chorá já na primeira semana, eu estava chorando já, porque era muito difícil. Só que daí eles me incentivava, eles falavam: “Você consegue, vai lá, você consegue”. Daí eu fui indo, fui indo até que eles se acostumaram comigo, com o meu jeito; e assim vai.<sup>358</sup>

À época da entrevista fazia dois anos que Guadalupe estava na empresa G, enquanto Nazaré trabalhava havia onze meses na empresa D.

Para solteiros como Nazaré e Guadalupe, permanecer no emprego era uma forma de ter o salário fixo para ajudar os pais nas despesas da casa e suprir suas próprias necessidades, como as de roupas, calçados e materiais escolares. Já para Lídia, mãe de duas filhas, embora o

<sup>353</sup> ROSÁRIO, 2011, entrevista.

<sup>354</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>355</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.

<sup>356</sup> ROSÁRIO, 2011, entrevista.

<sup>357</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

<sup>358</sup> GUADALUPE. Santa Helena, PR, 17 de julho de 2012. Arquivo de mp3 (51 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela tinha então 19 anos de idade à época.

serviço fosse cansativo e estressante, ela pensava em sua família. “A gente tem uma família, que a gente tem filhos, né? Que a gente tem que, né? Então, assim, a gente pensa bastante nisso, né?” Ela disse ter ficado na facção de costura “enquanto não tinha outra opção” e porque suas filhas eram pequenas e ela dependia do salário. Lídia ficou durante três anos e nove meses na facção onde Guadalupe trabalhava e, na ocasião da entrevista, fazia quase um mês que havia entrado no escritório de uma fábrica de gesso. De acordo com ela, o novo trabalho era melhor que o da facção de costura “[...] porque, imagina, né? Oportunidade bem melhor, vou ganhar mais, não é tão esforçado, tão trabalhoso igual é trabalhar ali, né?”.<sup>359</sup>

Também Ismael desistiu de trabalhar na facção G. Disse que ficou lá durante dois anos e saiu em 2011, porque o salário era “muito ruim”, atrasava e “[...] já estava meio enjoado de trabalhar lá”.<sup>360</sup> Assim como Ismael, Cássia disse ter se sentido “enjoada” do serviço fabril; tinha sete anos de experiência em confecções do vestuário e estava cansada do ritmo. “Sei lá! Eu tava meio enjoada de fábrica, todo aquele ritmo de todo dia, aquele horário e aquela pressão. Eu tava meio cansada, sabe? Eu parei um pouco pra descansá um pouco, vê se aparecia outras oportunidades, fazer uma coisa diferente, né?”.<sup>361</sup> Quando esteve afastada das facções de costura, tornou-se empregada doméstica; mas, como não tinha carteira assinada, quando a empresa K abriu vagas, decidiu voltar à costura. Na ocasião da entrevista, Cássia declarou que estava nessa empresa havia cerca de quatro anos e meio.

No caso de Ismael e Cássia, estar enjoados aludia ao cansaço ocasionado pelo ritmo laboral fabril. O meio encontrado para atenuar o cansaço foi se afastarem da empresa e procurar emprego em outro setor. Algo semelhante foi vivido por Ana, a qual destacou que após quase cinco anos trabalhando na empresa K, em 2010 saiu e precisou de alguns meses para descansar:

É, eu fiquei quatro meses parada e depois eu já recebi a proposta de trabalho dela já, até que era pra mim voltá logo do final do ano [2010] que eu sai lá da [empresa K], já costurá com ela, né? Mais eu quis descansar um pouco porque eu não conseguia mais, eu num conseguia, sabe? Fazer mais nada, porque eu tava estressada, cansada, eu tava com vontade, sabe quando você chega num ponto que você tem vontade de sumir, explodir? Assim eu tava. Daí eu preferi dá um tempo até o final do ano pra dá uma descansada. Aí, depois, em janeiro do ano passado, [2011] eu comecei ali.<sup>362</sup>

<sup>359</sup> GUADALUPE, 2012, entrevista.

<sup>360</sup> ISMAEL. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (66 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência de uma amiga e vizinha do entrevistado. Ele estava com 20 anos de idade à época.

<sup>361</sup> CÁSSIA, 2012, entrevista.

<sup>362</sup> ANA, 2012, entrevista.

Esse trecho da fala de Ana nos indica as consequências de uma rotina laboral incessante que excede as forças físicas e as condições emocionais. Com exceção de Ana, Cássia e as trabalhadoras que estavam gestantes, em geral os funcionários pediam demissão depois de arrumar outro emprego. Ismael, citado acima, é um caso: para decidir entre um serviço e outro, avaliou as condições de deslocamento e o salário. Na ocasião da entrevista (7/10/2011), estava numa cerâmica: começava seu expediente às 7h30, interrompia às 11h30; retornava às 13h30 e o encerrava às 17h30. O local de trabalho ficava a quatro quilômetros de sua casa e que ia de motocicleta. Destacou que o serviço era mais pesado que na fábrica de costura, mas gostava porque estava com amigos: “A gente pode conversar mais. A gente se entrete [...]. Na fábrica, era cada um no seu e não podia conversar muito. Na cerâmica, você pode conversar, pode brincar; só que tem que continuar trabalhando. Pode continua fazendo as brincadeiras, coisarada”.<sup>363</sup> Mesmo preferindo a cerâmica, onde os funcionários trabalhavam na produção de tijolos, Ismael argumentou que era um trabalho diferente do que fazia na facção industrial:

[...] o serviço que eu estou hoje é bem diferente da fábrica. Na fábrica eu trabalhava sentado, na cerâmica eu trabalho em pé, correndo, é um serviço pesado e você tem que ter bastante agilidade [...] Eu carrego tijolo em cima do carrinho pra levá em cima das prateleira.<sup>364</sup>

Assim como Saulo, Ismael cresceu com a avó. Entre eles, ter de trabalhar e estudar, às vezes, levava à reprovação e desistência dos estudos. Ismael destacou que, no primeiro ano do ensino médio, estudava e trabalhava na roça, plantando fumo. Levantava às 6h30, tomava café e pelas 7h30 começava o dia de labuta. Parava às 11h30, para almoçar, e retomava o trabalho por volta de 13h30. Em torno de 17h, parava, pois às 17h30 tinha de tomar o ônibus para ir à escola. Nessa rotina e tendo sido reprovado, desistiu de estudar; disse ter se “desanimado”.

Para esses trabalhadores — cabe frisar —, as atividades na facção de costura eram o primeiro emprego com carteira assinada, embora alguns já desenvolvessem atividade remunerada. Enquanto Nazaré e Guadalupe começaram a trabalhar como babá, os rapazes disseram fazer “bicos” na agricultura, a exemplo da construção de chiqueiros. Nessas relações trabalhistas, não tinham registro em carteira e estudavam à noite. Saulo morava no distrito de Sub-Sede e todos os dias percorria uma distância de 10 quilômetros para estudar na sede municipal. Comentou que era difícil ir trabalhar porque chegava tarde da aula e

---

<sup>363</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>364</sup> ANA, 2012, entrevista.

tinha de se levantar cedo. Costumava fazer as atividades escolares e se preparar para as avaliações após chegar da escola. Disse preferir o emprego na fábrica do que aquele dos chiqueiros porque, na fábrica, “[...] trabalha com carteira assinada e perto de casa, é melhor, né?”.<sup>365</sup>

Quanto às dificuldades de estudar e trabalhar, Guadalupe disse que o serviço de costureira forçava suas vistas e, à noite, na sala de aula, ela sentia ardência nos olhos: “[...] quando chegava na escola e tinha que ficar olhando aquelas letras lá, ardia muito as vistas; mais foi indo até que passô e acostumei, e tudo foi se levando”. No período da tarde, seu expediente era das 13h às 17h20, enquanto a aula começava às 19h. Nesse intervalo, saía da fábrica, ia para casa, arrumava-se para ir à escola, fazia as tarefas de aula e estudava para as avaliações. Ao comparar as experiências laborais que teve antes de entrar na confecção de costura, Fátima avaliava que o serviço como costureira era melhor que o de doméstica, que era um “[...] trabalho bem mais sofrido do que o de costureira e que é, tipo assim, eu acho que ganha pouco e é pouco valorizado e assim é muito difícil, né?”.<sup>366</sup>

Com base nesse pressuposto, Lídia argumentou que, trabalhando em facções de costura no inverno, ela não ficava “se molhando” e tinha carteira assinada: “É também as suas vantagens, né? E, daí, acabei fazendo o curso e, daí, logo depois, em 2003, já abriu a confecção, daí eles chamaram”.<sup>367</sup> Além da experiência como doméstica, Lídia havia trabalhado como babá e vendedora numa loja de roupas. Na avaliação dela, a diferença maior entre essas experiências e o serviço na fábrica de confecção eram o ritmo e as cobranças:

É totalmente diferente, né? Porque você trabalha numa loja, você tem uma obrigação, né? Mais não é tão cobrado como trabalhar numa fábrica. Na fábrica você tem horário pra tudo, tem horário pra, você tem que tá lá sete e meia. É o horário que você tem que tá lá. Você tem horário pra trabalhar, você tem horário pra comer, você tem horário pra tudo, né?. E, cuidar de uma criança [se refere ao período que trabalhou como babá] você também tem, você tem responsabilidade; mais não tem ninguém que tá ali o tempo todo em cima de você cobrando, é chamando a atenção, então né?<sup>368</sup>

Lídia frisou que ao se iniciar na fábrica teve dificuldades para acompanhar o ritmo; não estava acostumada a ficar sentada por tanto tempo e repetindo os movimentos:

<sup>365</sup> SAULO. Santa Helena, PR, 21 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (32 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da trabalhadora Isabel. Ele estava com 16 anos de idade à época.

<sup>366</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>367</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.

<sup>368</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.

[...] você chega lá, você trabalha nove horas por dia, então você chega, você senta ali, você tem que fazer aquela função, né? [...] É cansativo. É, você pensa que tu não vai agüentar, é, é estressante, sabe? Às vezes, você tem vontade de chorar, às vezes tu tem vontade de pegá, largá tudo e ir embora, porque você pensa: “Não vô aguentá, né? Porque ou você trabalha só sentada, ou você trabalha só de pé, né? Então, o corpo da gente, [...], ele tem que acostumar, né? Não é fácil você ficá nove horas por dia, você ficá sentada na mesma posição, ou nove horas por dia parada de pé, né? Então, não é, é bem, foi bem complicado, bem difícil no começo.”<sup>369</sup>

Com efeito, Priscila, que trabalhava como passadeira, tinha de ficar em pé por nove horas; e assim como Lídia, achou que, “[...] no começo, [...] não ia aguentar. Os três dia de experiência foi brabo pra mim porque, um pouco, a gente fica preocupada, nervosa: ‘Será que eu vô fazer certo? Será que eu vô conseguir?’”. Então, aqueles três dia foi três dia de terror”.<sup>370</sup>

Ada destacou que fazia quase cinco anos que trabalhava como passadeira e costumava sentir dores no corpo, em especial nas pernas:

[...] dor nas perna, dor nos pé; mais, daí tu coloca um pé assim, assim põe um tijolo, né? Daí coloca um ali e descansa, né? Daí ponha o outro [sorriu]. Mais na outra fábrica era melhor, eu podia sentar pra passar. [...] fazia a mesma coisa que em pé. Mais a dona ali, a chefe num, não aceita. Ela fala que não faz nada assim se vai sentar; mais lá era [o] memo trabalho que eu fazia, a mesma coisa.<sup>371</sup>

Ada não tinha curso de costura. Frisou que sempre trabalhou na agricultura e de doméstica. Ela argumentou que não foi fácil para ser contratada para facção porque havia trabalhado, durante um ano, como empregada doméstica na casa da proprietária da empresa L. Depois desse tempo, conseguiu ser contratada para trabalhar na empresa: “Eu, pra mim, foi uma madrinha, assim, que fez força pra mim entrar, porque eu não sabia fazer nada; [sabia] só [serviço] de empregada doméstica. Foi difícil pra entrar. Primeiro eu trabalhei na casa da dona da fábrica, né? Na casa dela, depois ela me pegou”.<sup>372</sup> Ada disse que tinha uma amiga que trabalhava na empresa e a ajudou a entrar: “todo dia falava com ela [a patroa], falava cá [...] [patroa] até que ela concordô, né? Daí entrei lá naquela fábrica”.

<sup>369</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.

<sup>370</sup> PRISCILA, 2011, entrevista.

<sup>371</sup> ADA. Santa Helena, PR, 10 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da trabalhadora Isabel e teve a participação dessas duas trabalhadoras. Ada estava com 47 anos de idade à época.

<sup>372</sup> ADA, 2011, entrevista.

Essas entrevistadas estavam enfatizando as mudanças que o emprego industrial ocasionava em suas vidas, tendo como referência as limitações do corpo, pois antes de se iniciarem nas fábricas o organismo estava acostumado a um ritmo e o trabalho fabril, acelerado, fez com que sentissem as alterações. Embora fosse “difícil” e ultrapassasse os limites do corpo, por vezes enxergavam a possibilidade de ter emprego formal porque tinham a concepção de que, assim, teriam mais direitos, a exemplo do seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e afastamento remunerado no caso de se machucarem no emprego.

As dificuldades foram relatadas por trabalhadores de idade mais avançada e pelos mais novos. Na avaliação de Isabel, independentemente da idade, todos não gostavam de trabalhar com cobranças; ainda que percebesse que os mais novos se empolgavam com a ideia de ganhar mais caso ultrapassassem a meta de produção. Para ela, era “[...] mais difícil alcançar certos tipo de meta, né? Porque tem hora que é, conforme as peça, tem muito trabalho [...], daí demora mais, a gente acha meio difícil. Eles, não! Pra eles está bom, vai tudo na brincadeira. Mais eles consegue”.<sup>373</sup> Isabel apontou a agilidade dos mais novos de idade como razão para conseguirem atingir a meta com mais facilidade.

Na concepção de Ana, aqueles com mais tempo de serviço, às vezes, tinham mais responsabilidade e compromissos:

Você vai trabalhá, você sabe que tu precisa do teu salário e o patrão precisa do teu trabalho; e muitas vezes, hoje, os patrão das grandes empresas dão oportunidade pros jovens, né? E muitas vezes não são recompensados por isso porque o trabalho hoje, principalmente nessas indústrias de confecção de tecido, o jovem não quer trabalhar nisso, não! Ele quer [...] uma coisa diferente, né? Porque o jovem quer crescer, e eles tão deixando essas pessoas nessa faixa de idade pra trás, que tem muitos que eu já ouvi falar que não conseguiram emprego por causa que já tão chegando nos 40, né? E nossa! Os 40, até chegar nos 40 é uma faixa de idade que a meu a... eu estou com 43 e eu, eu o que você me der pra eu produzir, eu produzo. Eu sei o potencial que eu tenho, né? Então, isso deixa muito a desejar pra esses grandes empresários de hoje... Com essa faixa de idade que precisa trabalhá que, que nessa faixa de idade ainda as pessoas precisam trabalhá, né? E eles não tão sendo visto como é, é assim como funcionário que pode dá retorno pra firma, né?<sup>374</sup>

---

<sup>373</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>374</sup> ANA, 2012, entrevista.



Na avaliação dessa entrevistada, os empresários tendem a contratar mais os candidatos mais novos, porque têm mais saúde e disposição; porém, como gostam de sair e se divertirem nos fins de semana, isso atrapalhava o rendimento na fábrica, pois:

[...] na segunda-feira, ele não está pronto pra trabalhar, é, talvez até na terça ainda... Ele vai começá produzir na quarta, não todos, né? Mais muitos jovens, eles vão começá a produção deles na quarta e nós, nessa faixa de idade, nós já sabemos que na segunda-feira é dia de ir pro batente.<sup>375</sup>

No entanto, a trajetória dos trabalhadores de idade menos avançada reforça a perspectiva de uma educação para o trabalho como forma de garantir a sobrevivência, embora a realidade encontrada parecesse produzir a sensação do desânimo. Fora do ambiente laboral, os trabalhadores raramente falavam sobre seus momentos de lazer e sociabilidade. Quando eu os questionava, em geral sorriam e diziam ficar em casa. As mais novas disseram fazer crochê, conversar com os pais, tomar chimarrão, ouvir músicas, assistir à televisão, descansar e tomar tereré:

Guadalupe — Agora eu estou fazendo, eu estou aprendendo crochê pra me distrair. Eu estou aprendendo crochê. E é mais isso: converso com a mãe e o pai, fico ali tomando chimarrão.<sup>376</sup>

Nazaré — Lazer? Acho que colocar um DVD de música na TV [risos]. Ah, sei lá! A gente senta do lado de fora, a gente vai na sombra tomar um tereré, a gente conversa, dá risada, põe música no aparelho de som e senta lá fora, só pra conversar sobre o que anda acontecendo, né? Um pouco de tudo, tudo o que rodeia a gente e tal. Acho que é isso. A gente não faz muita coisa.<sup>377</sup>

Entre as que eram casadas e tinham filhos, os apontamentos acerca dos momentos de lazer estavam entrelaçados aos cuidados com a família e a casa. As atividades de lazer resumiam-se a visitas a casa de parentes, mães, irmãos, filhos, sogras e amigos próximos. Os fins de semana eram usados para pôr em dia as tarefas do lar — faxinar, lavar e passar roupas — e dar atenção aos filhos, sair com a família, indo à missa dominical, a uma lanchonete, a uma praça ou à praia. Ressaltou-se que no município não existiam muitas opções de lazer familiar, sobretudo para quem morava no meio rural e não tinha um carro para se deslocar. Algumas opções ficavam restritas aos residentes da sede municipal:

<sup>375</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>376</sup> GUADALUPE, 2012, entrevista.

<sup>377</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

Ana — [...] aqui a gente não tem muita opção nessa parte. Ou [vai] pra lanchonete, ou você vai pra praia; e uma coisa que eu não gosto de fazer é ir pra praia. Eu não gosto. Ou você vai pra lanchonete tomar um sorvete, ou você vai num vizinho conversar, ou você faz alguma coisa diferente; e muitas vezes isso aqui, num tem na cidade uma atividade dessas pra família. Então, acaba sufocando um pouco esse lado da família, né? E muitas famílias acabam acabando por causa disso, né? Vira rotina, rotina, rotina e acaba morrendo o laço familiar.<sup>378</sup>

Lídia — Ah, nós é, assiste televisão, filme. A gente assiste filme com elas [as filhas], desenho, né? Assiste bastante TV com elas e a gente brinca. A gente às vezes vai... Levamos elas na praça, na praia, assim, a gente sempre... Quando a gente está em casa, a gente procura almoçar na casa da minha mãe, na casa da mãe dele [marido], nos irmão.<sup>379</sup>

Conceição frisou que, como a semana era de muita ocupação, no sábado e domingo ela se dedicava a ficar em casa e cuidar da filha pequena:

Durante a semana, nós cuida. Mais ela, assim, à noite brinca mais. Ela fica o dia todo sem a mãe e sem o pai, né? Brinca mais à noite com ela, sabe? Daí leva ela... como a minha mãe mora no interior, é muito longe. Tem a outra vó dela, mora na cidade, a vó dela e o outro vô dela que mora na cidade, daí volta e meia nós vamos lá, leva ela lá, porque daí, como vai na creche, ela, bem dizer, foi criada com eles, né? Daí, ela sente essa falta, daí nós leva ela lá, vem pra casa. Nos final de semana, nós vamos nos meu irmão, na minha cunhada, tanto da parte de um como na parte do outro, né?<sup>380</sup>

Ao associar lazer com a casa e a família, evidenciando uma tendência a privilegiar e valorizar os momentos em família, essas trabalhadoras pareciam destacar que o ambiente familiar era o lugar que tinham para restabelecer as energias para um novo dia e uma nova semana de serviço, porque

[...] a família apoia a gente quando precisa, né? Dá um puxão de orelha quando fez alguma coisa errado, sabe? Sei lá, é isso. É a base de tudo, que sem a família não dá pra viver, não tem um exemplo, não tem quem ensina a gente o que é certo e o que é errado, né?<sup>381</sup>

---

<sup>378</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>379</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.

<sup>380</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

<sup>381</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

Diante de tais circunstâncias, os trabalhadores admitiam que as relações familiares eram afetadas pelo trabalho; mas, ao mesmo tempo, estas os impulsionavam a procurá-lo. De acordo com Conceição, a família:

[...] é o esteio que você precisa, o aconchego [...] a família te dá força pra seguir em frente, principalmente quando tem um filho, daí você é mais, é outros quinhentos [...]. Antes era eu e meu marido [...]. Agora nós têm nossa filha [...], tem mais compromisso, só que é um compromisso gostoso, você... É um compromisso aconchegante, você chegar, ter... trabalhar, levar o filho na creche, tem aquela luta do dia a dia, mas tu chega em casa, você pensa: “Ó, eu tenho uma família, eu tenho uma filha, né?”. É muito aconchegante, é muito gostoso.<sup>382</sup>

O trabalho ganhava sentido na vivência fora do ambiente laboral. Superar a rotina do emprego, o estresse e o cansaço adquiria uma significação que ia além do executar tarefas diariamente na fábrica e receber o salário mensal. Essa compreensão se delineou quando a entrevistada fez um paralelo do emprego e da vida familiar com o convívio com pessoas das suas relações sociais. No fim de um dia de serviço, o esforço parecia compensar quando ela chegava em casa e via a filha pequena, que dependia dela e de seu esposo para viver. Dadas as questões apontadas até aqui, é importante frisar que os entrevistados tentaram criar mecanismos para obter condições laborais melhores. Aí se destacaram a busca por outras relações trabalhistas ou a constituição de ações de resistências aos procedimentos de produção, conforme pode ser visto na discussão do próximo capítulo.

---

<sup>382</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

## IV

### As condições de trabalho e a resistência dos trabalhadores da indústria do vestuário em Santa Helena, PR

**A**s condições de trabalho experimentadas por trabalhadores da indústria de confecções do vestuário em Santa Helena, PR, abrem-se a uma análise das disputas relativas a produtividade, metas e estratégias de produção empresarial, bem como das formas de resistência adotadas por eles. Aqueles admitidos quando da abertura das confecções do vestuário especializadas em jeans<sup>383</sup> relataram que já existiam cobranças e metas de produção desde o princípio e que podiam variar conforme o modelo das peças produzidas, a empresa e a marca para a qual produziam. Em geral, a jornada diária de trabalho dos funcionários internos era de nove horas; trabalhavam uma hora a mais todos os dias da semana a fim de folgarem aos sábados; embora tivessem de trabalhar nesse dia se fosse necessário.

A produção no interior das fábricas de jeans tendia a ser dividida em seis setores: *onde* se carimbavam os pacotes de acordo com as tonalidades do tecido, da cor e do tamanho; *onde* se produzia a frente das peças; *onde* se produziam as partes traseiras; *onde* se montavam as peças — junção da frente com a traseira; *onde* se pregavam cós e se colocavam passantes — chamado de “cantinho”; enfim, *onde* se tiravam fios e se empacotavam as peças para encaminhar às lavanderias. Normalmente, estas eram firmas contratadas pelos empresários e

---

<sup>383</sup> Das confecções produtoras de jeans, a mais antiga foi a empresa R, cujas atividades começaram em 1995.

estavam localizadas em outros municípios. Nelas, as peças passavam pela alteração da coloração e da textura do tecido.<sup>384</sup>

No setor onde se tiravam os fios, os trabalhadores ficavam o tempo todo em pé; cada um tinha de fazer a média de 30 peças por hora. Conforme o capítulo 2,<sup>385</sup> visto que ficavam em pé e parados, costumavam sentir dores e inchaço nos pés e nas pernas, o que ocasionava problemas com varizes. Joana experimentou essas condições laborais ao se iniciar na empresa Q, em maio de 2012. Permaneceu nesse setor por três meses e foi transferida para onde se produziam as partes traseiras onde ficou até outubro de 2013, quando foi demitida. Ela disse que, em seu último mês na empresa, seu ex-patrão fez alterações na organização do trabalho:

[...] um pouco antes de eu sair, eles começaram a mudá as cadeiras, outros tipo de cadeira pra costurá, pra quem tira fio, ou até mesmo pra quem costura um pezinho de madeira, isso eles providenciaram, antes de eu saí, um mês antes, eles providenciaram tudo isso. E, daí, pra quem tira fio, uma cadeira só, agora não lembro certo se era uma hora, meia hora, 40 minutos, cada uma podia usar.<sup>386</sup>

Quando questionei o porquê das adaptações, Joana disse que,

[...] na verdade, por causa daquele ACIPA [associação comercial e empresarial], né? Fizeram votação lá, daí até uma encarregada ficou — ela se elegeu. Daí começou essas reuniões e tal. Daí, eu não sei, daí comentaram alguma coisa, até mesmo pra gente, se tivesse alguma reclamação, era pra fazê, né? Pra vê o que eles podiam fazê pra melhorar. Ia ter ginástica também de manhã, só que eu não sei se tem, porque até agora ninguém me falô que eles tão fazendo ginástica lá.<sup>387</sup>

A empresa Q mantinha cinco trabalhadoras no setor para tirar fios das peças. Cada uma ficaria sentada durante meia hora e repassaria a cadeira para outra, realizando o rodízio. Disso se deduz que cada uma ficaria cerca de 1 hora e 20 minutos sentada, ou seja, trabalhavam 7 horas e 40 minutos em pé.

Se as medidas adotadas pelo proprietário da empresa passaram a impressão de que estivesse preocupado com seus funcionários e de que buscava melhorar as condições laborais

---

<sup>384</sup> No caso das empresas que confeccionavam roupa social masculina e uniformes, em alguns aspectos o processo de produção se diferenciava, pois a organização era adaptada às especificidades dessa produção. Em geral, havia divisão das tarefas: *design* das peças, modelagem, corte, bordado (que só a empresa A fazia, pois era realizado numa máquina manuseável por um trabalhador apenas, fazendo as programações com símbolos de colégios e empresas), costura e acabamento. Neste último, os trabalhadores pregavam botões, caseavam, chuleavam, catavam linhas soltas, passavam e embalavam para transporte. Nessas empresas não havia lavagem das peças.

<sup>385</sup> Analisado nas páginas 94-5.

<sup>386</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>387</sup> JOANA, 2014, entrevista.

deles, por outro lado se pode pensar que sua preocupação central era propiciar meios de obter mais rendimentos sob a aparência de que zelava pelo bem-estar deles.

Cabe dizer que as mudanças elencadas em relação às cobranças e metas de produção foram estabelecidas em comparação com o trabalho nas facções domiciliares (vide capítulo 2) e em referência às mudanças das máquinas de costura (vide capítulo 3). Concentrando-se nesse último argumento, Diná comentou que

[...] antigamente [as máquinas] era mais reta, manual, assim e tal. Hoje já existe aquela eletrônica, né? Que tem uns detalhe a mais. Ela vai mais rápida, ela corta a linha, ela tem uns detalhe a mais, hoje. Até antigamente num existia a pregadeira de bolso, hoje tem a pregadeira. Aqui não tem, mais em Missal, [onde] eu trabalhava tinha pregadeira de bolso tipo eletrônica, ela prega bolso. Então, ela tirava o serviço de quatro costureiro, quatro costureiro produzia o que a máquina, em uma hora, produzia, entendeu? E a passadeira de bolso, que a própria máquina fazia, compreensava o bolso, tipo assim: impressava e não precisava... Então, são claro, máquinas [...] mais rápidas, tem a máquina de travete, principalmente. Você faz, eu fazia um passante, você tinha que cortá o passante, o rapaz tinha que dobrar isso daqui. Hoje não! Existe uma máquina que ela já pegá, cortá, já deixa dobradinho, a própria máquina costura, facilita muito, né? Então... só que tem lugares como as máquinas são caras e... essa de prega bolso, além dela sê cara, ela precisa de molde, todo molde, cada modelo de bolso é 500, 600 reais, uma daquelas chapa, né? Então, o próprio patrão achava meio caro comprar toda vez, então o que eles podiam usá a máquina, eles usavam, a tradicional.<sup>388</sup>

Além de elementos das possíveis melhorias que as máquinas eletrônicas podiam oferecer, facilitando o aumento da produção, Diná pontuou que, em 2012, o número de empregados nessas indústrias de confecções do vestuário era reduzido ante o fim da década de 1990, quando ela se iniciou nesse setor, pois uma máquina eletrônica podia dispensar até três operários. Na concepção dos empresários, essas mudanças são vistas pelo viés da produtividade, uma vez que oferecem condições para aumentar a produção e obter mais lucros. Contudo, essas chamadas inovações tecnológicas intensificam o trabalho e podem colocar os trabalhadores na condição de desempregados. De tal modo, passaram a viver com insegurança constante quanto a suas condições de sobrevivência.

Nos capítulos 2 e 3, vimos que os trabalhadores foram atingidos pela instabilidade financeira: realidade que se tornava mais penosa com as falências e o fechamento de empresas, que têm se tornado frequente. Cabe dizer que quatro empresas de confecção de jeans se instalaram no município, mas faliram depois, como se lê no Quadro a seguir.

<sup>388</sup> DINÁ. Santa Helena, PR, 30 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (46 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa onde ela trabalhava. Ela estava com 38 anos de idade à época.

QUADRO 6. Empresas de confecção industrial de Santa Helena que faliram (1998–2010)

FÁBRICA DE VESTUÁRIO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO/ANO DE FALÊNCIA	PESSOAL OCUPADO	TIPO DE PRODUÇÃO
T	Distrito de subsede	2008–2010	30	Lavagem de jeans
U	Sede	1998–2009	40	Confecção de jeans
V	Sede	1999–2003	40	Confecção de jeans
W	Sede	2005–2008	26	Confecção de jeans
<b>Total = 4</b>	—	—	136	—

Fontes: dados da pesquisa<sup>389</sup>

Eva trabalhou durante 12 anos e 6 meses em fábrica de costura. Nesse tempo, por 6 anos ela foi funcionária da empresa U e pediu demissão antes da falência; mas sua irmã e duas de suas cunhadas trabalharam lá até a ocasião do fechamento. De acordo com ela, com a falência, em 2009, os trabalhadores perderam “[...] tudo: décimo[-terceiro salário], dois mês de salário, férias. Não recebeu até hoje”.<sup>390</sup> Ela argumentou que os ex-trabalhadores estavam com processo na justiça do trabalho e tinham comparecido ao Sindicato<sup>391</sup> dos costureiros em Toledo (a quase 60 quilômetros de Santa Helena); mas não conseguiram resultado concreto: “[...] diz que até dezembro do ano passado [2010] ia saí o dinheiro deles, até hoje nem chamarem mais”.<sup>392</sup> Eva relatou ainda que outros pediram demissão antes da falência, mas não conseguiram sequer receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS):

Eu fui, fui pra Toledo fazer acerto. Daí eles, de lá, o sindicato mesmo ligô pro banco que ia depositá porque nós não ia fazer acerto. Foi eu e mais uma turma, né? Que pedirem a conta justamente porque virem que a firma tava mal, né? Daí, daí eles falarem que esse dinheiro ia ser depositado no banco, daí nós falamo que nós não ia assinar papel nenhum sem o nosso acerto, nosso FGTS tá depositado. Daí ela falô que [...], eles fizerem negócio no banco que eles iam depositar o nosso FGTS [...], que nós podia assiná o papel do acerto que nosso dinheiro ia vim pro banco, né? Dentro de um ano eles iam depositar. Até hoje não depositaram, roubarem até FGTS que era descontado que era descontado todo mês do nosso pagamento.<sup>393</sup>

Os donos da empresa U eram de Toledo e, segundo Eva, possuíam ainda a companhia T, uma firma instalada em Missal e outra em Toledo — municípios distantes, respectivamente, a 27 e 68 quilômetros de Santa Helena. “Ali [em Santa Helena] era [a

<sup>389</sup> Os dados do quadro provêm de entrevistas com trabalhadores e de textos jornalísticos. Anos e número de pessoas ocupadas são dados aproximados.

<sup>390</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>391</sup> O Sindicato dos Costureiros nas Indústrias do Vestuário de Cascavel e Região/SINTRAVEST abrange 53 municípios da região oeste do Paraná. Com sede em Cascavel, possui quatro subdeses: em Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Quedas do Iguaçu.

<sup>392</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>393</sup> EVA, 2011, entrevista.

empresa U] e lá [em Missal] era [outra empresa] e, daí, fora em Toledo, também tinha uma outra [empresa] lá, que eu não sei o nome”.<sup>394</sup> Conforme Eva, no mesmo período de falência da empresa U, a empresa de Missal foi desativada.<sup>395</sup>

As questões destacadas por Eva pareceram ecoar na fala de trabalhadores de outras empresas que faliram. Por exemplo, Cássia citou a falência da empresa V, enfatizando que os proprietários “[...] fecharam as portas simplesmente e foram embora, daí quem quisesse corrê atrás dos direitos... Não pagaram o salário do mês, não pagaram nada, nada, nada! Simplesmente fecharam as portas e foram embora”.<sup>396</sup> Ela disse que a empresa tinha mais ou menos 90 funcionários e que entraram com processo judicial: “Todos! Não ficou um de fora”.

Em 2010, Edwiges, 49 anos, trabalhava na empresa T e, após um temporal que destruiu suas instalações em um barracão, ela e mais 29 funcionários ficaram desempregados; não receberam o salário nem os direitos decorrentes do tempo de serviço prestado. Ela trabalhava no setor de passadoria e disse que, ante a desativação da empresa, os trabalhadores foram encaminhados ao Sindicato dos costureiros de Toledo. Ela e os outros foram lá duas vezes “[...] pra assiná outro papel, daí eles falaram que não precisava mais a gente ir lá, que, daí, quando saísse, eles ligava pra gente. Só que daí...”<sup>397</sup> Conforme Edwiges, até a ocasião de sua entrevista — janeiro de 2012 —, conseguiram a baixa na carteira profissional e o seguro-desemprego foi encaminhado: “Eles falaram que vai saí, mais não deu certeza [...], daí em outubro eles tinha outra audiência, né? Só com eles, advogado, só com eles lá mesmo, e daí a gente não ligô mais lá”<sup>398</sup>.

Situação semelhante era vivida pelos empregados da empresa V, falida em 2003. Segundo Noemi, 34 anos, abriram processo na justiça do trabalho havia oito anos, mas não tiveram nenhuma definição: “É agora tá fazendo oito ano. Advogada não liga pra ninguém e ninguém ligô mais pra ela, era pra saí, saí, e até hoje [2012]”.<sup>399</sup>

Madalena, 43 anos, frisou a não residência dos ex-patrões no município como algo que dificultava ainda mais as negociações. Segundo ela, o proprietário da empresa V era de São

---

<sup>394</sup> DINÁ, 2012, entrevista.

<sup>395</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>396</sup> CÁSSIA, 2012, entrevista.

<sup>397</sup> EDWIGES. Santa Helena, PR, 21 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (36 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, na residência da trabalhadora Isabel. Ela estava com 49 anos de idade à época.

<sup>398</sup> EDWIGES, 2012, entrevista.

<sup>399</sup> NOEMI. Santa Helena, PR, 4 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (40 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, na residência da entrevistada. Ela tinha 34 anos quando foi entrevistada.



Paulo; além disso, a empresa estava em nome da filha dele. Em resumo, ela disse que até 2013 conseguiram receber somente o FGTS.<sup>400</sup>

Noemi relatou que o fechamento da empresa pegou os funcionários de surpresa, porque entraram em férias coletivas no mês de dezembro e, na data prevista para voltar ao trabalho, os proprietários não compareceram para abrir a empresa: “[...] no comecinho de janeiro, dia 2, 3, era pra voltá. Tá, todo mundo foi aquele dia lá e ninguém apareceu, chefe nem dono, nada”.<sup>401</sup> De acordo com ela, como o ex-patrão era de São Paulo, não tinham notícias; nem mesmo quem atuava como chefe: “[...] os donos dessa [empresa] ali é de São Paulo, então eles nem, nem as cara não deram; e tanto é que — assim, o povo fala, né? —, que nem a chefe não sabia disso, que iam fali e tal”.<sup>402</sup> Ela trabalhava na empresa, mas após receber o auxílio-maternidade pediu demissão porque sua filha tinha nascido prematuramente e precisava de cuidados. Ela saiu alguns meses antes da falência e ficou um ano e meio desempregada; em 2012, fazia quase três anos que trabalhava na empresa I.

De acordo com Langaro, a falência dessa empresa foi tratada pelo jornal *Folha de Santa Helena*, que denunciava a política de incentivos aos empresários; o governo municipal estaria concedendo benefícios a donos de empresas de outras localidades para que instalassem seus negócios em Santa Helena; enquanto faltava apoio a comerciantes e industriais que estavam havia mais tempo no município.<sup>403</sup> Com base em argumentos definidos em manifestação dos trabalhadores que protestavam contra salários atrasados e falta de pagamento dos valores referentes à rescisão contratual, o jornal estabeleceu uma comparação em que afirmou que os funcionários da facção recebiam salário de empregadas domésticas:

<sup>400</sup> Conforme Carvalhal, a prática de abrir empresa com sócios da mesma família tem sido adotada pelos empresários, pois, em caso de a empresa fechar e ter muitos processos trabalhistas acionados contra ela — o que impede a abertura de nova firma —, eles conseguem abrir uma companhia em nome de outra pessoa da família, mesmo que seja sócia na anterior. Cf. CARVALHAL, 2009, p. 211.

<sup>401</sup> NOEMI, 2012, entrevista.

<sup>402</sup> NOEMI, 2012, entrevista.

<sup>403</sup> Este jornal se caracterizava como “jornal comunitário”. Foi criado em 2004 e distribuído gratuitamente. Conforme Langaro, o jornal seguia uma linha editorial de oposição à administração municipal — então dirigida por Silom Schimidt e José Altair Schimmelfennig e apoiada pela coligação formada pelos partidos Progressista e da Frente Liberal — atual Partido Democrata —, alinhando-se no grupo oposicionista dirigido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Parece-me que, as edições desse jornal ficaram restritas ao período de campanha eleitoral de 2004; mas não consegui ter acesso a elas. Ver: LANGARO, Jiani Fernando. Momentos de construção de uma memória pública: trabalhadores do oeste paranaense na imprensa regional. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA — Poder, violência e exclusão, 11., ANPUH/SP-USP, São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. *Anais...* São Paulo: ANPUH, cd-rom, p. 4–5.

### Salário de empregadas domésticas

Apesar de todo o processo de treinamento das costureiras feito com recursos do município, quando são contratadas por esses “empresários”, tem que cumprir uma jornada de trabalho exaustiva e sem muitas regalias, mas recebem um salário incompatível com o desempenho e responsabilidade da função, salário esse que varia de 250 a 270 reais mensais, basicamente o salário de uma empregada doméstica, com o agravante de que muitas vezes, como aconteceu com a empresa de facção [nome omitido no original], os salários e demais direitos trabalhistas tais como: férias, 13º e FGTS não são pagos.<sup>404</sup>

Acredito que as consequências dessas relações na vida dos trabalhadores e em suas reivindicações vão além da busca por salários melhores, aspecto em que o texto do jornal citado acima se deteve. São elementos que compõem o processo de formação desses sujeitos e da relação que estabelecem com o trabalho, marcado por relações de conflitos tanto para as costureiras domiciliares quanto para os trabalhadores internos; sobretudo quando o assunto eram as metas de produção. Conforme apontado no capítulo anterior, do ponto de vista dos patrões, as admissões tinha como critério principal a qualificação profissional, que devia ser certificada com cursos, e a experiência adquirida em outras empresas. Esse critério visava assegurar que o funcionário garantiria a produtividade e a qualidade das peças produzidas.

De acordo com Eva, as cobranças de produção faziam com que os trabalhadores ficassem “[...] acuado, sei lá, tipo uma escravidão. Tem que tê mais união, mais amor no trabalho”.<sup>405</sup> Tendo por base o que disse essa trabalhadora, é possível concluir que a organização do trabalho demonstra o interesse dos empresários em manter os trabalhadores sem conhecer seus direitos. Isso porque, além da pressão para produzir, ela frisou que os patrões os humilhavam: “[...] fiquem [ficam] ainda, além de tudo, humilhando os funcionários, né?”. A fala de Joana, 39 anos, ajuda a compreender como os trabalhadores se sentiam “acuados” e as consequências disso em suas vidas:

Joana — [...] eu entrei em depressão, eu não tinha mais vontade, eu chegava, eu ia trabalhá obrigada, porque eu não tinha mais vontade de trabalhá, eu voltei tomá remédio de depressão, eu tava entrando em parafuso de novo. É horrível. É horrível! Ainda mais, por exemplo — que nem eu tava comentando contigo antes —, que eu errei o bordado do bolso, que eles não me explicaram. O que eu ouvi dela! É tipo assim: se elas tivesse me chamado no escritório, sabe? Tudo bem que foi oitocentas e poucas peças errada, ia tê que desmanchá e fazê tudo de novo, mais me chamasse no escritório e falasse comigo: “não”. Ela, na frente de todo mundo, ela te diminui na frente de todo mundo, tu fica assim. Aquele dia, eu tinha vontade

<sup>404</sup> SALÁRIO de empregadas domésticas. *Folha de Santa Helena*. Santa Helena, 2004, p. 5–6 apud LANGARO, 2008.

<sup>405</sup> EVA, 2011, entrevista.

de pegá, virar as minhas costas e saí, vim embora. Falei: “não”. Fiquei lá, desmanchando os pontos do bolso pra fazê tudo de novo. Aí me tirou da máquina, colocô outra encarregada, que até ela não trabalha mais aqui, ela trabalha lá em São Roque, nem ela não sabia. O único que sabia fazê era o [fulano], nem a outra encarregada que faz anos que trabalha com ela não sabia como que bordava aqueles bolsos. O mecânico teve que ensiná. Até eu falei assim: “Se a encarregada não sabia, como eu ia saber se ninguém me explicou nada?”<sup>406</sup>

Essas trabalhadoras podiam se sentir “acuadas”, pois eram submetidas a cobranças constantes por produção e comportamento que deviam ter dentro das facções: não conversar, não olhar para o lado, não levantar da máquina, ter restrições quanto ao uso do banheiro; são aspectos discutidos no capítulo 2 que reiteramos aqui para compreender o sentido de “escravidão” que Eva atribuiu a suas condições de trabalho, pois é nessas circunstâncias de cobrança que os trabalhadores perdem a “vontade” de trabalhar e entram em “depressão”:

Fátima — [...] eu tenho as minha horas de dificuldade assim, geralmente quando eu tô estressada... eu sou uma pessoa assim, que eu não desconto estresse, eu choro. Então, às vezes eu choro assim, até as vezes no meu serviço mesmo. Lá mesmo eu choro e ali passa e eu continuo trabalhando.<sup>407</sup>

É possível interpretar que, ao afirmar que devia ter “mais união, mais amor no trabalho”, Eva enfatizasse que o trabalho era organizado com base num sistema de “escravidão” e que nesse ambiente não havia espaço para o respeito e o companheirismo; os funcionários seriam vistos como peças utilizadas pelos empresários capitalistas para dar cada vez mais lucros a suas empresas. Os imprevistos passíveis de atrasar a produção — por exemplo, um erro na execução da costura — podiam ser mais um motivo para intensificar os abalos emocionais, uma vez que os patrões reagiam fazendo os trabalhadores se sentirem humilhados ante os companheiros. Joana disse que, para desmanchar as peças erradas, as encarregadas — e a própria patroa — ajudaram; mas, depois disso, tiraram-na da função que fazia e a colocaram na caseadeira, onde ficou cerca de 30 dias, antes de ser demitida.

As dinâmicas desse trabalho tendiam a provocar cobranças e desarmonia entre os trabalhadores: “[...] sempre tem pessoas que paga pelas outras, né? Porque, ali, tem bastante pessoas que... Ali, eles não gosta que chega atrasado, não gosta que você pega muito atestado, sabe? E tem pessoas que fazem isso, né?”<sup>408</sup> Vimos, no capítulo 2, que algumas vezes as costureiras saíam das facções industriais e buscavam trabalho nas facções domésticas, porque

<sup>406</sup> JOANA, 26 entrevista.

<sup>407</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>408</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

acreditavam que lá encontrariam relações de trabalho baseadas em sentimentos de amizade e companheirismo.

A ideia de que os trabalhadores costumavam pegar muitos atestados médicos era parte da concepção patronal. De acordo com a empresária Judite — proprietária da empresa S —, faltava o compromisso dos trabalhadores:

Eu acredito que as falta é a pior coisa... é muito atestado. Então, tipo assim, eu tenho 60 funcionário, tem dia que falta 10, vai no médico, consulta, traz atestado. Você não pode fazê nada. Daí você vai lá e contrata mais dez [...], no outro dia falta 15, né? Um tem que levá o filho no médico, o outro tá com a mãe doente, o outro tem reunião no colégio, e isso, né?, facilita eles a faltar. [...] mais deixa a gente numa situação difícil porque não tem nem como aumentar a produção, que serviço tem bastante, né? Mais acho que a pior parte é essa, as falta dos funcionários.<sup>409</sup>

Parece que entre os empresários existia a ideia de que os trabalhadores procuravam o médico e pegavam atestados sem ter doença que justificasse. A preocupação da empresária era com a produção, uma vez que tinha condições de aumentar e melhorar a qualidade dos produtos. Porém, as faltas atestadas a impediam de avançar: “[...] quando falta um, já faz uma falta danada, todos têm que vim, porque um passa serviço pro outro, né?”.

Tendo em vista essa organização laboral, Judite frisou a importância de os trabalhadores não faltarem, pois quando um funcionário não vinha a tendência era outros faltarem, “[...] porque, quando começa muita falta, gera entre eles mesmo, tipo assim: ‘ah, o outro faltou, eu também vou faltar’; ‘ah, eu sei que ele faltou, trouxe atestado, mais não tem nada, né?’. O outro faz a mesma coisa. Então isso complica”. Visando amenizar o problema das faltas, ela desenvolveu a prática de conversar com os trabalhadores, “ensinando-os” sobre as necessidades da empresa e garantindo que não seriam demitidos, porque ela precisava de mão de obra:

Faltar uma vez ou outra é normal. Toda, toda pessoa vai ter um dia que não vai consegui vim. Então, a gente trabalha com eles assim e tá dando certo, né? Quando tu pega um que já vem com a experiência fora, saiu da experiência já começa trazê atestado. Eu não sei, deve ser falta de ter alguma coisa, um curso, dum treinamento, de palestra.<sup>410</sup>

Em defesa da produção e do rendimento financeiro da empresa, Judite apelava para uma “colaboração” dos trabalhadores, embora em sua opinião, não comparecer ao trabalho significava que os funcionários não eram bons trabalhadores e que não compreendiam o que

<sup>409</sup> JUDITE, 2013, entrevista.

<sup>410</sup> JUDITE, 2013, entrevista.

era trabalhar — “[...] talvez tivesse que tê mais curso pra formar, né? Pra eles entender o que é trabalhar. Não é só entrar numa empresa”.<sup>411</sup> Na perspectiva dessa empresária, esse fenômeno demonstrava a falta de disciplina e servia de mau exemplo para os demais funcionários, sobretudo porque tal atitude costumava se disseminar.

Diná atuava havia quase 13 anos em confecções do vestuário especializado na produção de jeans; segundo sua avaliação, nos últimos dez anos os trabalhadores perderam a vontade de trabalhar, pois se sentiam desanimados com as falências das empresas:

[...] eu percebo, de tantos anos atrás, o pessoal tinha mais interesse, vontade. Mais é que nem eu te expliquei, por causa desse problema de fechar fábrica — como fechou aqui em Santa Helena várias também, aconteceu em Missal que era a mesma dona —, o pessoal desanimô de trabalhar, fica meio ressabiado. A própria... Aqui existia a [fulana], que mora aqui, [ela] era a dona da firma antes do meu patrão comprar aqui a parte dela. Tem gente que ainda não recebeu ainda. Então as pessoas ficam meia ressabiadas, meia desanimadas no sentido de trabalhar na área da fábrica, mesmo de jeans, né? Pelos fatos que já aconteceram, né?<sup>412</sup>

Ante as condições laborais vividas no interior das indústrias do vestuário e de um mercado de trabalho que expõe a constantes oscilações financeiras, esses trabalhadores podem adotar a prática das faltas, vistas como uma forma de reagir ao sistema de produção e como mecanismo de resistência e fuga de um trabalho não satisfatório e que ocasiona doenças físicas e mentais.

Se havia trabalhadores que pegavam muitos atestados, também havia quem trabalhava doente. De acordo com Lídia, houve quem chegasse a desmaiar no trabalho:

[...] são aquelas pessoas assim, que não têm praticamente atitude, que a gente fala. Eu falo isso porque, se eu tô ruim, eu simplesmente vou levantar e vou embora, né? Eu num vô ficá lá procurando até eu desmaiar, né? Que nem eles sentam lá, eles nem água praticamente, eles não bebe, sabe? Pra ficá lá, pra não ficarem incomodando, sabe? Porque assim, eles cobram muito. É muita, me! É muita exigência, sabe? Cobra muita produção, então a pessoa, pra não, sabe? Precisa do serviço, né? Porque aqui não tem outra coisa, né? Então fica ali em função daquilo e daí, né? [...], pra pessoa não fica lá cobrando, cobrando, acaba até mesmo fica lá pra não faltar, porque daí já ficam falando: “Ah, tá doente”. Tem uns que ficam falando: “É faltou, mais tava em casa dormindo”, sabe? Coisa assim. Então, essas pessoas, eles vão trabalhá e chegam lá a ponto de passar mal.<sup>413</sup>

---

<sup>411</sup> JUDITE, 2013, entrevista.

<sup>412</sup> DINÁ, 2012, entrevista.

<sup>413</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.

Mais que falta de atitude, ela identificou que algumas pessoas se submetiam ao trabalho de modo a exceder suas forças físicas, pois o município não oferecia outras opções de emprego. Como precisavam trabalhar, suportavam as cobranças; mas era por pouco tempo, visto que o processo de adoecimento podia acontecer rapidamente.

Com efeito, Fátima, 30 anos, trabalhava havia cinco anos na confecção G; desse período, fazia três anos e meio que estava na costura, tempo suficiente para que desenvolvesse tendinite no ombro:

Eu tenho tendinite e começo de bursite no ombro, no ombro direito, até inclusive nesses cinco anos eu tava trabalhando. Três anos lá, eu me encostei seis meses por causa da minha tendinite no ombro e agora eu tô numa função que eu conversei com o chefe quando eu voltei, né? Que eu não tiro serviço, meu serviço ele sai da minha máquina, ele cai no chão, vai caindo no chão e daí a minha chefe, auxiliar, né? Ela tira pra mim. Então, eu exerço a função, eu sô a única do setor que deixa caí o serviço.<sup>414</sup>

A produção era organizada de modo a facilitar o aumento do ritmo laboral e eliminar movimentos que atrasariam as atividades. As auxiliares desempenhavam um papel importante nesse sentido, pois tinham a responsabilidade de garantir o fluxo da produção; quando necessário, aparavam as peças e transportavam de uma máquina para outra. Desse modo, as peças eram divididas em pacotes de dez e colocadas em um banquinho ao lado dos costureiros para ser confeccionadas. No setor que confeccionava as frentes das calças, tinham de pegar as peças, costurar e passar para um banquinho do outro lado da máquina. No setor onde se costurava a parte traseira e onde se fazia a junção das frentes com as traseiras, em geral os costureiros deixavam a produção cair no chão, e as auxiliares cortavam e separavam os pacotes, passando para o próximo setor. Estes eram mecanismos utilizados para reduzir os movimentos dos costureiros e não desperdiçar tempo. Essa organização pretendia evitar possíveis situações que motivassem os costureiros a se distraírem e se levantarem, pois até a água eram as auxiliares que levavam nas máquinas.

Fátima trabalhava no setor das frentes. Sua função era fazer boca de bolso<sup>415</sup> e sua meta de produção era de 150 peças por hora — em um dia, ela devia produzir 1.350 peças. Mas disse que não conseguia atingir essa meta; normalmente, fazia cerca de 140 peças por hora. Após costurá-las, tinha de colocá-las num banco ao lado da máquina. Por causa da tendinite, já não conseguia fazer esse movimento, que intensificava a dor:

---

<sup>414</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>415</sup> A costura denominada boca de bolso se refere ao acabamento externo de costura com pontos mais largos, dando o contorno do bolso.

É o movimento de pegá a peça, costurá e levá pro outro lado. Então, esse movimento de braço eu não consigo fazê, se eu fazê, se eu tirar serviço que não guento trabalhá três horas. Então eu tenho, sinto bastante dor, convivo com a dor, tomo relaxante muscular, tomo remédio assim, volta e meia, pelo meu problema, sabe? Que eu fiz uma ressonância magnética, eu fiz vários exames, tenho laudos médicos. Então, tipo assim, eu tenho esse problema, só que ainda sô uma funcionaria que quase atinge meta.<sup>416</sup>

Fátima fazia tratamento, mas com frequência precisava pegar atestado médico, por isso entre 2010 e 2011 se afastou do trabalho: “[...] daí eu fiquei 15 dias de atestado e o médico me encaminhou prum especialista, e o especialista me encaminhou pru INSS pra me encostá. Foi onde eu me encostei cinco meses”.<sup>417</sup>

Nazaré, 18 anos, tinha um ano e seis meses de experiência como costureira e encarava o serviço de costureira como algo temporário, porque os trabalhadores “[...] não conseguem trabalhar uma vida inteira costurando, porque a gente sabe que é difícil, né? Nem que não sinta na hora, mais tá te prejudicando: um braço, nas costas ou no pescoço, alguma coisa sempre tá acontecendo com você”.<sup>418</sup> De modo semelhante e complementar aos argumentos de Nazaré, Abigail disse acreditar que os problemas de saúde decorrem dos “movimentos consecutivos”:

Movimentos muito consecutivos e que têm que ser rápido acaba, sim, trazendo problemas nesse sentido. Como se você se estressa muito, você fica muito tensa, dá muita dor nos ombros; ou nem por estressar, quando chega, digamos, quinta, sexta-feira, está todo mundo bem esgotado, começa de reclamar que não vê a hora de chegar o final de semana pra dá uma descansada que dói muito os braços, caso as pernas de ficá muito sentado. Na hora que você levanta pra ir no banheiro, coisa assim, você parece que está entrevada.<sup>419</sup>

Conceição — Tem várias pessoas que têm problema, que saíram já da [empresa K] com problema de saúde por causa do movimento repetitivo, né? Teve pessoas que deu problema no braço, né? Tem pessoas que... estresse, né? Tinha uma mulher que tava encostada por causa... sei lá, né? Junta a fábrica e coisa de família, né? Fica... tem várias pessoas. Tem pessoas que tão encostada, por exemplo, assim, tem pessoas que tão encostada por causa de coluna, muito tempo de pé [...], principalmente as passadeira.<sup>420</sup>

Essas entrevistadas demonstraram saber que o serviço na indústria sempre causa danos à saúde do trabalhador. Diante disso, alguns que adoeceram decidiram arrumar outro emprego para não se prejudicarem ainda mais: “[...] tem uma amiga minha que saiu, ela deu problema no

<sup>416</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>417</sup> Em 2015, Fátima foi demitida e abriu processo judicial contra a empresa e a marca para a qual costurava.

<sup>418</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

<sup>419</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>420</sup> CONCEIÇÃO, 2012, entrevista.

braço, daí ela prefiriu saí, arrumá outro serviço”.<sup>421</sup> De acordo com Isabel, 44 anos, os médicos tinham o costume de aconselhar os trabalhadores a se afastarem do emprego – “[...] muitas vezes que tu vai no médico, se tu tem um problema sério, o médico já diz, “Melhor tu procurar outro trabalho, senão perde, tu vai perdê teu braço e não consegue depois se encostá”.

Isabel trabalhava havia sete anos e quatro meses em confecções de costura; e em sua concepção as leis trabalhistas não protegem o trabalhador, pois quando este adoece por causa do trabalho a lei não garante a aposentadoria:

Tem umas lei trabalhista agora dos costureiro que tá bem nojentinha, que tem coisa, tem operação, conforme a tua. Vamo supor uma doença que dá, ou distensão dos nervo, que tu cansa os nervo. Essa LER [lesão por esforço repetitivo] é um cansaço que dá nos nervo, né? Que estica, ele caiu fora de encosto, a pessoa não pode se encostá mais, você se encostá só pra se tratá; má depois de se tratá, se você for se aposentar, cê num pode, pode até perdê o braço, má não pode se aposentar, que ela caiu fora das lei trabalhista.<sup>422</sup>

Diante de tais condições laborais, da falta de proteção trabalhista e das doenças ocasionadas pelo emprego, esses trabalhadores optavam por procurar atividades remuneradas que não estivessem vinculadas à costura, pois precisavam preservar a saúde física a fim de garantir as condições materiais de sobrevivência. – “[...] se perdê um braço, uma perna, Deus o livre! Num tem como trabalhar, daí, se você se recupera o braço e consegue trabalha noutro trabalho. Tem que procurá outro”.<sup>423</sup>

Lídia, 25 anos, trabalhou durante cinco anos na confecção G; nesse meio-tempo, viu situações em que muitos passavam mal dentro da fábrica, sobretudo mulheres gestantes; e já havia presenciado um acidente:

[...] teve pessoas que se machucou ali dentro porque, assim, a gente não tem uma pessoa formada em segurança do trabalho que seria pra corrigi. Ali, a gente não tem. A gente não tem o material que a gente precisa pra trabalhá, né? Então, teve até mesmo a [fulana], ela é aposentada hoje, né? Pela fábrica, porque ela machucou, ela travetô o dedo dela, ela foi mexê numa máquina lá, a máquina de ar. Ela machucô o dedo, ela já fez quatro cirurgia, acho que agora vai tê que fazê mais uma, acho que ela vai tê que amputá o dedo dela porque dá rejeição, sabe? Então, assim, é teve bastante coisa assim. Tem gente que costura dedo, tem gente que trava dedo, mais complicado foi o dela mesmo, né? Que, e daí tem a outra funcionaria que é a [...] [cicrana], ela tá também [...]. Eu acredito que ela vai acaba se encostando, se aposentando porque ela já se encostô bastante tempo, que ela deu é, como é o nome daquela doença? Movimentos repe[titivos].<sup>424</sup>

<sup>421</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>422</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>423</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>424</sup> LÍDIA, 2011, entrevista.



Relatando como aconteceu esse acidente citado por Lúdia, Tereza falou da “[...] máquina de pressão, de botão. Ela foi arrumá e ela disparô, que é de pressão, né? Daí, ela disparô e pegô bem em cima assim no osso. O dedo dela é torto, uma bola assim, levantada por cima, assim”.<sup>425</sup> A trabalhadora citada pelas entrevistadas não havia se aposentado e não foi possível entrevistá-la; mas, segundo outros trabalhadores, tinha retornado ao emprego e foi colocada para tirar fio, pois se considera que essa atividade exige menos movimentos das mãos: “Daí o dedo dela não mexia, ficava muito parado, né? Daí aquilo os pino prejudica, né? Também”.<sup>426</sup> Em 2010, após retornar ao trabalho, ela — segundo Tereza — precisou se afastar de novo: “[...] ela não aguentô trabalhar, daí ela voltô de novo pro médico. E ela tá encostada ainda. Até esses dias eu conversei com ela, e ela tem que fazê outra cirurgia de novo no dedo”.<sup>427</sup>

Pegar atestado médico ou se afastar do trabalho podia ser uma forma de resistência, mas também de ocasionar a divisão dos trabalhadores, porque quem dificilmente os pegava se sentia prejudicado pelos companheiros, seja pela exigência de produzir a mais para suprir a falta ou pela pressão imposta pelos patrões. Isso acabava mexendo com os valores desses sujeitos sobre o que é ser uma pessoa correta, sobre a imagem que teriam delas. O que parece ser colocado em questão, sobretudo para os empresários, é a construção do bom trabalhador.

Outro elemento que causava conflitos entre os trabalhadores eram as relações entre aqueles ligados à linha de produção e os chefes de setor, bem como os auxiliares de produção. Com base nessas relações é possível perceber suas expectativas e o ponto de intersecção entre esses sujeitos. Todos precisavam do emprego para viver; e o emprego pressupõe cumprir ordens. Em geral, todos almejavam melhorar suas condições de vida. Nesse aspecto, considero relevante estabelecer o diálogo com uma questão que permeou a “apresentação” deste estudo, qual seja, se os chefes de setor se sentem como uma classe social diferente dos demais trabalhadores e se eles se veem como patrões.

As formas pelas quais as pessoas lidam com a vida são construções que dialogam e partem de suas relações e seus valores sociais. No processo de sua constituição, os sujeitos precisam fazer escolhas; e estas carregam um posicionamento político ante as relações vividas. Isso serve como ponto para pensarmos como cada trabalhador lida com a posição que ocupa em suas relações sociais e laborais. Assim, vejo essa questão do chefe — ou líder de setor — como mais um aspecto do mesmo processo apontado nos capítulos 1 e 3, onde as narrativas apontavam o desejo de melhorar as condições sociais, seja abrindo uma empresa ou

<sup>425</sup> TEREZA. Santa Helena, PR, 31 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (82 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela tinha 29 anos de idade à época.

<sup>426</sup> TEREZA, 2011, entrevista.

<sup>427</sup> TEREZA, 2011, entrevista.

mudando de emprego. Diná, responsável pela produção da empresa D, assim como outras trabalhadoras que ocupavam o cargo de liderança, enfatizou que sua posição colocava a necessidade de ficar além do horário de expediente, pois enquanto os demais funcionários trabalhavam de segunda a quinta-feira, das 7h às 11h30 e das 13h às 17h30, e nas sextas-feiras até as 16h, em geral ela iniciava sua jornada às 6h30, saía próximo das 12h, retornava às 12h30 e encerrava o expediente após os demais funcionários. Em 2012, fazia quase 13 anos que trabalhava nesse setor e sempre desenvolveu a função de “auxiliar encarregada”:

[...] foi o meu primeiro emprego lá na fábrica de jeans. Então, eu cheguei lá, como não tinha opção de trabalho, aí eles tavam chamando na rádio pessoas pra trabalhá. Então, eu fui, eu nunca tinha mexido em máquina nem nada, né? Aí eu fui lá, a mulher mandou eu sentar, fazê um teste na máquina, todo mundo era pra ser costureiro mesmo. Aí, tá, eu fiz a minha parte, coloquei linha, como de costume, né? Começar costurar e tal, a mulher começou: me deu uma olhada — a encarregada —, daí ela percebeu que eu trocava a linha, que eu entendia bem, que eu pegava fácil as coisa... Aí, no segundo dia, ela foi e me chamô no escritório e pediu se eu não queria distribuí serviço, né? Que eu levava jeito, que eu tinha uma facilidade de pegar as coisa rápido, né? E tal. Eu falei: “Ah, beleza”.<sup>428</sup>

Todavia, ela afirmou que sua carteira de trabalho sempre foi registrada como “auxiliar encarregada”, uma vez que, de acordo com ela, os patrões não registravam como encarregada:

[...] porque encarregada, na verdade, seria um salário xis, né? Passaria do valor que eles pedem hoje, dão. Então, eles colocam auxiliar pra quê? Pra eles, eles podem jogar um valor mínimo pra pessoa, entendeu? Então, eles sempre vão pôr auxiliar encarregada. Encarregada é difícil eles colocar, geralmente eles colocam gerente daí, né? Que é um valor mais diferente. Então, eles sempre assinaram a minha carteira como auxiliar encarregada. Desde noventa e oito [1998] eu fui auxiliar encarregada. Sempre fui responsável em abrir fábrica, fechar fábrica, de tocar fábrica, chamar funcionários pra poder mandar embora o pessoal, mais *sempre pedindo pro patrão*, passando pro patrão as coisa, até hoje... folha de pagamento eles trazem aqui, eu repasso, né? Eu sempre fui uma pessoa bem responsável nessa área, né? Então, a parte de montagem é comigo.<sup>429</sup>

A posição de auxiliar encarregada lhe atribuía responsabilidades com a produção e os problemas que viessem a acontecer no dia a dia da facção. O lugar que ela ocupava representava os interesses dos patrões, mas era submissa às suas ordens. Com efeito, Cássia destacou que ser chefe de setor significava ter mais responsabilidades, inclusive a de cobrar produção e qualidade nas peças: “Eu não me vejo mais do que eles, eu não quero me colocar a

<sup>428</sup> DINÁ, 2012, entrevista.

<sup>429</sup> DINÁ, 2012, entrevista.

mais do que eles, só que eu tenho aquela responsabilidade a mais do que eles, né?”.<sup>430</sup> Segundo ela, a cobrança não era bem aceita pelos trabalhadores: “[...] eles têm certa dificuldade, sabe? De colaborar com a gente, que tem condição de fazê, de fazê melhor, de caprichar, de fazê mais operação, só que daí eles não querem, não colabora. Essa é a minha única dificuldade”.<sup>431</sup> Ela disse que não tinha parceria dos funcionários porque quem estava adiantado não gostava de ajudar os outros.

A fala de Cássia sobre a tentativa de manter uma relação de igualdade com os demais funcionários foi um elemento que também Jezabel frisou, argumentando que procurava conviver com os outros, tratando-os como gostaria de ser tratada. Com base nesses princípios, procurava conduzir os problemas e imprevistos através de conversas:

Ah, eu, por mim, todos eram igual. Se precisava falá, eu falava. Eu nunca fui rústica, nunca fui grossa, falá com as pessoas. Sempre, se tinha um problema — porque problema sempre tem [...]: muita costura torta, muita coisa mal montada, que quando chegava ali não dava mais certo: tinha que voltá de novo, muitas tinha que abri, muitas pessoas bufava, quando a gente chegava perto da máquina, te chamava nome feio; mas tu tinha que tentá conciliar, porque senão vira um conflito, né? Se a pessoa que trabalha ali na organização é bruta, vira num conflito, ninguém aguenta, porque a pessoa que trabalha, fez alguma coisa errada, se estressa. Ninguém quer admitir o erro, principalmente que, quando fazia errado, tinha que sentá do lado e abrir, né? E, daí, as pessoas virava nus bicho [...]. Como precisava daquela peça, eu sentava junto e ajudava, que a outra que trabalhava junto comigo não fazia isso, dava uns berro lá dentro e mandava pro canto e mandava abrir; só que eu não gostava disso, que *eu não gostava que fazia comigo eu não gostava com os outros também*, principalmente chegar bem pertinho na máquina e falar quietinho, assim que nem a vizinha escutasse, que a pessoa não se sente mal, né? Tipo, cê vê que fez uma coisa errada, não joga pros outros, porque daí sabe que não é repreendido. Eu não gosto que gritem comigo, hoje ainda não gosto que gritem comigo, nunca gostei, pra mim um grito estragava o meu dia e não gostava de gritar com os outros também, porque eu achava que eu ia estragar o dia dos outros também.<sup>432</sup>

Dadas as considerações de Jezabel, pode-se inferir que os chefes de setor eram escolhidos dentre os que sabiam dirimir conflitos e expor propostas, embora houvesse casos em que esse cargo tenha provindo de um processo de adoecimento. Exemplo disso é a situação de Cássia, cujos problemas de saúde adquiridos com o trabalho contribuíram para que ela viesse a ocupar o cargo de chefe de setor:

---

<sup>430</sup> CÁSSIA, 2012, entrevista.

<sup>431</sup> CÁSSIA, 2012, entrevista.

<sup>432</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

Fiz de tudo pra sair, sabe? Porque eu machuquei meu braço de tanto fazer exercício repetitivo, eu falei, “Na máquina eu não posso mais trabalhá”. Daí eu pedi pra sair. [A patroa] falou: “Não, não vai sair”. Não deixaram eu sair, daí apareceu o cargo de..., a vaga de chefe, né? Eles me colocaram.<sup>433</sup>

A promoção de Cássia sugere que, na perspectiva de sua patroa (Judite), ela preenchia os requisitos de uma funcionária exemplar, ou seja, colaborava com os rendimentos da empresa trabalhando até exceder suas condições físicas. Por isso, a empresária a manteve na empresa; buscava esgotar todas as possibilidades de rendimento que ela podia oferecer. Algo semelhante foi vivido por Fátima, embora esta não tenha percebido que a promoção que lhe era ofertada podia ter articulação com seu quadro de saúde; conforme foi mencionado, essa trabalhadora já tinha se afastado do trabalho por causa do problema com tendinite. Sobre a proposta de promoção, eis o que Fátima disse:

[...] minha patroa veio e falô pra mim que eu sô muito interativa, eu converso bastante, eu sô muito comunicativa, que ela falô que gostaria que eu fosse chefe, eu falei pra ela que não, que eu acho que têm pessoas que têm facilidade, sabe? Que gostam, então, que nem eu falei pra ela, eu gosto de costurar, eu gosto de costurar, não gostaria em nenhum momento de ser chefe. E chefe é assim: chegou lá, né? O auxiliar ou encarregada de setor, né? Eles escolhem assim, a pessoa entrou, eles vê que é uma pessoa que tem interesse, que desenvolve o trabalho bem, né? Tem três, quatro dia de experiência, se viu que pegou o jeito bem, fica lá. É só uma questão de ter força de vontade.<sup>434</sup>

No período em que os problemas de saúde de Fátima e Cássia se agravaram, receberam a proposta de ocupar função de chefia de setor. Essa suposta coincidência pode indicar um jogo de interesses e estratégias adotadas por empresários distintos, pois Fátima trabalhava na empresa G e Cássia, na empresa K. Por outro lado, a fala de Fátima demonstra que, na perspectiva dominante, as características de um trabalhador “comunicativo” e “interativo” faziam dele um candidato à vaga de chefia.

Tendo assumido o cargo de chefe de setor, Jezabel falava de seus esforços por manter um relacionamento de equilíbrio procurando harmonia e conciliação. Para isso, frisou que costumava destacar a necessidade de não fazer “fofocas”; mas reconhecia ser difícil o relacionamento porque o ser humano apresenta comportamentos que manifestam as relações de interesses e o sentimento de inveja:

---

<sup>433</sup> CÁSSIA, 2012, entrevista.

<sup>434</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

[...] às vezes são bons amigos na tua frente, mas atrás das costas querem te caneteá, querem te ver fora e, principalmente, se tu rende mais que o outro, né? Tem muitas pessoas que têm inveja quando tu rende um pouco mais, eles querem te ver fora.<sup>435</sup>

Segundo Jezabel, para quem ocupava o cargo de chefe de setor ou auxiliar de produção, ficava visível a constituição dessas relações, pois alguns “falavam dos outros” para eles: “[...] quem tá, que trabalha de auxiliar percebe tudo: o que trabalha certo e o que trabalha errado”. Os trabalhadores costumavam estabelecer um relacionamento diferenciado com os chefes de setor e os encarregados que mantinham um relacionamento de amizade:

[...] ela, tipo assim, ela conversa com a gente e tudo, só que na hora do serviço, assim, ela quer silêncio pra produção, né? Pra ter produção, mais ela conversa com a gente, brinca, normal que nem... como se ela tivesse ali como costureira, né? Ou auxiliar, alguma coisa assim. Mas ela trabalha na máquina também, ela não.. não é que ela só manda, ela ajuda também, ela faz boquinha de bolso, aonde ela vê que precisa, ela vai. E, com a gente, ela, no dia a dia, final de ano, essas coisas assim, a gente faz tudo junto. É, tipo, que nem final do ano passado agora, foi feito um negócio, daí eles foram pra pizzaria, né? Todo mundo foi pra pizzaria junto, chefe, patrão. É patrão, não. Os funcionário tudo junto. O marido dela também, ele é mecânico lá, né, daí foram tudo.<sup>436</sup>

Segundo Zilá, o modo como a chefe-geral se comportava no ambiente laboral — ou seja, numa relação de ajuda mútua e diálogo — e o relacionamento de amizade que construíam fora da facção tornavam a relação e as cobranças de produção menos tensas. Em geral, a relação entre o responsável pelo setor e os costureiros demonstrava ser mais direcionada para orientações de produção:

Fátima — Agora é bem melhor do que quando eu entrei. Tipo assim, é mais companheirismo, sabe? É tipo assim: se não tá saindo produção, tipo assim, eles tentam descobrir por que, né? Quais as dificuldades que surgiram. Se não tá se acertano ali, eles trocam, né? Tipo assim, é bem mais, é bem melhor.<sup>437</sup>

Nazaré — Tem uma chefe que controla tudo, ela é... é como se fosse assim, o nosso patrão, só que ela num é a dona, né? Porque ela controla tudo. O nosso patrão a gente só vê quando vai pagá a gente, ou quando aparece alguma coisa, ou quando tem algum problema, alguma coisa assim ele aparece lá. Mais a nossa chefe controla tudo. Ela tá todo dia lá e ela abre mais cedo, ela fecha... ela fica até mais tarde sempre quando precisa, por exemplo, quando dá algum defeito assim, ela vê que o jeito... é ela que tem que resolvê, ela resolve bastante pepino lá também. Ela, por exemplo, assim se tem que demitir algum funcionário, se tem que contratar, ela também faz essas coisas, né?<sup>438</sup>

<sup>435</sup> JEZABEL, 2015, entrevista.

<sup>436</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

<sup>437</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>438</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

Pode-se concluir que os empresários exploravam além da renda, pois escolhiam os trabalhadores reconhecidos na rede de relações de trabalho nas quais as empresas se situam. Com efeito, a trajetória de Ana pode exemplificar essa concepção das classes dominantes. Ela se iniciou como costureira (na empresa K) e ficou na função por três anos e meio, quando saiu para exercer o cargo de chefe de setor:

[...] trabalhei mais ou meno um ano na produção vigiando, até essa que tá entrando era uma das minha funcionária [sorriu] da parte de produção. [entra a funcionária]. E eu ficava ali e tinha que saí, na época era 18 peças por hora, né? Levava as caixas e elas tinha que saí, porque logo tinha caixa de novo, né? Deixa eu só cumprimentá ela... E aí eu trabalhei um tempo [...] foi a minha, a minha experiência maior lá dentro foi essa, sabe?<sup>439</sup>

Ocupar o cargo de chefia não a deixava à vontade, pois o reconhecimento que tinha de si como trabalhadora e costureira a colocou em confronto com seus princípios e valores morais. Para estar naquela posição, era necessário estabelecer outro relacionamento com os companheiros de trabalho:

Eles te cobravam de ti, e eu me sentia de fazer, porque elas dizia, as funcionária chegavam e falavam que elas num tavam bem, e eu ia e conversava com ela [a patroa] [...], daí ligavam lá, marcava a consulta, e a pessoa tinha que voltar. A pessoa num tava em condições de trabalhar, mais tinha que trabalhar, né? Mesmo que ganhava atestado, né? Então esse, esse regime de trabalho é escravizador. Não tem corpo que guente e as pessoas acabam desanimando por causa disso, elas num tem aquele valor, sabe? Porque a pessoa que se sente valorizada ela vai retribuir e a que não tem valor não vai fazê.<sup>440</sup>

Ana via a experiência de ser chefe como o que a ajudou a perceber o outro lado da produção; e talvez isso tenha contribuído para que percebesse diferenças sociais com mais nitidez. Exigências e cobranças a levaram a uma decisão que demonstrou seu posicionamento de trabalhadora, assumindo a perspectiva e a luta dos colegas, pois desistiu de ocupar a função de chefe de setor para voltar à costura. Parece que, ao assumir o cargo, ela acreditava que teria autonomia para exercer suas funções; porém, ao perceber que teria de seguir ordens que não correspondiam a suas perspectivas de trabalhadora, ela se sentiu frustrada e abandonou o cargo.

---

<sup>439</sup> ANA, 2012, entrevista.

<sup>440</sup> ANA, 2012, entrevista.

Da fala de Ana e, sobretudo, de Fátima<sup>441</sup> pode-se deduzir que o cargo de chefe de setor nem sempre era almejado por quem estava na empresa; não era visto como expectativa de ascensão profissional. Afinal, esses líderes eram registrados como auxiliar de produção, o que significa que o salário era o mesmo do de costureiros; em algumas empresas, era até menos, conforme podemos perceber no relato de Isabel:

Olha, o chefe de setor, nós temo duas, que são chefe mesmo, são chefe que administra o acabamento e a metade da peça da calça: frente e as traseira, vamo supor; ou da montage pra lá e da montage pra cá. Então, o salário delas é mais. Com certeza é mais! Mais elas fica a mais no trabalho, elas fica fora do expediente, elas trabalha sábado até meio-dia, elas têm que somar produção, tirar produção. [Diferenças entre auxiliar e chefe de setor] Tem: o auxiliar, ele ganha menos que o costureiro; ele pode ganhá um pouco a mais se o costureiro fazê mais, se o costureiro fazê uma produção a mais, aí o auxiliar ganha mais também, ele ajudou pro costureiro ganhar. Senão, não! E a produção é individual ali agora. Antes, era por setor, agora não. Agora é por máquina: se você passou tantas peça na tua máquina todos os dia, no final do mês você ganha a tua produção.<sup>442</sup>

Isabel afirmou que, em dezembro de 2011, na empresa P, onde ela trabalhava, os costureiros recebiam um salário de R\$ 700 e o auxiliar, R\$ 580 — então o salário mínimo vigente. Raquel destacou que, neste mesmo ano na empresa G, a líder de setor recebia quase R\$ 70 a mais do que costureiros e que auxiliares de produção recebiam um salário mínimo. Quanto às diferenças entre as obrigações da chefe de setor e as da auxiliar, Raquel destacou que a primeira, “[...] ela é mais responsável pelo setor, né? Aí, tipo, o auxiliar é um ajudante pra ela, né?”.<sup>443</sup> Noutros termos, conforme podemos observar, os auxiliares tinham a função de dar agilidade à produção, funcionando como uma espécie de fiscal que procurava garantir o cumprimento das metas estipuladas.

Raquel destacou que os patrões costumavam realizar reuniões com as chefas de setor e punham em pauta a qualidade: “[...] sempre é conversado sobre a qualidade, né? Que tem que tá sempre melhorando e, assim, pra... quanto melhor a qualidade, a gente vai ser mais... tá divulgando mais o nome da empresa, né. É isso”. Essas reuniões, em geral, eram semanais e conduzidas pelo gerente.

Normalmente, as metas estabelecidas pelos empresários das facções de jeans variavam conforme o setor, a função de cada trabalhador e o modelo das peças produzidas. Quando produziam peças básicas, as metas estabelecidas eram maiores em relação a peças de

<sup>441</sup> Ver citação com a nota de rodapé 434.

<sup>442</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>443</sup> RAQUEL. Santa Helena, PR, 7 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (64 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela tinha 38 anos de idade à época.

“modinha”, pois os detalhes destas últimas provocavam uma queda significativa de produção: “[...] as modinha, acho, as modinha têm muita dificuldade pra fazer, são bem mais difícil”.<sup>444</sup>

Marta trabalhou durante três anos na empresa G, onde passava bolso na máquina eletrônica e tinha meta de 180 pares de bolsos por hora. Num dia com jornada de nove horas de trabalho, ela devia passar 1.620 pares, ou seja, 360 por hora, 3.240 num dia:

A minha meta de bolso lá era 180 parzinho, né? Cento e oitenta par de bolso eu tinha que fazê por hora, só que eu, eu nunca consegui nem na máquina, isso na máquina, né? É industrial, tinha que passá 180 parzinho; e, daí, pra passá manual, no ferro, aí tinha que fazê 60 par por hora. Só que, dependendo o modelo do bolso, num conseguia fazê. Eu mesmo também não conseguia fazê se era um bolso simplesinho, né? Tem que usá gabarito e tudo, né? Daí, tem que dobra as parte lá, pra você fazê 60 par por hora, dependendo do bolso, não faz. Eu mesmo não fazia. Agora, se era simples, eu fazia, sabe? E na máquina também, às vezes a máquina estragava, né? Também, né? Eu chegava a 120, 125, 130; mais 180 eu não conseguia. Eu acho que eles faziam mais essa pressão porque daí você, se você conseguisse, daí né? Chegava final do mês, daí tu tinha aquela remuneração, né? Ó, fez tantos ponto, né? Aí chegava no final do mês, você ganhava um poquinho a mais, né? Eu nunca ganhei, nunca ganhava, porque eu num conseguia. Tem gente lá que conseguia fazê, né? Na sua, no que fazia, fazia a sua meta, né? Por hora, só que eu não, não conseguia fazê<sup>445</sup>.

Os trabalhadores demonstraram certa dificuldade em estabelecer a meta de produção que era cobrada deles; conforme Eva, afirmar uma produção era correr o risco de enumerar algo que não correspondia à realidade, pois as metas eram alteradas com frequência: “[...] cada semana eles aumentava a meta. Se a meta era dez, a semana que vem já era doze. Quando você fazia os 12 na outra semana, já falava que não tava bom, que você tinha que fazê quinze”.<sup>446</sup> A maioria dos trabalhadores relatou que não conseguia atingir a meta sempre, pois não são máquinas (vide capítulo 2); são seres humanos que sentem dores e cansaço: “Eu não sô uma máquina, né? A minha máquina, ela por si só, consegue fazê tudo isso, né? Só que ela depende de mim”.<sup>447</sup>

De acordo com Abigail, as cobranças para que os trabalhadores pudessem chegar ao máximo possível de produção faziam que vivessem em tensão constante, pois o gerente da empresa G cronometrava o que produziam de hora em hora:

<sup>444</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>445</sup> MARTA, 2011, entrevista.

<sup>446</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>447</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista. Ver capítulo 2, página 97.



Não é assim. Não tem uma meta pra sempre. Cada dia... depende do que você está fazendo. Ele vem e tira a tua cronometragem, ele tira, acho, que por cinco minutos, ele te cronometra naquele tempo: quantas você conseguir. Na verdade, eu não sei direito como que ele faz. Ele faz um cálculo lá, não sei se é por segundo, por minuto, e calcula por hora. Aí, isso varia: quem tem mais agilidade, chega a cem peças por hora; se for uma coisa com mais dificuldade, faz trinta, quarenta. Vai depender de como você está produzindo naquele momento, que daí ele faz o cálculo pra chegá por hora.<sup>448</sup>

Ao se iniciar na empresa, a presença do gerente a deixava nervosa porque ele ficava do lado da máquina tirando a produção, e ela sabia que, para ele, os funcionários deveriam ter o máximo de rapidez. Por outro lado, havia o que os mais experientes diziam:

[...] muitos falam — é engraçado, porque muitas pessoas falam — “Você nunca faz o que eles pedem”. Já outros funcionários diziam: “Se você fazer a meta [...], ele sempre vai querer mais de você”. Já outros falam: “ah, tenta fazer o teu máximo pra você atingir, porque, querendo ou não, você depois, se você atingir a meta que ele passar, você ganha pontos naquele mês e se você teve uma boa produção naquele mês inteiro, você ganha 50 reais pela sua produção atingida do mês.”<sup>449</sup>

Cada um lidava com a cobrança de produção diferentemente, mas em todos os argumentos partiam da realidade vivida e experimentada na linha de produção. As orientações que os funcionários repassavam uns aos outros manifestavam os interesses de seu universo, pois mesmo quem tentava “fazer o máximo” para atingir as metas estava preocupado, não com os lucros da empresa, mas com o retorno dos R\$ 50 que complementaríamos a renda mensal. Nesse sentido, é perceptível que os trabalhadores ora resistiam ao sistema de produção, enxergando a perspectiva dominante de exigir sempre mais produção, ora aderiam a essa lógica, visando suprir suas necessidades. Dessa forma, os mais experientes orientavam os principiantes, esclarecendo-os de que não deviam buscar reconhecimento pelo que faziam, pois nunca fariam o suficiente.

A busca pelo aumento constante da produção, por vezes, causava mal-estar na relação entre os trabalhadores, sobretudo nas empresas que adotavam o prêmio por produção. Como um trabalhador passava produção para o outro, se um não atingisse a meta, faltavam peças para o próximo, e isso fazia com que um deles tivesse de executar a operação que era responsabilidade do outro:

---

<sup>448</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>449</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

Mais tinha, teve pessoas que não alcançava a meta. Daí, naquelas operação onde que as pessoa não alcançava a meta, eles ponhava duas costureira pra alcançar a operação. Ou se um costureiro era rápido, ele fazia o dele e ajudava o companheiro a atingir a meta dele. Depois, como não atingia, eles começaram colocá de dois em dois costureiro pra fazê a mesma operação que tinha o costureiro que era rápido, então ele vencia fazer o dele e ficava esperando ainda, porque tinha mais agilidade, né?<sup>450</sup>

Em geral, os trabalhadores não gostavam de fazer a operação do outro porque não tinham a mesma agilidade, logo a produção diminuía. Eva disse que, normalmente, trabalhava pespontando bolsos, no que ela se considerava “ligeira”, mas com certa frequência a colocavam para pregá-los:

Ah, eu acho que não é, não é muito bom trocar de máquina, não! Se você prega bolso, você fica ali, faz só isso, né? Você vai tá prática, então disso dali, né? E vai render, né? Eu não achava legal quando me trocavam de trabalho, eu prego bolso, eu tinha que fechar lateral, vamo supor, ou fazê a vista, né? Ah, aquilo não me rendia até que pegava o jeito, né? Já tinha acabado o lote de volta, né? Então isso atrapalha muito.<sup>451</sup>

Nessa dinâmica de produção, Nazaré se desentendeu com uma companheira e pediu demissão:

[...] eu me desentendia muito com uma pessoa que eu ajudava, né? Porque, pra essa pessoa, eu tinha uma meta pra fazer pra ela, e eu não tinha. Eu fazia o meu serviço, aí, depois, quando eu terminava o meu serviço, eu ajudava; mais eu não tinha uma meta estabelecida pra ajudar. Ela tinha a meta dela e eu tinha a minha, eu tinha que ajudar, mais não fazê metade do serviço dela e em bem menos tempo, né? Porque eu fazia a minha meta e, depois, se sobrava tempo, só eu ajudava e, daí, acho que isso acabô incomodando uma pessoa [...] que trabalhava comigo, do meu lado, né? Daí me irritava muito, estressava muito, eu falei: “Se for pra me estressá, então não quero trabalhá aqui. Serviço eu encontro em qualquer lugar de costura, né? Tudo mundo tá precisando.”<sup>452</sup>

O ritmo laboral era estabelecido e adaptado segundo a agilidade dos mais rápidos; ou seja, sem respeitar as condições e os limites físicos de cada um, o que, por vezes, ocasionava conflitos entre os trabalhadores.

Sobre as mudanças de operações, alguns proprietários de empresas adotaram a prática de contratar uma pessoa para desenvolver a função de “coringa”. Zilá e Jezabel disseram ser incumbidas desse papel e, para tal, precisavam saber todas as operações:

<sup>450</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>451</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>452</sup> NAZARÉ, 2012, entrevista.

Então, o trabalho de “coringa”, onde ela [a gerente] te pôr, tu tem que ir, né? [...]. Aonde precisar ela vai me pôr, porque... e o que eu não souber fazer em alguma máquina, ela me ensina, isso aí é fácil, depois que tu sabe em uma, duas máquina, daí já fica mais prático pra você pegá as outras, né? Daí eu faço travete, eu pesponto, eu fecho entreperna, na interloque. Eu trabalho em praticamente todas as máquina.<sup>453</sup>

Em 2007, Zilá estava com seus 17, 18 anos de idade e decidiu ir morar em Brusque, SC, onde pretendia tentar trabalho e construir a vida. Lá, ela trabalhou durante seis meses como caixa de supermercado e, por três anos, como costureira, pois tinha dois anos de experiência nessa função, acumulada antes de se mudar. Ela, porém, retornou para Santa Helena depois de quatro anos em SC. No trecho de sua fala citada acima, ela valoriza sua trajetória como costureira, pois viveu o desafio de ir para SC, onde sua estada foi importante para seu aprendizado no desenvolvimento de funções ligadas à costura: “A prática mesmo eu peguei lá em [SC]”. O posto de trabalhado assumido por ela — “coringa” — fica caracterizado como algo conquistado após um período difícil em que viveu o desafio de se mudar para outra cidade, outro estado, onde não tinha parentes: “eu fui mais com a cara e com a coragem pra lá”.

Na ocasião da entrevista (19/3/2015), Zilá trabalhava na empresa Q e era a única na função de “coringa”. Via a necessidade de, também, outros terem essa função porque, quando faltava mais de uma pessoa, ela não conseguia cobrir toda a produção e, quando, ela precisava faltar, não havia alguém para substituí-la. Ela afirmou que, para desenvolver tal função, recebia o salário de costureira mais R\$ 100: “Eu ganho 100 reais a mais por ser ‘coringa’, né? E o resto que faz produção, eles ganham 50 reais”; ou seja, ela ganhava R\$ 50 a mais que os trabalhadores que atingiam a meta de 80 peças por hora — num dia, deviam produzir cerca de 700 peças. Quando a questionei se os outros funcionários não tinham expectativa de se tornarem “coringa”, frisou que nenhum havia pedido para aprender todas as operações.

Algumas empresas adotavam a estratégia de incentivar a produção mediante o fornecimento de prêmios. Nesses casos, quem atingia a meta durante o mês todo e não tivesse atestado médico recebia de R\$ 20 a R\$ 70 de bônus, valor que variava conforme a empresa e a produção alcançada. Segundo Eva, sempre eram os mesmos funcionários que recebiam o prêmio de produção:

---

<sup>453</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

Eles pagava um pouco a mais, sabe? Pra quem produzia mais, uns cem reais. No caso, eles tavam dando a mais, só que a gente marcava a produção e, no fim do mês, era sempre os mesmos que ganhava a produção. Mais isso ali era por causa do chefe que tinha ali dentro. Eram puxa-saco. Então, os patrão nem sabia disso, né? A gente chegava falá, mais eles acreditava naquilo que os...<sup>454</sup>

O estabelecimento de prêmio de produção parecia deixar a relação entre os chefes de setor e os demais trabalhadores ainda mais tensa. As responsabilidades e a possibilidade de interferir em algumas situações davam a conotação da constituição das diferenças entre uns e outros. Com os prêmios de produção, os empresários acreditavam que incentivariam os empregados ao trabalho, mas os relatos deixaram evidências de que estes podiam ver em tal mecanismo mais um motivo para resistir a essa lógica; afinal, em geral poucos ganhavam os “prêmios” em dinheiro: “[...] poucas pessoas que ganha essa questão de produção, acaba enrolando e não produzindo muito, como já ouvi lá dizer que: está lá, não trabalha nada e ganha o salário normal como outro que se mata trabalhando”.<sup>455</sup>

Visto que o período de propagação das indústrias do vestuário de Santa Helena foi nos anos 1990 e 2000, que os entrevistados para a pesquisa aqui descrita eram oriundos de famílias de agricultores e que o emprego nas confecções do vestuário foi a primeira experiência deles como trabalhadores da indústria, concluo que esses sujeitos já iniciaram suas trajetórias como trabalhadores de indústria convivendo com as mudanças caracterizadas pela historiografia<sup>456</sup> como de “reestruturação produtiva”.

As críticas ao sistema de produção apontadas pelas trabalhadoras permitem questionar as produções acadêmicas que estabeleceram uma concepção de positividade no processo de mudanças que ocorre no mundo do trabalho e dos trabalhadores. Isso porque tais acontecimentos não apresentam um retorno produtivo para esses sujeitos; a eles coube um processo de perdas em relação ao prazer de trabalhar, do conhecimento e da saúde física e emocional. Se considerarmos o processo de mudanças analisado no capítulo 1, constataremos que na avaliação dos trabalhadores das confecções do vestuário de Santa Helena as mudanças após a década de 1980 trouxeram a desvalorização de seus saberes e de seu modo de viver e de trabalhar, pois tiveram de deixar a vida e o trabalho agrícola para iniciar uma trajetória de vida como trabalhadores da indústria.

Seguindo a prerrogativa do mercado com ênfase na suposta necessidade de flexibilidade da produção e dos trabalhadores, ao adotarem estratégias como a cronometragem

<sup>454</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

<sup>455</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>456</sup> ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

da produção, estabelecerem metas e oferecerem prêmios de produção, os empresários de Santa Helena tentavam subordinar os trabalhadores ao capital visando impedir um enfrentamento de classe. Essa é a construção ideológica dominante que, conforme Dias, “[...] visa negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, negar suas formas de sociabilidade e subjetividade”.<sup>457</sup>

Diferentemente de Dias, Margarida Ramires Paulos e António Brandão Moniz apresentaram a defesa das mudanças recentes nas relações de produção.<sup>458</sup> Na concepção desses autores, elas foram acompanhadas por mudanças relacionadas com o “conhecimento” e a qualificação, o que — na perspectiva deles — marcou a transição para a “sociedade do conhecimento” e levou os países a elevarem os níveis educacionais para “adaptar[em]-se mais facilmente às novas exigências tecnológicas e à competição global, baseada mais intensamente no uso do conhecimento”.<sup>459</sup> Argumentaram que mudanças organizacionais velozes acompanharam o desenvolvimento da inovação tecnológica e do mercado, fazendo que as qualificações técnicas se tornassem mais obsoletas e acentuando a necessidade de aprendizagem e atualização contínuas.<sup>460</sup>

Conforme análise desenvolvida no capítulo 3, para os trabalhadores entrevistados, buscar uma formação profissional dependia de suas condições econômicas e sociais, e não só da vontade de aprender e inovar. Na perspectiva dos empresários, atualizar-se era algo necessário ao desenvolvimento das empresas e do município; tinham como prioridade a competição produtiva e costumavam lançá-la aos trabalhadores, o que, por vezes, tende a distanciar essas duas classes, ou seja, patrões e empregados. Podemos encontrar esse posicionamento em defesa das mudanças recentes nas relações de trabalho na fala do ex-prefeito municipal Silom Schmidt, que em 1997 foi questionado pelo jornal *Costa Oeste* sobre as alternativas do governo municipal para o problema do desemprego; eis sua resposta: “Estamos terceirizando os serviços públicos, que, aliás, é uma recomendação da nova política

---

<sup>457</sup> DIAS, 1998, p. 45–6.

<sup>458</sup> Paulos e Moniz analisaram elementos do grupo profissional de *designers* de vestuário da França, da Alemanha e de Portugal. Procuraram “[...] perceber de que forma a reestruturação do trabalho influencia as suas trajetórias e a sua qualidade de vida e de trabalho”. Cf. PAULOS, Margarida Ramires; MONIZ, António Brandão. Os trabalhadores do conhecimento num setor tradicional: o caso dos *designers* do vestuário. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 72, 2013, p. 103–4 [p. 103–22]. O objetivo dos autores era perceber a importância do conhecimento e da formação para a organização onde os *designers* tinham seus vínculos de trabalho, entendendo-os como “trabalhadores do conhecimento”. A partir disso, buscaram observar as consequências da reestruturação do trabalho e a importância do conhecimento nessas mudanças. Embora reconhecessem que o conceito de “trabalho do conhecimento” é difícil de ser caracterizado porque todo trabalho envolve conhecimento, eles consideravam se tratar de um conceito central na análise do trabalho e da reestruturação.

<sup>459</sup> PAULOS; MONIZ, 2013, p. 113

<sup>460</sup> PAULOS; MONIZ, 2013, p. 114

administrativa a terceirização. Terceirizando nós temos um resultado prático e rápido, com isso resolvemos o problema da geração de empregos”.<sup>461</sup>

Para os trabalhadores, os resultados dessas mudanças só são rápidos porque, dentro de poucos anos, a saúde é consumida, e eles passam a sentir os efeitos através de doenças ocasionadas pelo trabalho. Conforme vimos na trajetória de Fátima, três anos na linha de produção bastaram para que se manifestassem os sinais de tendinite. Do ponto de vista dos trabalhadores negativamente atingidos por essas mudanças, Abigail apresentou os limites e os conflitos ocasionados pelas dinâmicas da linha de produção:

[...] tem o setor de passar os bolsos, uma pessoa produz mais que a outra, aí sempre tem as brigas entre elas, porque uma está produzindo mais e uma, menos; e isso acaba, querendo ou não, tem uns... isso acaba assim: nunca existe caso assim, de briga de ir pra tapa, mais “boca a boca” isso já teve.<sup>462</sup>

De acordo com a entrevistada, essas situações descontentavam os trabalhadores. Já o patrão não se incomodava se um funcionário produzia mais e recebia o mesmo salário que os outros; para ele, “[...] tanto faz, ele quer ganhar o salário dele, ele não está se importando com essa questão”.<sup>463</sup>

Ante as dinâmicas de organização das fábricas, os trabalhadores fizeram suas considerações e apontaram a falta de um Sindicato dos costureiros mais atuantes. Com efeito, Eva e Zilá estabeleceram uma comparação entre a realidade dos funcionários das facções de costura de Santa Helena em relação aos de Santa Catarina. A diferença enxergada por elas estava nas dificuldades de comunicação e atuação do Sindicato. Em Santa Helena, para buscarem auxílio ou informações através dessa entidade, tinham de entrar em contato com a sede de Cascavel, ou a subsede de Toledo. Sobre os representantes do Sindicato dos costureiros, Eva destacou que

[...] eles vêm ali, faz uma reunião, as costureira falem, né? Os trabalhadores falem, reivindicuem, eles não fazem nada, não ajuda em nada. Pra você vê tanto que não, que o sindicato dos costureiros não funciona muito bem, que nem o FGTS não depositaram, sendo que foi o próprio sindicato que mandou nós assiná as folha.<sup>464</sup>

---

<sup>461</sup> A ADMINISTRAÇÃO Silom e Mafini completa 150 dias: passaram-se quase 150 dias do governo Silom/Mafini. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1997, ano 2, p. 9.

<sup>462</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>463</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>464</sup> EVA, 2011, entrevista.

Ela mencionou que os representantes do Sindicato de Toledo até faziam reuniões com os trabalhadores, mas não os ouviam: “Eles vinham fazê reunião do sindicato, mais eles nunca, não ouvirem os direitos dos funcionários, eles ouvirem sempre o direito dos patrão, *sempre tava do outro lado*”. Demonstrando sua insatisfação e seu pessimismo ante a atuação sindical, ela afirmou que “[...] sindicato de costureiro não funciona no Paraná. Porque, lá em Santa Catarina, a coisa é diferente. Meu piá mora lá, né? Ele era costureiro aqui também, má lá ele não trabalha na costura; só que eu fui pra lá passear e vi que a situação lá é bem outra”.

Nesse sentido, Zilá disse que o salário do costureiro em Santa Helena em março de 2015 (ocasião em que concedeu entrevista) era de R\$ 1.075, enquanto em Santa Catarina chegava a R\$ 1.500: “[...] o salário é bem melhor lá e tem suas comissões, tipo, de [...] produção, né? Que nem, lá eu recebia produção, eu ganhava 300 reais só de produção, e aqui não tem isso, é poucas fábricas que coloca”. Ela disse ainda que, em Brusque (SC), os proprietários das empresas estabeleciam uma determinada meta por dia: se o grupo todo atingisse aquela meta, recebia os R\$ 300 no fim do mês. Mas, assim como em Santa Helena, não podiam ter faltas nem atestado médico. Ela percebia que em SC havia mais cobranças quanto à segurança do trabalho, pois exigiam que trabalhassem com calçado fechado, “[...] por questão de segurança, horário tudo certinho, como qualquer fábrica, né. Mais, assim, é só essa questão de segurança do trabalho que eles ficam mais em cima, que aqui não tem isso, né?”.

Na avaliação de Zilá, era preciso uma sede sindical dos costureiros em Santa Helena, porque pagavam contribuição sindical e não usufruíam dos benefícios:

O sindicato, quando ele tá perto, é fácil tu conseguir médico, é fácil consegui bolsa pra estudar, é tudo bem mais fácil. Como é tudo muito longe, que nem não compensa ir pra Cascavel, Toledo pra ir atrás disso aí. Aí fica ruim, né? Mais se tem o sindicato é bem mais fácil, que nem lá em Brusque [SC]. Tinha sindicato perto, aí, tipo assim, tu ia lá, pagava a consulta, e, depois, eles te reembolsava. Eu não sei se era 50 ou 60 por cento do valor, já é um, uma boa ajuda. E, que nem aqui, eu tava pagando sindicato à toa, porque não tem.<sup>465</sup>

Algo soa estranho no processo vivido por esses trabalhadores. Em conversa informal, Zilá disse que não precisou se filiar ao sindicato, pois sua filiação foi automática com o contrato de trabalho, que presumiu descontos mensais de R\$ 10, mais uma taxa anual de R\$ 40. Além disso, para se desvincular do Sindicato, ela assinou uma lista informando que tinha essa intenção; e tal lista teria circulado na firma, onde todos os interessados na desvinculação podiam assinar. Por um instante, a função sindical pareceu ser atribuída ao SINE; isso ficou mais claro quando Zilá falou sobre uma companheira de trabalho de sua mãe: “Sindicato aqui

---

<sup>465</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

não compensa nem ir às vezes; a não ser pra tu vê *uma vaga de emprego*, porque uma gurria que trabalhava lá com a minha mãe, ela foi pra vê o direito dela, eles ligaram na fábrica, deram o nome da gurria, e ela ganhou a conta”.<sup>466</sup>

Ante a falta de acesso a direitos trabalhistas, ela parou de pagar o Sindicato, porém reconhecia sua importância e estava frisando a necessidade do envolvimento dessa entidade e das autoridades do município com os interesses dos trabalhadores:

[...] se importar muito com o funcionário, isso aí eu acho que eles não se envolve muito, porque, se eles quisessem mesmo, eles tinha sindicato. Sindicato aqui não compensa nem ir às vezes; a não ser pra tu vê uma vaga de emprego, porque uma gurria que trabalhava lá com a minha mãe, ela foi pra vê o direito dela, eles ligaram na fábrica, deram o nome da gurria, e ela ganhou a conta [...]. Eu acho que isso eles deviam se envolver mais, em sindicato, que nem lá em Santa Catarina tinha sindicato de tudo: sindicato metalúrgico, de costureiro, de tudo, sabe? Era um sindicato pra cada função, e aí o sindicato se envolve mais, porque, se for só pelo funcionário, ele não tem muito o que fazer: o patrão dá a conta e pronto.<sup>467</sup>

As falas das trabalhadoras foram unânimes neste ponto: em geral, os representantes do Sindicato dos costureiros faziam reuniões um pouco antes de começar o mês de setembro, quando ocorria o reajuste salarial da categoria: “Olha, eles fazem reunião quando tem que aumentar salário, que fizeram reunião o ano passado, que todo ano aumenta, né? Mais reunião de segurança de trabalho, essas coisas assim, ninguém faz”.<sup>468</sup> Por outro lado, alguns avaliavam que os trabalhadores tinham medo de ir às reuniões, mesmo àquelas referentes ao aumento salarial anual: “[...] o pessoal aqui tem muito medo, né?”.<sup>469</sup> Talvez o medo se explique por não sentirem segurança na atuação sindical. A trabalhadora mencionada por Zilá<sup>470</sup> pode ser um exemplo disso, pois foi a uma agência do Sistema Nacional de Emprego procurar informações porque trabalhava como costureira, mas não recebia o salário correspondente à função executada. Ela conseguiu aumento, mas foi demitida: “[...] eles aumentaram o salário dela, mais no mesmo tempo deram a conta, eles botaram lá na carteira salário de costureira e, daí, dois dias depois, deram a conta”.<sup>471</sup>

Cabe notar que, dos 36 trabalhadores entrevistados, apenas Zilá disse ter sido sindicalizada. Conforme os relatos, eram poucos os que participavam de reuniões sindicais, uma vez que costumavam acontecer na sede municipal e à noite. Os trabalhadores não tinham tempo nem disposição para chegar em casa e ainda ir a reuniões, sobretudo quando se

<sup>466</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

<sup>467</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

<sup>468</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

<sup>469</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>470</sup> Citação da nota de rodapé 466.

<sup>471</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.



considera que teriam de percorrer uma distância de até 27 quilômetros, pois parte deles residia nas linhas e nos distritos municipais. No geral, apenas sabiam da existência do Sindicato, mesmo sem participar dele.

Também Joana atuava como costureira e recebia salário de auxiliar de costura. Foi a uma reunião sindical e questionou as discrepâncias salariais. Após a reunião, telefonou algumas vezes no Sindicato de Cascavel para se informar sobre seus direitos; pois onde trabalhava havia um total de sete funcionárias passando pela mesma situação. De acordo com ela, o Sindicato dos trabalhadores dos vestuários de Cascavel tinha uma representante no município de São Miguel do Iguaçu<sup>472</sup> e foi com essa representante que ela e suas amigas conseguiram dialogar pessoalmente. Por duas vezes, essa representante sindical foi a Santa Helena e conversou com Joana e suas amigas. As conversas aconteceram fora do horário de expediente:

[...] a mulher do sindicato ali de São Miguel veio pra cá, a gente até, inclusive, a gente, nós meninas conversamos escondidas porque ali na fábrica não dava, porque, senão, alguém visse, né? Daí, ia direto no ouvido da patroa, geralmente a gente se encontrava na rodoviária, pra ela explicá como que nós deveria fazer. [Sobre orientações que passaram pra elas], na verdade, assim, é, eles vieram já tomá atitude por nós, eles decidiram as coisas por nós, eles já foram direto na patroa conversar.<sup>473</sup>

Joana relatou que a gerente soube que haviam entrado em contato com representantes do sindicato por meio de outra funcionária atuante como encarregada: “Na verdade, quem ligô, quem foi atrás do sindicato, fui eu, eu que liguei, eu que fui atrás do meu direito, e as meninas também tava na mesma situação que eu e foram comigo”.

Quem conseguiu esse emprego pra mim foi uma amiga minha que trabalha lá, que é encarregada, que até hoje trabalha lá, né? Foram, conversô com essa minha patroa, com a [gerente], me deu uma chance, que nem eu falo: agradeço ela, que Deus o livre, que ela me deu uma oportunidade muito grande, né? Tanto que trabalhei um ano e cinco meses lá. Só que o único problema que tive que sair, que ela me deu a conta, porque eu fui atrás dos meus direitos, né? Que eu trabalhava na máquina de bordado e ganhava como auxiliar. Tinha mais seis meninas que tava na mesma situação que eu, como eu tomei a frente, eu ligava atrás do sindicato, eu exigi nossos direitos, ela ficô com raiva de mim e uma semana depois me deu a conta. Aí, tô no seguro[-desemprego], o seguro foi de quatro meses, o último foi dia 22 agora que passô, tô desempregada, tô atrás de emprego, tenho dois filhos pra criá, pago aluguel, pago água, pago luz. A situação não tá fácil.<sup>474</sup>

---

<sup>472</sup> Santa Helena tinha uma representante do Sindicato. Entrei em contato com ela, mas ela não quis conceder entrevista. Disse para eu conversar com a presidente da sede do Sindicato de Cascavel. Tentei entrar em contato com ela, mas não foi possível entrevistá-la.

<sup>473</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>474</sup> JOANA, 2014, entrevista.

Essa entrevistada tinha o sentimento de gratidão em relação à gerente da empresa, pois lhe concedeu a oportunidade de trabalhar num momento em que passava por dificuldades para suprir as necessidades de seus dois filhos e gastos com aluguel, água e energia elétrica, mas a relação com a patroa tomou outra conotação quando ela buscou seus direitos de trabalhadora acionando o Sindicato.

Trabalhar e conviver com as relações e hierarquias do ambiente laboral parece não ser um problema desde que não se ultrapasse o universo dos valores que regem e orientam a concepção de certo e errado, justo e injusto. Quando as atitudes dos patrões e gerentes ultrapassam o limite daquilo que os trabalhadores consideram aceitável e tolerável, tendem a se articular em busca de seus direitos organizando maneiras de contestação.

Na ocasião de sua entrevista (26/2/2014), Joana estava encaminhando o processo judicial e sentia a perda do emprego, pois precisava do salário para viver: “[...] eu acho que o meu direito, eu fui atrás, consegui; mais agora não me adianta mais. Consegui o salário de costureira; mais rua [demissão], né?”. Ela tinha receio de não conseguir outro emprego, pois a ex-patroa poderia não dar boas referências, uma vez que ela acionou o sindicato: “Por exemplo, eu ter acionado o sindicato pra resolvê o meu problema, né? Que era meu direito. Você sabe como que é: o meu patrão, pra me contratá, vai ligá pra antiga fábrica onde eu trabalhava, vai pedi referência e, infelizmente, boa referência não vai dá, né?”. Ela foi demitida em outubro de 2013; em fevereiro de 2014, recebeu a última parcela do seguro-desemprego: “[...] tô desempregada, tô atrás de emprego, tenho dois filhos pra criá, pago aluguel, pago água, pago luz. A situação não tá fácil”.<sup>475</sup>

As narrativas demonstram que os atestados e a busca de informações sobre direitos trabalhistas no Sindicato ou no SINE foram os motivos maiores para as demissões. De acordo com a empresária Tamar, a lei 12.513, de 2011, forneceu mais segurança aos empresários ao frear mecanismos usados para forjar demissão, uma vez que estabeleceu que, para ter direito ao benefício do seguro-desemprego, o trabalhador precisava, antes, ser encaminhado à vaga de emprego condizente com a ocupação anterior. Essa lei previa perda do benefício para quem se negasse à recolocação sem justificativa.<sup>476</sup> Exemplificando a eficácia da lei, Tamar destacou:

---

<sup>475</sup> JOANA, 2014, entrevista.

<sup>476</sup> Em 2014, foi publicada a medida provisória 665, que alterou a lei 7.998, de 1990, reguladora do programa do seguro-desemprego. A medida virou a lei 13.134 em 2015, a qual altera os artigos 3º e o 4º da lei 7.998.

[...] quando o salário-desemprego mudou a filosofia, ele [o governo] começou a não simplesmente pagar o seguro; mas fiscalizar e tentar recolocar esse pessoal. Mudou, desde quando mudou a sistemática do salário-desemprego, a gente dispensou duas pessoas só, porque as pessoas estão vendo que elas não tão mais conseguindo saí daqui e ficá seis meses em casa sem trabalhar e ganhar o seguro. Então, elas vão ser encaminhada pra outra empresa, então elas vão ter que trabalhar. Então, assim, pra quê que elas vão aprontar se elas vão saí daqui e vão ter que continuar trabalhando numa empresa que, de repente, não vão receber, né? Então, assim, eu acredito que a rotatividade agora vai ser menor; mas é muito grande. [Em] Santa Helena, o pessoal, não sei o quê que acontece... só que essas pessoas que hoje aprontam pra ganhá a conta, daqui a pouco, elas tão batendo na nossa porta, querendo voltá trabalhá conosco.<sup>477</sup>

Na perspectiva dessa empresária, antes das mudanças na lei de seguro-desemprego, os trabalhadores eram estimulados à indisciplina, pois havia margem para forçar demissão com o objetivo de receber o “benefício”. Com base nas mudanças na legislação, Tamar constrói argumentos indicando que a possibilidade de desemprego era usada para construir o medo, o controle e a manutenção do trabalhador no sistema de produção.

Tendo o apoio da legislação e o amparo ideológico do medo e da pressão, por vezes esses empresários mantinham os trabalhadores de forma irregular, conforme vimos na situação de Joana. Na ocasião da entrevista (10/3/2013), Abigail passava pela mesma experiência que Joana tinha vivenciado; ela desenvolvia a função de costureira e estava registrada como auxiliar:

Eu entrei em outubro. No mês de outubro, tem o aumento do salário dos costureiros pelo sindicato dos costureiros mesmo. Então, esse mês eu recebi o salário normal, que tinha aumentado, [para] 730 [reais]. Mas, como eu comecei no dia 2, eles me descontaram o dia primeiro. Aí, a partir daí, no segundo mês, eles vieram me falar que eu fui registrada como auxiliar de costura e que existe dois auxiliar de costura e eu recebo hoje 640 [reais], que é um salário normal, com desconto vai pra 596. Então, assim, eu já achei estranho, eu questionei, ele me falô... até o gerente ficô meio assim, falô que existe isso e que pode ser feito por eu está entrando agora e, aí, eu já fiquei meio assim, porque você... o tempo que eu estudei, como eu fiz administração, você acaba estudando, né? A questão que você tem direito, os direitos trabalhistas das pessoas e tudo. Isso não existe, porque o que pode acontecer quando a empresa trabalha com produção, você entrá, trabalhar, recebê o salário que a empresa estabelece pela função, mas você não recebe valor de produção, e lá não. No meu caso, eu sou auxiliar. O [salário de] auxiliar de costureiro, pelo sindicato, é 730 [reais], e eu estou recebendo como eles falaram, como auxiliar de costureiro, de 600 e poucos.<sup>478</sup>

<sup>477</sup> TAMAR. Santa Helena, PR, 16 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (17 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada. Ela tinha 51 anos de idade à época.

<sup>478</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

Na ocasião da entrevista (10/3/2013), fazia cinco meses que Abigail trabalhava na empresa G, e o patrão ainda não tinha entregado sua carteira profissional. Ela não sabia se estava registrada. Na avaliação dela, ao não registrar o trabalhador no tempo certo nem fazer o pagamento correto, “[...] querendo ou não, a empresa está ganhando dinheiro com isso, porque no meu caso eu estou perdendo mais ou menos 200 reais por mês”.

Débora trabalhou um ano e oito meses na mesma empresa onde Abigail trabalhava. Após esse tempo, descobriu que somente oito meses de registro constavam de sua carteira profissional. Diante disso, pediu demissão e abriu um processo judicial, pois além de o registro estar incorreto, ela não recebeu os 30 dias de aviso prévio e o patrão não fez acerto pelo tempo de serviço que prestou a empresa:

[...] Ele ficou com a minha carteira mais dois meses, diz que pra fazer acerto. Aí, quando eu voltei lá, ele me chamou pra fazê acerto lá no juiz. A gente foi lá no juiz, tudo, né? Ele me deu um monte de papel pra mim assiná lá. Assinei os papel, daí eu falei mais... Eu falei na frente daquele juiz, que fica na frente da rodoviária: “Eu fui na Caixa e o meu FGTS não tá depositado”. Ele falô assim: “Não”. Daí o juiz falou: “Então, eu não posso fazer o acerto”. Daí ele falou assim: “Não, o senhor pode assiná ali, que a [nome da patroa] ainda não assinô na carteira dela dando baixa e eu já vô passá lá, depositá o FGTS dela”. Daí o juiz pegou e mandou eu assinar que ele já ia passa lá e daí falô pra ele: “Tu vai passar lá, depositar e mandar ela assinar a carteira”. Aí nós passamo na Caixa [Econômica Federal], e eu tinha que receber o PIS — era dia 13 de agosto [...] —, eu tinha que receber o PIS e eu perdi o meu Cartão Cidadão. Daí eu falei pra ele: “Eu preciso da minha carteira pra mim recebê o PIS”. Daí, ele entrou comigo lá, e eu não consegui recebê na hora, né? Eu tinha que esperá. E ele tava com pressa, ele falou: “Então, tu fica aí e recebe, depois você passa lá que a [nome da patroa] vai dá baixa na tua carteira e te pagar”. Eu falei: “Tá bom”, né? Aí, eu fiquei lá com a minha carteira, e ele foi embora. Daí, quando eu passei na fábrica, ele não me atendeu. Aí, quando eu procurei ele mais cinco vezes, fui daqui lá procurá ele, ele falou que não sabia mais de nada, não! Que a [patroa] tinha vendido lá, né? Daí, eu não consegui mais falá com ela. Daí, foi assim que a [fulana, uma trabalhadora] me falou: “Olha, eu coloquei no advogado lá, pra dá baixa na minha carteira”. Eu falei: “Então eu vô pedir pra ele dá baixa na minha também, né?”. Aí, pedi pra ele encaminhar, disse: “Eu quero dá baixa na minha carteira, eu queria pelo menos o meu acerto, o meu mês que eu trabalhei e o meu acerto, né?”.<sup>479</sup>

Essa entrevistada disse que, com o acordo, ela recebeu R\$ 1,5 mil, depositados em parcelas de R\$ 500 e com atraso em relação às datas combinadas perante o juiz. Em 5 de outubro de 2013, o ex-patrão ainda não havia dado baixa na carteira profissional, logo ela não podia dar encaminhamento ao seguro-desemprego: “O seguro-desemprego tá tudo bloqueado, eu não posso recebê nada, enquanto eles não der baixa”.

<sup>479</sup> DÉBORA. Santa Helena, PR, 5 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 44 anos de idade à época.

Débora frisou que se mudou para o município de Medianeira porque, em São Roque — distrito de Santa Helena —, só havia a empresa de confecção do vestuário da qual se demitiu. Como queria continuar trabalhando como costureira, decidiu se mudar. Mas, ao chegar a Medianeira, não conseguia emprego, pois o registro em sua carteira profissional ainda estava em aberto; ou seja, o ex-patrão “[...] não deu baixa na minha carteira, aí eu não consegui entrar em firma nenhuma”.<sup>480</sup> Ela disse que passava por dificuldades financeiras porque era separada do esposo e tinha de pagar aluguel, água e energia elétrica. Para isso, trabalhou catando latinha; quando conseguia, trabalhava de diarista. Com o acerto que recebeu, comprou uma máquina de costura usada e começou a fazer consertos de roupas e confeccionar tapetes com retalhos que ganhava nas indústrias de confecções do vestuário. Sobre as dificuldades para que o processo judicial fosse finalizado e ela pudesse regularizar sua carteira profissional, Débora destacou: “[...] eu não sei se o advogado tava do meu lado ou do lado deles, porque [...] eu não recebi nada do que eu trabalhei lá, e o acerto mesmo não dava nem pra pagar o que eu tinha direito, né? [...]. Sei lá, deu um acerto bem estranho”.<sup>481</sup>

Seguindo a linha de raciocínio e o questionamento levantado por Débora, Zilá falou que também entrou com uma ação judicial contra seu ex-patrão, porque ele não tinha avaliado seu FGTS e as férias. Para isso, ela disse que foi necessário um advogado de outro município. Embora fosse de Matelândia, esse advogado era sócio e trabalhava no escritório de outro advogado residente em Santa Helena. Este, segundo ela, teria procurado seu ex-patrão e fornecido “[...] todas as informação do que eu queria e do que eu não queria pra vê se entrava num acordo, porque não queria entra com um processo contra o meu ex-patrão”.<sup>482</sup> Essa articulação entre advogado e empresário influenciou o final do processo, pois “[...] a hora de tá lá na frente do juiz, ele já sabia tudo e não tinha como manipulá a situação, né? E assim já não deu muita coisa”. O resultado dessa ação judicial saiu em 2014, com parecer favorável a ela; “mais não deu muita coisa também não [o acerto]”.

Ao relatar esse processo, Zilá enfatizava que, por ser um município pequeno, em Santa Helena era fácil para os grupos dominantes se articularem e buscar maneiras de favorecer seus interesses: “Eles favorecem muito. É que cidade pequena eles conhecem todo mundo; mais, tipo assim, não é por conhecer. Eu acho que isso aí tem que ter a profissão e se encarregá dela, né? E não se encarrega das amizade que tu tem com o povo”.<sup>483</sup>

---

<sup>480</sup> DÉBORA, 2013, entrevista.

<sup>481</sup> DÉBORA, 2013, entrevista.

<sup>482</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

<sup>483</sup> ZILÁ, 2015, entrevista.

Ao reivindicarem a regularidade de contratos e salários, os trabalhadores expressavam um conjunto de relações que não se restringia ao salário, pois expunha a forma como enxergavam o amplo processo de suas relações e condições de vida e trabalho. Segundo Eva, a profissão de costureira não era valorizada, a começar pelo salário:

É, porque eu digo assim, eu falo claramente, é uma exploração, salário miserável, né? Porque costureiro é uma profissão, gente! Costureiro, costureiro é uma profissão, num é lavar panela, você tem que si preparar. Lavar panela é uma profissão também, só que eu acho que é uma profissão que deveria de ser mais valorizada.<sup>484</sup>

A não correspondência entre salário e volume de serviço executado e os atrasos de pagamento foram elementos que os trabalhadores de facções diferentes levantaram como algo que os desanimava e que ocasionava reclamações, a ponto de desencadear uma paralisação organizada pelos funcionários da facção G:

[...] a gente reclamava, né? Muito! Acho que, pra eles, era insuportável, né? Ter que ficar escutando nós. Chegou uma época — até acho que a dois anos atrás, dois anos e meio, três anos atrás —, a gente fez... parou, parou, sabe? A gente fez quase uma greve, né? Era uma greve porque nós entramos, passamos o cartão, sentamos e ficamos sentados e ninguém trabalhou, porque era no dia 25 e não tinha expectativa de salário. Então, a gente tava trabalhando quase dois meses sem receber, foi aonde ela [a patroa] veio, fez o pagamento naquele dia mesmo, né? Daí, ficô assustada porque não esperava a atitude nossa. Nunca ela imaginava que a gente ia fazer isso, né? Mais isso ajudou bastante, porque, depois disso, nunca mais passô do dia 15 [o salário].<sup>485</sup>

Quando pararam a produção, conforme esse relato, já era dia 25 e não haviam recebido o salário correspondente ao mês anterior; e isso, na avaliação da entrevistada, era falta de responsabilidade da gerência:

É, na verdade, a chefe nossa, que era pra ser a gerente, era uma pessoa assim, ela era, vou usar bem o português, ela era uma pessoa irresponsável, porque ela chegava no serviço às nove e meia, dez hora da manhã. Então, gerente, né? Pelo fato dele ser um gerente, ele tem que chegar antes que o funcionário, né? Não que é uma exigência do funcionário, mas eu acho assim, que é uma questão de, de impor respeito até que ele tá lá, que ele tá sempre lá no mesmo horário, todo dia acompanhando o serviço o dia todo, ele não sai da empresa, sabe? Ele não sai, tomar cafezinho, sabe? Ele trabalha, a dedicação dele é permanente com nós. Então, ele mostra assim muita força de vontade. E, na época, quando a gente parou, quando a gente resolveu paralisar, simplesmente a gerente tava dormindo, ela não tava na empresa. Então, quando ela chegou, nove horas da manhã, tava todo mundo

<sup>484</sup> EVA, , 2011, entrevista.

<sup>485</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

sentado, e daí ela começô se informá: o quê que tava acontecendo. A gente falou que a gente tava em greve, que a gente não tava trabalhando por não ter recebido. Foi quando ela ligô pra Céu Azul, que a nossa patroa mora em Céu Azul e ela veio fazer o pagamento. Até meio-dia ela chegou e fez o pagamento, e todo mundo começou trabalhar de novo. Então, foram, tipo assim, meio-dia de paralisação. Mais foi uma coisa assim, que valeu a pena fazer, porque mudou muita coisa depois disso.<sup>486</sup>

Além da questão salarial, a paralisação era uma forma de responder à falta de respeito e consideração dos patrões, que, segundo os entrevistados, não conversavam com eles nem levavam em conta as necessidades e reivindicações dos funcionários. Na perspectiva de Fátima, para ser patrão e exigir dos funcionários responsabilidade e compromisso, era necessário que patrões e seus líderes — nesse caso, a gerente — dessem o exemplo.

De acordo com os entrevistados, no fim do expediente da sexta-feira, todos decidiram que, na segunda, iriam à fábrica mas não trabalhariam:

Nós já tinha combinado na sexta, né? Todo mundo concordô: se ela não viesse na sexta, nós ia na segunda fazer greve. Só que, daí, foi assim, nós... Chuva, chuva e chuva que Deus mandava. Nós fomos. Todo mundo foi pra fábrica. Ninguém faltou. Até o pessoal que tava encostado da fábrica, até eles foram lá ajudá nós, né? [...] Porque tinha uns lá que tavam recebendo auxílio-maternidade [...]. E daí nós fizemo greve. Daí ela chegou, todo mundo chegou, bateu o cartão, e cada um sentô na sua máquina; má tinha dois lá que não queria fazer [...], daí ainda a chefe [líder de setor] falou: “Ó, se tudo mundo parar, vocês vão ter que parar, que não adianta só vocês dois costurar e o resto ficar parado”. Daí pararam também. Daí era umas dez e poquinho, por aí, ela chegou, que daí a secretaria mando fax, né? Pra eles, que nós tava todo mundo parado e, enquanto ela não vinha pagar nós, nós não ia trabalhar [...]. Daí ela chegou, ela chegou, viu tudo, a fábrica escura, né? Chamou a secretaria lá, falou: “O quê que deu, acabou a luz?”. Daí ela falou: “Não, não acabô a luz. Tem luz, só que tão todo mundo em greve, até que você não pagá, ninguém quer trabalhar”. Daí ela falou assim: “Eu vô dá um jeito”. Daí, chamou também, chamou tudo, as chefe de setor, pra vê quem que tinha feito a greve, né? Quem que queria, quem que chamou, né? O pessoal. Daí, as minina falaram “Ninguém chamô [...], todo mundo se reuniu sozinho ali, todo mundo concordô, ninguém puxou, né?” Vamo dizer, eu fiz a manifestação, né? Ninguém fez, todo mundo falou que ia fazer, que ia parar, e todo mundo parou. Daí ela falou “Então, manda o pessoal voltar trabalha que eu vou pagar”. Daí ela falou assim: “Eu vou começar fazer o pagamento”. Era meio-dia, e ela nada do pagamento. Daí todo mundo falou, “Se ela não pagar até de meio-dia, nós vamo fazer de novo, de tarde ninguém trabalha”. Daí, ta! Daí de tarde, era uma e poquinha, era duas hora, ela começou. Daí ela se espertô em arrumar dinheiro pra pagar nós, né?<sup>487</sup>

<sup>486</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>487</sup> TEREZA, 2011, entrevista.

Na avaliação de Fátima, esse tipo de reivindicação coloca em embate os interesses e os medos dos trabalhadores, pois sempre pode haver quem opte por não aderir à manifestação temendo represália:

[...] a gente tinha muito medo, que existem aquelas pessoas que num, que sentam e trabalham igual, né? Num sei se é a necessidade do trabalho, só que eu acho assim, que por mais necessidade que eu tenha de trabalhar, eu acho que eu não preciso me humilhar. Primeira coisa, eu penso assim, eu penso assim: eu vivi 25 anos sem fábrica, não vou morrer de eu perde esse emprego, vou arrumar outro emprego, né? Então, quando foi pra fazer a greve pra paralisar, né? Eu fui, eu concordei com todo mundo, né? [...] A gente passou o cartão, daí a gente fez aquele bolo assim, todo mundo se reuniu: “Vamo trabalhá hoje ou não vamo?”. Daí, a maioria falou “Não, não vamo!”. Daí, “Você concorda? Você concorda?”. A gente se organizou, todo mundo sentô nas máquina e ninguém trabalho.<sup>488</sup>

Por mais que precisasse do trabalho para viver, havia limites entre o aceitável e o que, em sua concepção, era uma forma de humilhação e desrespeito. Fátima visualizava as consequências que poderiam surtir de sua ação, tendo a demissão como a maior punição que poderia receber; ante essa possibilidade, estava consciente de que precisava do emprego, mas também de que, se necessário fosse, procuraria outro, pois já tinha desempenhado outras funções. Esse posicionamento demonstra sua escolha diante de um conflito de classe trabalhadora em que ela se reconhecia como parte dela e, como tal, precisava correr riscos para conseguir conquistas coletivas.

Os trabalhadores dessa empresa relataram que estavam desanimados ante as condições laborais e o não pagamento do salário. Como disse Tereza,

[...] por que você vai trabalhar? Como você vai se incentivar? Como? Sabendo que as conta tá tudo atrasada, já tão ligando pra cobrar [...]. É lógico ela pagá juro, ela tem juro, e nós? Nós têm que pagar juro prus outro, nós não ganha juro, e ela, em cima do nosso dinheiro, ela ganha juro.<sup>489</sup>

Tereza afirmou que a paralisação ganhou mais impulso porque, no fim de semana anterior, houve rodeio no distrito onde estava localizada a facção; como eram poucas as oportunidades e opções de lazer, os trabalhadores, em especial os mais novos e solteiros, queriam ir, mas estavam sem dinheiro. Apesar das diferenças de idade, interesses, expectativas e relações familiares, uniram-se tendo como ponto de partida as experiências compartilhadas no ambiente fabril, que permitiram estabelecer uma relação de companheirismo maior que as diferenças individuais. E embora tivessem receios e quisessem

---

<sup>488</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

<sup>489</sup> TEREZA, 2011, entrevista.



evitar enfrentamento mais direto com os patrões, enxergaram na paralisação a forma de atingi-los e forçá-los a ver o lado dos empregados, que eram cobrados, mas não valorizados como trabalhadores nem como seres humanos.

Pode-se deduzir que, para os trabalhadores dessa empresa — em especial segundo a avaliação de Fátima —, a paralisação resultou em êxito. Como os pagamentos já não atrasavam tal qual antes, ela supôs que a iniciativa tenha ajudado a mudar a composição administrativa e o relacionamento dos patrões com os empregados. Diante de tais mudanças, ela acreditava não ser possível realizar uma nova paralisação, porque a pessoa que assumiu o papel de gerente era:

[...] uma pessoa assim, muito responsável, ele tem muito o nosso respeito, sabe? Então, até pelo..., por esse fato, a gente já não faria, é, tipo assim, é tão... não seria paralisar, a gente cobra mais dele, ele cobra mais também do nosso patrão, né? [...] Ele não faz pouco caso das nossas reivindicações, sabe? Sempre que ele pode melhorar, sempre que ele pode responder, sabe? O que ele pode responder, senão ele passa pra frente, né?<sup>490</sup>

Unida aos processos judiciais que os trabalhadores abriam, essa paralisação permite pensar na lógica subjacente às relações de trabalho no que se refere ao estabelecimento dos vínculos entre patrão e empregado e à sua ruptura. Além das noções de controle e subordinação, tais elementos informam sobre a contestação correspondente dos trabalhadores.

Olhando o lado positivo da paralisação, Fátima destacou que houve a troca do gerente e que mudou a forma de lidar com os funcionários: “Ele [o gerente novo] dá mais atenção, educação com as pessoas. Cê sente valorizado também, né? Não só cobrar, cobrar. Tem que conversar também, né? Ouvir os costureiro”.

Com efeito, ser valorizados era algo levado em conta não somente na relação com patrões e gerentes, mas também com chefes de setor. Conforme foi mencionado em páginas anteriores, para os trabalhadores, sentir que eram valorizados passava pela relação de amizade e pelo diálogo tanto na fábrica quando fora dela. Gerentes e chefes de setor que tinham relações de amizade eram vistos como diferente pelos funcionários. A possibilidade de dialogar quebrava a relação de cobranças constantes. Ainda que a aceitação de conversas por alguns gerentes fosse condicionada a não atrapalhar o rendimento da produção.

A não valorização se traduzia ainda em salários baixos e horas extras não pagas corretamente: “[...] muitas vezes, ganhava hora extra, mais era poucas vezes. Tinha aquela programação de tu ganhar bastante, mais quando tu ia receber, engolia tudo, né? Ficava só no

---

<sup>490</sup> FÁTIMA, 2011, entrevista.

salário”.<sup>491</sup> Eis o que Eva destacou nesse sentido: “Não, não pagavam certo porque, quando, uma vez nós tinha que fazer muito hora extra, até 10, 11 hora da noite, e, quando chegava a hora de recebê as hora extra, cê tinha trabalhado 40 hora, você recebia 20”.<sup>492</sup>

Igualmente, o sentimento de desvalorização se mostrava ante a falta de espaço para expor percepções e reivindicações, conforme avaliação de Abigail:

Não dá oportunidade pra você reclamar e é por isso até então que ele tenta amenizar, cortar ao máximo pra pessoa falar, que nem assim, pra pessoa não expor o que ela pensa, o que ela acha, ele só quer simplesmente cobrar. Que nem no meu caso. Mês passado, eu tive dois atestado. Aí, ele [o gerente] veio, ele cobrou o dia que eu fui. Que nem, cobrar ele da minha carteira [assinatura na carteira profissional], coisa assim, ele te corta, ele não deixa você ter a sua forma de se expressar e dizer o que você está vendo. Ele simplesmente te corta e fala assim: “Você pode já trabalhar”.<sup>493</sup>

Em 2015, demitida sem justa causa, ela instaurou uma ação judicial contra a empresa para receber indenização pelo tempo de serviço, tendo em conta sua demissão injusta. Notei que as razões principais para a abertura de processos na justiça trabalhista eram a recorrência da falta de registro em carteira no período de admissão, a demissão sem justa causa, o não pagamento da contribuição do INSS, do décimo-terceiro salário e das férias. Diferentemente do caso de Débora, o processo de Abigail foi rápido: a sentença foi dada dentro de quase seis meses após a abertura do processo judicial.<sup>494</sup>

Essas falas parecem indicar que os trabalhadores não eram valorizados porque isso não fazia parte da perspectiva dominante. Ana desenvolveu a função de chefe de setor durante quase um ano e, por isso, relatou conhecer os princípios que moviam, em especial, os proprietários das empresas maiores. Frisou que “[...] os grandes, eles não pensam se você tá de bem com a vida, se você tá de bem com a tua família. Eles querem crescer e, pra crescer, eles passam por cima de tudo e de todos”.<sup>495</sup> Passar sobre “tudo e todos” significava que os patrões não estavam preocupados com a saúde nem como os direitos e as necessidades dos funcionários; antes, queriam que produzissem para dar lucro à empresa.

<sup>491</sup> ISABEL, 2011, entrevista.

<sup>492</sup> EVA, 2011, entrevista.

<sup>493</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista. Em 2015, Abigail foi demitida e, também, abriu um processo judicial.

<sup>494</sup> Em 4 de setembro de 2015, aconteceu a audiência na qual se determinou ao ex-patrão pagar R\$ 7 mil à trabalhadora; desse valor, 30% eram destinados aos honorários advocatícios, pois a ação foi encaminhada por advogado particular. A petição constante no auto 789/2015 estabeleceu o pedido de verbas resilitórias por dispensa imotivada e ausência de comprovante de pagamento de saldo salarial de 21 dias; décimo-terceiro salário integral de 2014 e o proporcional de 2015 (2/12); férias do período aquisitivo 2013–4 acrescidas de um terço; férias proporcionais (5/2015) acrescidas de um terço e FGTS (11,2%) sobre as verbas acima. O processo construído pelo advogado buscou enquadrar as reivindicações de Abigail nos artigos 477 e 876 da Consolidação das Leis do Trabalho. O relatório da audiência informa a empresa, devidamente notificada, não apresentou defesa.

<sup>495</sup> ANA, 2012, entrevista.

Ante a despreocupação dos empregadores com circunstâncias nocivas à saúde, a exemplo de situações de estresse, do cansaço e da tensão no corpo (pernas, ombros, braços e pescoço), os trabalhadores costumavam desenvolver estratégias como ir ao banheiro: “Ah, quando tá meia assim, dá meia preguiça, nós levantava e ia pro banheiro, dava uma esticada lá no banheiro, lavava um pouco o rosto assim, depois voltava pra máquina e continuava daí, costurando normal [...]”.<sup>496</sup> Era uma forma de suportar a rotina na fábrica e aliviar o desgaste físico.

As narrativas indicaram que a relação entre patrão e empregado constituía uma via de mão dupla: se o trabalhador sabotava a produção e não executava sua função como se esperava, as causas disso estavam na gerência, pois ambas as partes precisavam cumprir seus papéis; especificamente, os empresários precisavam cumprir as leis trabalhistas: “Querendo ou não, cem por cento eu acho que todo mundo. Vai que ele precisa de um salário; mais quando acaba descobrindo que está sendo, que não está recebendo aquilo que é decretado por lei, você se sente muito mal, constrangido”.<sup>497</sup> Conforme declarou Ana, se “[...] o funcionário tá bem com o patrão, ele vai trabalhar com vontade, se ele tiver de mal com o patrão, ele vai lá pra ferrar com o patrão”.<sup>498</sup> Estar “bem com o patrão” era se sentir satisfeito e valorizado, pois o bom andamento das relações laborais depende de todos os envolvidos, como em qualquer relação.

Dialogando com a perspectiva de empresários e líderes políticos de Santa Helena, em especial sobre a suposta falta de mão de obra e de disciplina e compromisso com o trabalho, os trabalhadores estavam enfatizando que, para desejar empregar nas indústrias e não ter tantas faltas, era preciso que os empresários olhassem as causas de tais acontecimentos e não se concentrassem somente nos efeitos. Os relatos sugerem que costumavam refletir sobre suas condições e o sistema trabalhista e de produção a que eram submetidos. Ao pensarem sobre o trabalho, pensavam sobre o conjunto da vida e as noções que ela agregava a suas lembranças: trabalhar não é só executar tarefas e movimentos mecânicos; envolve ainda uma relação individual que carrega a bagagem constituída fora do ambiente laboral. Os entrevistados demonstraram que seus conhecimentos iam além da mecânica e da técnica que os setores dominantes desejavam e procuravam incutir como necessidade; mais que repetir movimentos, os trabalhadores falavam das relações que *compunham e permeavam* seus movimentos e que, por mais repetitivo que fosse manobrar máquinas, ainda estavam lá como pessoas e conseguiam construir percepções — particulares e coletivas — do trabalho, das condições laborais e dos resultados que obtinham para suas vidas.

---

<sup>496</sup> TEREZA, 2011, entrevista.

<sup>497</sup> ABIGAIL, 2013, entrevista.

<sup>498</sup> ANA, 2012, entrevista.

## Considerações finais

Neste estudo, busquei analisar como os trabalhadores da indústria do vestuário de Santa Helena, região oeste do Paraná, têm vivenciado as transformações nos mundos do trabalho. Concentrei-me em perceber como esse processo mexeu com seus modos de viver e trabalhar. Nas trajetórias dos entrevistados, busquei elementos para refletir sobre os significados que o trabalho industrial teve na constituição e no reconhecimento deles como trabalhadores; o que abarcava não só as relações vividas no espaço da produção, mas também suas relações e sua convivência sociais. Aí pude evidenciar conflitos e a busca desses sujeitos por uma interferência nas relações e na organização trabalhistas das confecções do vestuário. A intenção foi delinear o conjunto das relações que envolviam o tema da pesquisa aqui descrita, indo além de questões como progresso e desenvolvimento, as quais eram visíveis e orientadas pelas práticas dos setores ligados ao governo municipal e empresarial. Com a investigação, constatei que os argumentos dos empresários eram semelhantes à perspectiva dos representantes políticos e mantinham relações de interesses que se expressavam através da busca pelos benefícios do programa de incentivos à instalação de suas empresas no município.

Os líderes do governo colocavam a discussão sobre o projeto de industrialização e o incentivo às empresas como meio de obter avanço econômico, tendo por desafio garantir a “geração de emprego e renda”, por isso “[...] a administração municipal elegeu como uma das prioridades trabalhar para que novas empresas se instalassem no município, viabilizando

opções de emprego e renda à população”.<sup>499</sup> De modo geral, a perspectiva de desenvolvimento das classes dominantes e dirigentes de Santa Helena passava pelo crescimento econômico que se articulava ao aumento da produção e à diversificação da estrutura produtiva e do emprego. Na avaliação do empresário Mateus, o processo de industrialização devia contar com a ação dos representantes do governo municipal em conjunto com os empresários porque esse era um percurso necessário para constituir autonomia financeira e se preparar para o fim do pagamento de *royalties*. Segundo ele, a industrialização favorecia os demais setores, gerando renda, autonomia, consumo e o fortalecimento econômico através da arrecadação de impostos gerados em todos os setores.<sup>500</sup>

A elite política acreditava que podia intervir na construção da história de Santa Helena. Exemplo disso eram os debates sobre a aprovação de projetos para oficializar a ideia de desenvolvimento; com isso, pretendiam definir concepções e registrar marcos que viessem a constituir a história do município. Na discussão realizada no capítulo 1, através da análise das revistas produzidas pelo governo municipal e das edições especiais comemorativas de aniversário de emancipação do município lançadas pelo jornal *Costa Oeste*, foi possível perceber elementos dessa pretensão. Reforçando essa concepção, um dos vereadores do mandato 2000–8, após a abertura de sessão da Câmara em novembro de 2002, frisou que as atas registradas naquela Casa eram documentos importantes para “contar a história” de Santa Helena, pois “[...] os acontecimentos que envolvem o município, eles passam ao largo da história pelo Poder Legislativo sendo a ata da sessão da câmara um excelente documento de consulta da história do povo dessa terra”.<sup>501</sup>

Esses documentos deixaram evidências daquilo que Jean Chesneaux destacou sobre a intervenção e o poder que o Estado pode exercer sobre as fontes e o conhecimento do passado. Na avaliação desse autor, com base em seus interesses políticos e ideológicos, as classes dominantes utilizam a história como fundamento do princípio de sua dominação, omitindo as lutas, os enfrentamentos e os conflitos que serão perceptíveis numa análise que se baseie nas lutas populares que acontecem paralelamente ao discurso dominante.<sup>502</sup> Nessa interpretação, na maioria das vezes um processo amplo e complexo que envolve os sujeitos sociais é simplificado em uma versão que tende a produzir um mundo de aparência que busca a continuidade, a homogeneidade e a harmonia.

<sup>499</sup> SANTA HELENA, 2005, p. 8.

<sup>500</sup> MATEUS, 2013, entrevista.

<sup>501</sup> SANTA HELENA. Câmara de Vereadores. *Ata 1.882*, de 28 de novembro de 2005. Datiloscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 29.

<sup>502</sup> CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 28–9.

As classes dominantes tentavam produzir a memória oficial da história do município, logicamente que não dão conta do passado nas suas dimensões e seus desdobramentos múltiplos, por se tratar de fenômenos sociais que possibilitam a diversidade de posicionamentos. Em outras palavras, mergulhados nas questões do presente e de seus interesses, os grupos dominantes procuravam construir e legitimar sua versão do passado, em especial no que se refere à década de 1980 e à formação do lago de Itaipu. No plano da aparência, os empresários e os representantes do governo agiam como se estivessem preocupados com os trabalhadores, por isso criavam leis e programas para “ajudá-los”. Diziam se preocupar com o “bem comum”. Na perspectiva desses grupos, as leis de incentivo às empresas e ao empreendedorismo correspondiam a ações em prol dos trabalhadores, pois concedia a oportunidade de mudar suas condições sociais e laborais através da constituição de empregos e oportunizando a formação do próprio negócio. Unidas aos mecanismos que visavam preparar os trabalhadores para o mercado profissional e construir a disciplina de subordinação dentro e fora das empresas, tais políticas tendiam a manifestar o objetivo de freá-los e controlá-los, de modo a impedir uma reação que pudesse ameaçar os interesses dominantes. Como o discurso ideológico não é suficiente para convencer o trabalhador de que ele precisa trabalhar mais e sempre, as empresas adotavam outros mecanismos. A pressão, a ameaça e as demissões surgiam como recursos para forçar à maior produtividade.

Os entrevistados aqui apresentados tiveram suas trajetórias de trabalho construídas em um mercado caracterizado pelos processos de intensificação laboral, terceirização e informalidade. Dialogando com suas trajetórias, os trabalhadores interpretaram a cidade à luz de suas experiências individuais e coletivas, suas emoções, seus valores, suas crenças e seus costumes; o que considero como parte da constituição desses sujeitos no seu “fazer-se” como classe. Visto que a maior parte proveio do meio rural, adaptar-se ao modo de vida e de trabalho industrial era difícil, por isso carregavam o desejo de retornar para a roça. Mas suas condições não permitiam, pois precisavam vender a força de trabalho para sobreviver. Diante disso, submetiam-se ao emprego na indústria, mas criavam formas de resistência, seja reduzindo a produção, conversando com colegas durante o expediente, fazendo paralisação ou provocando sua demissão. Com efeito, acionar a justiça trabalhista parece ser prática que tem aumentado entre os trabalhadores de Santa Helena e da região oeste do Paraná. Penso que este instante histórico demonstra as reações dessa classe às suas condições laborais e de vida, as quais, por vezes, provocam mudanças nas práticas dominantes, pois alteram as relações entre patrões e empregados, e nos projetos dominantes. Com base em experiências, expectativas e interesses do presente, os trabalhadores atribuíam significados ao passado numa relação entre

presente e pretérito que, algumas vezes, levava-os a ver o hoje com um olhar de desânimo em relação ao futuro, especificamente quando percebiam que seus sonhos não foram atingidos; daí que restaram as saudades do passado e da vida no meio rural.

Articulando-se as narrativas dos trabalhadores com os relatos dos empresários, foi possível perceber que esses sujeitos falavam do lugar social que ocupavam, logo tinham versões diferentes do processo de mudanças em suas relações e formas de trabalhar. No lugar social que ocupavam nas relações de produção, produziam interpretações sobre os outros grupos. Os valores e as questões levantadas, por empresários e trabalhadores, estabeleciam diferenças e conflitos entre eles; uns e outros pretendiam conservar valores e interesses que estavam em ameaça, pois as transformações que têm se constituído no mundo do trabalho os pressionam a aderir às condições e “regras” do mercado. As dinâmicas e os antagonismos sociais que compunham a vida social dos trabalhadores lhes dificultavam a compreensão de sua condição social e de que compartilhavam a experiência de viver numa constante luta de classes. Luta esta que teria como oposição os setores das classes dominantes, que tendem a oprimi-los e a explorá-los. Isso não quer dizer que não conhecessem o lugar que ocupavam nas relações de produção e na vida social; pelo contrário, conheciam à luz do que viviam no cotidiano e das limitações em que suas condições os colocavam. Tais limitações eram vividas, por exemplo, na impossibilidade de cursar uma graduação pública, conseguir o trabalho que desejavam ter como profissão, ou mesmo ter um emprego para garantir a subsistência da família. Numa palavra, realizar seus sonhos.

Embora as transformações no trabalho tenham dificultado a luta e a organização dos trabalhadores, acredito que, aos poucos, esses sujeitos vão se dando conta do papel que lhes cabe desempenhar na construção deles próprios como sujeitos mais engajados e comprometidos com a formação da sociedade. Afinal, o processo de mudanças vivenciado pelos trabalhadores e analisado nesta tese não é peculiar a Santa Helena ou ao oeste do Paraná, tampouco ao setor de confecções do vestuário. Antes, é parte do processo de constituição do capitalismo e abarca todas as relações da vida social, política, econômica e cultural.

## Referências

- ABREU, Alice Ranchel de Paiva. *O avesso da moda*. Trabalho a domicilio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas — uma revisão da literatura recente. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila (Org.) *O trabalho invisível*: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA/ANEEL. Royalties de municípios alagados pela formação do lago de Itaipu. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em 1º fev. 2013.
- ALMEIDA, Marina Stefani de. *A miríade de atores produtivos na terceirização do calçado em Franca*. 2008. Dissertação (mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BATISTA, Diene. O uniforme universal. *Tribuna do Planalto*, 17 de junho de 2012. Disponível em: <[http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14626%3Ao-uniforme-universal&Itemid=121&showall=1](http://tribunadoplanalto.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14626%3Ao-uniforme-universal&Itemid=121&showall=1)>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- BIESDORF, Elimara. *Prêmio qualidade Santa Helena 2010*. Disponível em: <<http://www.acisash.com.br/index.php?act=100&noti=7666>>. Acesso em: 25 abr. 2013.
- BIESDORF, Elimara. Santa Helena oferece 70 vagas de emprego no mês de julho. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 1º de agosto de 2008, ano 12.
- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *O modo de vida dos novos operários*: quando purgatório se torna paraíso. Fortaleza: ed. UFC, 2005.
- CARVALHAL, Terezinha Brumatti. *Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Rocha/PR*. 2009. Tese (doutorado em Geografia) — Faculdade Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a História e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: prefeitura municipal, 1988.
- COLODEL, José Augusto. Pelas ruas e praças de Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, maio de 1999.



DARC, Aparecida. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970–2008)*. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Outubro*, São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 1, 1998.

DONDA JÚNIOR, Alberto. *Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves*. 2002. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEMELLI, Diane Daniela. *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: Frigorífico de Aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. 2011. Dissertação (mestrado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

GIOVANELLA, Marcos T.; COPINI, Moacir. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística. *Nova Fase*, Cascavel, Educativa, 1988, p. 1–23.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil; fotografias de Antonio Saggese*. São Paulo: editora 34, 2009.

LANGARO, Jiani Fernando. Momentos de construção de uma memória pública: trabalhadores do oeste paranaense na imprensa regional. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA — Poder, violência e exclusão, 11., ANPUH/SP–USP, São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. *Anais...* São Paulo: ANPUH, cd-rom, p. 4–5.

LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná*. 2005. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

LIMA, Angela Maria de Sousa. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e Região*. 2009. Tese (doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem*. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu — 1975 a 1991. 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MORANDI, Júlio. *Mensagem do prefeito Júlio Morandi sobre o projeto de lei 021/95* dirigida à Câmara Municipal em 24 de abril de 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). *O Brasil republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, n. 6, p. 129–49, 1986.

PAULOS, Margarida Ramires; MONIZ, António Brandão. Os trabalhadores do conhecimento num setor tradicional: o caso dos *designers* do vestuário. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 72, 2013, p. 103–22.

PELISSER, Sônia. *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990–2009)*. 2010. Dissertação (mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

PEREIRA, Rosângela Maria. *De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção?* A complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção. 2011. Tese (doutorado em sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Niterói: ed. UFF, n. 2, 1996.

RÁDIO GRANDE LAGO. Idealizador do nome “Rádio Grande Lago” é homenageado nos 31 anos da emissora, 26/5/2013. Disponível em: <<http://www.rgl.com.br/noticia/santa-helena/idealizador-do-nome-radio-grande-lago-e-homenageado-nos-31-anos-da-emissora>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

REZENDE, Vinicius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950–1980)*. 2012. Tese (doutorado em História Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 6

SCHMITT, Judite V. *Os atingidos por Itaipu: história e memória*. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. 2008. 132p. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SILVA, Rosane Marçal da. *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena – PR (décadas de 1990 e 2000)*. Dissertação (mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira et al. (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano — economia e cultura (1930–1964)*, t. 3, v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SOUZA, Edson Belo C. de. *A (re)produção da região do lago de Itaipu*. Cascavel: ed. Unioeste/Coluna do Saber, 2009.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado: produção da região do lago de Itaipu — turismo e crise energética*. 2002. Tese (doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. In: \_\_\_\_\_. *Miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio do Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: ed. UNESP, 2011.

#### ■ FONTES ORAIS

ABIGAIL. Santa Helena, PR, 10 de março de 2013. Arquivo de mp3 (83 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava com 26 anos de idade à época. A entrevista teve a participação da trabalhadora Ada.

ADA. Santa Helena, PR, 10 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da trabalhadora Isabel e teve a participação dessas duas trabalhadoras. Ada estava com 47 anos de idade à época.

ANA. Santa Helena, PR, 10 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (73 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, então com 42 anos de idade.

BETÂNIA. Santa Helena, PR, 11 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (26 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 52 anos de idade à época.

CÁSSIA. Santa Helena, PR, 10 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 37 anos de idade à época.

CLARA. Santa Helena, PR, 6 de fevereiro de 2012. Arquivo de mp3 (63 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então a idade de 27 anos.

CONCEIÇÃO. Santa Helena, PR, 6 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (57 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela, que tinha 33 anos de idade à época.

DALILA. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (26 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa dela.

DÉBORA. Santa Helena, PR, 5 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (50 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 44 anos de idade à época.

DINÁ. Santa Helena, PR, 30 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (46 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa onde ela trabalhava. Ela estava com 38 anos de idade à época.

DULCE. Santa Helena, PR, 12 de março de 2015. Arquivo de mp3 (45 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha 49 anos de idade à época.

EDWIGES. Santa Helena, PR, 21 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (36 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, na residência da trabalhadora Isabel. Ela estava com 49 anos de idade à época.

EVA. Santa Helena, PR, 4 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (64 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 49 anos de idade no momento da entrevista.

FÁTIMA. Santa Helena, PR, 20 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então 30 anos de idade.

GRAÇA. Santa Helena, PR, 14 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa dela.

GUADALUPE. Santa Helena, PR, 17 de julho de 2012. Arquivo de mp3 (51 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela tinha então 19 anos de idade à época.

ISABEL. Santa Helena, PR, 10 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (89 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 44 anos à época.

ISMAEL. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (66 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência de uma amiga e vizinha do entrevistado. Ele estava com 20 anos de idade à época.

JERUSA. Santa Helena, PR, 12 de março de 2013. Arquivo de mp3 (48 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva no escritório de sua empresa. A entrevistada estava com 47 anos de idade então.

JEZABEL. Santa Helena, PR, 12 de março de 2015. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha 57 anos à época.

JOANA. Santa Helena, PR, 26 de fevereiro de 2014. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava então com 39 anos de idade.

JUDITE. Santa Helena, PR, 9 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (19 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada.

LEVI. Santa Helena, PR, 13 de março de 2013. Arquivo de mp3 (108 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência do entrevistado, que estava com 63 anos de idade à época.

LIA. Santa Helena, PR, 11 de julho de 2012. Arquivo de mp3 (44 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 18 anos de idade à época.

LÍDIA. Santa Helena, PR, 8 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (66 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 25 anos de idade à época.

MADALENA. Santa Helena, PR, 6 de março de 2013. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava com idade de 43 anos à época.

MARIA. Santa Helena, PR, 8 de março de 2013. Arquivo de mp3 (47 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada estava com 40 anos de idade à época.

MARTA. Santa Helena, PR, 2 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência de uma prima da entrevistada e teve a participação das trabalhadoras: Mônica e Rosário. A entrevistada tinha então 40 anos de idade.

MATEUS. Santa Helena, PR, 12 de março de 2013. Arquivo de mp3 (27 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva no escritório do entrevistado, que tinha 55 anos de idade quando concedeu a entrevista.

MÔNICA. Santa Helena, PR, 2 de novembro de 2011. Nome. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da irmã da entrevistada e teve a participação de mais duas trabalhadoras: Marta e Rosário. A entrevistada estava então com 31 anos de idade.

MORANDI, Julio. Santa Helena, PR, 25 de junho de 2009. Arquivo fita cassete. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência do entrevistado, que então tinha então 60 anos de idade.

NAZARÉ. Santa Helena, PR, 24 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (70 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 18 anos de idade à época.

NOEMI. Santa Helena, PR, 4 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (40 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva, na residência da entrevistada. Ela tinha 34 anos quando foi entrevistada.

PRISCILA. Santa Helena, PR, 17 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (59 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela estava com 44 anos de idade à época.

RAQUEL. Santa Helena, PR, 7 de dezembro de 2011. Arquivo de mp3 (64 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela tinha 38 anos de idade à época.

REBECA. Santa Helena, PR, 29 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (30 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que tinha então 60 anos de idade.

ROSÁRIO. Santa Helena, PR, 2 de novembro de 2011. Arquivo de mp3 (67 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência de uma prima da entrevistada e teve participação das trabalhadoras: Mônica e Marta. A entrevistada estava com 28 anos de idade à época.

RUTE. Santa Helena, PR, 11 de março de 2013. Arquivo de mp3 (23 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. A entrevistada tinha então 52 anos de idade.

SALOMÉ. Santa Helena, PR, 7 de outubro de 2013. Arquivo de mp3 (40 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada. Ela estava com 46 anos de idade à época da entrevista.

SARA. Santa Helena, PR, 9 de março de 2013. Arquivo de mp3 (29 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na sede da empresa da entrevistada. Ela tinha então 61 anos de idade.

SAULO. Santa Helena, PR, 21 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (32 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da trabalhadora Isabel. Ele estava com 16 anos de idade à época.

SIMEÃO. Santa Helena, PR, 13 de novembro de 2009. Arquivo fita cassete. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dele. O entrevistado tinha então 65 anos de idade.

TAMAR. Santa Helena, PR, 16 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (17 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa da entrevistada, que tinha então 51 anos.

TEREZA. Santa Helena, PR, 31 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (82 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada. Ela tinha 29 anos de idade à época.

ZAQUEU. Santa Helena, PR, 5 de março de 2013. Arquivo de mp3 (29 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva no escritório da empresa do entrevistado. Ele tinha 49 anos de idade à época da entrevista.

ZILÁ. Santa Helena, PR, 19 de março de 2015. Arquivo de mp3 (42 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência da entrevistada, que à época tinha 25 anos de idade.

#### ■ FONTES JORNALÍSTICAS

A ADMINISTRAÇÃO Silom e Mafini completa 150 dias: passaram-se quase 150 dias do governo Silom/Mafini. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1997, ano 2.

ACISA: a entidade já nasceu forte. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 2002, ano 6, edição especial [35 anos de Santa Helena].

CIDADE supera conflitos para crescer. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1996, ano 1, edição mensal.

COOPERATIVA gera emprego em Santa Helena: grupo de 38 pessoas desempregadas forma cooperativa de costura e gerencia o próprio negócio. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, Ano 10, edição semanal, 21–7 de julho de 2006.

COSTUREIRAS recebem treinamento. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, 13 de janeiro de 2000, ano 3, edição mensal.

GLOBO mostrou Prodem de Santa Helena domingo. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, abril de 1997, ano 1, edição mensal.

INDÚSTRIA é inaugurada em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 16–22 de novembro de 2001, ano 5, edição semanal.

JUSTIÇA e terra! 8 mil colonos em Santa Helena. In: *COSTA OESTE*. No início terra de índios e obras. Santa Helena, PR, ano 11, maio de 2007, “Santa Helena 40 anos” [caderno especial, p. 1–32].

SALÁRIO de empregadas domésticas. *Folha de Santa Helena*. Santa Helena, 2004, p. 5–6 apud LANGARO, 2008.

SANTA HELENA, exemplo de integração, porto surpreende. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, ano 1, edição mensal, março de 2005.

SANTA HELENA. Prefeitura. *Santa Helena, pronta para o terceiro milênio* [revista impressa], 1996, p. 1–38.

SANTA HELENA. Nova indústria será inaugurada. *Informativo Municipal*, Santa Helena: prefeitura, edição mensal, p. 1–8, jun. 2005.

SECRETARIA da Indústria e Comércio incentivará a economia. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1997, ano 2, edição mensal.

TAMBÉM é mês de aniversário do JCO. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, maio de 2007, ano 11, p. 19, “Santa Helena 40 anos” (caderno especial).

#### ■ FONTES DOCUMENTAIS (ATAS E LEIS)

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 666*, de 1º de agosto de 1983. Manuscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 11.

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 676*, de 17 de outubro de 1983. Manuscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 11.

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Lei 1.008*, de 6 de junho de 1995. Dispõe sobre a concessão de incentivos para instalar indústrias de confecção. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.008-1995.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Lei 1.330*, de 7 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.330-2001.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Lei 1.409*, de 20 de agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.409-2002.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

SANTA HELENA. Prefeitura. *Lei 1.416*, de 1º de outubro de 2002. Dispõe sobre a concessão de incentivos para implantação de indústrias de confecções. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/leis/1.416-2002.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 1.790*, de 16 de fevereiro de 2004. Datiloscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 29.

SANTA HELENA. Câmara de Vereadores. *Ata 1.882*, de 28 de novembro de 2005. Datiloscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 29.

#### ■ FONTES ORAIS CONSULTADAS E NÃO CITADAS

SULAMITA. Santa Helena, PR, 30 de outubro de 2011. Arquivo de mp3 (73 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. Ela estava com 25 anos de idade à época da entrevista.

MIRIÃ. Santa Helena, PR, 6 de março de 2013. Arquivo de mp3 (24 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na empresa dela.

MARIA RITA. Santa Helena, PR, 16 de janeiro de 2012. Arquivo de mp3 (41 minutos). Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva na residência dela. Ela estava com 41 anos de idade à época.

#### ■ FONTES JORNALÍSTICAS CONSULTADAS E NÃO CITADAS

A “CIDADE Centro” da Costa Oeste. Santa Helena 35 anos. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, Ano 9, caderno especial, maio de 2005.

A ADMINISTRAÇÃO Silom e Mafini completa 150 dias: passaram-se quase 150 dias do governo Silom/Mafini. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1997, ano 2.

A MATURIDADE da cidade. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 2007, [No início terra de índios e obras], caderno especial “Santa Helena 40 anos”, ano 11.

AGÊNCIA do trabalhador implantada em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, junho de 1999, ano 3, edição quinzenal, 2ª quinzena.

AGRO-INDÚSTRIA Santa Helena — O problema continua... *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, abril de 1999, ano 2.

APÓS 13 anos da falência, Agroindustrial Santa Helena vai a leilão em fevereiro. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 15 a 21 de janeiro de 2010, ano 3, edição semanal.

ATITUDE da administração deixa empresários indignados e poderá gerar desempregos. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 26 de junho–2 de julho de 2009, ano 13, edição semanal.

BIESDORF, Elimara. Começa curso de corte em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 18 de julho de 2008, ano 12.



BIESDORF, Elimara. Lindeiros buscam auto-sustentabilidade. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 22 de agosto de 2008, ano 12.

BOFF, Eder Alberto. Jubileu de Prata, fevereiro de 2007. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR. Disponível em: <<http://www.correiodolago.com.br/coluna.php?id=9>>.

COLODEL, José Augusto. Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena/PR: prefeitura, 1988.

COLODEL, José Augusto. Pelas ruas e praças de Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 1999, ano 3, edição mensal.

COMEÇA a construção da Santa Gemma em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 20 de outubro de 2006, ano 10.

COVELHO, Bruno. “Mapa” do vestuário ajudará na definição de estratégias. *Gazeta do Povo*, 10 dezembro de 2013. Disponível em: <[http://www.folhaweib.com.br/?id\\_folha=2-1--1290-20131210&tit=mapa+do+vestuario+ajudara+na+definicao+de+estrategias](http://www.folhaweib.com.br/?id_folha=2-1--1290-20131210&tit=mapa+do+vestuario+ajudara+na+definicao+de+estrategias)>.

CRISE financeira: Prefeito anuncia medidas para contenção de despesas. *Correio do Lago*. Santa Helena, PR, setembro de 2005, ano 1, edição mensal.

CURSO forma 33 operadores de máquina de costura industrial. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, setembro de 2006, ano 2.

DESEMPREGO preocupa autoridades. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, junho de 1998, ano 2, edição mensal.

ENTIDADES firmam compromisso com o setor têxtil, no oeste do Paraná. Publicado dia 3/3/2010. Disponível no site: <[http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas\\_n.php?id=28894&op=notas](http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas_n.php?id=28894&op=notas)>.

ESCOLA do vestuário aquece setor têxtil em Santa Terezinha de Itaipu. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, março de 2008, ano 3.

FAMÍLIAS que são históricas em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 2007, [No início terra de índios e obrages], caderno especial “Santa Helena 40 anos”, ano 11.

FRANCO, Luciany S. Indústria de confecções: Setor vai bem em Santa Helena, Obrigada!. Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 11 a 17 de novembro de 2005, ano 9, edição semanal.

FRANCO, Luciany S. Indústria de bebidas já opera em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 12 a 18 de março de 2004, edição semanal, ano 7.

FRANCO, Luciany S. Industrialização deslancha no município de Santa Helena. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2004, ano 7, edição semanal.

FRANCO, Luciany S. Falta de espaço emperra desenvolvimento em Santa Helena. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 20 de julho de 2007, ano 11.

GICO Maffini quer mudar Santa Helena: pesquisa revela que população aprova medidas. Geração de empregos é o novo desafio. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, outubro de 2005, ano 1.

GICO quer sustentabilidade: uma das metas até o final do mandato é deixar o município independente de royalties. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, outubro de 2007, ano 2.

HASHIZUME, Maurício; PYL, Bianca. Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1242060>.

INDÚSTRIAS de Santa Helena buscam preservação ambiental. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 27 de outubro de 2006, ano 10.

INDÚSTRIA recebe terreno da municipalidade para ampliar espaço e gerar mais empregos. *Informativo Municipal*, Santa Helena, PR, prefeitura, fevereiro de 2008.

IPARDES. APLS do Paraná. Identificação, caracterização, construção de Tipologia e apoio na formulação de políticas para Arranjos Produtivos Locais. Curitiba, 2006. Disponível em [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br).

LEI de concessão de bens públicos sofre mudanças para fomentar indústrias. *Costa Oeste*. Santa Helena, PR, 20 de março de 2009, ano 12.

MARINS, Lucas Gabriel. Vestuário segue travado no Paraná. *Gazeta do Povo*, Santa Helena, PR, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1431981&tit=Vestuario-segue-travado-no-Parana>.

MUNICÍPIO passa a ser a Capital da Moda Bebê conforme projeto de Lei da ALEP. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 8 a 14 de julho de 2011, ano 15, edição semanal.

NOGUEIRA, Salvador; ANGEL, Claudio. Robôs tomarão nossos lugares? Criados pela ficção, robôs viram realidade, mas ainda estão longe de reproduzir o cérebro humano. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 29 de julho de 2004, ano 8.

NOVA indústria aprovada vai gerar 120 empregos. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, junho de 1999, ano 3, edição mensal.

O PRESENTE. Indústria é responsável por 47% das contratações. Marechal Cândido Rondon, PR, 8 de julho de 2009.

O PRESENTE. Postura social faz a diferença na hora da contratação. Marechal Cândido Rondon, PR, 8 de agosto de 2009.

PARCERIA entre ACIME E SENAI traz mais cursos técnicos para o município. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 19 a 25 de agosto de 2011, ano 15, edição semanal.

PATERNIO, Jean. Setor têxtil do Oeste espera dias melhores no segundo semestre, 13 de julho de 2012. Disponível em: <http://www2.oparana.com.br/cidades/setor-textil-do-oeste-espera-dias-melhores-no-segundo-semester-16693/>.

PÓLO industrial: Duas turmas iniciaram curso na área de costura em Santa Helena, 5 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=295>.

PREFEITO pede paciência à população: sem medo de decidir, Gico já tomou medidas drásticas. *Correio do Lago*, Santa Helena, PR, março de 2005, ano 1.

QUALIDADE de vida constitui forte atrativo para fixar a população. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, maio de 2002, ano 6, edição mensal.

REPRESENTANTE da Santa gemma, Agnaldo Ribeiro, esclarece dúvidas sobre a indústria. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 8 de maio de 2009, ano 9.

SECRETARIA da Indústria e Comércio incentivará a economia: secretário fala sobre a economia de Santa Helena na atualidade. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, junho de 1997, ano 2, edição mensal.

SECRETÁRIO Silom Schmidt afirma que se depender dele Frigorífico não sai do papel. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 9 de abril de 2009, ano 12.

SILVA, Maria Gizele da. Industrialização do interior depende de políticas públicas. *Gazeta do Povo*, 8 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1242060>>.

UM relato das conquistas e dificuldades de 1997. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, dezembro de 1997, ano 2, edição mensal.

WROBLESKI, Stefano. Justiça determina bloqueio de R\$ 1 milhão de dona da M. Officer por caso de trabalho análogo ao de escravo. *Repórter Brasil*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/11/justica-determina-bloqueio-de-r-1-mi-de-dona-da-m-officer-por-caso-de-trabalho-analogo-ao-de-escravo/>>.

#### ■ FONTES DOCUMENTAIS

SANTA Helena terá frigorífico da Frimesa: Nova indústria da Frimesa deve gerar aproximadamente 800 empregos. Projeto será apreciado pela Câmara. *Costa Oeste*, Santa Helena, PR, 20 a 26 de fevereiro de 2004, ano 7, edição semanal.

SANTA HELENA. Câmara Municipal. *Ata 1.314*, de 21 de agosto de 1995. Manuscrita, agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 26

SANTA HELENA, *ata 1.318* de 18 de setembro de 1995. Manuscrita agrupada em encadernação do tipo livro com capa dura. Livro 26.

SCHIRMANN, Adriane. “Sem qualificação não há mercado: Agência do Trabalhador já atendeu 3400 pessoas este ano, mas apenas 60 atenderam as pré-exigências”. *Jornal Costa Oeste*. Santa Helena, edição de 03 a 09 de maio de 2002.

#### ■ BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BOSI, Antônio de Pádua. Narrativas de jovens trabalhadores sobre o trabalho industrial no oeste paranaense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo, julho 2011. *Anais...*

BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. Os significados da qualificação profissional na agroindústria brasileira: estudo de caso nas indústrias de alimentos do oeste do paraná. In: ARAUJO, Renan et al. (Org.). *Desafios para o desenvolvimento em tempos de globalização: um estudo sobre as contradições econômicas e sociais do Paraná*. Maringá: ed. UEM, 2014, p. 69–86.

CAMPOS, Sabrina Masiero de. *O processo de industrialização numa fronteira agrícola: o caso de Toledo, PR*. 2007. Dissertação (mestrado em Ciências Econômicas) — Unioeste.

CANO, Wilson. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970–2005*. Campinas, UNESP, 2008.

- CARVALHAL, Marcelo D. *A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos*. 2004. Tese (doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.
- CARVALHAL, Marcelo D. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR, na dinâmica geográfica do Capital. *Pegada*, v. 8, n.1, 2007.
- CEMBRANEL, Adir Silvério. A indústria de confecção do vestuário do Sudoeste do Paraná: Acidentes e doenças do trabalho. 2012. Dissertação (mestrado em Geografia) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.
- CHRIST, Michele Juliana. *Cooperativas e economia solidária: o caso da cooperativa de costura Santa Helena*. Marechal Cândido Rondon/PR: 2008. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) — Unioeste.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73–90, dez. 1993.
- FINKLER, Anna Luisa. *Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos*. 2007. Trabalho de conclusão de curso, Cascavel.
- GODOY, João Miguel Teixeira de. A fábrica e o mundo fabril nos estudos acadêmicos brasileiros. *História. Questões & Debates*, Curitiba, PR, n. 52, p. 175–203, jan./jun. 2010.
- GONÇALVES, Márcio Teixeira. As articulações escalares da indústria de Confeções em Cianorte, PR. 2005. Dissertação (mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: USP/curso de Pós-Graduação em Sociologia: editora 34, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ed. PUC–Rio, 2006.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- MONIZ, António Brandão Moniz; PAULOS, Margarida Ramires. Os trabalhadores do conhecimento num setor tradicional: o caso dos designers do vestuário. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 72, p. 103–22, 2013.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NORONHA, Eduardo G.; TURCHI, Lenita. O pulo do gato da pequena indústria precária. *Tempo Social* — revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2004.
- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE. *Onde estão as micro e pequenas empresas no Brasil*. Marco Aurélio Bedê, (Coordenador). São Paulo: SEBRAE, 2006.
- SILVA, Gabriel Rodrigues da. *A pobreza e a dinâmica espacial do trabalho nos frigoríficos de aves no oeste paranaense*. 2010. Dissertação (mestrado em Geografia) — Unioeste, Francisco Beltrão.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarri. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. Políticas territoriais de desenvolvimento regional: o planejamento em foco nas margens do lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 115, p. 125–47, jul./dez. 2008.

TEBALDI, Enegelly. Relações de trabalho dos operários da Faville de Marechal Cândido Rondon/PR. 2009. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 3v.

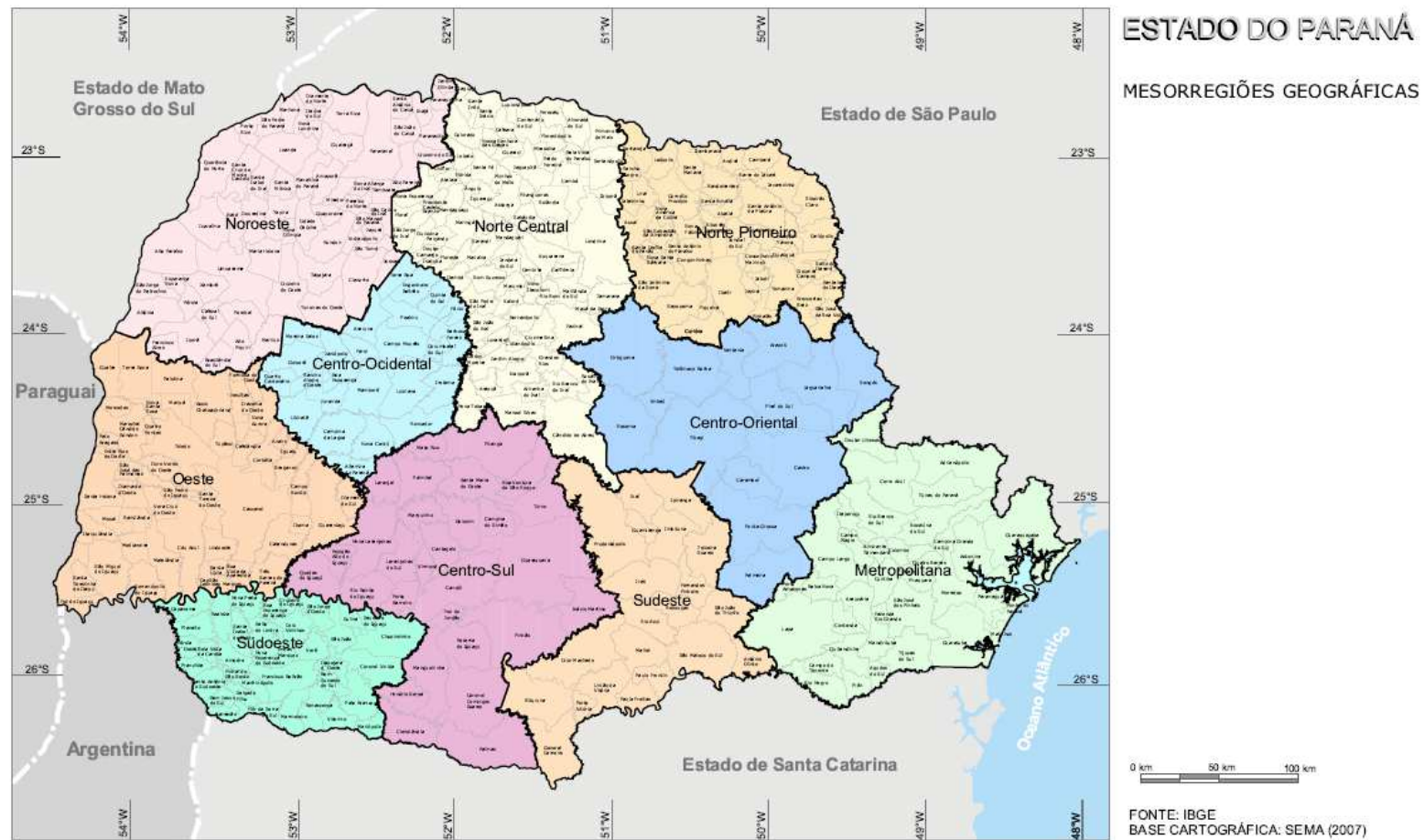
VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e a construção da justiça do trabalho no Brasil: (décadas de 1940 a 1960)*. São Paulo: LTr, 2012.

VARUSSA, Rinaldo José. Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações. *Tempo da Ciência*, v. 13, n. 25, p. 145–56, 2006.

WEIL, Simone. Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre opressão. Seleção e apresentação Ecléia Bosi; tradução Therezinha G. G. Langlada. 2. ed. Rio do Janeiro: Paz e Terra, 1996.

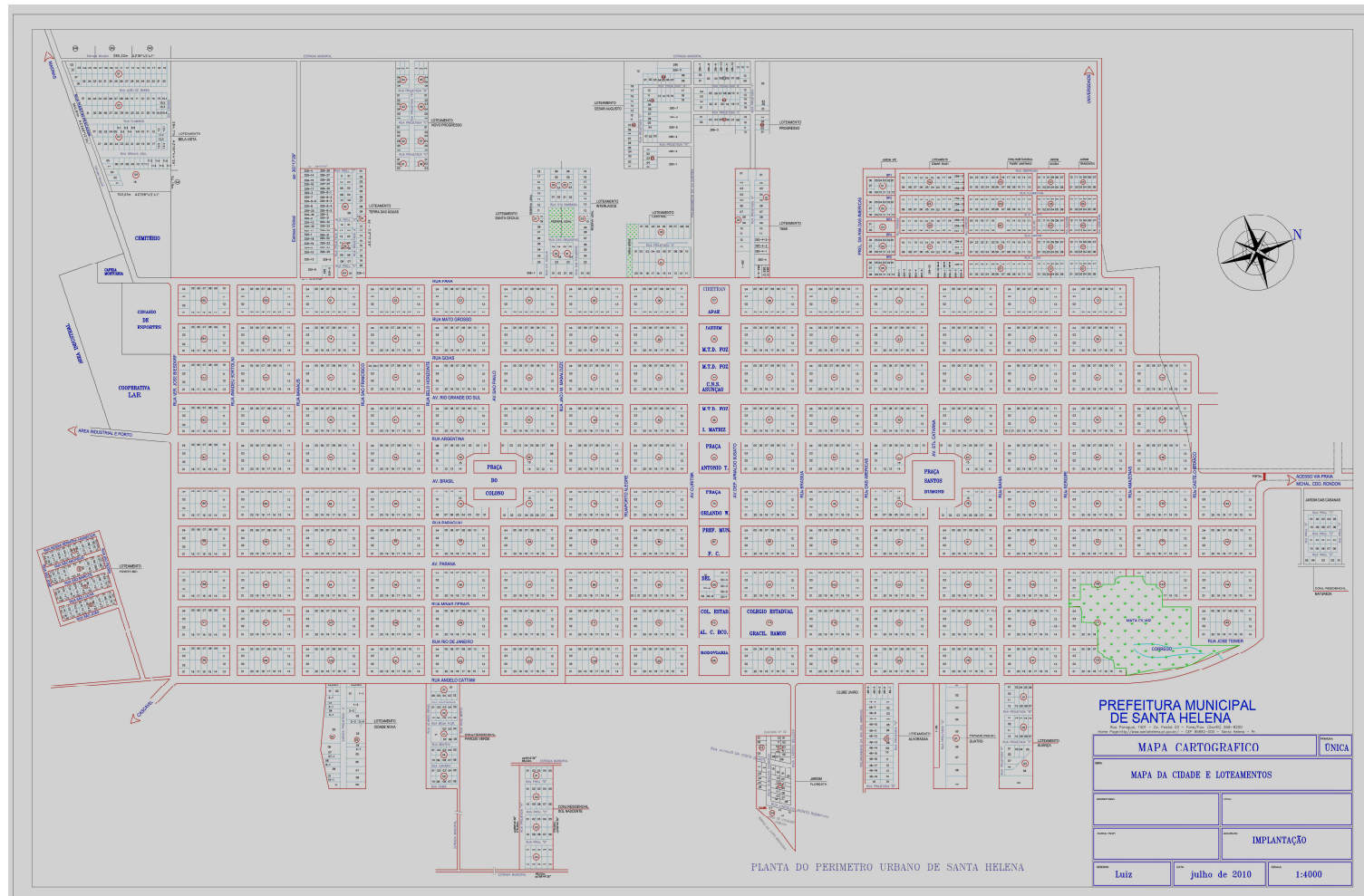
# Anexo 1

## MAPA DO PARANÁ — MICORREGIÕES



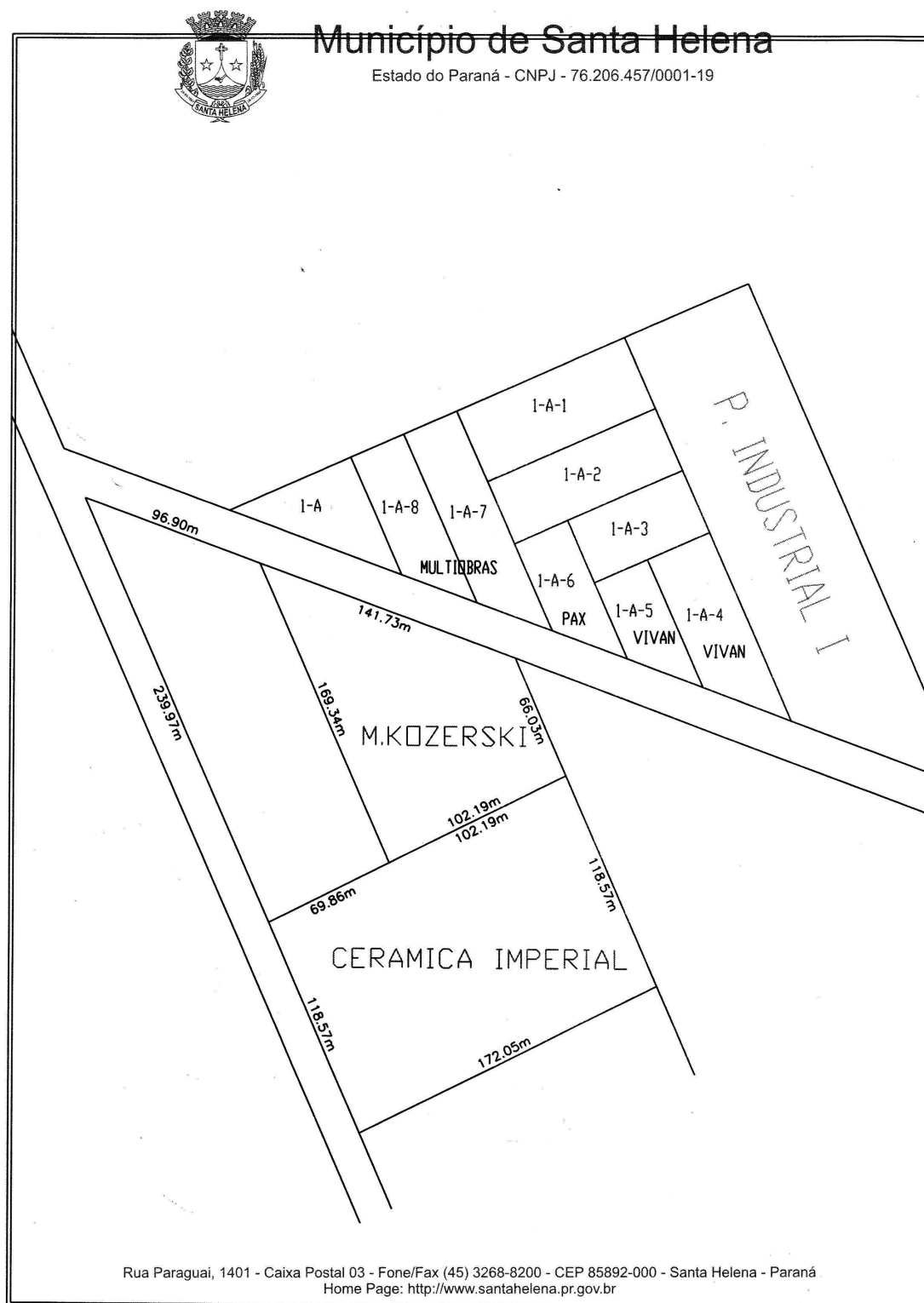
## Anexo 2

### PLANTA DO PERÍMETRO URBANO DE SANTA HELENA



# Anexo 3

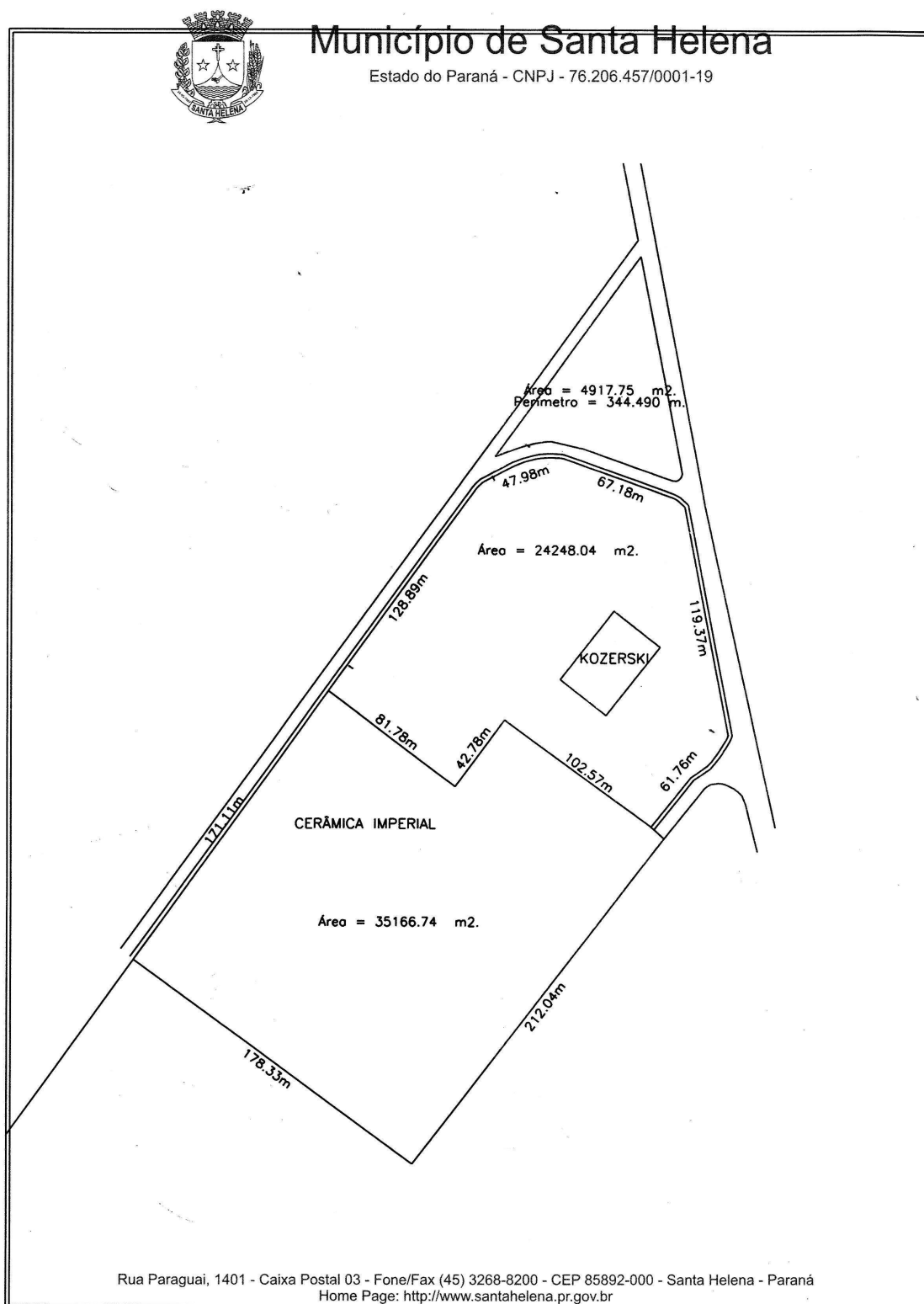
## MAPA DO PARQUE INDUSTRIAL DE SANTA HELENA, PR — ETAPA 1





# Anexo 4

## MAPA DO PARQUE INDUSTRIAL DE SANTA HELENA, PR — ETAPA 2



## Anexo 5

### MAPA DO PARQUE INDUSTRIAL DE SANTA HELENA, PR — ETAPA 3

